

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Viviane Viebrantz Herchmann

MOYSÉS VELLINHO (1901-1980):
O INTELLECTUAL DA PROVÍNCIA

Volume 2: ANEXOS

Porto Alegre, agosto de 2013

Viviane Viebrantz Herchmann

MOYSÉS VELLINHO (1901-1980):
O INTELLECTUAL DA PROVÍNCIA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Letras, área de Teoria da Literatura.

Professora Orientadora: Dra. Maria Eunice Moreira

Porto Alegre, agosto de 2013

SUMÁRIO COMPLETO

VOLUME 1

1	INTRODUÇÃO.....	17
1.1	OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA	30
1.2	ASPECTOS METODOLÓGICOS	35
1.3	PESQUISA EM FONTES HISTÓRICAS.....	40
1.4	ESTRUTURAÇÃO DA TESE	46
2	O INTELLECTUAL E A SOCIEDADE.....	49
2.1	O INTELLECTUAL E A CIÊNCIA CONTEMPORÂNEA	51
2.2	O DISCURSO INTELLECTUAL E A PRÁTICA HISTORIOGRÁFICA	55
2.3	O PAPEL DO INTELLECTUAL.....	59
3	O DESPERTAR DO INTELLECTUAL.....	73
3.1	MONTEIRO LOBATO E O NACIONALISMO.....	76
3.2	UM OLHAR AO LONGE	85
3.3	O GRUPO DA GLOBO E O REGIONALISMO.....	92
4	O INTELLECTUAL E O PAMPA	99
4.1	ALCIDES MAYA.....	105
4.2	OS RUMOS DO PAGO.....	109
4.3	O EMBATE	113
5	O INTELLECTUAL E A PROVÍNCIA.....	126
5.1	A ORIGEM DO DEBATE SOBRE HOMENAGEM A SEPÉ TIARAJU	128
5.2	A POLÊMICA	137
5.3	A SIMBOLOGIA DO PAGO	145
6	O INTELLECTUAL PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS	150
6.1	A UNIVERSALIDADE DO HOMEM.....	151
6.2	A FORTUNA CRÍTICA DOS TEXTOS DE MOYSÉS VELLINHO SOBRE MACHADO DE ASSIS.....	158
6.3	A REPERCUSSÃO DA OBRA DE MOYSÉS VELLINHO	169
7	CONCLUSÃO	178

REFERÊNCIAS	206
ANEXO A – CRONOLOGIA DO INTELLECTUAL: MOYSÉS VELLINHO – VIDA E OBRA.....	226
ANEXO B – MOYSÉS VELLINHO: OBRAS PUBLICADAS	233
ANEXO C – CURRICULUM LATTES DA PESQUISADORA	236
ANEXO D – DIVULGAÇÃO DE ENTREVISTA DA PESQUISADORA COM O PRESIDENTE DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA.....	247

VOLUME 2

ANEXO E – PAULO ARINOS: O JOVEM INTELLECTUAL – TEXTOS CRÍTICOS	253
ANEXO F – PAULO ARINOS E RUBENS DE BARCELLOS –A POLÊMICA SOBRE A OBRA DE ALCIDES MAYA.....	303
ANEXO G – MOYSÉS VELLINHO E A PRODUÇÃO MACHADIANA: ASPECTOS DA OBRA DE MACHADO DE ASSIS	322
ANEXO H – MOYSÉS VELLINHO E MANSUETO BERNARDI – A POLÊMICA SOBRE HOMENAGEM A SEPÉ TIARAJU.....	344
ANEXO I – O INTELLECTUAL E A VIDA LITERÁRIA	391
ANEXO J - O INTELLECTUAL E A FUNDAÇÃO EDUARDO GUIMARÃES .	407
ANEXO K – O INTELLECTUAL E A VIDA SOCIAL.....	420
ANEXO L – O INTELLECTUAL E A POLÍTICA.....	431
ANEXO M – O MEDIADOR CULTURAL: CORRESPONDÊNCIAS COM INTELLECTUAIS	449
ANEXO N – O MEDIADOR CULTURAL: EDITORIAIS DA REVISTA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO	473
ANEXO O – RELAÇÕES CULTURAIS BRASIL-PORTUGAL:A ACADEMIA INTERNACIONAL DA CULTURA PORTUGUESA E A ACADEMIA PORTUGUESA DE HISTÓRIA	522

ANEXO P – RELAÇÕES CULTURAIS BRASIL-PORTUGAL:PUBLICAÇÕES NA IMPRENSA BRASILEIRA.....	563
ANEXO Q – RELAÇÕES CULTURAIS BRASIL-PORTUGAL:PUBLICAÇÕES NA IMPRENSA PORTUGUESA	576
ANEXO R – <i>BRAZIL SOUTH</i>:A REPERCUSSÃO DA PROVÍNCIA NO EXTERIOR –A OBRA MOYSÉS VELLINHO PREFACIADA POR ERICO VERISSIMO	589
ANEXO S – DOCUMENTOS PESSOAIS DE MOYSÉS VELLINHO.....	606

**ANEXO E – PAULO ARINOS: O JOVEM INTELLECTUAL –
TEXTOS CRÍTICOS**

Correio do Povo, n. 196. Porto Alegre: 16 ago. 1921, terça-feira, p. 3.

Monteiro Lobato¹

(A respeito de “Onda Verde”)

Paulo Arinos

ACERVO DO JORNAL *CORREIO DO POVO*, DE PORTO ALEGRE/RS.

Tributário do veio fecundo que é Monteiro Lobato, chega-nos às mãos, enfeixado em volume, o mais recente labor jornalístico do possante estilista brasileiro.

“Onda verde” chama-se o livro.

Comuníssima, entre nós, a republicação, em conjunto, de artigos ou crônicas, que viram à luz do dia nas colunas magnânimas da imprensa. Pouco comum é, porém, que tal espécie de livros, no geral dos casos, de literatura ligeira, logre salvar-se da contingência funesta do pó das livrarias.

Ora, mui judiciosamente, já disse um crítico moderno que Monteiro Lobato é um caso nacional; conseqüentemente, embora seu último trabalho não fora detentor de elevado mérito, o fato único de ser elaborado pela mesma personalidade que produziu “Urupês”, seria o bastante para assegurar à “Onda verde” sorte diversa de seus congêneres.

Se bem que mais rápidas que a maioria das crônicas fulgurantes das “Ideias de Jeca Tatu”, que fazem jus a paredes-meias com “Contrastes e confrontos” de Euclides da Cunha, os últimos artigos decorrentes da pena desaçalmada de Monteiro Lobato denunciam logo as origens mágicas de onde verteram, laivados que são, a cada passo, de verdades arrojadas, com os mesmos debruns de enérgica pompa estilística.

Quanto à orientação geral da obra e seu caráter predominante, conquanto mais amplo se estenda o assunto, abrangendo teorias várias, observa-se-lhe no fundo a continuidade do critério superiormente adotado nas “Ideias de Jeca Tatu”: o sentimento nacional.

Monteiro Lobato quer que o Brasil seja, antes de tudo, brasileiro: e debatera contra as correntes que a isso se opõem; quer que cultivemos, na ara da arte as nossas tradições: e analisa, ferozmente, as insinuações externas, que as vão as reduzindo e pondo à margem; quer que os nossos costumes de hoje seja a evolução dos nossos costumes d’antanho: que a arte brasileira seja o reflexo do nosso solo, e a reação do nosso ambiente. E tem razão, em não se conformando com a ausência de nossa alma em nossas obras.

Para não chorar, ri, às gargalhadas, das nossas macaquices e redu-las ao mais extremado ridículo, a golpes de ironia. De onde em onde, porém, este nosso [mau] vezo de imitar retransse-se, medroso, ante ameaças tremendas de justa revolta.

¹ Crítica inaugural de Moysés Vellinho, publicada sob o pseudônimo de Paulo Arinos. A transcrição foi realizada manualmente pela autora, único meio de trazer a público o artigo, segundo as normas de investigação do acervo do periódico *Correio do Povo/RS*, local onde se efetivou a pesquisa. Até então, não havia registro da data de publicação do texto, apenas período aproximado, com base em depoimentos e entrevistas do autor. Trata-se, portanto, de material inédito. Em sua diagramação original, o texto é exposto em duas colunas, no centro da página do periódico.

É que Monteiro Lobato não pode e não sabe permanecer indiferente à fuga precipite do que nos poderia caracterizar, ao decalque daquilo que nos poderia destacar, à deformação do que poderia constituir a nossa fisionomia de povo liberto. Se possível lhe fosse, cegaria a picareta infamante, que esboroa o morro do Castelo, onde “nasceu a cidade, ergueu-se a primeira igreja, funcionou o primeiro colégio, enterrou-se Estácio de Sá, o fundador”. Lamenta, com palavras entrecortadas de saudade e de ironia, o desaparecimento desse “anacronismo vivo, de D. João VI paredes-meias com Epitácio, século dezesseis entreaberto à curiosidade do século XX, sobrevivência fossilizada de eras para sempre perdidas, ancião de barbas brancas, de cócoras à beira-mar, rememorando o muito que já lhe passou diante dos olhos”.

E é assim que o já notável escritor paulista nos ensina a amar a pátria. Não a concebe sem tradições, sem costumes e arte próprios.

De outra parte, não permite que o amor da terra exclua a verdade. Se a capitulação de Uruguaiana foi menos vergonhosa para os paraguaios do que para nós, segundo consta do diário de Rebouças, dadas as circunstâncias que a precederam, por que vesti-la a nossa história de glórias que lhes são estranhas? Por que não os presenciou Euclides da Cunha, devem-se esconder os banditismos de que fomos réu, no Contestado?

Já descansam no pretérito os tempos em que se enchiam as páginas pátrias de ficções, cujo desencanto, nas almas jovens, são posteriormente banidas, com escândalo, ao advento da verdade encoberta.

Uma das notas que mais distinguem a obra toda de Monteiro Lobato, individualizando-a, é o desassombro com que emite os conceitos, sejam quais forem, implorem máscaras ou não. Apanha-os já despídos; desnudando-os ainda mais pelos segredos do estilo; e proclamando-os aos quatro ventos! Esta particularidade, que, por vezes, no aventar de certos fatos, de natureza esconsos, assume ares de escândalo, imprime um sabor raro às crônicas de Monteiro Lobato um sabor de fruto do mato, que, embora picante, traz em alvoroço as papilas da língua.

A quem ler, no seu último livro, a excelente crônica “O pai da guerra”, não deixa de impulsionar vivamente a satisfação provocada pela absoluta contradita à “Hostephagia”, das “Ideias de Jeca Tatu”, com a qual ser consciente jamais se poria de acordo...

Interessantíssimas são as crônicas em que se tratam assuntos da língua (“Dialeto caipira” e “Dicionário brasileiro”). Fatalmente, como o evolver do tempo, teremos idioma distinto do português. Monteiro Lobato é um adepto afervorado dessa opinião e assevera: “Assim como o português saiu do latim, pela corrupção popular desta língua, o brasileiro sairá do português. O processo formador é o mesmo: corrupção da língua mãe. A cândida ingenuidade dos gramáticos chama corrupção aos que os biólogos chamam evoluir”. E, contra esta lógica inflexível, quem há que se alevante? “Novo ambiente, nova gente, novas coisas, novas necessidades de expressão: nova língua”.

O espírito que paira em todo o livro dificilmente encontrará símile, tal a viveza que o anima e o inédito que o destaca.

É muito de notar, se não de admirar, como o criador de tantos contos maravilhosos empresta vida ao que é morto, ou de natureza, ou pela trivialidade do tema. Disto temos exemplo ressaltante em “Eucalyptus” e “Veteranos do Paraguai”.

Escasseiam, na língua, equivalentes a períodos tão vermelhos como os que seguem:

“ – Carregar à baioneta!

Carregamo, e que medonha foi a chacina!...

Não há horror maior que a guerra. A gente, durante a peleja, vira monstro, e perde a qualidade de homem. Matar, matar!... É um delírio, uma perfeita bebedeira

de ferocidade. Para que mentir? Nesse momento matar é uma delícia – matar, matar, matar... Enterrar o ferro agudo na carne viva do parceiro, urrar ao vê-lo esguichando sangue e dobrando de dor, arrancar o ferro da ferida, saltar por cima do ferido que se estorce, atirar-se a outro que vem feito sobre nós, fugir-lhe ao golpe, retrucar, varar-lhe o peito... tudo é coisa de relâmpagos que só se “vê” depois, mais tarde, no fim da festa, quando a imaginação pega a compor o quadro”.

E, nesta tela, tantas vezes repetida nas nossas revoluções, atinge o trágico, no mais alto grau, o horrível, na mais candente forma:

“Felizes os que caíam sob a degola! Porque a degola chegou a ser ato de clemência... Era comum os chefes – gente que hoje dá nome a ruas – esquentarem o carrasco com uns goles de pinga e mandarem-no “divertir-se” com o “lambisa” ou o “maragato”. E lá ia ele, a rir, chapéu para trás, alisando o facão, em procura do prisioneiro manietado. Começava com chuvas, e um pontaco para espetá-lo. Se a vítima pedia a degola, o infame replicava que tivesse paciência, que “primeiro era preciso botar fora o sangue ruim”. E, à sua frente, boleando o facão em movimento de esgrima, cortava-lhe uma orelha. Parava. Ria-se. Cortava outra, decepava o nariz, ablaqueava os lábios de modo a deixar os dentes à mostra. E ria-se ante as visagens do martirizado. Chamava companheiros para ver que boneco engraçado estava esculpindo a facão. E continuava, golpe aqui, golpe ali, corta este, aquele músculo, até paralisar todos os movimentos da cara. Como a caveira escarnada ainda geme, mete-lhe a ponta do facão na boca e atora-lhe a língua. E ri-se. Por fim, farto como uma hiena, degola-o...”

Como se vê, esta leitura é quase tão apavorante como o próprio espetáculo virtual.

O estilo de Monteiro Lobato não tem suavidade. Pelo contrário, fruto da terra, rebento do meio, está em perfeita harmonia com ambos: segue-lhes as tortuosidades, refletindo-lhes, fielmente, os imprevistos. É exuberante como a terra, arrojado como as torrentes, que se precipitam de alterosas verticais, pela bruteza das fragas.

Imaginação ampla, quanto a terra é grande, parece nela agitar-se o mundo, porquanto tudo o que pode realçar uma ideia, aclarar-lhe a intenção, lhe ocorre, em bando. Eminentemente sensível, denuncia Monteiro Lobato, através de estilo avigorado, talento forte, temperamento vivo, à maneira de Euclides da Cunha.

Enfim, lê-lo é ter a impressão nítida do meio brasileiro.

Ajunte-se a todas essas qualidades, sobremodo notáveis a frequente ocorrência de imagens, as mais pitorescas e originais, as mais flagrantes, e ter-se-á dito algo sobre o estilo de Monteiro Lobato, um dos mais, se não o mais brasileiro dos escritores brasileiros.

Porto Alegre – 1921.

Paulo Arinos

Correio do Povo. Porto Alegre: 26 fev. 1922, quinta-feira, p. 3.

Bendita vaia²

Paulo Arinos

ACERVO DO JORNAL *CORREIO DO POVO*, DE PORTO ALEGRE/RS.

Bendita vaia!

Bem hajjas, oh! Pauliceia, que soubeste repudiar valerosa, os desequilíbrios de uma pretensa arte!

Bem hajjas, oh! Pauliceia, que vadaste, uníssona, as loucuras perigosas do futurismo!

Bem hajjas, oh! Pauliceia, que atentaste uma cultura bastante para tripudiar sobre os troféus de uma arte infeliz, que já nasceu morta!...

Lido, a pouco, um ruidoso telegrama de SP, dei mãos à ideia de esculpir uma ode à capital do grande Estado. Como Baudelaire, não quis chegar de supetão à Montanha Sagrada. A princípio, rumei para outras bandas: comecei pela prosa. Em seguida, sabendo-a bem ponderada, ajustá-la-ia, despedaçando-a, aos moldes do metro e da rima.

Vão, porém, o meu intento. Nunca logrei jungir dois versos à canga da minha vontade. E dou-me os parabéns. Vejo que nada há mais importuno, mais ridículo mesmo, que um poeta medíocre, joguete que é das Musas brincalhonas.

Entanto, lá me fugiu a cabeça da ode gorada. Quem quiser grudar-lhe o resto do corpo e amoldar o ser completo, às torturas do verso – pode fazê-lo, que eu não.

Foi caso que se congregaram, na capital paulista – reformadores das atuais correntes artísticas, nuncios do futuro – vários homens de letras, dentre os quais, mais conhecidos são Ronald de Carvalho, Menotti del Picchia, Oswald de Andrade e Nascimento Filho.

Reza a notícia que, tendo eles se apresentado em um recital consagrado exclusivamente, à arte futurista, foram ruidosamente vaiados. Certo, tal foi a revoada de absurdos que começou a voejar, azoinante, em volta às cabeças dos espectadores espantados, que, unânimes, não lhes houve calar um estardalhante protesto, sob a forma de apupos.

Bendita vaia!

Naturalmente, os predestinados, os que, por telescópio mágico, já entreviram as tendências estéticas dos porvindouros, hão de pavonear, pelas avenidas, qual se foram os incompreendidos de seu tempo.

Admira-me, sobremodo, ter sido Ronald de Carvalho um dos concorrentes à malfadada sessão, ele que, novo historiador das nossas letras, ascende, dia a dia, na rampa escabrosa da crítica, e, poeta laureado, tem sonetos como “Só”, “A resposta do homem” e outros, que Antero de Quental assinaria, sem titubeios. Ele, mais que todos, não podia inflectir a linha ática do equilíbrio, a menos que tenha desprezado os graves, alevantados misteres de juiz, na literatura de sua gente.

E Menotti del Picchia, um dos temperamentos mais festejados que andam por aí? Lede um pequenino trecho de seu discurso, proferido no recital. É pequenino, mas explica, por si, o estatelamento de todos:

“Pela estrada de rodagem da via láctea os automóveis dos planetas correm vertiginosamente. As estrelas tocam o *jazz band* de luz”.

Entendestes? É o cubismo integral vazado na literatura. Que monstro! Já não são só extravagantes imagens deste teor. Repelem as definições. Propriedade,

² Transcrição realizada manualmente pela autora, único meio oportunizar o acesso à produção, segundo as normas de investigação do acervo do periódico *Correio do Povo*, local onde se efetiva a pesquisa.

talvez a tivessem na idade antediluviana em que imperava, absoluta, a desproporção, chocante era a desarmonia, e a simetria tinha foros extraordinários. Exulte a teratologia, por contar, na oração descabelada do autor de “Laís”, mais um espécime a intercalar na série de tipos descomunais, de que consta.

Quanto a Oswald de Andrade, já lhe conhecia a força, através de uma entrevista que concedeu à imprensa paulista, lá vai certo tempo. Comentando, aceso, a grande fermentação literária que se opera na metrópole da terra dos bandeirantes, cita, à guisa de razão ao seu entusiasmo, estes dois versos, cujo autor me fugiu:

“Arde o estelário em carnagens de luz,
E o meu céu é todo um rojão de lágrimas.”

Mas não é só. Espichando uma série de representativos do brilhante movimento beletrista, é apenas de raspão e inadequadamente que se refere ao maior de todos eles, que é Monteiro Lobato.

O motivo desta lacuna está, é claro, em que Monteiro Lobato encarnou uma arte legítima e compreensiva, como, aliás, soem ser todas as criações duradouras, uma arte que dispensa intérpretes, outros que a mesma alma nacional, que todos lemos, latejante.

Um fator, insubstituível, que geral, de sociedade com o temperamento, uma obra que sobreviva ao juízo insubordinável do tempo, é o equilíbrio sã, é a atitude definida, inflexível, imperturbável. Daí, não se induza que o equilíbrio recaia na deletéria impassibilidade parnasiana, que cuida de cercear no verso justamente seu motivo de ser: a poesia sentida, um lirismo referto/refeito de céu, que o homem, enternecido, enfiado de realidades, aspira viver nas rimas.

É uma lei da física que tudo quanto carece de equilíbrio, cai. O futurismo, caso tenha centro de gravidade, é nos pés. Anda, portanto, a rodopiar que nem um pião perereca, se uso a gíria dos gurizotes amantes desse jogo.

Andar a gente à cota de ineditismos berrantes, de imagens fantasmagóricas, rebuscadas nas paragens longínquas da puerícia (que só em tal época se podem conceber) argue manifesta impotência de criar, dentro das diretrizes da congruência, algo que ressurtia da chatice costumeira, em que se rebolcam, mais por preguiça que por outra coisa, os nossos escritores.

O romantismo, libérrimo, foi a reação do classicismo, duramente adstrito a fórmulas determinadas; ao romantismo, peias a corrente de Zola e de Flaubert, que, por seu turno, tropeçou, mais tarde, no simbolismo. Escolas diversas – o niilismo, o nefelibatismo, o dadaísmo e outras e outras – esboroou-as, logo, a ação do bom senso, felizmente corrosiva em casos similares.

E o futurismo? Reação, talvez, da infecundidade, não é o futurismo mais que um adubo diabólico, fertilizante de saaras, nos quais desenvolve plantas monstruosas, que, apenas medradas, as tisa o bafo causticamente das soalheiras do deserto. Ou é isto, ou, então, um veneno viperino que mata, implacável, as mais belas florescências de um espírito destinado a rumos concretos, para os quais devera abalar.

A grande arte é aquela que tudo consegue, não violentando a conveniência, mas usando de meios regrados de expressão, de tropos assimiláveis, de imagens ao alcance de todo aquele a quem não alterou, ainda, alguma aberração física, que deformasse os objetos, consoante o grau de morbidez cerebral, que a determine.

Ronald de Carvalho, Menotti del Picchia e Guiomar de Novaes, que também se fez representar, interpretando músicas filiadas à insustentável e desajeitada escola futurista – minhas respeitadas condolências.

Paulo Arinos
Fevereiro de 1922

Correio do Povo. Porto Alegre: 7 set. 1922.

Alcides Maya (sobre um asserto)

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

Sugeriu-me esta crônica uma breve passagem, que se lê na obra recente de Tristão de Athayde, – e *Afonso Arinos*, como se chama. Alude ao nosso bravo regionalista das *Ruínas vivas*.

A princípio dela pretendi tratar no artigo que hoje *A Federação* publica, no qual examinei, passo por passo, os processos usados pelo magnífico esteta no estudo precioso, que dedicou ao grande sertanista mineiro.

Mas o asserto do notável crítico moderno é lançado tão de raspão que comentá-lo ali seria atentar contra a unidade da impressão, que mira, antes de tudo, a estrutura da obra, em suas linhas mais gerais. Além disso, o exame à parte traz a vantagem de emprestar o caráter de ideia central ao que lá teria a triste posição de assunto secundário, humildemente dependurado aos pés do tema principal, como fato inútil.

Se se cuidasse de nome que não o de um escritor que, sobre interessar-nos como rio-grandense, avulta, sobremodo, no movimento regional brasileiro, é possível que eu ficasse calado. Está em jogo, porém, o de Alcides Maya, que merece opinião justa e conveniente.

Ali à página 169 de seu belo estudo, falando o senhor Tristão de Athayde, acidentalmente, do reflexo regionalista que iluminou o Rio Grande, qualifica-o de “espontâneo” e vê no nobre estilista gaúcho “o seu melhor representante”.

Ao primado não lhe oponho dúvida. Mesmo nem creio haja quem lhe oponha.

Onde, porém, não sinto exatidão é no título que dá a Alcides Maya, e que o erige como “o melhor representante” do “regionalismo espontâneo” do Pampa.

A obra literária do nosso romancista não é um produto de forças ambientes. Não há nela a fresca espontaneidade que alguma coisa tem daquele determinismo, que, empunhando [bridas] invisíveis, dirige o espírito do autor por veredas, cuja direção varia, quando variam as condições internas ou externas, sob a influência dos quais o artista vive. Muito mais res[s]altante é a imagem de sua inteligência, sobre o cenário aberto das coxilhas, que a deste sobre aquela.

Em Alcides Maya, houve, pois, graças ao poder evocativo que tem, uma inversão de influências.

Ele é um regionalista “intencional”, não “espontâneo”.

Já em 1897, quando publicou o primeiro livro *Pelo Futuro*, – se vão campos, que se vai azulando a distância.

O panorama é simples. Nenhum assombro. Os rios gorgolejam: são águas mansas que defluem, sossegadamente, prontamente. Nada da pompa de florestas misteriosas: quando muda o vento negro dos capões, a pintalgar imb[?]micios, onde em onde.

Tudo isto, a ser “espontaneamente” vivido há de exigir formas simples, fluente, sem afe[ta?]ção.

No palco dos dramas que nos conta Alcides Maya, antes de se descortinarem amplas, as perspectivas verdes da campanha, desdobram-se-nos à contemplação as vivas ondulações de um temperamento de artista. Em suas páginas, nem sempre é o minuano que uiva, frio e cortante, roçando o pelo do gado, sorumbático, à beira das aguadas, e levando, para longe, o relinchar dos poldros assanhados: – vezes freqüentes, parece adormentar seus ímpetos nas afastadas gargantas da serra, quebrantado, para deixar que um sopro de arte, dominante transforme o quadro,

iluminando aqui, correndo, além, uma cortina, erguendo o pano de fundo, mais longe, para a visão de novos deslumbramentos.

Assim, à ca[i]a de motivos que se coadunam com seu vigor descritivo, movimenta, quando a quando, o escampo do cenário, e dá-lhe vibração e dá-lhe [ru]ndo, mediante a súbita ressurreição prelos sangrentos; ou refoge à monotonia da paisagem, levantando os olhos para o céu, onde os deleita a mutação fantástica dos [acúmulos?], ao ocaso, “escorrendo sangue, vomitando chamas, numa cromatização grandiosa...”.

* * *

Depois de prescar os olhos pelo mundo, dir-se-ia que os fez volver à terra natal a intuição destas grandes palavras de Juan Carlos Gomez, cujo sentido não se confina tão só, na pa[?] de Artigas, mas rompe: lo as nossas, sicibla, aqui, os mesmos elementos que as dictaram.

“Una sociabilidad original y una revolución fundamental – diz o escritor uruguaio – encierran todas las pasiones, todos los dolores, todos los infortúnios, todos los dramas del [corazón?] humano. La mina es vasta. Falta el minero capaz explorarla.”

Alcides Maya aferiu bem a riqueza da mina – cujo roteiro traçara Apolinário Porto Alegre – e pôs-se a extrair ouro em profusão, que poliu e limou com o requinte de um ourives, d’antanho.³

³ É possível identificar pelo original que este texto está incompleto. Não foi localizado, contudo, sua continuação.

Correio do Povo. Porto Alegre: ago. 1923.

Viamão

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS - Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

nos as asas triumphaes, com que os poetas da estirpe de Junqueiro se alam aos calambramentos dos astros. Com que direito, portanto, commentariamos uma obra que é das mais notaveis, em belleza e profundidade subjectiva, de quantas o genio poetico da latidade produziu modernamente, depois de Victor Hugo?...
 (30)

Nem isso poderia fazer-se nas paginas dum jornal! O seu lugar seria nas revistas ou mesmo nos tomos a parte — e não na hora sobresaltada e dolorosa que passa, mas mais tarde, quando se recuperasse a serenidade tão fortemente abatida, readquirindo-se, conjuntamente uma impassibilidade essencial a todos os que exercem a critica e pretendem ser justos, mergulhando avidamente na verdade... E o meu proposito não era esse, na realidade. O que eu quiz, escrevendo esta chronica, foi posar algumas rosas sobre um coixinho que se fechou e em que para sempre se escondiu o homem eminente que foi meu amigo, que teve em mim o mais humilde dos seus admiradores fanaticos, que nas suas mãos gigantesca — a, apesar disso, bem debel humanamente — ergueu a sua Patria um pytho de gloria immorredoura e que tia dois mezes apenas, na morna e florida tarde de maio em que lhe foi dicer o derradeiro adeus, ao combato em que partia para Lisboa, exclamava para mim: — Venha cá!... Venha cá que não nos tornaremos a ver!...

Oh! a evocadora saudade deste memorial O Junqueiro que eu tinha diante de mim, macerado pela doença, exangue, martirizado pelo soffrimento, não era o Junqueiro dos dias esplendidos de confiança, amando os esplendores, as pompas, as decorações, o luxo, a magnificencia! Era, antes, uma individualidade de "élite" que tendo vibrado contra o dogma catholico o seu latego coruscante, se inspirou na doçura, na bondade angelica, na religiosidade de S. Francisco d'Assis, para se tornar digno da existencia; que se arrendeu das seus excessos, das suas coleras rimadas, das suas insurreições a que não presidia uma intelligencia reflectida, mas o impulsivo entusiasmo da mocidade, tendo a coragem de confessar na voz alta o seu arrependimento; que, antes de morrer, fez um severo exame de consciencia e que, apesar de ter sido accusado de atheista, pela fulguração das suas satyras contra a Igreja, se reconciliou com ella — sem todavia deixar alguma vez de ser um crente, embora vivesse fóra do seu tempo como todos os homens geniaes — porque os genios só vivem no passado ou no futuro, e nunca no presente...

Crente — disse eu! Crente exaltado e sincero, no seu christianismo! A Antonio Candido, formado em theologia e que foi um dos nossos maiores pradores e, com o poeta eminente da "Patria", um dos ultimos Venelidos da Vida, offereceu elle a "Vellido do Padre Eterno", com esta paradoxal e rissonha dedicatória: "Ao alheu Antonio Candido, o padre Guerra Junqueiro". E ainda ha mezes, o sngusto morto d'hoje medizla, numa dessas repousadas conversas em que elle era formidavel de "vervo", de eloquencia e de originalidade:

"—Culpam-me de atheismo, a mim, que estou onde constantemente estivo e que fui sempre religioso. E quem são os meus mais impiacaveis accusadores? Os padres! Pois bem!

Viamão

Cheguei á antiga Capella Grande com a alma impregnada da poesia de Francis Jammes. Francis Jammes é o poeta dos villarejos. Elle ama os campanarios desertos, onde morem andorinhas. Elle ama as vielhas tortuosas, que casas, encombreadas ladeiam, velhas casas com hervas nos beiracos. E' vel-o diante das grandes encrevidas, a contemplos das rosas, que apenas se entremostrem na sombra, ao fundo dos jardins tristonhos. Francis Jammes ama os burricos das estradas...

J'aime l'ane si doux marchant le long des houx.

Seriam nove e meia da manhã, e a gente de Viamão ainda dormia. Não te espantes. Pois os velhos não dormem? Viamão dormia porque é velha... Pensa-lhe sobre os telhados baixos a idade patriarchal de quasi dois seculos.

As casas, todas miudinhas e unidas, pareciam abandonadas á inconsciencia feliz de um sonho muito humilde e muito medroso. Pensavam, talvez, si pensassem, noutro tempo, num tempo que se perdeu...

Em quadrado, ao redor das duas largas praças batidas de luz, como que se encolhem, mais e mais, asoherbadas pelas torres do templo colonial, enorme e grosseiro monumento da segunda metade do seculo XVIII.

Um sol muito claro inunda estabandamente a villa. E tudo, searia velha, polsea carcomido, muros afelados que os abandona a calça, á primeira vista semelha remoçar, transfigurarse. Mas, a um olhar mais demorado, se nos vae deparando a decadencia muda de um organismo cansado de viver.

Viamão exerce sobre o visitante o prestigio estranho das coisas que vão a caminho da morte. Como o personagem de certo drama, Viamão já não é bem da terra. Parle dos mysterios do outro mundo já lhe foi revelada. Mas, ingenua que é, e simples, não se apercebe dessa dignidade. Apresenta o aspecto vasto desses valetudinarios que perderam a memoria, trizo-se com ella toda a noção do passado. Acredito, mesmo, ter-lhe esquecido que foi, por dez annos, ao tempo das guerras hespanholas, a sede do governo do continente de São Pedro.

Conta a historia que Viamão se tomou de espanto, quando José Marcelino de Figueiredo cuidou de transferir a capital para as margens do Guahyba. E dahi avante, não mais cobrou animo. Anda-lhe pela pyelononia o ar boquiaberto das esperanças mallogradas. Viamão não sorri... Viamão tem a consciencia do seu declínio, e a elle se resignou...

Emtanto, não nos rogem a vista alienia caracteres indecisos, desfeitos quasi, a surgir, aqui, ali, que teimam em relalar-nos uma obnublação esma, rellida, que se vae apagando, pouco a pouco. A feição dos casebres, acaçapados, malfeitos; separados apenas por meias paredes; o rude perfil da igreja, branca como as ossadas, em faço da qual se deteve o illustre Saint Hilaire; o traçado das ruas que se perdem na faixa sem fim das estradas; tudo está a evocar uma determinada época nos annos da colonização do Rio Grande. Sente-se em Viamão aquillo que se póde chamar o cheiro do tempo. Por ali passou o homem e imprimiu um pouco de si no ambiente sonolento. Não conheço Viamão á tarde, quando a ausencia do sol restitua ás coisas o seu verdadeiro aspecto. Mas creio bem que nesses momentos, em que a saudade eria e reconstrói, se não de acentuar os vestigios de uma vida já vivida, e posta, depois, a definhar, a definhar, graças ao surto silicente da campanha na actividade pastoril que lhe foi pelos descampados e colihinas.

A Joaquim Nabuco sabia-lhe mal a palmeira brasileira. Porque nunca falou á sua fimotividade nada que não trouxesse a mão do homem. Voz, se ella o pá de átilia ou o grão do semeador. E a nossa palmeira é bruta. Tem apenas uma vida presente, sob um sol que mata. Falta-lhe a evocação historica.

Justas que sejam, as observações do magnifico escriptor não quadrariam bem á vista de Viamão. Porque a primitiva colônia açoriana, como se sabe, como se sente, tem o seu passado. E ha mais que esperar delle que do futuro. Que lhe dará o futuro sino o peso de mais annos, que lhe irá sopanadão as cumleiras, mais e mais, até fazer de tudo lapaça?

Acompanhado desses pensamentos, máos, la eu andando na direcção do grande templo, custoso de vel-o e examiná-lo. Mas as portas ainda não se haviam aberto. O templo tambem dormia.

Nisto, alguém que ali chegou, chamou-me a attenção, dizendo-me:

—A gente daqui gosta muito de mbeas, moço, mas gosta mais de dormir...

E, antes que eu escorregasse da poesia encantadora de Francis Jammes para a desencantada prosa de Monteiro Lobato, quando em face do crime das cidades que se deixam morrer, —abandonei a villa.

E' sempre melhor ficar na poesia. Pelo menos é mais cabio...

Paulo Arinos

Agosto, 1923.

Correio do Povo. Porto Alegre: 23 set. 1923.

Alma bárbara

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

Alma bárbara... Belo e forte o nome do último livro de Alcides Maya. São raros, muito raros os livros do bravo estilista gaúcho. Raros, no duplo sentido que são preciosos e escassos. Só uma que outra vez, a magra literatura do Rio Grande se rejubila com a mercê de um deles.

Quando se anunciou *Alma bárbara*, repassaram-me pela memória lembranças de páginas de Alcides Maya, lidas e relidas de outras vezes, páginas que não me esquecem mais; que perdura ainda sua intensidade, que ainda lhes sinto o prestígio da cor. E toda a irresistível magia de que os novos contos deviam ser impregnados, antegostei-a com voluptuosidade. Como eu, acredito que todos os mais.

Não é de hoje, por certo, este ambiente de simpatia em torno do *conteur* dessa magnífica série de histórias gaúchas, que se chama *Tapera*. Nasceu do convívio com as primeiras provas do seu singular talento de artista, em que sobejam qualidades de alto preço. Sensível a esse ambiente, ao romancista de *Ruínas vivas* cabem responsabilidades não pequenas, as quais, bem que gratas, hão de pesar-lhe, e bastante, sobre os ombros. Além disso, é fato que aos olhos dos nossos patrícios de outros Estados, é ele o regionalista representativo da campanha, dessa campanha heroica, onde ainda se surpreendem, ao vivo, e [?] maneira de outros tempos e [?] outras terras, romances de genuíno cavalheirismo.

De um lado, é de desvanecer tal estado de expectativa. Mas não apresentará, de outro, um desfavor? O homem, na sua eterna ingenuidade, não exige das coisas que, quando esperadas, sejam muito melhores, que quando o não são?

Ora, bem balanceado seu novo livro, bem ponderadas suas forças, e medidos seus preceitos, estou que nem de todo Alcides Maya logrou sobrepor-se às nossas exigências. Porque, ou muito me engano, ou *Alma bárbara* não é um livro integralmente igual. Ao pé de páginas soberbas de estilo e de observação, outras há em que a narração corre como cansada, malgrado a viveza da forma, ou vai saltando, inesperadamente, ou se arremessando, em retalhos, para o fim. Chocanos, por exemplo, a contiguidade em que deparamos os contos “Supérstite” e “Ritornello romântico”. O primeiro, onde vibram, rápidas e fortes, notas épicas, é a marcha desordenada de guerreiros em retirada. De uma fidelidade que impressiona, sente-se nele a sombra que desce sobre esses que foram morrer por um ideal, e voltam vivos... É uma página prene de cintilações de estilo, onde coriscam espadas, onde se ouve o soar de cornetas longínquas. E o outro? Pouco menos que a mais banal história de amor. E o mesmo volume que conta esse extraordinário perfil de Neco Alves, em que Alcides Maya retraça, a ponta de fogo, o belo amor próprio do gaúcho, que vai além da vida, – é pena que conte, também, trechos como “Lenda guerreira”, mais ou menos diluídos, mais ou menos pálidos.

Além de “Monarcas”, que, ao que penso, há de ficar, na literatura brasileira, como um dos flagrantes mais típicos e mais precisos da psicologia gaúcha, admirei, com calor, “Água Parada”, “Fábula de hoje”, “Entre bandidos”, etc. Não me furto, mesmo, à tentação de copiar qualquer fragmento desse pastel profundo e inquietador que é “Água parada”:

“Na linha triste daquela sanga, escavada, sobre os confins da Estância, entre verdes tratos de coxilhas, uma lagoa atraía, “arrastava”, profunda, singular, diferente de todas. Nas outras, a flor do chamalote parecia sorrir às virações; as outras pareciam enamoradas do sol, do vento, dos perfumes, das vozes errantes do

pampa e das asas distensas que passavam e das grandes nuvens coloridas que fugiam...

Lá era de mistério o tom, o traço, de mistério e de um insondável mistério de vórtice parado, o sentido das águas profundas, diferentes, atraentes...

Dir-se-ia viva – mas viva de segredos, não de formas – viva do que encerrava no fundo e do que evocava e do que sugeria...”

Não vos tocou uma harmonia desconhecida, uma harmonia como nunca ouvistes, e que prende, e que fascina como a lagoa mesma?

É que Alcides Maya é um estilista, na alta acepção do termo. Teve a graça de ser ele mesmo na arte de escrever. É inconfundível.

* * *

Os campos... As sangas... Um ranchinho... As mangueiras... Aquela porteira caída... Um velho umbu de estrada. A campeiragem... E em meio de tudo a nobreza viva do gaúcho...

Sem dúvida, há poesia nos contos de Alcides Maya – poesia sã e viril. Mas nele é maior, bem maior que o poder de sugestão o poder de penetração. O observador avanteja-se, de muito, ao poeta. E nem é raro que este se encolha, acanhado, diante do olhar agudo do primeiro. Frequentemente, a nota lançada acerca de um acidente particular, amplia-se-nos na inteligência, desdobra-se, toma corpo, e ei-la referida, para logo, a toda uma generalização, refletindo ora a índole, ora as usanças da gente cá da terra. Havendo muito o que sentir nas histórias de Alcides Maya, cuido haver nelas mais o que entender que o que sentir. Através delas, a vida nas coxilhas, onde vibram, surdos, renitentes, pressentimentos de guerra – lembranças indelévels de guerras passadas – dir-se-ia mais narrada que vivida. O nomadismo do gaúcho, campo a campo; o seu apurado instinto de emulação, sempre desperto; a íntima correspondência dele com a terra, cujo desafogo retrata na franqueza do gesto e na rebeldia da atitude; tudo isso é admirável de verdade e de cor nos capítulos de *Alma bárbara*. Entretanto, não desejáveis maior efetividade na sua ação? Não vos parece que Alcides Maya tenha plasmado os aspectos vários da nossa gente numa sucessão alegórica de grupos esculturais? Pode-se dizer, talvez, que o ilustre prosador sulino, auscultando, fundo, o coração do gaúcho, cuidou, sobretudo, fixar-lhe a postura entre os demais tipos humanos. Por isso, prefere apanhar, não a ação mesma, mas o sentido da ação. Nada lhe importa o drama cotidiano, senão o drama definitivo e único, onde todos os mais se confinam. Daí aquela imobilidade. Daí, também, o nem sempre aquiescermos às expressões dialetais que picam, abundantes, as suas narrações.

Ademais, a individualidade de Alcides Maya, bastante poderosa e forte, fora capaz da abnegação de engolfar-se, de perder-se na alma anônima do pampa? Alcides Maya não se identificaria jamais com o ambiente. Foi de sua força dominá-lo e afeiçoá-lo à sua intenção de esteta e de filósofo.

De jeito que a sua intimidade com as nossas coisas, por demais compreensiva, se nos mostra menos acessível, menos comunicativa.

É precisamente sob esse ponto de vista que se devem extremar Afonso Arinos e Alcides Maya. O grande regionalista mineiro sentiu o sertanejo, e comoveu-se. De igual modo, o autor de *Alma bárbara* sentiu o gaúcho. Ao revés de comover-se, porém, pôs-se a estudá-lo. Assim que os seus personagens não são bem homens: são tipos mais que homens.

A identidade entre o meio sertanejo e o autor de *Pelo sertão* foi a mais completa. Ainda nos *boulevards* de Paris, não perdia de vista o Pedro Barqueiro, nem lhe esquecia o Joaquim Mironga. Já com Alcides Maya não é o mesmo que se dá. Nunca se lhe chega a confundir o colarinho alvo e rebrilhante com o lenço negligente que o guasca traz ao pescoço.

Paulo Arinos
Setembro de 1923.

Correio do Povo. Porto Alegre: fev. 1924.

S. Frei, Gil de Santarém

(A respeito de um livro do sr. João Grave)

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS - Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

S. Frei, Gil de Santarém

(A respeito de um livro do sr. João Grave)

D'entre os modernos escriptores portuguezes, um dos que mais conhecemos no Brazil, é, sem duvida, o sr. João Grave. As suas muitas obras, já de assumpto historico, já de assumpto social, ou simples fantasias, são lidas com gosto, cá nesta banda do Atlantico. Nem sei de livrarias em que as não haja á venda; mas suas bellas encadernações em percalina, com legendas de ouro e arabescos em relevo. Eu quero crer, até, que alguma afinidade existe entre o animo do fecundo romancista luso e o animo da nossa gente. De facto, não nos é estranha a sua imaginação fortemente colorida. Sempre carinhosa para com todos os aspectos, vendo em cada um, tão somente as notas gráças aos sentidos, a sua esboçada imaginação, que se derrama em longos períodos febris, onde, em grande copia, metaphoras se entrecrocão e se amontoa, — tem qualquer coisa que semelha o nosso estado íntimo, ardente e vibratil, resultante da eterna visão de paisagens etreas, cujas sombras e melos tons, roubam um sol de fogo.

Consoante isso, o nosso poeta popular, como lessemos os poetas, seria Castro Alves, o moço de basta cabelleira e olhos de chamma. E por longo tempo continuaria a sei-o alma, até que nos fosse dado perceber que o estylo não é apenas méro jogo decoras, méro jogo de que nos traçam captivos olhos e ouvidos. O estylo ha de reflectir, também, e antes de tudo, sensações intellectuaes, ha de traduzir aquella "nuança infinita do pensamento", que é, conforme ajuza um critico notavel, o que nos rende o seduz no estylo de Rénan.

Valem estas considerações, com respeito ao povo em geral, que se diria mais affeito ao rescaldo dos caminhos que á sombra das arvores. Emtanto, seriam injustas, caso invocadas realtivamente aos escriptores. Porquê, bem que os haja subordinados ao agrado popular, o numero tende sempre a crescer dos que preferem a sobriedade, o esticismo.

Demais, com Euclydes da Cunha, chegamos ao limite máximo do que se pudéramos dizer acerca da nossa psammacta em face da terra bruta. Além de "Os sertões", é o inconcebível, é a loucura, Euclydes da Cunha surpreendeu a nossa raça na sua luta infinitamente desigual com o ambiente portentoso. E descreveu-lhe, apiedado, ao mesmo tempo que horrorizado, em paginas impercíveis, o formidavel poema do heróico calado e tragico.

Do extremo opposto é Machado de Assis, o nosso grande Machado. A despeito de todas as sollicitações do meio, elle se detém a emmudar a psiche humana, afim de obter o segredo da nossa miséria. Este é o lado moral da obra do desencantado humorista de "Bras Cubes". Mas ha nella, também, um lado formal, — reflexo, talvez, do primeiro, — que nos tem valido pela mais alta lição. E' claro que me refiro ao estylo em que escripta, maravilhoso, entretendo de finura de espiritalidade, que nos fala da inconsistência de tudo quanto se cinge á bega obediencia dos sentidos.

Uma, a que vem tudo isso? E' que eu queria chegar ao ponto de dizer que, mercê do exemplo de Machado de Assis, se me affigura que andamos a frequentar, com mais assiduidade, que os proprios portuguezes, os D. Francisco Manoel de Mello, os Almeida Garrett e outros mais que, bem como esses, souberam por graça e gentileza na companhia das suas maguas, ou na manifestação da sua sabedoria.

Si assim é, pôde-se explicar o facto, pensando, talvez, que, si os portuguezes contam com os prodigiosos nomes de Eça de Queiroz e de Fialho de Almeida como inspiradores de quasi todas as suas actuaes expressões de estylo, manquejam de um mestre, qual foi o autor de "Quincas Borba", que lhes ensinasse, tal nos tem ensinado a nós, que a medida é que é o signal das colunas perduraveis, que nem sempre deve ir com pedras soltas o nosso lyriano, e que, por vezes, é mais seguro o effeito, si transfermos o nosso louco amor numa reticencia duvidosa, e o nosso grande odio num simples sorriso de esdema.

Si estas ponderações poccassem pela comprehensão que lhes dei, de certo não hão de vir fóra de proposito, emquanto referidas a qualquer dos livros assignados pelo sr. João Grave. Assim, podia tocá-los em torno de obras anteriores, taes como "A jornada romantica", "Relatório tragico", etc., como as faço, agora, em torno do ultimo romance que lhe sei da infatigavel penne. — "S. Frei Gil de Santarém". Porque é sempre igual o seu enthusiasmo pelas coisas, traduzido que é pela mesma adjectivação abundante, de que se tocam e se abizam conceitos e imagens.

No presente volume, o sr. João Grave es-tem á velha e famosa lenda de S. Frei Gil, a mesma de que Eça de Queiroz deixou o fragmento que todos lhe conhecemos, seu tanto prolixo, talvez, mas bello, ainda assim.

Estamos nos primeiros seculos da vida de Portugal, ao tempo em que os herdes corriam de solar em solar, cantando, por preço do acolhimento recebido, as noyas endechas que subiam; ao tempo em que as donas, cheias do santo temor de Deus, emmudeciam diante dos monges que lhes contavam os ultimos milagres. Nesse tempo, D. Gil de Valladares, filho de D. Ruy de Valladares, senhor de Mortagua e Gonfaim, atravessa terras de Portugal e de Castella, demanda de Paris, aonde vão

estudar theologia e medicina. Em meio á jornada, porém, ella topa com o Diabo, Transfigurado no gentil escolar D. Tristão, o Diabo lhe insinua que, para penetrar a Vida até ao fundo, devia mudar de intento. Segue, no rumo de Toledo, onde se iniciaria nas Artes Negras, as quaes facultavam todos os poderes, todas as delicias, todas as riquezas. O fidalgo não resiste á tentação e desvia para Toledo. Ah! chegado, negocia a alma com o Diabo, mediante a garantia de um pacto que assina com o proprio sangue. Im paga, porém, tudo lhe cairá ás mãos, ao mais leve aceno da sua vontade.

El por muito tempo, D. Gil corre o mundo, dá faganha em faganha, e ama mil mulheres. E de todas as mulheres se aborrece, e se aborrece, emfim, de tudo mais, sentindo-se como que ausente na loucura dos prazeres por elle mesmo concedidos. Provada todas as sensações de amor e de mando, e della es cansado, e della desiludido, deixase, ao cabo, ficar em Paris, a meditar textos scientificos, para aprender a virtude das plantas e dos simples, "para saber el o fogo poderia engendrar-se no corpo humano, si era de inverno ou de verão que o estomago tinha mais calor, si as mulheres se convertiam em homens e os homens em mulheres..." Após, assiste a multidões de enfermos e opera extraordinarios milagres na arte de curar. Seu nome se espalha por todos os recantos da Europa. Mas eis de novo, rocha na volupia, e são castellas que se lhe atiram nos braços, e são maridos que se desmentiram o casamento, e são paes que morrem de desgosto.

El por duas alternativas andaria D. Gil até á morte, caso elle não fosse pensa de Deus. Sim, era de Deus, muito embora houvesse vendido a alma ao Diabo. El Deus gula-lhe os passos que o davam conduzir a um convento dominicano de sua esquelida patria, onde ha de amargar o desvario de tanto tempo... Por meio de longas praticas religiosas e rudes penitencias, logra o então Frei Gil obter da Virgem, em dia de inflammada contrição, o perdãozinho que o condemnára.

Tal a historia de aquelle que "velo a ser grande santo, mas que primeiro foi grande bruxo", segundo se lê nas delicias "Vergens" de Garrett.

A vida de S. Frei Gil, narra-a o sr. João Grave com a limpidez que caracteriza o seu estylo. Entretanto, penso que lhe falta, até certo ponto, aquillo que se pôde chamar o somido dos tempos que passaram, cujos prestigios de-facili apprehensão parece o empolgaram de todo, em detrimento do seu verdadeiro caracter historico. Por isso, o sr. João Grave não conseguiu uma intimidade perfeita com a lenda, do sorte a levarnos a acreditar mesmo nos seus momentos inais maravilhosos. Apesar de todas as referencias a coisas avitas, não chegamos a sentir-nos transportados para aquellas velhas idades em que as mulheres se chamavam D. Mór, D. Tareja, e os homens, Telo, Mendo, Munlo.

Um dos feitos de D. Gil, após o pacto com o Diabo, foi, segundo conta o sr. João Grave, sublevar os servos da globa contra os senhores feudales. El foram ondas amotinadas da hummens que se precipitaram, em selvagens avalanchas, contra feodes e adarves! El foram corruções de incendios que lhes ficaram como péggidas alzinhas da paisagem! El foram torrentes de sangue que mancharam a terra... Gra, é sabido que, ah! pelos seculos XIII e XIII, que foi quando viveu o homem que era do Diabo e que acabou de Deus, toda a Europa, numa vasta colligação, se empenhava nas grandes cruzadas contra os infidels. E particularmente na península iberica, em pleno jugo mourisco, os pequenos reinos, aliados, contra elle, entretinham luta de vida e de morte. El só quando cessaram os motivos dessas guerras, e quando os distintos esforços fracassaram diante de Jerusalém, só quando o ultimo sarraceno, com a queda de Granada, abandonou a presa de tantos seculos, só então os christãos se voltaram as armas contra si mesmos, e entraram a destruir-se, reinos contra reinos, vasallos contra senhores. Esta é a lição rudimentar da historia.

Na sua sede de prazeres, D. Gil discurto, também por villas e cidades de Allemannha, onde, certa vez, reencontra a seu amigo informal, que, então identificado com o Mephistopheles da lenda germanica lhe offerece a linda Margarida, a mesma que depois devira amar no doutor Faust... Entretanto, mediam, entre a vida do santo e a do alchimista cerca de cem annos.

Resta reportar-me ao sr. Grave anachronismo, em virtude do qual o illustre romancista põe nos labios do Diabo, a titulo de argumentos de sua dialectica, a Luthero e a seculo do catholicismo, como si a Reforma não tivesse sobrevido só no seculo XVI.

Nesse caso, eu aconselhára a seu escolar D. Tristão que se iniciasse na aguda malicia de Anatole France, afim de argumentar com mais manha e maior subtilidade...

Mas o sr. João Grave não é um symbolista. As suas figuras se movem num determinado tempo, num determinado espaço. Por isso mesmo, não se deviam calar aquelles reparos. Note-se, todavia, que os faço, por ser o sr. João Grave quem é — escriptor de nome e de prestigio.

Paulo Arinos

reveretro — 324.

Correio do Povo. Porto Alegre: jun.1924.

A grande saudade

Paulo Arinos

ACERVO DO JORNAL *CORREIO DO POVO*, DE PORTO ALEGRE/RS.

Não acreditais na saudade da Grécia?...

Algum tempo faz, um americano do norte, George Gram Cook, professor da Universidade de Stanford, abandonou a sua pátria e foi viver na Grécia, junto ao Monte Parnaso onde Apolo habitara e de onde nascia a fonte Castália. O helenista passou a conviver com os camponeses gregos. Viu o Plistos. Entreviu, quiçá, nos muros de Kastri, as sombras fugidias de Delfos...

Há pouco, chegaram notícias de Atenas, que nos contara a morte de Gram Cook. Pelos piedosos, camponeses, seus amigos, o americano foi sepultado no pé da montanha sagrada...

Eu acredito na saudade da Grécia...

Numa das semanas do drama do rei de Tebas, o velho Sófocles põe nos lábios lívidos de Jocasta certa palavra juntamente melancólica e profunda. "O expediente mais sábio, - diz ela - é deixar-se a gente ir ao acaso, tanto quanto possível." Deixar-se ir ao acaso... ao acaso vamos todos, - eis a verdade. É ainda o acaso a estrela mais segura, a única estrela, malgrado o nosso orgulho. Sempre tocadas por ela, é que vamos, inconscientemente, aonde temos de ir. A mofina porção de arbítrio que nos assiste, é, em suma, quase inútil, senão impiedosa: pois que, se de um lado vazia no sentimento da nossa finalidade, nada previne, de outro lado vem acrescentar, de muito, os nossos males, em ascendendo a memória das faltas cometidas, dos passos desacertados. Sim, impiedosa e injusta é a lei que nos traz de olhos vendados, e caminha com os pés avessos para punir-nos de delitos passados, nascidos da cegueira que nos foi imposta.

Assim, sem a alegria das promessas, duvidosos do futuro, somos, entretanto, mordidos pela mais vigilante contrição.

Que importam as revelações que balbuciam no nosso inconsciente, se, tão hesitantes, tão dúbias, nem as entendemos? O vago temor que, a espaços, nos inquieta, engendrando fantasmas e algozes divinos, não impede que se chegue a confundir e baralhar, por momentos, até mesmo o sentido do bem e o sentido do mal...

Vamos ao acaso, à doida conquista de um pássaro que quiséramos fosse azul, mas que, ao cabo, pode ser negro...

Acontece, porém, alguma vez que o acaso seja propício e dê ao homem um céu de esmalte, umas montanhas brancas um ar transparente e fino e um sol de ouro.

Sol de ouro, ar fino e transparente, montanhas brancas, via do erguer-se aos nossos olhos, e vencer-nos. Com eterna juventude dentro d'alma, plenos de saúde, alegres do verde das árvores e do azul das correntes, tínhamos de ser, por força, menos "religiosos" que "idólatras". A grande teogonia helênica foi, de certo, mais um belo jogo de fantasia que uma expressão da religiosidade. E tanto assim é que, como ainda se vê nas obras dos poetas gregos, ousávamos, frequentemente, desconfiar dos próprios deuses, pondo em dúvida as suas promessas, como se eles foram tão falíveis quanto as nossas. Dir-se-ia que não acreditávamos que fôssemos filhos dos deuses: dir-se-ia que sabíamos que nós é que éramos seus pais...

Os deuses desciam a praticar conosco e com eles entretínhamos a mais estreita intimidade. Que digo? Podíamos mesmo ser deuses, contanto que fôssemos belos!

É que, um dia, tivemos a coragem de amar e de afirmar a Vida...

Depois...

Depois o céu cobriu-se de nuvens e o sol recolheu metade dos seus raios, o ar carregou-se de vapores e sombras caíram sobre as montanhas. E, pouco e pouco, tomou-nos um grande abatimento. Perdemos a fé em nós mesmos, e a vida pesou como um fardo. Descontentes da terra, o Filho de Deus veio a consolar-nos, e a infinita compaixão que lhe sentimos nos olhos, ensinou-nos que tudo estava perdido aqui embaixo. Para logo, foi reerguida a cruz, o mesmo símbolo triste que muitos séculos antes de “Cristo” conhecêramos, mas que houve de ser esquecido por largo tempo...

A Hélade morrerá!

Desde então, só nos coube lembrá-la. É verdade que, na Itália, aí pelos séculos XV e XVI, tentamos reanimá-la, e o paganismo pareceu, por instantes, ressurrecto. Sob os auspícios de S.S. Júlio II, Roma rejubilou a tal ponto com o achamento do “Laocoonte”, que o ergueu em andor e o passeou pelas ruas da cidade como em procissão votiva... Menos instintivo, porém, que inteligente, menos do coração que do espírito, breve o movimento se desfez.

E ainda no mais acesso dele, oscilávamos entre o Olimpo e o Céu. Por vezes, o nosso sonho pagão estremecia, pávido, às arguições de fogo de Savanarola. Do gênio a um tempo rebelado e submisso de Miguel Ângelo brotavam, alternadamente, centauros selvagens e arcanjos meigos, “Cristos” dolorosos e “Bacos” bêbedos de prazer.

Não havia mais remédio. A syrinx de Pan quebrara-se para sempre. E da Grécia, só ficou a saudade, uma grande saudade...

Ao bom e ingênuo professor da Califórnia lembrou, talvez, no momento da morte, a frase desencantada de um outro sonhador: “Jarrive tard au seuil de tes mystères”...

Correio do Povo. Porto Alegre: 27 jul. 1924.

O sonho dos modernos

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

De certo que existe uma harmonia absoluta, que só vagamente pressentimos. Há, no fundo de nós mesmos, herdada dos nossos troncos mais recuados, uma teimosa aspiração de unidade. Sonhamos uma lei universal que presida a todas estas pequenas desarmonias, dentro das quais vivemos, e as transfigure numa grande música, de que elas sejam apenas notas soltas, sustentados desgarrados. Vivemos a buscar o concerto do nosso desconcerto. Vivemos em procura de uma grande harmonia, congregadora de tudo quanto vemos e do mais que, fugindo-nos à vista, mal adivinhamos.

Mas da imensa floresta de cogitações em que nos meteu a vaidade, mascarando-nos de vãos caçadores da verdade, uma única lição chegou à orla do caminho, – e essa mesmo desalenta: é que, aos nossos olhos, tudo é relativo, nada absoluto. Confinados dentro de sentidos rombos, vai perto demais a nossa compreensão. E daquela música não escutamos senão acordes perdidos, ressonâncias fragmentárias, que não sabemos dispor nem conjugar.

Mais um sonho que só podemos sonhar...

Se assim é, que nos incumbe fazer então? Desembaraçar-nos do nosso sonho? Não, – porque a poesia é uma condição da espécie. Somos poetas, porque somos humanos... Os brutos é que não sonham.

O que devemos fazer é criar a nossa harmonia, uma harmonia sujeita, é certo, à limitação dos nossos sentidos, porque não pode ser de outro modo. Criamos uma harmonia consoante com o tempo e o lugar em que estivermos. Mas como criá-la? Antes de tudo, saibamos amar a desarmonia envolvente. Quando lhe falta tudo, não lhe faltará nem cor, nem forma, nem som, nem alma. Não basta? Iluminemos-lhe, então, os contornos, precisemos-lhe os tons. Finalmente, ajuntemos-lhe o ritmo que nos canta dentro e tê-la-emos convertida em música, – desarmonia transfeita em harmonia.

Este foi o milagre que se deu na Grécia; e também na Itália, ao tempo do renascimento; e na Flandres, na sua idade heróica, quando floresceu a pintura; e na Inglaterra de Shakespeare. E dele nasceu o ritmo grego, o ritmo italiano, o ritmo flamengo e o ritmo inglês. Todos eles brotaram da terra, da “sua terra[?]”. Todos são lógicos. Todos são belos. Mas cada um constitui apenas uma harmonia relativa, obediente às circunstâncias de cada momento, de cada raça, e à luz, e à perspectiva, e ao espírito de cada uma dessas velhas paisagens históricas.

Se assim foi, porque não teremos nós o nosso ritmo? Bárbaro ou não, que seja nosso, que [traia] a vizinhança com a mata bruta e misteriosa, ou com os campos sem fim, batidos de vento, ou com as grandes caudais que se retorcem nos seus leitos e fazem “cair” a [?] [?] a terra lhes tolhe o curso. Nada é tão característico como a nossa natureza, com o seu verde, a sua luz e a sua desordem. Nada solicita, nem atrai, nem arrasta como ela. Platão selvagem, o índio socorria-se de forças divinas para explicar o assombro dos seus aspectos. Só nós seremos insensíveis aos seus feitiços? Por que havemos de fechar-lhe os nossos olhos? Por que havemos de tapar os ouvidos à sábia lição de Euclides da Cunha? Está bem visto que não é possível nos avassalemos, de todo em todo, à tirania do medo físico. Da Europa trouxemos, com os primeiros colonizadores, uns rudimentos de cultura e civilização, de que guardamos a mais obstinada memória, – o que embarga uma identificação absoluta com o meio. Quando aportamos à Terra de Santa Cruz, já não éramos mais intelectualmente ingênuos. O nosso cérebro já se achava conformado. Por isso, há de acompanhar-nos, sempre, a sombra da Europa... mas

isso não quer dizer que cerremos as portas ao sol americano. Pelo contrário, deixemo-lo que nos banhe de cheio e que nos queime a epiderme delicada. Não é que pretendamos neutralizar a ancestralidade lusitana que trazemos. Nem queremos, tampouco, anular-nos dentro da nossa natureza. Mas comunguemos com ela tanto quanto possível, invoquemos a sua força, emprestemos-lhe o nosso gênio, que breve teremos um ritmo nosso, inconfundível, diferente de todos os ritmos. É tempo de criá-lo. Vivamos a nossa vida. Sejamos mestres de nós mesmos. Somemos os nossos caracteres dispersos e formemos uma personalidade nossa...

Cuido que esta é a sugestão que inspira o anseio que vai pelo mundo da nossa poesia. Nela, talvez, é que se firma o ímpeto renovador de que vêm armados os jovens poetas brasileiros, que já não tosem, nem cospem sangue. Eles têm saúde. A vida lateja-lhes nos músculos retesados. Eles não acreditam numa harmonia oficial e entenderam de criar a harmonia dos trópicos. Eles vêm iluminados. Uma grande fé os acompanha. E vêm alegres, porque confiam no futuro.

Sejam bem-vindos!

Quando não fosse por mais, ao menos porque buscam agitar-nos, ao menos porque nos acordam do marasmo espiritual a que nos avezáramos, tolhidos e tristonhos, duramente fiados da ilustre melancolia que o lirismo dos sociólogos nos atribuiu. Sinto que uma fresca viração, carregada de fortes perfumes, começa a encrespar a superfície morta do Tapará mental a que nos reduziremos. A nossa literatura se movimenta. Abrem-se-lhe as janelas de par em par. Entra-lhe ar e luz. Sacode-se o pó dos seus ídolos, espantados de tanto barulho. Reconsideram-se valores. Discute-se. Há luta. E a luta sempre é fecunda, senão de si própria, ao menos pela reação que provoca.

Mas eu me parece que a justificativa dos novos será mais alta. Não residirá tão só nas vantagens do movimento como simples movimento, como determinante meramente casual de acidentes felizes, – mas como expressão de uma consolência ou de um pensamento, que, se ainda não está bem definido, aos poucos se há de definir e conformar.

Era o que esperávamos da enérgica envergadura de Graça Aranha, que admiramos como um de nossos poucos homens de autonomia mental. Pensávamos que lograsse apanhar o núcleo consciente dessa fermentação desta instintos criadores, à cata de argila em que plasmem o seu sonho. Isto pensávamos, isto queríamos. Porém, o seu discurso da Academia de Letras, contraditório nas suas bases, vago na sua parte doutrinária e inconveniente em certas insinuações, veio apenas acirrar a confusão, e desapontar-nos. Provocou protestos de gregos e troianos e fez que o sr. Ronald de Carvalho, infinitamente atrapalhado, espantasse os seus próprios. *Epigramas*, risonhos e claros, ameaçando-as com bofetadas, pontapés, apitos e buzinas. O sr. Ronald por certo está equivocado. O céu que nos impressiona ainda não foi tarjado pelo fumo das fábricas. É limpo e azul. Nem os nossos túneis são simétricos, nem iluminados a eletricidade: ainda são escuras picadas, que sacis e lobisomens bombeiam. O sr. Ronald de carvalho confundiu-se; ouvindo o monótono rechinar das carretas nos caminhos tortuosos, pensou no arquejar vertiginoso das locomotivas voando sobre a paralela dos trilhos. Veja bem o admirável poeta que, se ainda sonhamos o nosso Mistral, não podemos comportar um Verhaeren. Ainda vamos ao sabor de Ruskin, que desconfiava do progresso e detestava as tabuletas...

Mas, perdoemos ao pensador e ao poeta. Se não nos é dado amá-los como queríamos, isto é, a um, como guia seguro de uma revolução espiritual, e a outro, como reflexo espontâneo do presente momento, – amemo-los, todavia, como impulsos, inconscientes, talvez, mas poderosos, por certo, do movimento a que assistimos cheios de esperança. Amemo-los, senão pela sua certeza, pela sua fé, que é bela e heroica.

Correio do Povo. Porto Alegre: jul.1924.

A ficção em face da nossa história

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

Coisas mui diversas já se têm dito e escrito em torno das faculdades intelectuais do sulista. Também sobre a existência ou inexistência de vida literária no Rio Grande, alguns juízos têm sido aventados, juízos que asperamente se contrapõem, desde o espírito que os anima até aos resultados que desse espírito decorrem. E não há harmonizá-los. Vez que outra, a questão ressurgue, sempre a mesma nos seus aspectos extremistas, sempre inútil nos seus efeitos porque os contendores ainda não atinaram moldar o agente da disputa de maneira a facilitar um entendimento entre os critérios propostos.

Mas, de quanto se disse ou escreveu a nosso respeito, nada tão curioso como as insinuações de Adolfo Caminha que o sr. Alcides Maya, em livro de sua mocidade, contraditou com tanta energia. O romancista do Norte, fantasiando não sei que desfavores do nosso meio físico, contou explicar aquilo que, porventura, chamará a nossa inaptidão para os jogos espirituais.

O autor do *Bom crioulo* por certo que não anda só, enquanto assim pensa. Pois maior será o número dos que pensam mal e veem mais mal ainda. Para anular tais assertos, basta advertir em que não nos falecem escritores do mais invejável quilate. Santo Ângelo, por exemplo, o épico portentoso do *Colombo*, que tanto monta na história da poesia nacional, é nosso; e nossos, lembrando apenas alguns dos mortos, são Felix Xavier da Cunha, Apolinário Porto Alegre, Lobo da Costa, Simões Lopes Neto, Fontoura Xavier, Marcelo Gama, etc, etc.

Declinando estes nomes, não pretendo, de modo algum, esconder a minguada da nossa crônica mental. Eles são grandes, mas são poucos. O fato é este. Ninguém há de negá-lo seriamente.

Entretanto, o que vai condicioná-lo, longe de serem, como se quis, umas tantas vicissitudes climatéricas do *habitat* sulino, será o nosso ambiente moral, será este urdume inquietante de marchas e contramarchas guerreiras, que são o nosso passado e ainda são o nosso presente.

* * *

Os desacertos que sobre nós se entretêm não derivam somente daquela cegueira. Sabei que há gente que, tratando assuntos do Rio Grande, chega a não compreender como, à vista de sua história intensa, não exista uma literatura igualmente intensa. Pois não é que essa gente recai no absurdo de querer converter em motivos determinantes, de um rico pecúlio intelectual que fosse abundante e rico os próprios motivos que justificam a sua pobreza? Porque é precisamente a construção de nossa história que nos há, de todo, arrastado, em detrimento de uma construção literária. Nascemos de um reencontro entre portugueses e espanhóis, – reencontro que durou mais de uma centena de anos. Depois foram outras guerras, as guerras com as repúblicas platinas, – e foi a invasão de Estigarribia, e foram as revoluções, que chegam até aos nossos dias.

Mas não é lícito que nos lamentemos disso. A incomparável história rio-grandense vale mais, bem mais, que o sacrifício que nos custou, de uma literatura que tivesse mais vida, que fosse mais cheia. Não que uma literatura nos mereça descaso, senão que confiamos em que, mais hoje, mais amanhã, ela virá, túmida de sangue. Sabemos que o filão de ouro não se perde no seio da montanha. Um dia há de ser explorado e depois transfigurado em joia ourives. Por enquanto, elaboramos o nosso filão de ouro... Aí tendes o que não deve ser adiado.

É que ainda queremos à nossa velha lignidade, talhada nos sucessivos prélios que sustentamos obedientes todos a uma vocação histórica e política,

obedientes todos à lição inspiradora de todos eles: – “Mó-de a liberdade!” Não descuramos de por um pouco de ideal cavalheiresco nas nossas ações mais vulgares. Temos o sentimento da nobreza forte e verdadeira. E no presente transe, em que o ouro brilha mais que tudo, podemos dizer, de viseira erguida, que ainda desabotoam, à tona dos nossos dias, as mais lídimas expressões daquele cavalheirismo saudável, como só nos deparam alfarrábios de outro tempo. O Rio Grande ainda vive a sua idade heroica, vive, ainda, o seu belo romantismo, sobreviventes que ainda são os seus brios antigos.

Entretanto, cuida-se, de ordinário, que, ao lado de Pinto Bandeira, ao lado de Bento Gonçalves, e Netto, e Canabarro, ao lado de Osório e Porto Alegre, e de tantos outros guerreiros, outros tantos poetas e homens de espírito haviam de figurar, que lhes narrassem os grandes feitos.

Não sabem que a nossa história ainda não acabou. Não sabem que ela é ciosa de si mesma, e não quer morrer, e ainda vive, de plena vida. O Rio Grande não tem tradições. Não pode tê-las. As suas tradições ainda são presentes, viçam ao pé de nós, convivem conosco. Nem só os nossos avós têm façanhas que contar-nos. Também lhes contamos nós as nossas, com eles dizendo, à uma, que brotaram do mesmo sentimento de amor próprio, do mesmo ímpeto de desasso[m?]bro.

Sim: ainda não acabou a nossa história. Também no galpão, entre guascas, às vezes se corta o fio do “caso”, quando o lume apaga. Mas na noite seguinte, o “caso” continua, à luz da mesma brasa. Não é que a nossa história tenha de viver necessariamente. (Quantas que morreram!...). É que queremos que ela viva, é que nos obstinamos em fazê-la viver porque estamos compenetrados dela, e nela acreditamos mais que em tudo. E é que o tempo ainda não chegou, em que devamos desconfiar de nós mesmos.

Como se sabe, existe, no extremo sul do Brasil, em virtude de um complexo de circunstâncias, uma sociedade com traços definidos, perfeitamente distinta de outros agregados nacionais. A luta, o pastoredo e a campanha fizeram a índole guerreira e democrática* do gaúcho. Pois bem: é à defesa desses traços que ele vota os seus gestos de rebeldia. O gaúcho não compreende, não pode compreender, como os nossos legisladores vão beber inspiração, para a fatura das leis, em moldes exóticos, – e revolta-se. Tal como já ensinavam, em eras mui recuadas, as práticas do Celeste Império, ele quisera que o ânimo de suas leis emanasse da sua poesia nativa, onde vão os seus sonhos e repulsas. Porventura, veio, de longe, bater-lhe aos ouvidos o som daquelas grandes palavras que Péricles endereçou, certa vez, aos atenienses: “Não vos fiz a injúria de dar-vos, para vosso uso, leis copiadas das de outras nações”. Vem daí o sentir a gente que as instituições ainda não estão seguras no Rio Grande. O nosso velho orgulho, consciente de si, por força das mil pelejas em que se apurou, ainda terça, com desempenho, a lança e a espada, matando-se por trazer as normas que nos governam, ao caminho natural de nosso liberalismo ingênito, filho da franqueza e da lealdade dos horizontes abertos do pampa.

Nesse cuidado de colaborarmos nos princípios políticos que pretendem assistir-nos na nossa coexistência social, está a admirável vaidade de aspirarmos a ser os responsáveis pela nossa própria destinação. E então diríamos que, se obedecemos, alguma vez, obedecemos é a nós mesmos...

Tal tem sido a nossa vida: são guerras sobre guerras, e tão achegadas umas de outras, que não será difícil de apontar, como cadeias vivas que as vinculam, heróis de três campanhas!

E convém notar, para encarecer o argumento, que todos, assim o mais grosseiro dos guascas como o mais gentil dos cidadãos, não só os espíritos incultos, mas também os espíritos cultivados, mesmo as mulheres e ainda as crianças,

* [Nota do original] Oliveira Vianna – *Origens pastoris da democracia rio-grandense*.

todos, participam, senão da própria guerra, pelo menos do ânimo da guerra. Em síntese bela e precisa, assim definiu tal estado de constante vigília o nosso jovem sociólogo sr. Rubens de Barcelos, dono de alto espírito e cultura: “somos um povo acampado, à espera do toque de reunir”.

Aí está porque a nossa história literária não acompanha a nossa história política. Até certo ponto, vale o dizer que uma exclui a outra. Porque não se [frase incompleta - ilegível no texto original].

Por certo que na consideração de nossa penúria literária outros fatos hão de pesar também. Não é para perder de vista, por exemplo, que o Continente de São Pedro foi a última parcela da colônia que aos portugueses lembrou povoar. Ainda assim, foi uma razão de rivalidade com os espanhóis, empenhados na conquista da mesma presa – a margem esquerda do rio da Prata, – que os acordou. Também não se deve esquecer que, fracassada a primeira tentativa de fundação de escolas na capital, cabida ao governador José Marcelino de Figueiredo, só muito tarde tivemos as primeiras aulas. Em 1820, apenas cem anos faz, alguém se queixava de que “não havia uma escola de primeiras letras paga pelo Estado em toda a Província!”

Mas já não prevalecem tais contingências, e as letras rio-grandenses, no entanto, continuam escassas, quase indiferentes ao seu meio, descontadas que sejam umas poucas exceções, quatro ou cinco, se tantas.

Notai que já não me refiro a uma literatura qualquer. Refiro-me a uma literatura que convenha ao nosso ambiente, e seja tão como a nossa, é a nossa história. Refiro-me, sim, a uma literatura que, sem deixar de ser universal, – e para ser universal é bastante que seja humana – [trá-la?] as nossas tendências, o nosso sangue, o nosso caráter especial. A tanto não chegará a intenção. A intenção às vezes desnatura, rouba o sabor primitivo às coisas da terra, e rouba-lhes a frescura, e rouba-lhes o pitoresco. É preciso mais. É preciso o que se pode, talvez, chamar a necessidade inconsciente de imprimir os nossos sinais naquilo que nos sai das mãos. É preciso que, sem que o invoquemos, o minuano venha esfrolar os nossos períodos, arrepiar as nossas páginas.

Para que assim seja, porém, é ainda cedo, como temos visto. O nosso sinete autêntico ainda anda a carimbar documentos vivos.

Espero que não se veja aí a mais pequena veleidade de pretender que todos os temperamentos se confinem dentro de um regionalismo circunscrito e acanhado. Mas eu tenho para mim que uma literatura gaúcha só há de impor-se como tal, o dia em que lhe sentirmos, bem no fundo, a alma da coxilha, assim como nas obras russas, se entreviam, mesmo através de salões iluminados, as sombras trágicas daquela terra fria, de céu de chumbo.

Todavia, até aqui nos tem a fortuna privado desse estado de contemplação e serenidade, em que os espíritos se recolhem para criar. Os nossos tipos mais representativos, os que podiam dizer de nós o que somos e o que sentimos, esses sempre andaram longe do gabinete, entretidos sempre na política ou na guerra.

Vulgarmente, os nossos homens de letras permanecem como que à margem da verdadeira corrente dos nossos sentimentos. Filhos de Lamartine, de Lecomte ou de Samain, fugiram dela para tecer os seus poemas sentidos, preciosos ou doentios, – e não fortes, e não heroicos.

É de acreditar que só teremos uma arte comparável à nossa história, quando deixarmos de viver, como intérpretes, o nosso drama social, e passarmos a vê-lo, de um plano diverso, como simples espectadores. Seremos autores, só quando cessarmos de ser atores.

Paulo Arinos
Junho, 1921.

Correio do Povo. Porto Alegre: ago.1924, p. 3.

Livro e autores: João Luso/ Maria Pinto Serva/ Matilde Serão

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

3

Livros e autores

João Luso — "Reflexos do Rio" — Livraria Charadron, Porto, 1924.
 Mario Pinto Serva — "A educação nacional" — Eche- nique & C., Pelotas, 1924.
 Matilde Serão — "Adeus, Amor" (trad. de Jorge Jobim) — Livraria do Globo, P. Alegre, 1924.

O sr. João Luso tem para si que nada mais fácil existe do que encher as duzentas e tantas paginas de uma brochura. Apariam-se umas duas dúzias de chronicas d'entre as cincoenta que se escreviam para a imprensa, durante o anno, ajuntam-se-lhe algumas virgulas e mais uns pontos, e manda-se tudo a um editor amigo... Sobretudo, não se esqueça este ultimo expediente...

Não sei se o sr. João Luso anda bem, em quanto assim pensa e enquanto assim pratica. Porque, em verdade, a vida dos livros não se mede pela vida dos jornaes. De passo que estes são para viver apenas um dia, aquellos levam intulos de existencia mais longa. Pode ser que tal não aconteça, e os livros se deixam adormecer no mostruario dos livreiros, e pulfêdo sob chapuzes e camadas de poeira fria. Não importa. A culpa não é do livro: sim do autor que não lhe comprehendu a função.

O livro quer viver. E com elle, o que nella se escreveu, se pensou ou sonhou. Els porque não ha de ser igual a disposição do espirito que preside á leitura de um diário ou á leitura de um volume. Quando violamos as paginas de uma brochura, assistimos o direito de exigir um tanto mais do que exigimos de um folhetim, de um simples cadapé, rebiscado nas pressas, amavel, talvez, mas sempre circumstancial e de intenção ephemera.

Ora, o conhecido jornalista, cujo nome já encabeça uma dezena de lombadas, publicando, agora, os "Reflexos do Rio", vai desafiando commentarios indiscretos em torno da moda, e dizendo que "desde que, no vestuario feminino, se introduziu o genero "collante", começou a moda a caminhar, sinão para a pintura, pelo menos para a estafuraria"... Mais adiante, conta o caso de um atropelo e os apuros que lhe succedem; revela o charvari que reina pelas sociedades femininas, em que moço á balla um gesto galante do sr. Mauricio de Lacerda; interpele um pardal spleenetic, que sublinha, com azedume a estupidéz dos que erguem o punho contra elle, mal calculando que, por mais que elle debique as espigas douradas, não chega a devorar nem sombra das que se ciam devoradas pelos vermes, caso os pardais não fossem servidos de comedores...

Quando que ali vá, do livro o que não se escreve, não se pensa, e leve, e simples, pensamos que já havia cumprido o seu destino nos jornaes do Rio. Convinha, pois, sujeitá-lo a provas mais difficéis? O sr. João Luso achou que sim. Paciencia... De mais, contentamo-nos com ad-verti-lo de que a novas provas correspondem novos riscos e de que o perigo dos riscos augmen- ta na mesma proporção em que cresce a difficuldade das provas.

Outro tanto não se pôde dizer com respeito á ultima publicação do sr. Mario Pinto Serva. O infatigavel jornalista entende que o livro é uma força formi- davel, capaz, não só de dissolver o optimismo dos jovens, — como não raro acontece, — mas ainda de acordar as energias adormecidas de todo um povo. O livro não será unicamente esse felxe torturado de paginas es- crittas com febre e com sangue, destinadas a elites privilegiadas. Para o sr. Mario Pin- to Serva, elle ha de, ser com- pulsado tambem pelas classes menos letradas e terá as suas paginas encarcovadas pela rude mão do operario, nos seus segundos de lazer.

Por isso, o autor d'"A educa- ção nacional" preferirá que se diga dos seus livros que são uteis a que se diga que são bellos. De sorte que, quando formos a commentá-los, é licito, que desviemos os olhos de sua grammatica peccadora, para como de seu estylo desgastado. Passemos de largo sobre concei- tos desta ordem: "A nossa civi- lização ficou á beira mar, por- quanto o nosso vastissimo inter- ior jaz inteiramente despovoad o e abandonado", — com mesmo indagar do autor si não era jus- tamente o contrario que convi- nha dizer... Deixemos que, in- cidentemente, vá profetindo coi- sas de todo baldas de cri- tico: "Due a um operario a intelligencia de Napoleão e esse operario se constituirá o domi- nador do mundo, da época em que viver". O operario acredi- tará no engodo, lambeirá os bei- ços de contente, aprenderá logo o seu a b c, irá iniciar-se em Gorki, e breve o taremos senhor das Russias... Em Napoleão não penetrá mais, por certo, por compenetrar-se, desde os pri- meiras luzes, de que nesti sem- pre são presentes os desalinos de uma Convenção, seguidas dos desmandos de um Directorio, para facultar um golpe de Es- tado que orça um plebeu em consul...

Tapemos os ouvidos a isso, e comecemos a conjugar, com o sr. Mario Pinto Serva, em todos os tempos e modos, o verbo "de- ver". Devemos aprender a ler. Devemos apurar o nosso pensa- mento, porque o pensamento "gera todos os actos do homem, constitue a origem e causa de- terminantes de todos os aconte- cimentos do mundo, é o funda- mento, a essencia de toda a existencia do homem"... Deve- mos converter em edições popu- lares as obras dos grandes escri- tores universaes: Dante, Sha-

kespeare, Goethe, Tolstol, Pas- cal, Rousseau, Voltaire... De Voltaire tambem? Lembra-se ao publicista patriótico que elle já condemnou, em um de seus li- vros, a leitura de Anatole Fran- ce, que não é nem mais nem menos do que o neto espirital do grande tropista do seculo XVIII. Devemos curar as nos- sas doengas... Devemos cons- truir estradas... Devemos plantar... Devemos emprehen- der tudo, pois que tudo nos fal- lece... Sim, tudo! A verdade ha de ser conhecida, boa ou má que seja. "Em ultima analys, — pensa o autor d'"A Allema- nha sangrada", — a unica coisa que interessa ao homem saber — é a verdade. Cumpre saber não apenas a verdade, como toda a verdade e só a verdade". Assi- m, escudado neste principio, que um sophista se regalava de contradictar, no fervoroso na- cionalista não repugna dizer de- nós as coisas mais duras. "Na realidade, não somos um país civilizado, seremos a Turquia da America do Sul? Não. A comparação é injuriosa para a Turquia". Entretanto, acense- lha que devemos "morir no presente" e ao senta com artu- ridade para debilitar contra o nosso negativismo, esquecido de que abre "A educação nacional" com a declaração despidiosa de que completamos "um seculo falho". Foi assim, de facto? Não. Que pouco não foi realizar uma unidade nacional tão se- gura, que resistiu intacta zenaso ao positivismo sanhudo de 15 de Novembro...

Por tres caminhos, duvidi que se chegue a regenerar um país. O sr. Mario Pinto Serva anda errado. Não pôde ser saudavel uma obra inspirada no mais fu- cillando pessimismo. Nem util, como elle quizera que fosse.

"Adeus, amor", com que a Li- vraria do Globo inicia a sua bibliotheca para senhoras, não é um rouquice só para senhoras, sinão tambem para homens. Ha nelle muita vida, muita paixão, é certo, mas obedecendo não só á imaginação de fogo de Ma- tilde Serão, sinão tambem á observação, sempre sincera, que lhe inapla a trama psicologica onde se enleiam os seus herões. É um livro de amor e de morte — diz o traductor. Não é tudo? Abrangendo o amor e a morte, não vai até aos pontos extre- mos, dentro dos quaes, sem saber como transpo-los, passa o rapasa a interminavel caravana da vida? Dir-me-eis que Matil- de Serão por vezes sonha de mais... Entretanto, quem ha que possa traçar com rigor a fronte- ira que aparta o sonho da reali- dade? Quem janalis os fecliu na sua legitima comprehensão? Já que das coisas só conhecemos o reflexo que ellas deitam em nós, e já que esse reflexo assumo as cores que inconscientemente lhe empurramos, que será a reali- dade? Não é a realidade a transfiguração das coisas, que é o sonho?

Em arte, não procuramos mais que o sentimento da vida. E é o que encontramos, desbordante, na ficção da notavel escriptora italiana, que acabou de ser ver- tada para o vernaculo.

Que dizer da traducção, Annunciar que foi confiada a Jorge Jobim, o critico subtil de Machado de Assis, o anavel poeta das "Poesias", vale pelo seu maior elogio. Ninguem dra- conhece a pureza da sua lingua, a sua riqueza yocgbular, bem como as qualidades do seu esty- lo, que a gente lê sem sentir, estylo macio, estylo feminino.

Paulo Arinos
Porto Alegre — Agosto, 1924.

Coffee do Polo
agosto, 1924
(9)

Os primeiros frutos

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS - Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

CORREIO DO POVO

Os primeiros frutos

17/08/24

Si, depois dos "Epigrammas Ironicos e sentimentaes", de tão fina malicia, os quaes vieram, desassombrados, acordar em nós a consciencia de novos rythmos, já não nos cabia o direito de por em duvida o animo creador que nutria os jovens renovadores. — com "A fruta que eu perdi", de Guilherme de Almeida, livro cheio de luz, de imagens claras e simplices, se faz ainda menor esse direito. Como alguns mais, são frutos sozoados, que já se podem colher e saborear. São espumas douradas da corrente que ora nos leva. Crenças felizes...

É que os maldizentes não têm razão. A campanha espiritual que nos desentorpece, e sacode, não obedece, como elles queriam, a nenhuma sombra destruidora. Pelo contrario. Ella é fecunda. Ella affirma. Affirma que existimos, e busca imprimir na arte a expressão desta existencia. Libertando-nos de mil e uma de fórmulas, em que nos esforçamos por metter o nosso sonho, fosse estrangulando-o, fosse matando-o, — procura a expansão de nós mesmos dentro de uma harmonia nossa.

Si somos na vida, porque não havemos de ser também na arte? Temos as nossas linhas? Por que não desenhamos com as nossas linhas? Temos as nossas tintas? Por que não colorimos com as nossas tintas? E, si temos um caracter, o nosso caracter, porque não animamos delle as nossas telas?

Chegou o tempo de criarmos o nosso pensamento, o tempo em que devemos pôr nas nossas obras as nossas proprias confissões...

Não se impõe limitação alguma. Nem modelos, nem formulas. O "objectivismo dynamico" do sr. Graça Aranha, embora lhe affinassemos com o sentido, seria, em fiasco, arbitrario, por trazer a marca de recta esthetica. Recortem-se os moldes a feição da idealidade peculiar a cada um. Mas que sejam sinceros. E' quanto basta a que os sentimentos "sinceros", quanto se exige para que se firme e se crie a similitude de espirito que assignala uma collectividade differenciada, independente.

Não estamos em presença de uma nova "escócia": ninguém mais se fia de canones. Ao contrario, o movimento orienta-se no sentido de facultar possibilidades, de deixar a cada qual que se realize a si mesmo, por si proprio.

A luta vai porfiada. Aos scepticos, aos que usam, por comodidade, sorriso de tudo e negação, por que negar é mais facil do que affirmar, — a esses faça-se notar o bom symptoma do que, desta feita, ao contrario do que se dava, a luta se trava aqui mesmo, bem ao pé de nós. Póde ser que o fermento haja vindo do longe. Nada importa.

O certo é que, agarrando, entre nós, terra propria, aqui se fixou e alimentou, aqui assumiu vulto; e alastrou. Transplantando-se, nacionalizou-se. Já agora, nós mesmos é que lutamos, firmados no castelo de nossas proprias energias. Porque, enfim, perdemos o temor das responsabilidades. Arcavemos com os resultados do combate, aos quaes prescreveremos, nós mesmos, um destino. Pela primeira vez, uma relação de causas e effectos se operará, inteira, dentro dos nossos dominios estheticos.

Insisto: nem sempre foi assim. Em regra, armados de neutralidade, dessa neutralidade sem virtudes, digna, sobretudo, dos mediocreos, contentava-nos espiar, pela fresta da janella, a contenda que alvortava os vizinhos... Depois, tudo acabando, extendiamos a mão ao vencedor, e, a sombra delle, lhe lentavamos gestos e caretas... Não foi assim com o naturalismo, e o parnasianismo, e o mais que por cá fructificou?... Pelos espelhos, na função fria e facil dos espelhos, coplavamos, reflectamos... Ergamos inoffensivos. Erámos mansos.

Agora, porém, o caso é diverso. Lutamos. Os imitadores são feridos de morte. E vamos, anclosos, em busca da nossa sombra perdida, em busca de nós mesmos...

Pelo menos, deste modo é que entendo, que quero entender, a revolução que commove as altas espheras da literatura brasileira.

Pois na linha de frente, entre os heroes "maís" assignalados, está Guilherme de Almeida, o poeta conhecido e amado de todos. Vae tempo, escrevendo sobre elle, chamel-lhe, si bem me lembra, o mais suave dos nossos lyricos... Eu não advinhára, então, que, sob a plumagem de seda dos poemas do "Livro de Horas de Soror Dolorosa", podia occultar-se alguma semente revolucionaria. Entretanto, não era difficil de presentil-lo. Eu é que fui incauto. A constante inquietação que residia no fundo de todos os seus livros, traduzida, principalmente, no cuidado de renovar, por inteiro, o guarda-roupa surrado das imagens, infundir-lhes, por vezes, novo sentido, penetrando-as, quasi, sempre, de capitosos felizes, — havia de acabar, forçosamente, investindo contra o rythmo acadantico, para o fim de subordinar-lo ao seu espirito renovador. A superficie da lagoa, por mais serena, ha de sempre trair a luta que elle vai por baixo. Cobre-se de franjas e de espumas, desfazendo-se em vagas preguiçosas. O sol que nella se revia, talvez desapareça, mas o espelho d'agua, partido em mil facetas, coalha-se de mil sótes, e reverbera. Foi assim com Guilherme de Almeida, que, obedecendo á sua musica interior, vária, macia, luminosa, andou á cata de harmonias que lhe conviessem, resonancias que lhe correspondessem. E já-nos, agora, "A fruta que eu perdi".

abril-lo: é um canto annunciando a Noite:

Ella vem dos bosques pelas cas-
[tradas suaves,
com flores narcoticas nos cabel-
[los negros,
Ella leva um dedo nos seus la-
[bios gravos,
Sob o seu manto que é molle
[como as azas dos morcegos,
ella tem pé de zombra e de si-
[lencio,
que vão descalços e que esma-
[gam mólhos
de flores invisiveis no caminha
[extenso.

Ella passa toda apagada e toda
[linguida,
E os seus collares, suas unhas e
[seus olhos
e o espelho de prata, que ella tem
[na mão candida,
parecem existir por que ainda
[brilham.

Quando ella passa, todas as dis-
[tancias somem,
todas as coisas ficam tristes
[como um homem,
[todos os olhos se esvasiam...

Já vistas maior somma de
[imagens, tão bellas todas, tão
[imprevisas, reunidas num poe-
[ma tão pequeno? Póde ser que
[a rima, consonante apenas, a
[princípio vos desagrade, bem
[como o rythmo. Mas lêde outra
[vez o poema, lede-o com amor,
[como quem quer entende-lo e
[sentil-lo, e a sua musica vos re-
[sonará interiormente, evidenciada
[e clara, e a sua rima, que os cor-
[digos repulsam, vereis que o ou-
[vido accelta...

O novo livro do poeta, de
[Messidor" é o livro de um epi-
[curista cauteloso. Guilherme de
[Almeida não desce ao fundo das
[coisas, que é sempre amargo,
[Descobrimo-lhes o sorriso ex-
[terior, está contente. Em face
[de uma plágua, ri com as flores
[e pouco lhe importa o mais,
[Que tem que as raizes sofram,
[si as não vê? Por isso, haverá
[quem diga que as paginas do "A
[fruta que eu perdi" não são
[profundas. O que, porém, não
[suem ditá é que não sejam mul-
[to saudáveis na sua abundancia
[de tintas, do relevo e de luz.

Saudáveis, sim. Guilherme
[de Almeida já não é mais
[aquelle fino poeta de camaraz-
[tapisadas de velludo, cheirando
[a cinzas apagadas, amigo de
[palangens esmarelhadas, outo-
[rangas. Elle ama o verde humi-
[do e sagio.

Estes lirios frescos, cheios de
[madrugada,
esta maçã toda molhada
[e este favo de mel sobre estas
[folhas humidas,
ainda todo sonoro das azas la-
[boriosas,
estas coisas simples foram a
[unicas
que achei para trazer-te. Goza-as
[todas, bem longamente
[e com volupta. Sente

o perfume pastoso desta fruta
[como a [alvo];
os múltiplos contornos
[desta folhagem nova;
prova
a acidez fina desta fruta;
oiba a cor do sol doeste mel; es-
[cuta
como a cera dea do favo ainda
[tem
uma musica de azas para os teus
[ouvidos!

"A fruta que eu perdi" é um
[livro alegre. Nenhuma sombra
[lhe escuma a nitidez das tintas.
A mesma tristeza, que alguma
[vez desponta, onde em onde, a
[sente a esquece logo, inundada
[que vem de ar e de frescura.
"A fruta que eu perdi" é um
[livro feliz...

..

Ao titulo grande, prende-se
[tudo menor: — "canções gre-
[gas"... Porque canções gre-
[gas? Mais de um commentador,
[levado pela impropriedade inali-
[ciosa deste sub-titulo, pretendeu
[que o poeta, pela mão dos indis-
[cretos archeologos, tenha ido
[remexer na roupa suja da Gre-
[cia, tomado da loucura implodo-
[sa de descobrir-lhe as manchas,
[tão felias, — disseram, — quanto
[as nossas, e descobrir-lhe os
[fornicatos immundos, e as la-
[drões... E' falso. Quando o
[poeta allude á Grecia, é ainda á
[Grecia academica, a nossa velha
[conhecida, á Grecia "ilustre"
[de Taine e de Raman, onde se
[perfilavam, brancas, as colu-
[mnas de marmore e recriavam
[ao sol os discos de cobre... Mes-
[mo assim, essas referencias
[vão muito na superficie. Nem
[logram ferir a intimidade
[dos seus poemas que, em geral,
[leva intuits diferentes. "Can-
[ções gregas" quer dizer apenas
[canções jovens, e podem ser bra-
[sileiras... Porque não, si, entre
[os capitulos sensuaes do proprio
[livro de pura intenção hellenica,
[Rêmy de Gourmont presentia
[dominadora, a grande sombra de
[Chateaubriand?

Uma verdade, Guilherme de
[Almeida tem na evocação dos
[faunos e insisto

...na perfidia das selvas,
[onde ha sempre uma sombra
[que começa...

Mas neste passo precisamos
[porventura de ser gregos para
[entende-lo e sentil-lo bem? Não
[basta que moramos, debaixo de
[nosso sol e ao pé das nossas
[frondes carinhosas, que deitam
[sombra e perfume sobre leitões
[macios de folha morta?...
Embebido da nossa luz e do
[moderno sonho de juventude e
[de alegria que nos arrebatou, por-
[que não ha de ser tropical o
[novo livro do Guilherme de Al-
[meida?

Paulo Arinos
Agosto, 1924.

Correio do Povo. Porto Alegre: 1º. set. 1924.

Livro e autores:
Isolino Leal/ Roque Callage/ Omar Azambuja/ João Grave

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

CORREIO DO POVO

Livros e autores

10/10/24

Isolino Leal — "Seman-
tas", Typographia gaúcha,
Porto Alegre, 1924.

Roque Callage — "Rin-
cão" (2ª edição), Livraria
do Globo, Porto Alegre,
1924.

Omar Azambuja — "Ava-
tar", Echenique e Cia.,
Pelotas, 1924.

João Grave — "O Amor
e o Destino", Livraria
Churrdon, de Léo e Ir-
mão, Porto, 1924.

A conhecida ao sr. Isolino
Leal através do "Alma simples",
diário sentimental que já anda
em segunda edição. Agora, dão-
nos um livrinho de cinquenta
páginas apenas, intitulado "Se-
manitas", que vale bem mais que
os entrecujados minutos gastos
em Je-Je. Compõe-se do redon-
dilhas e quintilhas de mais
brando lyrismo, revelador de
uma alma profundamente reli-
giosa, que se compadeciu com
a vida e ama as ilusões, assim
como as desilusões. Poesia
simples, sem literatura, a poesia
do sr. Isolino Leal. Sem lite-
ratura... Ao quantas mais se
podrá afirmar o mesmo, numa
terra em que os poetas, por via
dê regra, não se recolhem, não
se voltam para dentro de si
próprios, não entretêm a pro-
funda correspondência consigo
mesmos, numa terra em que
os poetas preferem a tudo isso
ler tão somente e depois recor-
dar as suas leituras?... O sr.
Isolino Leal, ao emvez, fechou
os olhos e foi à procura de sua
luz interior, luz que não queima
de certo, mas luz que aquece.
Luz que não ofusca, mas elu-
mina. Luz de luar. Por isso, me-
faz bem o seu verso, cheio de
alma e de bondade. Talvez seja
mais de amor que de admira-
ção o sentimento que em mim
provoca. Mas será outro, por-
ventura, o verdadeiro destino do
verso? Acordar em nós um mo-
mento de sympathia pela tita-
teza ou elegria que traz, não é
tudo? Vede que isto alcança o
sr. Isolino Leal, não menos pela
encantadora simplicidade de fór-
ma que pela grande sinceridade
de pensamento:

Noutro tempo, noutra idade
eu já fui mais do que sou,
e do que fui me ficou
apenas esta anciedade,
este circulo em que estou...

Naquelle tempo eu dormia
e as aguas tambem dormiam,
naquelle idade eu sabia
o que os sabios não diziam...
Eu não pensava: eu sentia.

Eu era como um destino
nas azas de uma esperança.
Não ha como ser menino,
não ha como ser criança,
para não ser pequenino.

Nem todas as paginas de "Se-
manitas" traem um sentido tão
arado das coisas, um equilibrio
tão perfeito entre emoção e ex-
pressão. Dir-se-ia que algumas
ha que pecam por excessiva-
mente singelas, faltando-lhes,
quiza, no fundo, esse vezo mys-
terio, que vem a ser, do cabo,
o unico verbo em que sentinos
fidelmente traduzido o nosso pa-
pel na existencia. Mas não aca-
rá essa propria singeleza que
vaz redimindo a lacuna?

Si todos os precalços oriundos
dessa secção de registro biblio-
graphico, que me obriga a fo-
lhear todos os livros recebidos,
assim os bons como os máos,
e a commenta-los todos, máos e
bons, foram tão graves quanto
é este segundo encontro. Tão
grato como o primeiro, tido há
vão tres annos, com o "Rincão"
do sr. Roque Callage. — então
os bem dizia sempre. Toda a
libun que o autor de "Terra
Gaúcha" é uma das bellas figu-
ras que formam no regionalis-
mo riograndense, caracterizada,
sobretudo, pelo enthusiasmo in-
quieto com que vê o sente as
coisas e os seres do seu Estado
natal, aos quizes ha dedicado
todo o seu esforço e emia o seu
talento. Producto dessa activi-
dade, assim dirigida, ahí está a
sua obra que já não é pequena.
feita de contos, chronicas e
conferencias, toda ella prosa,
pela côr, pela indole, pela inten-
ção ao nosso ambiente pasto-
ril, largo e bulhoso, cheio de
vida, cheio de historia. Com as
suas evocações, as suas paiza-
gens, os seus typos, o "Rincão"
não desdiz as normas que se
impoz o ardente "contour" au-
tino. São, conforme essa o sub-
titulo, "accens da vida gaúcha",
contidas com real sentimento de carinho,
num estylo que, si ás vezes,
achamos frouxo, por excessivo,
é, quasi sempre, vivo e color-
ido.

A segunda edição deste livro
vem augmentada de duas lin-
das paginas: — "A primeira es-
carameca" e "Delavra é palha-
vra". Naquelle, Roque Callage
constitue, com movimento e
calor, o fim heroldo do São
Miguel no arremesso que em-
prehendi contra os demarca-
dores europeus, vindos a de-
frindal-o, a elle e aos compa-
nheiros, das "terras que Deus
e São Miguel lhes linhem da-
do". Na segunda, pinta, com
traço decidido, a animação de
uma cancha em domingo de car-
reiras. Podem-se, ainda, desta-
car outros contos, que rell com
penzer, taça como "Esquecido",
"Fundado", "Amor de calpão",
etc. e delles dizer o que nos
inspira o sentimento, a côr, o
impeto, que os assigna:

No seu livro de estrêa, o sr.
Omar Azambuja apresenta-se
como crente fervoroso do soneto.
Dos trinta e nove poemas
de "Avatar", ngda menos de
trinta e oito obedecem á velha
disposição poetica engenhadã
por Petrarca. Noutro tempo,
que não vas longe, seriam, para
logo, submettidos a complicados
systemas de provas, as mais du-
ras. E venceriam, quasi fossem
todos bem medidos, bem certos,
plenos de colorido e sonorida-
de, preciosas nas rimas e ricos
no vocabulario... Agora, po-
rém, exi-se menos, muito me-
nos. Esque-se apenas alma, vi-
da interior, sentido. Mais nada.
Foi o ao que andei á cata, met-
tendo pelas alexandrinas e de-
casyllabos do sr. Omar Azam-
buja. Mas é força confessar
que, si alguns fragmentos lo-
gram render-nos, como estes,
do soneto "Minha saudade",
que são simples e sinistros, —

Tempo chuvoso e frio. Adelga-
[cada
Nuvens errantes vão de vagari-
[ano.
Cae dos telhados agua nas cal-
[çadas...
Minha saudade dôe, dôe de man-
[inho.

As arvores esguias, desfolhadas,
Parecem mortas. Tudo em des-
[alinho...
Evoco as horas que já não pas-
[sadas...
Minha saudade dôe, dôe de mar-
[alinho.

— o poeta se mostra, em ge-
ral, pouco seguro de si mesmo,
ainda dispersivo na forma e vul-
gar na concepção. "Fadavia",
acabado de ver que acobelia ra-
zões para que não desaperceba-
mos dos seus poemas de amanhã.

Na verdade, o sr. João Gra-
ve é um dos escriptores mais
fecundos da actual geração li-
teraria do seu país. Nada obs-
tante attender com regularidade
nunca desmentida a collabora-
ção semanal que em diferentes
folhas de Portugal e do Brasil
montem, não passa anno sem
que os ara, Lelo e irmão lancem
ao mercado duas ou mais novi-
dades do feliz evocador de d.
João II. Entre a lenda piedosa
de "S. Frei Gil de Santarém" e
a collectanea de novellas que
faz objecto da presente nota,
medicam poucos meses. Assim,
não admira que já vá para duas
duzias o numero de volumes
que trazem o seu nome, abran-
cando ora o romance historico e
social, ora a fantasia, já o con-
to e tambem o verso. "O Amor
e o Destino" reúne algumas his-
torias bem urdidas, vasadas em
estyllo abundante e claro, e en-
trecontadas, vez em vez, de dialo-
gos interessantes e pittorescos.
Tambem não lhe faltam que-
dros desenhados com calor e ni-
tidez. Ella um, colhido á ventu-
ra: "Levantou-se, já hesitante,
pegou na fouce, benzeu-se para
si purificar de máos desigales e
começou a andar em sentido
contrario, atemorizado só com
a idéa de cortar a ferro, naquel-

le sitio agoureiro, o corpo de
Manuel. Ao cabo d'alguns pas-
sos, parou novamente, numa ir-
resolução. A tranquillidade era
inalteravel. Nem um fogidão,
leva rancor, nem luz brilhante
em chapa ou estampa de guar-
da, nem grito humano. Enor-
mes arvores de modesto tronco
pareciam curvar os ramos para
o chão, na attitud de quem es-
cuta. Densas folhagens feche-
ram-se sobre a sua cabeça, mal
deixando entrever a vaça cla-
ridade das estrelas que respon-
davam de botões reluzentes e
azul sombrio do céu alto"... É
um irmão, roldo de ciurne, to-
caldando o outro a quem vas ma-
tar. Mais encrento é o episodio
do "Drum pulal": um irmão
que escapa, outro, e o pa que
o refuzina, cravando-lhe nas
costas os dentes de uma forquilha...
Christiano, não senta mal á
dizer que o animo do escripto-
rismo enquanto conhece des-
fechos taes, não é tão nobre
quanto possa apparecer. Pois
que, hvezas de tudo, o sr. João
Grave nunca vê as letras sinão
"floridas", os caminhos sinão
"sonoros dos cantos dos passa-
ros", as manhãs sinão "doce-
das" ou "idyllicas"... Feliz-
dos que podem inventar um pe-
ço de azul em dia de tor-
menta!

Paulo Arinos

Setembro de 1924.

⁴ Considerou-se a data de publicação da crítica investigada no acervo do jornal *Correio do Povo*. Deve-se ignorar o registro manuscrito que está no original digitalizado.

Correio do Povo. Porto Alegre: set.1924.

O balanço de nossas letras

(A propósito do último livro do sr. João Pinto da Silva)

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

Pelo exercício franco e seguro da sua sinceridade e pela excelência da sua cultura literária, o sr. João Pinto da Silva alcançou impor-se como um dos críticos mais acreditados da presente geração, ao lado de Tristão de Athayde, Ronald de Carvalho, Múcio Leão, e poucos mais. Nem sei de escritor nosso que atualmente seja mais estimado no resto do país que o arguto ensaísta dos *Vultos do meu caminho*. Aqui, como nos demais Estados, é ouvida com simpatia e com respeito a sua palavra culta e avisada. Mais de uma vez, eu tenho visto, quer em livros, quer em jornais, escritores e publicistas que, buscando apoio ao que asseveram, tocante a homens e livros, vão consultá-lo, fiados da seriedade e independência dos seus juízos.

Não se cuide, porém, que o sr. João Pinto da Silva se aproveite desse prestígio para fazer de sua obra um amontoado vaidoso de afirmações e de sentenças categóricas, como se ele fora dos derradeiros cultores da lenda já morta da crítica científica, o ingênuo mister para o qual a obra de arte era um fenômeno de sentido uniforme e invariável, correspondente a uma lei certa. Pelo contrário: um dos traços que marcam mais fundo a bela personalidade do prosador sulino, é essa displicência com que usa o modo afirmativo, envolvendo-o, frequentemente, de circunstâncias de dúvida, de condição, de medida. “Talvez”, “se”, “mais ou menos”, “até certo ponto”, são expressões com que a cada momento recobre a nudez das afirmações. A incompreensão de alguns, a má fé e a má vontade de outros dirá que é timidez. Por mim, entendo que vai nessa atitude, não só a ciência judiciosa da transitoriedade das opiniões, mas ainda, e sobretudo, o desencantado conhecimento do que a nossa intelectualidade, tateante, ainda em pleno período de formação, ainda em procura de sua própria fisionomia, de certo que não faculta grande número de afirmações.

Mas, então, que vem a ser a crítica? Ouçamos a lição de Wilde e também a de Croce: a crítica é uma arte. Tem luz, tem sombra e cor. Não é impessoal: é pessoal. Não tem leis: é livre, obediente, tão só, à lei interior, ao gênio particular do crítico, variando de um para outro consoante as diferentes projeções que na sensibilidade de cada um determina um mesmo poema, um mesmo conto, um mesmo romance. Antes de mais nada, confiemos em que a função da crítica seja mais fecunda, menos vã do que fosse unicamente “julgar”, como se lhe assistisse a faculdade sobre-humana de prescrever a sorte e os valores estéticos.

É assim que pensa o sr. João Pinto da Silva, e a sua *História Literária do Rio Grande do Sul*, para ser compreendida, há de ser encarada não menos sob este aspecto que como obra apenas de estudo e investigação.

* * *

Antes, porém, de meter a espátula pelas folhas fechadas da elegante brochura, ponho-me a refletir... Lançando o olhar para o passado, rebusco na memória alguns nomes. Um que outro, raro, acode-me à lembrança: Porto Alegre, Felix da Cunha, Apolinário, Lobo da Costa... Mais raros, e retardados, vão-se-me entremostrando outros vultos, que não consigo identificar... E indago, de mim para mim, se temos, de fato, uma literatura, uma literatura deveras, uma literatura na significação conveniente do vocábulo. O espólio espiritual que nos legaram os nossos maiores é um todo vivendo de si mesmo, afetando um sentido próprio, traindo relações íntimas com o ambiente onde se formou? Assinala-o, porventura, um caráter tal que, embora variável na forma ou na cor, denuncie, no fundo, o

mesmo ânimo, indicativo das aspirações comuns de um grupo social diferenciado de outros pela vida que viveu e pelos sonhos que sonhou? Ele obedece a um sentimento igual, manifestando, através dos cambiantes individuais, um mesmo gosto, um mesmo espírito, a evolução gradativa de um mesmo pensamento? Finalmente, constitui o precário balanço de nossas letras uma grandeza contínua, feita de parcelas necessariamente vinculadas entre si, umas relacionadas com as outras tal como nos sistemas de numeração os termos se relacionam entre si mediante subtrações e acréscimos de quantidades determinadas?

Acreditando que uma literatura é, assim, um conjunto característico, solidamente cimentado, cujos pontos mais visíveis se prendem, reciprocamente pela interposição de muitos pontos menores, – acaba-se, por certo, negando, uma a uma, as interrogações propostas. Não, não temos uma literatura. O que temos é um feixe de nomes antigos e modernos, alguns sobremodo brilhantes, é verdade, um que outro significativo, mas implacavelmente solitários todos, indiferentes uns aos outros, o sentimento fechado ao ambiente moral que os cercava e os cerca, aqui surgidos como por encanto, satélites desgarrados de focos longínquos, cujo calor nem chega até nós. Não esqueço que alguma vez nos tentou a poesia da nossa vida nômade, das nossas estradas rasas e vagabundas, a poesia forte da campeiragem. Mas que obra mofina a que fizemos com Apolinário Porto Alegre e Oliveira Bello na prosa, Taveira Júnior e Múcio Teixeira no verso! Só com o regionalismo contemporâneo é que a nossa paisagem se estampou com nitidez e realidade na poesia, no conto e no romance. Eis uma única página verdadeiramente “nossa”, onde se diz algo de nós, onde se reveem, pela primeira vez, as nossas peculiaridades cavalheirescas.

Porém sabemos que as deficiências de nossa crônica mental, traduzidas, quantitativamente, na sua escassez, e, qualitativamente, na falta absoluta de um sentido local, não carece de justificação. E vem a ser que dos nossos instintos apenas um, o belicoso, pôde expandir-se largamente, e por tal modo, que acabou neutralizando, senão anulando os mais. As contingências históricas e políticas, em que nos vimos metidos constantemente, não foi possível, pela própria lei da impermeabilidade, formassem ambiente simpático ao livre exercício dos jogos espirituais, e menos ainda ao sereno desdobramento das gerações literárias.

Entretanto, não se conte que o ilustre crítico rio-grandense entretenha sobre isso alguma ilusão. Lido o seu livro, com o alto prazer que soem despertar as obras sérias e felizes, essas que demandaram trabalho, e triunfaram, – não é lícito chegar à conclusão diversa. Mercê do conhecimento amplo e demorado das nossas coisas, o sr. João Pinto da Silva pôs tudo nos seus lugares, sem exagerar a plenitude de ação dos nossos escritores, mas, ao contrário, dando evidência ao seu isolamento. Sem entender assim, como explicar, por exemplo, que ele haja precisado com tanto empenho a feição psicológica do gaúcho e com o mesmo empenho definido a índole do nosso cancionista popular a fim de concluir pela paradoxal disparidade entre o ânimo do guerreiro e o ânimo do poeta anônimo? Mais do que ninguém, sabe o sr. João Pinto da Silva de como caminharam diversamente a história e a ficção rio-grandenses.

Mas isso fora motivo a que desprezasse o nosso passado espiritual e não lhe dedicasse o magnífico volume com que ora nos regala? Felizmente, não foi assim que pensou o autor das *Fisionomias de novos*, e, mais ou menos à maneira por que o notável Zum Felde compôs a *Crítica de la literatura uruguaya*, porém com mais sequência, dá-nos uma bela galeria dos nossos poetas e prosadores mais eminentes, estudados com carinho e justiça. Do imponente Santo Ângelo destaca o vulto enorme, pondo em relevo, sobretudo, a prodigiosa significação continental do Colombo. Relembra a boêmia cheia de álcool e de sonho de Lobo da Costa, o émulo quase ignorado de Casimiro de Abreu, para em seguida retrair, com graça, o curioso perfil do sr. Múcio Teixeira, mago e poeta. Alguma vez, como no caso do

“Partenon”, é de ver o esforço com que o sr. João Pinto da Silva esmiúda alfarrábios e documentos, compulsa velhas revistas e folhetins, para o fim de achar o liame coordenador de tudo isso e restabelecer um burburinho espiritual que breve tinha que morrer por inoportuno e desnecessário. E recomeça a galeria ilustre. Agora, é Fontoura Xavier, com a nobreza e variedade de sua inspiração, e logo Zeferino Brasil, e Marcelo Gama, e outros. Aqui, faz justiça a Renato da Cunha, restabelecendo sua dignidade poética. Nos parágrafos dedicados ao regionalismo, o historiador das nossas letras analisa as figuras de Alcides Maya e Simões Lopes Neto, definindo, com admirável tato e agudeza de visão, a atitude de ambos: o primeiro, comovido com a significação das nossas coisas, o segundo, com a sua poesia. Passando, porém, à página seguinte, não pôde deixar de surpreender-me a omissão do nome de Amaro Juvenal, autor do notável poema regional, cujas sextilhas correm de boca em boca por todo o Estado, tanto sabe ao nosso paladar o profundo pitoresco das suas imagens. Trata-se, realmente, de um dos documentos mais expressivos da literatura cavalheiresca, – e não de certo, pelo seu aspecto político, de interesse limitado e passageiro, mas sim pelo largo sentimento local de suas paisagens, pela frescura e sabor de seus conceitos. De outro lado, a independência de espírito que o ilustre escritor manifesta, regularmente, não justificaria, de modo nenhum, o falso pensamento de que essa exclusão tenha provindo de um inexplicável respeito ao momento político. Será que, segundo o seu critério, sem dúvida diverso do meu, o precioso poema, pelo seu fundo satírico, não cabe na resenha da vida literária do Rio Grande? Ainda que eu tema pela sua justeza, manda a mais rudimentar sabedoria que o receba com o acatamento devido a todos os pontos de vista sinceros.

E recomeço a folhear a *História literária do Rio Grande do Sul*, que é, sem dúvida, uma das obras mais estimáveis que tem aparecido entre nós, desde muito tempo. Servido sempre da mesma serenidade de pensamento e de observação, o sr. João Pinto da Silva, depois de referir o sucesso “político” da “Talitha” e a incrementação dos estudos históricos, passa a evocar os parnasianos, relevando, com acerto, a saudável ação literária de Victor Silva na capital do Estado. No último capítulo, reporta-se à controvertida teoria do paralelismo entre o surto econômico e o surto intelectual, socorrendo-se de casos concretos para exemplificar a sua opinião. E assinalando o desdobramento da riqueza pública no Rio Grande, manda, num gesto de amável otimismo, que apelemos para o futuro e que “pensemos nos poemas, nos romances, nos ensaios, que estão unicamente à espera de oportunidade para nascer...”. De que oportunidade se fala aqui? Fala-se, por certo, dessa oportunidade moral, tranquilidade interior, íntima segurança de nós mesmos, que ainda não temos, que só teremos, quiçá, quando espancarmos de nossa alma coletiva a tremenda inquietação que depara nas guerras civis, que ainda nos sacodem, sua trágica expressão de sangue.

Paulo Arinos
Setembro, 1924.

Correio do Povo. Porto Alegre: out. 1924

Livro e autores: A. M. Pacheco de Rezende/ Aureliano Leite/
Rocha Ferrelra/ Vico P. Thompson

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

Correio do Povo
outubro/24

Livros e autores

A. M. Pacheco de Rezende: "Dias de guerra e de amor" — Livraria Schmidt, Rio de Janeiro, 1924.

Aureliano Leite: "Dias de pavor" — Companhia Graphico-Editora Monteiro Lobato, S. Paulo, 1924.

Rocha Ferrelra: "O peccado original" — M. Victor, S. Paulo, 1924.

Vico P. Thompson: "Ideas em flor" — Centro da Boa Imprensa, P. Alegre, 1924.

"Dias de guerra e de amor" é um punhado de impressões ilgozras, algumas em forma romaneada, colhidas durante a última campanha revolucionaria que foi pelo Rio Grande. Tem a palavra o editor, que diga-se de caminho, é o meo commerciante dos editores: "Esta livro, adverte elle, apparece com incorrecções de toda a especie, que o leitor intelligente, certo, desculpará. A materia que nelle se contém, são trechos colligidos entre os manuscritos de um livro feito em 10 mezes de guerra. Escreveu-os o autor em diferentes mezes, em horas de repouso das fadigas da guerra e nunca mais poudo lê-los, por circunstancias varias. Dahl as innumeras incorrecções de linguagem, e as continuas repetições de pensamentos, phrases e vocabulos."

Si assim é, que pôde interessar no livro mais do que a melhor ou melhor somma de verdade que envolvem os depoimentos nelle contidos? De sorte que só ha de julga-lo convenientemente quem foi testemunha das mesmas scenas, quem viveu aquelles mesmos momentos, assalteado pelos mesmos imprevisos. Em todo o caso, porém, fica ainda a mim a reflexão de que a verdade sempre foi menos amavel do que a belleza.

•••

Não sei si já somos em tempo em que se possam adjectivar, com acerto, homens e coisas do drama de sangue que nos vem succedendo desde Julho, irrompido na capital de S. Paulo e tendo por panno de fundo, na hora presente, as immensas florestas ribeirinhas do Paraná. O sr. Aureliano Leite, através dos seus "Dias de pavor", entendeu que sim, dando-se pressa em apellidar ao general Isidoro Dias Lopes "o theis indigno dos guerreiros", um "dos mais tristes vilões que enlutaram a humanidade...". De "figuras notaveis da revolta" elle qualifica, além de outros, aos srs. Arthur Bernardes, Setembrino de Carvalho, Tortullano Potyguara, etc (Affim de que não seja interpretada maliciosamente a sua attitudo, jura, num parenthesis fugaz, que não pede, nem deseja, nem aceita qualquer favor governamental.

Não fora mister dizer-lhe: certas palavras do "Proemio", não mepos, inesperadas que atravidas, em que, declara que "beijaria a mão até a um preto velho, si o preto velho fosse governo, e bem intencionado, furtam-no, sem duvida, a esses favores...") Em "advertencia", final, o publicista implora que "chamem a isso, que se foi, mercê de Deus e da bravura da parte sã de nossas forças armadas, rebelião ou matorca, insurreição ou revolta, sublevação ou anarquia, chamem o que quizerem, mas não chamem revolução...". E' que o sr. Aureliano Leite marca uma distincção entre revolucionario e revoltoso... "Ser revoltoso, pontifica elle, é estar fora de lei." Mas o revolucionario estará dentro da lei? Será, porventura, um agente legal? Não. E' muito mais! "Ser revolucionario é ascender incensantemente pela escada do ideal á suprema perfeicção." E exemplifica: ser revolucionario é ser como Tiradentes... Mas note o sr. Aureliano Leite que a legalidade d'além e d'aquem mar não pensava assim. Tanto que enforcou, decapitou e esquarterjou ao rude sonhador; apesar de revolucionario... Só com a independencia é que elle foi recomposto e ganhou corpo de bronze. Tudo, é assim. Não ha medalha sem verso e reverso. E, para que a imagem revista maior propriedade, figuremos que, si acontece de vermos branco o reverso, não admittimos que o verso também o seja. Allá, ainda é essa pratica e esse espirito de contradicção que quebram a monotonia dos dias e alimentam o interesse de viver. Que seria de nós, quando chegassemos a ver do mesmo modo as mesmas coisas e a pensar igualmente as mesmas idéas? Quanta piedade não teriamos uns dos outros!

•••

O sr. Rocha Ferrelra é bem um filho dos tropicos. Exaltado e ardente, ás vezes acredita-se Deus, e vê mundos e mundos que lhe giram em torno. O jovem poeta dá-me a impressão de que tem a cabeça sempre a qualmar de febre, mal contendo a multidão de aces que imagina e crea, todos de fogo, todos vivos. Em regra, não ha claro-es-

curo nos seus livros, nem melancolias, nem cantos de sombra, em que o olhar descance. Nelles tudo falca e flameja. De todas as horas, a unica que o commove é a do sol a pino, quando todas as sombras se encolam e fogem.

No seu ultimo livro — "O peccado original" — o sr. Rocha Ferrelra trae, em geral, esse mesmo animo, não grado o tom sentencioso da suas estancias. Estas, si são, de quando em quando, meio imprecisas nas suas conclusões, e por vezes desnortelam, indicam intelligencia vigilante e uma curiosa mobilidade de espirito. Lelamos uma dellas, colhida ao acaso: — "Da piedade", por exemplo:

Oigo, ás vezes, no cerebro, de cho- (rec: (falda nua) E soffro, porque sei que ha alguém (que soffre.

Elle disse no tom do Sermão da (Montanha: "Não fosse nossa mesma a voz ex- (trabala E não padeceriamos assim!"

Não é admiravel este minuscule poema, pela subtileza com que o poeta apanha um dos infinitos matizes do nosso egoismo?

•••

Si o sr. Vico P. Thompson quizer que lhe chamemos o mais piedoso dos homens, que nos custa fazer-lhe a vontade? Piedoso e casto, o mais casto dos mortaes, dessea que, embora muito usados a folhear e desfolhear a "Biblia", ainda não passaram pelo "Cantico dos Canticos" sinão persignando-se, nervosa e mudamente, tomados de santissimo pudor. Só não direi do autor dos "Ideas em flor" que ella seja poeta nem artista, porque artista ou poeta nunca será quem não sabe distinguir entre harmonia e des-harmonia, e confundo paucadas com notas, e bombos com violinos... Ao sr. Vico P. Thompson falta, em absoluto, o nobre sentido do rythmo. Elle entende que allinhar palavras ás tonas, as mais duras, as mais asperas, as mais corriqueiras, é fazer verso, e verso mystico...

Eu não affirmo que Maria, a mais santa, a mais suave das mulheres, e a quem os "Ideas em flor" são dedicados, venha a menosprezar a offerta do livro. Maria se condõe de tudo. Conta-se que, certa vez, se deixou apparecer a um rude lavrador que, não sabendo rezar, nem sabendo outro modo de mostrar-lhe a sua piedade, se poz a pular, candidamente, deante de uma imagem della. Porque ahí a intenção prevalece. Mas em arte não é coisa nenhuma a intenção, nem justifica nada. Mormento si floresce em versos de má dicção a peor poetica, que taes são os do sr. Thompson.

Si ella accedisse um concessão, eu o mandaria que lesse a parte catholica do Verbalte, llesse Francis Jammes, e mesmo Samain, que também é religioso, onde em onde, como naquella pagina do "Charlot d'Or", que assim começa:

L'aube d'une clarté s'épanche (dans mon ame.

Não lhe esqueça, igualmente, o nosso Alphonsus de Guimaraens, autor de poemas tão luminosos. Então, comprehenderá que o catholicismo ainda não é fonte de arte que seccasse, propleando apenas essa poesia sem perfume, cheirando apenas á flor de papel da seda e palha benta. Comprehenderá, então, que o mysticismo, longe de pôr pelas ao sentimento ou embarçar a imaginação, dá-lhes azas e dá-lhes folego, levando-os á visão dos mais remotos, vastos e encantados horizontes.

Paulo Arinos
Outubro, 1924.

Correio do Povo. Porto Alegre: 25 jan. 1925.

Livro e autores: Menotti Del Picchia/ General Abílio de Noronha

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS - Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

CORREIO DO POVO

25/01/25

Livros e autores

Menotti Del Picchia — "O crime d'aquella noite" — Companhia Graphica — Editora Monteiro Lobato, S. Paulo, 1924.

General Abílio de Noronha — "Narrando a verdade" — S. Paulo, 1924.

Do sr. Menotti Del Picchia eu conheço, além de algumas poetas, a que não falta muito brilho nem calor, dois romances: — "Flamma e Argilla", livro de crítica, e "O Homem e a Morte", do numero de suas ultimas publicações. De um certo de outro, eu traço a impressão de que nenhuma menos conformado com a realidade do que o sr. Menotti Del Picchia. Ella o enlarga? Por isso mesmo, nada devia interessar tanto. Quem mais merece o nosso cuidado, si'o não merece o nosso tyrannid? Sinão, como appare-lhe os golpes, como conspirar contra elle?

Mas as considerações do illustre vate paulistano não vão por este caminho. Elle pensa: — A vida é má? Demos-lhe as costas...

Entretanto, si o autor d'"O Homem e a Morte" é bom avisado enquanto entende que o destino da arte não é, tão simplesmente, reflectir a realidade na sua maior cruçça, duvido que lhe assista razão, si teima em julgar que ella não seja nem mesmo a illusão da realidade. Porque em arte a fantasia não é tudo. Por mais que ella cresça e avulte, fátalms chegará a invadir-lhe toda a vasta esfera, sem a comprehender-lhe toda a miraculosa versatilidade de aspectos.

Do outro lado, a arte só nos commove, quando em si traz um pouco de revelação, revolução da vida, qualquer coisa que pareça acima da imaginação do artista, um pouco do sentimento das essências. O que não trêe uma parcella sequer do drama de cada um, o que não esconde um nada de interesse propriamente humano, é pura curiosidade cerebral, puro brinco literario, — talvez bonito, mas vão e fugaz. Tanto é ajuntar que a imaginação, só de si, não resolve tudo, por mais luminosa e abundante. Para valer, ha de ser usada em função da realidade, á qual, por que tenhamos a illusão de uma realidade maior, dará mais vida, mais vigor, mais expressão, mais luz. E realidade maior quer dizer realidade total — realidade corpo e alma, esta que vemos e essa que não vemos, realidade sentida ou apenas presentida, — em opposição áquella realidade mesquinha de que tanto usaram e abusaram filhos e netos de Zola.

Está visto que essa familia não conta o sr. Menotti Del Picchia entre os seus membros. Pois já foi dito que ninguém menos conformado com a realidade do que o fecundo prosador e poeta de S. Paulo. Por isso, os seus personagens são vagos, imprecisos, irraços. Elles não vivem deante de nós; divagam, na sombra de uma realidade incompleta, como fantasmas lamurientos, a implorarem o resto de vida que se lhes não deu, — um pouco de sangue, um pouco de calor, um pouco de humanidade. Productos de uma imaginação escandida, mesmo assim essas figuras representam o seu drama, — e o fazem com longos gestos e longos gemidos. Mas que drama egoísta, fechado que é dentro em si mesmo! Que drama sem repercussão nem sympathy! Gritos que não se ouvem... Choro que não commove... Razões que não convencem...

E, si com respeito áquelles romances, as observações ahí feitas se justificam, que não direis do ultimo, — "O crime d'aquella noite" — em varios passos do qual surprehendemos os proprios personagens a inquietarem-se com a irrealidade de seus comparsas? Não mintido commigo até á pagina 32. Morris trabalha no seu gabinete, ao pé de calhamaços juridicos. De uma janella, talhada em ogiva, escorre a luz do dia. Sinão quando, Beatriz, sua mulher, vem vol-o. Norris encara-a, e espanta-se. Ella "tinha algo de uma apparição... Parecia uma figura decorativa, destacada do vitral maravilhoso, vivendo o instante ephemero de uma ecisma de poeta. Elle chegava a temer que ella se sumisse, bruscamente, como as coisas irraças"... Agora foi assim: já é o proprio ambiente que os desconcerta, mostrando-se-lhes "funambuleço, irreal"...

Infelizmente, esta não é a unica restrição a que dá lugar "O crime d'aquella noite". Falto de qualquer sentido, sem traços de psychologia, sem espirito, é uma historietta frouxa e de máo gosto, bem mais digna de uma mentalidade de collegial que daquelle que leva comigo a nome responsabilidade de ser o cantor do "Juca Mulgato".

"Narrando a Verdade" é o título que o general Abílio de Noronha deu a seu livro referente aos successores de S. Paulo. De onde se conclue que o general Abílio de Noronha acredita na verdade...

A proposito, recordemos um facto, que, por signal, é menos de fazer rir que de fazer chorar. Num dos livros de Anatole encontrei-o-eis na sua radiante forma nativa.

O caso deu-se na Inglaterra, ao tempo de Diogo I. Walter Raleigh, o illustre viajante, desmerecendo os favores do rei, fôra encarcerado, na Torre de Londres, onde, afim de matar o tempo, trabalhava a sua "Historia do mundo". E, indo já pela segunda parte da obra, foi, certa vez, despertado pelo vozeio de um pugilato qualquer, ferido ao pé de sua janella,

Era uma pausa ao tedio em que vivia. Presa, então, da mais viva curiosidade, e desventuradamente ex-favorito da rainha Isabel, acompanha todos os lances da contenda, e só volta á sua tarefa, depois de bem apurado o juizo em torno della. No dia seguinte, porém, acontecen-lhe de falar a um dos proprios autores da disputa, delle soube que tudo havia corrido ao avesso do que vira ou cuidava ver no dia anterior. Pensando, então, quanto mais difficil lhe não seria apprehender a verdade dos acontecimentos remotos, a elle, a quem furta mesmo a do um facto que se lhe apresenta diante dos olhos, — tomou do seu manuscrito o o lanço do fogo.

Com isso, eu não pretendo, nem de leve, reconciliar ao general Abílio de Noronha que faça o mesmo com o seu livro. O conselho não só não seria justo, como viria por demais retardado. Cerca de trinta mil brochuras não é com pouca fortuna, e pouco fogo que se queimam. Eu quero apenas lembrar-lhe que, enquanto assistiu ao movimento revolucionario, tambem de lanca, e preso tambem, não o fez em melhores condições, que o honrabilissimo Raleigh. Eu quero dizer-lhe, apenas, que a verdade narrada pelo seu livro é a verdade que os seus olhos viram, a verdade que os seus sentidos perceberam, a "sua" verdade, verdade unilateral, circumscripita no seu ponto de vista, a qual não exclue, por certo, outras verdades, aquiladas por outros olhos, outros sentidos, e que não precisam ser iguais á sua, podendo, mesmo, apresentar relações contrarias a ella. Assim, "Narrando a Verdade" é um mero depoimento pessoal. Outros virão, com certeza. Muitos. E todos aproveitarão por igual ao historiciador pacherento, que, mais tarde, liberto de sympathias, trate de apunhar, manuseando essas verdades relativas, a harmonia, ou desharmonia, da ultima revolta.

E' claro que nada disso roubou ao volume em questão o palpitante interesse que despertam suas paginas. Discutido na Camara, discutido no Senado, discutido na imprensa, recresca, cada vez mais, a curiosidade dos que não o compulsaram ainda. E que delicioso pabulo para a malidade do leitor as pequenas intrigas, as grandes intrigas, que reportam, aqui, ali, maliciosas, insinuantes! Quem foi que assaltou, no dia 11 de julho a estação de Cerro, da "Necessidade do Brasil", e lhe arrombou o cofre, e lhe subtrahiu a importancia de 12:912\$000? Quem foi que, na vespera, em Tres Lagoas, acometteu a agencia do Correio, levando-lhe as gavetas? Foi o primeiro tenente Octavio Muniz Guimarães! (pag. 50. Em Porto Muelhens, houve tropelias e violentias prenderam-se e depuzeram-se as autoridades federaes e locais. foi decretada a lei marçal, e a collectoria estadual foi roubada em 4:824\$185 em dinheiro e 4:417\$306 em sellos... Quem o responsavel? O tenente Lyrio Gomes Barbosa! (pag. 50-51).

Paulo Arinos

Janeiro, 1925.

Correio do Povo. Porto Alegre: fev. 1925.

Livro e autores: Cesídio Ambrogi

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

Livros e autores

Cesídio Ambrogi — "As moreninhas" — Monteiro Lobato & Cia., São Paulo.

"As moreninhas", do sr. Cesídio Ambrogi, é bem uma collecção de aquarellas bucolicas, pequeninas e simples, a maneira daquellas, também simples e pequeninas, que Ricardo Gonçalves nos deu, uns annos atrás, no seu "Ipês". A mesma côr, o mesmo assumpto, a mesma factura. Como essas, é o interior capira que ellas evocam — fragmentos de paisagens, toças que o sol requeima, chocas e monjolos, o silencio de algum terreiro onde cisçam as gallinhas, no calor da sesta, caboclos que dedilham violas apaixonadas, pela tardinha ou de noite... Por tudo isso, cruzam os nossos olhos, numa contemplação amorosa e feliz. E os nossos ouvidos escutam, vez por vez, zangas de namorados, historiazinhas de ciúme sem sangue, e promessas de vingança, e aneddotas claras e ingenuas, em que sempre menor é a málicia que o pittoresco. E o que vêem os olhos e o que ouvem os ouvidos, tudo é reduzido ao menor numero de traços e de palavras, indo direito ao motivo preponderante, sem meias-tintas nem aneis-tens. Nitidez absoluta. Absoluta falta de sombra. E, visto que luz e monotonia não se implicam, acabamos por achar monotomos os poemas do sr. Cesídio Ambrogi. Sim, canea-nos a alma, que o tempo requinta e complica sempre mais, esse retorno forçado á nudez primitiva das coisas. O nosso caminho é para a frente, embora lá adiante a confusão seja maior. E todo o passo dado atrás é falso. Já preferimos o furta-côr ao tom primario. Amamos a fuga. Dos objectos queremos antes a sua projecção que a elles mesmos. O gosto das linhas puras fugiu-nos. E ficámos impermeaveis á simplicidade essencial dos seres, desde que perdemos a ingenuidade interior.

Dahi vem que já não correspondem mais aos nossos apellidos intimos essas fórmulas de todo descarnadas, a que alguns pretendem volver, e que difficilmente logram esconder o seu animo desgritoso e contrafeito.

E também é verdade que, enquanto os modernos apparelhos de expressão forem o que não podem deixar de ser — detritos de linguas mortas, acervos incoherentes de vocabulos provindos de todas as direcções, de todas as origens, e velhos, e gastos, e desfigurados, já esquecidos do seu motivo originario, já cegos, não mais atinando com os sentidos que lhes deram vida, — ainda será na agua tépida do symbolismo que por muito tempo travemos de bratar a nossa vida de poesia. Porque não o symbolismo, que melhar trazia, no meio-tom da sua voz, as vacillações da nossa vontade, a timidez dos nossos desejos, a surda inquietude que o futuro nos infunde.

Mas de nada disso se fia o autor d'"As moreninhas", cujos poemas são assim, insistente, invariavelmente assim:

Na fazenda. Meio dia.
Andam aves no terreiro
Onça cantam, á porfia,
Uma mulata e um carreiro.

Mostrá a perna luzidia
Aqui, saltando um sibefo,
A felicidade Maria
Que é noiva do Zé Campello.

E além, sobre o campo verde,
Onde a paisagem se perde,
Saltam cabras em galhofa...

Enquanto, alheio ao que vê,
A sombra de um grande ipê,
Um velho boi philosopha...

Um espelho bem polido não
Diria menos das coisas do que
em regra dizem os pequenos
sonetos d'"As moreninhas",
tanto são frios e insensíveis.
Em regra, porque, lá de vez em
quando, o poeta se tira e deli-
na escorcor pela segurança dos
seus versos um delizioso scen-
timentalismo.

Exemplo:

A tarde cêe. Scismamento.
A porta de humilde choço
O velho Chico Sarmento
Relembra factos da roça.

E lhe vem ao pensamento
Certa historia que o remete
— Noite do seu casamento...
Elle mocinho, ella moça.

E ante a doce evocação,
Preludia uma canção...
Chora-lho no peito a viola.

E enquanto as notas resoadam
Dos olhos que se enveoam,
O pranto em bagas lhe rola...

Mas a impressão que fica, de uma leitura geral do livro, é que o sr. Cesídio Ambrogi tem mais olhos que coração. Chego a pensar que elle ainda não viveu a natureza, não a sentiu ainda dentro de si. A paisagem não lhe apparece como um estado de alma: a paisagem é ella mesma, valendo por si e não pela suggestão que é capaz de provocar no homem. Elle não acredita na transfiguração esthetica do universo. Para elle, as impressões de fóra morrem nos olhos, sem receberem o nosso calor, a cujo bafio se reanimam e ganham consciencia. De onde, por certo, a penuria de imagens que o seu livro exhibe, já tão poupado que é na adjectivação. Cuido que o joven poeta paulista confia demais na autonomia da poesia, pensando, talvez, que ella existe fóra de nós, longe de nós. Não está certo o pensamento. Só ha poesia, si ha contacto do homem com as coisas. E em nada mais con-

sisite o papel dos poetas do que na revelação commovida desse contacto. Porque poesia também é relação. Resultado da intima correspondencia entre os nossos sentimentos e o mundo das coisas brutas, ella não reside nas coisas isoladamente. As coisas não são bellas de per si. Exigem sentidos que correspondam á seducção que nellas se esconde. Que seria daquelle pobre ramo de loureiro, que se balança no rectangulo azul da minha janella, si, reflectindo-se-me no intimo, nelle não acordadas idéas generosas, imagens e sentimentos amaveis?...

Não se fale, pois, de poesia não sentida ou de poesia sentida. A primeira expressão é absurda; a segunda, redundante. Toda a poesia é sentida. Ou não é poesia. E começou a existir quando o primitivo homem abriu os olhos e abriu o coração pela primeira vez.

Porque foi o homem quem criou a poesia...

Paulo Arinos.

Fevereiro, 1925.

fevereiro - 25

Diário de Notícias. Porto Alegre: 15 mar. 1925.

Crônica vazia

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

MARÇO — 15 — 1925

CRÔNICA VADIA

Para o "DIÁRIO DE NOTÍCIAS"

Vendo que não estávamos contentes, os philosophos chamaram-nos e prometteram-nos a felicidade. Esperassemos com paciência e, com fé, e te-la-lhamos sem grande tardança... E foram-se, em busca da verdade. Porque a verdade era o essencial. Uma vez comprehendido tudo no seu amago, nos seus meandros mais subtils e fugidios, os homens não errariam mais. Senhores de todos os enigmas, a sorrir de todos os mysterios, cada um tomaria o seu caminho, indo' direito no ponto final, sem mesmo vacillar deante das encruzilhadas.

Com isso, nos puzemos a esperar, confiantes e pacientes, ao passo que, de seu lado, os philosophos perflavam no seu piedoso intento.

Antes de mais nada, convelese, sem maior exame, em que a verdade não estava por fóra, mas sim dentro das coisas. E as coisas foram detidamente descarnadas, uma a uma, por que se mostrassem na sua substancia reveladora, na sua claridade interior. As imagens perderam a côr, perderam os contornos e perderam a frescura, em beneficio da significação que nellas havia escondida. Nada mais tinha vida propria ou vivia em si mesmo, porquanto, possuidos dessa doida volupla de abstracções, traziamos tudo para dentro do cerebro, onde tudo morria de frio e inanição. Terminando por sentir as coisas de dentro para fóra, préve esqueceu-nos até a noção de sua materialidade... Plena metaphisica! O mundo, antes cheio de sól e de ar, virou morada de sombras monstruosas e más. E os homens, como num pesadelo, já deambulavam, oppressos, por entre vultos amorphos e torvos, fórmias absurdas, que talvez fossem as almas dos seres rudes, libertas de sua contingencia physica. E a tal ponto se levou essa furia de virar as coisas do avesso, que, começando por desconhece-las, acabámos duvidando mesmo da sua existencia. Por fim, já negavamos tudo, e o nosso proprio ser não passava de uma hypothese valdosa...

Mas o céo, lá no alto, estava ainda intacto, na sua luminosa tranquillidade... E foi com espanto nosso que os philosophos escalaram as nuvens, cruzaram pelas estrellas e foram ter com os deuses. E ainda com maior espanto os vimos voltar abatidos, derrotados: segundo o seu alto testemunho, os deuses nunca habitáram a serena mansão. Pelo menos, nenhum caco de amphora elles haviam deparado, que lhes dissesse que, por ali, outróra, tinha corrido o nectar divino. Nada. Um grande, um profundo, um velho silencio apenas...

Venceu-nos, então, um largo desconforto. Que fóra dos grandes sacrificios em louvor dos deuses? Que fóra das custosas oblatas, de todo o sangue derramado para aplacar as formidaveis iras do Olympo? Então tudo fóra inutil, tudo? Póbro de nós, vãos joguets da propria imaginação...

Entretanto, os philosophos não desesperaram. A verdade havia de ser apanhada, fosse pelo prego que fomos.

Até aqui, a verdade mostráralhes apenas o seu lado negativo: as coisas, nada tinham dentro; e os céos, estavam desertos. A verdade era uma amarga negação.

Mas a nossa fome é de affirmacões. Certos que, de começo, a negação nos offerencia um sabor esquisito e mesmo agradável. Negavamos por gosto. Negar era moda. Mas as modas passam, e essa passou tambem. Foi quando entrou a picar-nos de novo, o desejo de uma verdade positiva, de uma verdade que dissesse: "sim".

Chelos do infinita solleitude, os philosophos não tiraram as mãos da obra, e, mais bem aquilata da gravidade do peso que traziam ás costas, appellaram para os doutores da sciencia. Estes haviam de dividir e subdividir os seus estudos por tal jeito, que cada um dos multiples aspectos por que se manifesta a natureza, constituísse objecto distincto de uma disciplina certa e determinada. Assim se formaríam as diferentes sciencias, que, seguindo rumos varios, demandariam verdades parciaes, pertinentes a esse ou aquello modo de ser das coisas. Essas pequenas verdades, submettidas, depois, a uma combinação reciproca, facultariam a apprehensão de uma verdade maior, — a verdade total, a suprema affirmação anhelada, velo fecundo, de onde irromperão, em catadupas de ouro, todos os bens...

E os sabios cederam á tentação. Tambem queriam ir á cata do passaro azul...

Entretanto, que é que vemos? Vemos que os botanicos, os astrónomos, os químicos, os sociologos, os mathematicos, remetendo-se, cada qual por seu turno, é com soffreguidão sempre maior, ás respectivas especialidades, figuram bem, nas suas relações, um systema de linhas divergentes, as quaes, como é de lei, terão as suas extremidades tanto mais afastadas umas de outras, quanto mais se alongarem, quanto mais se apartarem do seu fóco. Nada importa lhes seja commum o ponto de origem... Era preciso é que se operasse o seu encontro final. Mas é possível isso? Das parallelas ainda se ouviu dizer, vagamente, que se vão unir no infinito. As divergentes, porém, si lá chegassem, que distancias immensas, que inconcebiveis distancias não deviam de extrema-las! Por certo que o calculo dos philosophos repousa numa geometria bem differente dessa que sabemos por intuição, e por isso não erra nunca.

Apercebidos de tal desconfiança, desta feita o fracasso das illustres promessas não nos encontrará mais naquelle estado de innocente expectativa que até nos dominava...

..

Todavia, nem tudo foi em pura perda, como se vae ver. E' que, nessa falha de apanhar a verdade, e só a verdade, alguns philosophos se deixaram ficar com as facultades sensitivas em tal modo subvertidas, que já não sentiam nem viam como toda a gente vê ou sente. Pouco e pouco, foram-se tornando indifferentes, fechados a tudo. Vibrassem-lhes um golpe, ou fizessem-lhes agrados, tudo era o mesmo, tudo eram gestos humanos, diversos apenas na intensidade. E achando-se bem, melhor que antes, assim roubados da sua sensibilidade, concluíram que todo o nosso mal deriva do imprudente lyrismo dos sentidos.

E ensinam que os factos que a vida entretece, não são, em si, nem bons nem maus, e que o sentimentalismo humano é que os distingue... Os factos apenas são. Nem mais, nem menos. Mas ahí está toda a sua força. Sendo, apenas, elles são porque são, isto é, não se inspiram noutra logica differente da logica irreductivel de sua propria fatalidade. Por consequencia, é aceita-los em paz. E' deixa-los que passem e rolem deante dos nossos olhos frios e estupidos. Nenhum movimento affecto os nossos musculos. Impassibilidade absoluta. Coração de pedra. Satisfaça-nos apenas a simples verificação dos factos. Não os qualifiquemos jámais. Qualifica-los, fóra senti-los. E senti-los, é soffrer...

Mas para vingarmos esse grão de felicidade, se faz mistér o sacrificio de alguma coisa. E' preciso matar o adjectivo! E' grave, não ha duvida... Aonde vae parar, então, a nossa queirida rhetorica? Em que tristes desertos não vos lides converter, ó lindas montanhas azues, que o sól recobre de ouro, ó saudosos prados verdes, em que desabotoam as pequeninas corollas de toda a côr, de todo o jeito!... Mas, que fazer, si é no adjectivo que se resumem todos os nossos males?

Sim, matemo-lo sem perda de tempo! Matemo-lo já! Libertemo-nos desse cuidado do qualificar, tão insignificante a primeira vista, e já inconsciente, de tão velho e usado, mercá do qual, emtanto, condemnamos ou absolvemos as coisas, repartindo-as em más e boas, felas ou bellas, quando, de per si, não são más nem boas, felas nem bellas. A nossa falta de subadoria foi que lhes emprestou taes attributos. Porque, na realidade, ellas são indifferentes, e inoffensivas, portanto. Mas o adjectivo indiscreto, o inconveniente adjectivo, assignal-as, define-as, classifica-as, consouante-lhe ainda a illusão dos nossos sentidos. E elle é que nos diz quando devemos de estar alegres, tristes ou revoltados. Elle, abre os nossos olhos e os induz ao engano das impressões multiformes. Elle é que nos acorda a consciencia dos sentidos e por meio delle é que estes se rebelam. E' o adjectivo, finalmente, o grande conspirador a tramocar contra a felicidade dos homens. A primeira desgraça nasceu com o primeiro adjectivo...

Em que se fica sabendo que a gente ás vezes acha o que busca lá onde menos pensava de achá-lo: os nossos males, como se viu, não vêm do muito que ignoramos, sinão do pouco que sabemos...

Mas ainda é tempo de volver atrás. Vae á tua memoria, homem incauto, e apaga todos os adjectivos que nella imprimiste, desde a tua infancia. E serás feliz! Sabes que a historia das nossas miserias é tocante, mas simples e corrigivel. Pol assim:

Um dia, os fructos não nos souberam como d'antes. Parrecou-nos que não era só assucar que elles continham. Mas, si havíamos de ficar calados, dissémos que estavam azedos. Depois, sorvendo o perfume das flores, descobrimos que elle vinha do travo das raizes. E, desavisados, lhes chamamos venenosas, ás flores, já esquecidos do mel que escondiam...

E tudo ficou perdido!

Dahi adiante, a terra não nos sorriu mais. Em todo o ralo de sól se adivinhavam traços de sombra. Toda a alegria acaba afogada em lagrimas.

Tudo por obra do adjectivo!... Que elle morra, pois, para que a felicidade volte a cantar de novo sobre a terra...

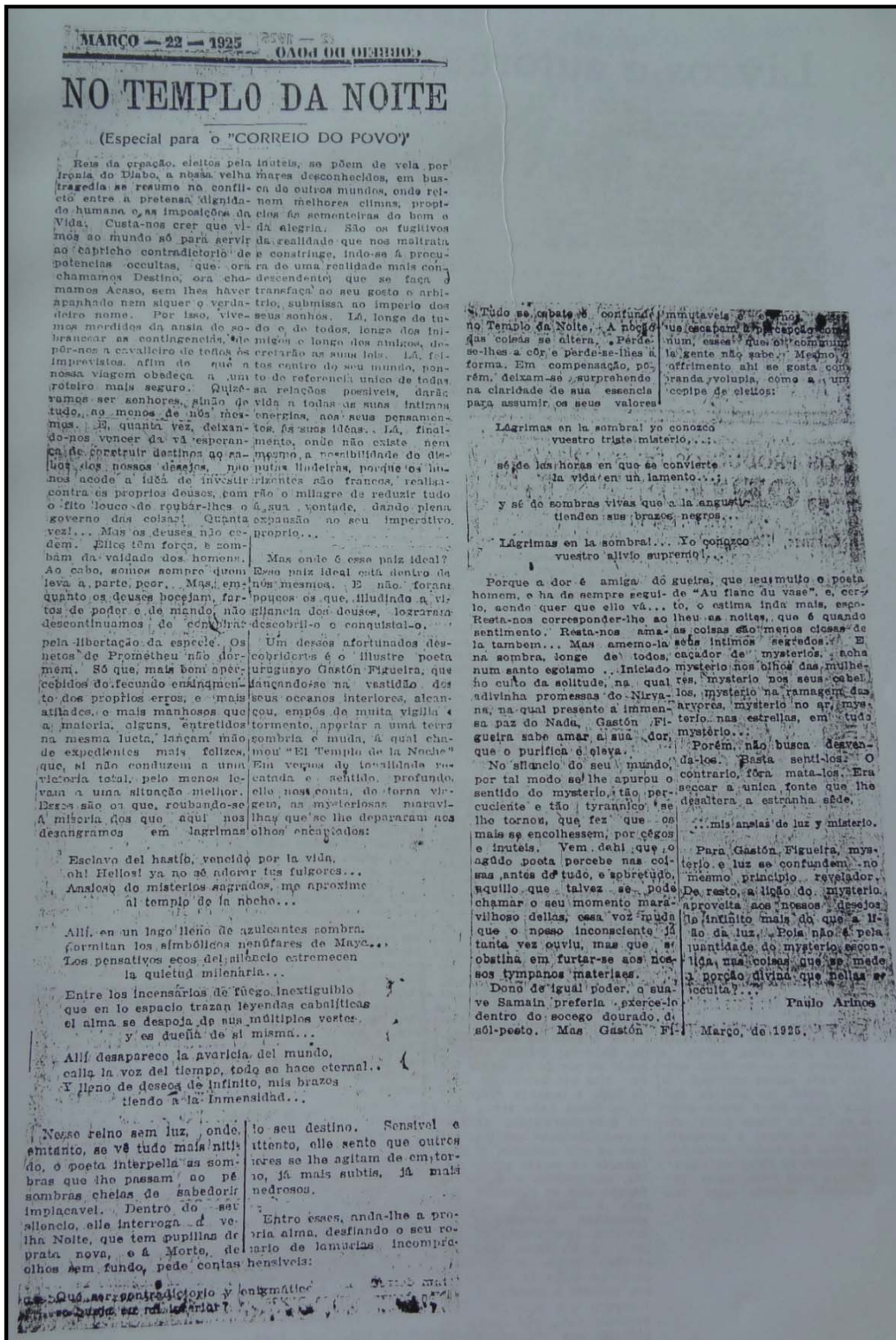
Paulo Arinos
Março, 1925.

Correio do Povo. Porto Alegre: 22 mar.1925.

No templo da noite

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.



Correio do Povo. Porto Alegre: abr. 1925.

Livro e autores: J. de Souza Lobo

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

Livros e autores

abril/1925

T. de Souza Lobo —
"São Paulo na Federa-
ção" — São
Paulo, 1924

Lendo uma das folhas do Rio, acordou-me a atenção a imensa candura de um artigo do sr. Mário Pinto Serva, cuja epigraphe não me acode á lembrança. O desgastado patriota achava coisa muito natural que os paulistanos se deixassem possuir de todo o orgulho em face do seu progresso, sua riqueza e civilização. Afinal de contas, porque há de o agricultor feliz recolher a sua alegria, si vê arreios de fructos os seus pomares e maduras as suas searas? Era mister, porém, que os filhos do grande Estado festejassem tanto bem dentro de suas casas, e em silencio, para que os vizinhos menos ajudados da sorte não despertassem com o barulho da festa, e ao despertar não succedesse o despeito e o clume... Por outra; fóra bem que se evitassem esses confrontos estatísticos, em que S. Paulo porfia em se fazer representar por cifras tão altas. Para que isso? Eis justamente o que atica a lamentavel malquerença que as demais parecellas do paiz volara ao admiravel Estado cafeeiro... Por conseguinte, cale-se os seus deputadões! Que a algazarra do baturque não ecche cá fóra...

O sr. Mário Pinto Serva de vez em quando tem dessas, em que tudo fallece; — critério, espirito, bom-senso, — salvando-se, apenas, a sua implacavel boa-vontade. Mas só com boa-vontade não se vai muito longe, no reino dos homens... Tanto é assim, que linguem lhe tomou a serio a singular advertencia. Um dos que não puderam conter um sorriso ao conhecê-la, foi, muito ao certo, o sr. T. de Souza Lobo, que pouco antes publicava sua volumosa monographia, intitulada "São Paulo na Federação". Com effeito, o seu livro constitue, em cheio, todo um largo hymno ao formidavel surto economico e espirital que satode o Estado sulino. Pode-se dizer que lhe fóra o argumento dominante o final do capitulo III; "São Paulo é o coração da nacionalidade, o eixo economico do Brasil e o fio de prumo das finanças nationaes". Mais ainda; S. Paulo creou uma civilização sua, — a civilização paulista, — inconfundivel, typica, original. Até aqui, ha de estar tudo muito bem, salva, talvez, a primeira parte do final cado, onde cabem reservas. O que, porém, me pareceu menos justo, foi o modo como o sr. T. de Souza Lobo entendeu de traçar a perspectiva geral das nossas realidades, escolhendo as tintas mais sombrias e mais felas, como rebuscando effeitos para um

contraste que dêsse maior corpo ás excellencias de S. Paulo. De passo que sua terra natal, habitada de gente que tem sangue de brancos, vellos e novos, e de negros e mulattos, e de portugueses e de outros, e de outras villas de Santos e S. Vicente, se entrocavam com as casas mais illustres do Reino. — o resto da raça, que demora nos demais Estados, não passa de "gente velha e doente".

E á velhice e á doença dessa gente, que somos nós, e não á incompetencia ou imprevidencia dos nossos governantes, é que o sr. Souza Lobo attribue aquillo que appella "as tendencias para o desmembramento". Com que então o "mal da terra" entra como factor immutavel, irreductivel, no exame dos nossos problemas?!. Será que os nossos males não têm cura? Parece que sim. Mas a quem incumbe provê-los de medicina, sinão aos poderes publicos? Cumpram ou não cumpram tal missão, certo que á elles que compete fazê-lo. Ao governo está affecta a "salus populi". Tudo depende de um pouco de dinheiro e outro tanto de patriotismo. Vê-se, portanto, que ambas as causas de que, consoante o calculo do sr. Souza Lobo, poderia provir a ruptura da nossa unidade politica, acabam fundindo-se numa só, pois que uma dellas vem intimamente condicionada á outra, figurando, não como causa, mas como effeito. Isto é: somos doentes, porque não nos foi dado ainda um homem a quem prouvesse curar de tisanas nem de pomadas. O sr. Souza Lobo dirá que já passou o tempo dos Messias... E eu ficarei pensando, desconcertado, que, no fundo, talvez elle tenha razão...

De sorte que a nossa desagregação se operará silenciosamente. Não assumirá já-mais as proporções de sangrentas reacções politicas, com discursos vermelhos e exercitios em promptidão. Nada disso. Será apenas como o apodrecimento de um immenso organismo, cansado de viver. Não se ha de ouvir um ruído mais forte. Apenas o baque, molle, logo morto, de um braço que se despega do corpo, desfeito em sanie. E o do outro braço, que tambem cae. E o das pernas. E finalmente o do tronco, estufado e fétido.

Tal a visão do nosso futuro, fielmente calcada sobre o modo de ver do sr. Souza Lobo. Mas não haverá a meio de fugir a tamanha desgraça? O sr. Souza Lobo achou um. "O desmembramento nacional é uma fatalidade que está ali para os dias proximos, si uma torrente de varios povos cultos, morigerados e a-dios da Europa não se derramar por toda a Federação, subindo montanhas, atravessando os desertos, agricultando as terras". O sr. Souza Lobo não acredita numa nacionalidade brasileira capaz de reduzir ao seu caracter o caracter do estrangeiro que aqui se fixa. Partindo dahi, não se dá de affirmar que "a immigração

de determinadas nacionalidades fixada desigualmente na vasta extensão do territorio nacional cria estados lentos, politicos, sociais, artisticos, literarios e moraes completamente diversos em cada Estado do Brasil". D'onde se conclue que não somos coisa nenhuma, nem mesmo dentro dos nossos Estados... Usos, costumes, nada disso é nosso... Mesmo os traços que definem este ou aquelle grupo regional, no seu modo de ser, são o resultado de pressões adventicias... A mentalidade do Rio Grande, por exemplo, se regula pela mentalidade italiana ou germanica... Em politica, somos industrializados por Machiavel ou Bismark... O colono bisonho e analfabeto, aqui chegado abriu escolas de arte e iniciou na sua longuinha literatura os sr. Simões Lopes Neto, Amaro Juvenal, Alcides Maya, Roque Gallege, todos mil usados a evocar lendas do Ilheno ou luares de Verona...

Si o elemento alienigena representa, de facto, sobre o elemento indigena um ascendente tão poderoso, determinando conforme sua índole e cultura, estados moraes e mentaes diferentes, nas diferentes zonas em que se estabelece, — por certo que a therapeutica do sr. Souza Lobo, em lugar de resolver o perigo separatista, viria aggraval-o de muito. Felizmente é falso o assepto do autor paulista. Pelo menos, está em pleno desacordo com recente lição do sr. Oliveira Vianna, na qual se constata a segura e prompta influencia que o nosso meio exerce sobre o immigrante. ("O typo ethnico brasileiro" — Terra de sol, n. 9).

Por fim, devo dizer, com o fino e meticuloso D. Francisco Manoel de Mello, alludindo á obra em geral do sr. Souza Lobo, que "muito havia aqui que advertir". O classico excusava-se logo, explicado: "mas nem tudo é par papel e tinta"; e menos ainda para esta secção, — ajunto eu, — onde não está no seu lugar nada que exceda os limites da mera noticia bibliographica.

Como quer que seja, porém, "São Paulo na Federação" é um livro de valor. Não foi escripto por um artista, nem pensado por um sociólogo. Escreveu-o um amante de sua terra natal. Pensou-o um estudioso. Duvida e contradictas que suscite, não lhe roubam o merito, vindo apenas por em evidencia a incerteza que entrelêmos com respeito e assumpto de tamanha relevancia.

Abril, 1925.

Paulo Arinos.

Correio do Povo. Porto Alegre: 30 abr. 1925.

Livro e autores: Félix Esteban Cichero

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

CORREIO DO POVO
30/04/25

Livros e autores

Félix Esteban Cichero — "La vida en cuentos" — M. Glicer, Editor, Buenos Aires, 1924.
Id. — "El rechazo" — Columnas, Buenos Aires, 1924.

Do sr. Félix Esteban Cichero, escritor e jornalista argentino, eu tenho sob os olhos dois livros — "La vida en cuentos" e "El rechazo", péca umática.

"A vida em contos".
"Havéis de conhecer commigo em que, de todos os trabalhos que usamos, confiar a imaginação, um dos que nos sabem melhor é esse de esmiuçar o título dos livros, metter pelas suas intenções, pesar-lhe todas as accentos, acompanhá-lo até o fim, nas suas longas beneficências... Quanta volúpia na procura de uma tracez branda, de uma mancha vermelha, que destão do negro fechado dos caracteres typographicos! Não fôra difficil sempre as paginas da obra, e surpreender-las, na fabulação, no curso das idéas, no acme do argumento central, o verdadeiro sentido do titulo. Mas a imaginação é impaciente. Não espera. Deante de uma interrogação, vibra logo. E antes que façamos o primeiro movimento, já temos o cerebro cheio de propostas de toda cor, variantes, contradictorias. E ora elegemos uma, que nos pareceu mais conveniente, mas abandonamos-na em seguida, para lançar a mão sobre outra, e outra, que, por seu turno, também será desprezada. E' justamente neste doido jogo mental, amavel como todas as coisas inoffensivas e vãs, que reside o prazer de advinhar o pensamento que se occulta nas poucas letras do nome que se deu a um romance, a uma novella ou a um poema.

E ha titulos que falam, uns em voz baixa, outros gritando. Uns dizem muito, e valem um livro inteiro, e ás vezes mais. Outros têm sua historia. Por fim, alguns ha, que chegam a inspirar toda uma philosophia, com principios e conclusões.

Neste ultimo caso está o que o sr. P. E. Cichero chamou "La vida en cuentos". Em summa, a vida será mais do que uma successão imprevista de contos?

Por certo que a philosophia antiga nos dará uma resposta negativa. A moderna, também. Que uma comedia curta, na sua absorvente nédo do

unidade, vivem do illusorio desejo de approximar todos os pedacinhos dispersos da vida, e se harmonizal-os entre si, affirmar a haver de toda uma peça unitaria e homogénea. Assim, lograriam subordinar-las a uma lei unica, que lhes facultaria comprehender as coisas melhor e domina-las com mais facilidade. Mas eu não sei se algum dia se chegará a fixar a identidade reciproca das coisas, como expressões de um mesmo principio... Si tal é possível, a melhor sabedoria manda, que fuçámos de tamanha loucura. Porque, enquanto as coisas são varias, distinctas, umas de outras, ajuda-nos é dado separar as boas das más. Ao passo que, misturado tudo, tudo reduzido a uma só massa, quem nos garante que não se perderá o pouco de mel que as flores ainda nos dão? O mais seguro é deixar tudo como está. Evitemos de metter todas as scenas e actos da vida, uns alegres, outros tristes, numa peça unica. Ao cabo, é mais certo que tudo redunda numa torpa tragedia do que numa saudavel comedia. Que fique tudo nos seus logares, e tal qual é. O melhor da vida ainda está na sua incoherencia.

De outro modo não o entendo o sr. P. E. Cichero. A existencia, para elle, é uma somma de contos, até suaves que aspéras, em que ha mais motivos para sorrir que para chorar! Não lhe apeteceem os grandes lances. Ille prefere esses momentos quasi vulgares, em que o céu não chega a ameaçar temporal, não chubvas brandas e passagelras. De onde se pode concluir que o seu estylo é simples, claro, corrente, harmonizando-se, admiravelmente, com a maneira pela qual se lhe mostra o mundo.

"El rechazo" é uma peça de caracter social. Por isso mesmo, não há passado por la prudencia de las tablas. Não passou, nem passará. O thema escolhido pelo sr. P. E. Cichero já deu quanto tinha a dar, isto é, não deu quasi nada. Está claro que assim falando, me colloco no estricte ponto de vista philosophico e não artistico ou litterario. Existe, é certo, toda uma litteratura socialista, a que não faltam obras primas, repassadas de commogão e de força. Entretanto, que ficou della, já agora, mais do que a summa de humanidade que lhe reside no fundo? Mas este elemento não lhe é específico. Humana é toda a creação que brotou do peito humano. Sempre foi assim, em todos os tempos. A humanidade que irrompe das obras do arte, é a sua unica condição de vida e de successo. E' o sangue que lhes renova os tecidos e as faz eternamente moças e sadias. O mais, é procarlo, varantil, sujeito ás vicelidades do momento. Destes attributos participava o lado doutrinario da litteratura socialista. E a sua philosophia fracassou. A sociedade continuará a figurar, na sua constituição, uma escada, com degraus superiores e inferiores. Como bem se viu, poder-se-ão, quando muito, trocar os degraus, levando os do baixo para cima e trazendo os do cima para baixo... Mas a escada ficará escada, de pé, com seus degraus desnivelados. Pelo menos, foi o que nos ensinaram as ultimas lições. De resto, a desigualdade é essencial a subsistencia da sociedade. A grande humanidade, de que falam poetas e philosophos, especie de symetria universal, se alimenta dessas pequenas desigualdades, dessas pequenas desharmonias. Infelizmente, ainda não lhe ouvimos a saberba, a portentosa musica. Talvez não a ouviremos nunca. Mas ha de ouvir-la Deus, e delificarão enlevados seus divinos symphonos. Convencido feliz, sem dúvida, que justifica todo o sofrimento, toda a miseria... Bem hajam os gritos de dor e os gemidos que sobem da terra, e vão de guerra com outras notas, acordar a alegria nos altos céos...
No seu acto dramatico, não quiz o escriptor argentino fugir-se ao ar insistentemente doutrinario que envolve os seus dialogos. E' o que compromette a sua tentativa de theatro, na qual ainda se pode notar que as theorias são menos vividas do que as apenas enunciadas e que as idéas não chegaram a se fazer accão. Nada obstante, é uma comedia e prazer que se lhe pode tirar, porque o inspira um espirito brilhante e um grande comedia. — Abril de 1925.

Paulo Arinos

Correio do Povo. Porto Alegre: 20 mai. 1925.

Livro e autores: Carta aberta ao sr. Menotti Del Picchia

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

MIAO — 20 — 1925

Livros e autores

Carta aberta ao sr. Menotti Del Picchia

Meu illustre confrade,
Parece incrível que só agora me viesse ter às mãos sua fidalga missiva de 1.º de fevereiro! Primeiramente, guardou-a consigo, por quasi um mez, a pachorrenta censura postal a que se procedia nos correios de S. Paulo, mal sabendo-se que a carta em questão trazia a assignatura de um dos candidatos do governo á deputação estadual. Depois, se deixou ficar na redacção deste matutino, á espera do meu regresso das montanhas, onde costume passar o verão, e das quaes se me despego com a aproximação dos primeiros fillos.
Mas, enfim, o seu appello á minha boa-fé chega-me aos ouvidos, e vem formulado com tanta manha que eu não saberia desatendo-lo. Vi, de prompto, que v. não esconde a magua de autor a quem chocou o que se disse de menos amavel com respeito á obra sua. É natural. O pai não ha de gostar que se apontem os vicios que lhe desenharam o filho, mesmo que sejam patentes, e todo o mundo os veja. A nota critica por mim assignada á seu livro "O crime d'aquella noite", através desta secção, á o motivo de sua carta e do seu desagrado. Que lei v. ali? Entre outras coisas, que ninguém havia menos conformado com a realidade do que v.; e que, por isso, os seus personagens eram "vagos, imprecisos, irreaes". "Elles não vivem deante de nós — continuava eu, si bem me lembro; divagam, na sombra de uma realidade incompleta, como fantasmas lamurientes, a implorarem o resto de vida que se lhes não deu — um pouco de sangue, um pouco de calor, um pouco de humanidade". Agora, v. quer, não simplesmente, que eu venha a publico reconsiderar o dito visto como ajunta á carta uns retalhos de jornal, que referem, sob epigraphes arregaçadas, uma curiosa tragedia succedida em Santos, cuja realidade, segundo o seu commentario, copiou a sua arte, "que presentiu essa realidade".
O caso é mais ou menos este:

Um casal allemão, Oscar e Elisa, do nome Schreider, hospedado no hotel "Primavera", do Santos, onde trava conhecimento com o preto Albino Antonio, carregador. Mais tarde, morando em Juquiá, não despreza a amizade do preto, que acabou por captivar Elisa, ao ponto de seduzi-la. Mas, o tempo corre, e a mulher não ponde mais com o peso do seu peccado. E um dia, chamando o marido, confessou-lhe o crime. Oscar ouviu tudo, fechou-se dentro de si mesmo e não disse palavra. E nada mais se soube. O que se viu, no dia seguinte, arrastada á porta da casa, cujo silencio amedrontara os vizinhos, foi que ambos, ella morta, ella morrendo, jaziam estendidos sobre o letto, ao lado de um berço onde choramingava uma creancinha de tez impura. Do exame dos fermentos se concluiu que foi Elisa quem matou o marido, matando-se em seguida. Surpresas da psychóloga feminina... Era preciso fingir, perante o mundo, que o marido era um forte e scubera desaffrontar-se. Por certo, não lhe occorreu que a perlela pollecia podia desfazer o embuste, denunciando-lhe a iragica validade...

Pois hem! pergunto-lhe, agora, onde a semelhança entre o drama de Santos e a sua novella? Palavra de honra em como nunca vi duas coisas tão desiguaes. Situação, personagens, desenvolvimento, tudo é diverso, n'um e noutro. O ponto que v. dá como comum a ambos, está bem longe de se-lo: n.ºo crime d'aquella noite", um mendigo "violenta" uma senhora, na treva de uma rua deserta; no outro caso, o carregador Albino Antonio, negro como o mendigo, "seduz" a mulher do Oscar Schreider. E é só. Um instante, apenas, é o mesmo, lá e cá. Ainda assim, como é diferente o animo que determina esse instante, na historia viva e na ficção!

Mas, vamos que esta e aquella se apresentassem em tudo iguaes. Supponhamos, por um momento, que a realidade houvesse, de feito, se inspirado n.ºo crime d'aquella noite". Que tinha isso? V. entendo que uma obra de arte se justificaria pelo simples facto de ser imitada pela realidade? Eu não chegaria ao absurdo de desdenhar, Bizacé, como fez Wilde, ao saber que o par do romantismo moderno ia buscar os seus tipos na vida real. Eu quero dizer, apenas, que a realidade, si é sempre verdadeira, nem sempre é verosimil, e que, do ponto de vista esthetico, só é real o que é verosimil. Tanto vale dizer que nem toda a verdade convém á arte. Por fim, além do mais, nem toda verdade commove. Em arte, a razão do ser da realidade não estará apenas no que elle traz em si de bom e de bello? Que é que a justifica, si não o seu sentido melhor? Nunca será demais repetir que a função do artista não se resume em copiar, mas corrigi-la, depura-la, escoima-la de suas manchas, creia-la de novo.

Alia, a verosimilhanca a que alludi acima, não depende do modo de ser das coisas, si não do modo de concebê-las, de trata-las, de conduzi-las. A sua novella não é inverosimil em virtude de sua propria natureza della. Absolutamente. O que a faz inacreditavel é a falta de tacto com que v. lhe desenrola as scenas, assim que, alternando-se, sem sentido, como soltas da cadeia que devia ligá-las todas, umas não explicam as outras. V. não sabe dar a "illusão" da realidade. Em romances, em contos, em dramas, já se contactaram coisas muito mais extraordinarias do que o seu "Crime..." Já se descreveu o juizo final, no valle de Josaphat... Já se pintou o inferno, e a humanidade nelle se queimando e rangendo os dentes... Entretanto, deante dessas fantasias, juramos como tudo é verdade, só porque ha nelhas muita comprehensão, muito sentido, muita vibração humana. Foi o que eu não achei no seu livro.

Por isso não me penitencio. V. não tem razão. A razão está commigo. O sceptico dirá, sorrindo, que está com nós ambos. Mas, felizmente, os julzes nunca são scepticos. Em caso de duvida, preferem ser injustos...

Era o que me cumpria dizer ao illustre confrade, que pôde contar com a sincera admiração e a amizade de

Miao, 1925.

Paulo Arinos.

Correio do Povo. Porto Alegre: 27 mai. 1925.

Livro e autores: Guilherme de Almeida

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

MAIO — 27 — 1925

Livros e autores

Guilherme de Almeida: "Meu" —
Typographia Paulista—S. Paulo, 1925

... Finalmente, o homem can-
çára. Elle tinha sentido, bem
no fundo de si, que não es-
tava cumprindo a vida como
devia. Trincar fructos, mor-
der raizes, amar, metter os
pés na agua fresca das fon-
tes, mirar o sol e as estrellas,
— isso tambem faziam os ani-
mos... E por certo que lhe
cabia fazer mais do que os
animaes faziam. Pois não sa-
bia falar, e andar só com os
dolos pés, e não apresentava li-
nhas mais puras do que os bi-
chos, que eram feitos e re-
pugnantes? Pensando assim,
um az de despeito e descou-
rto a ballar-lhe pelo rosto
ensombrado de espessa gre-
nhia, sentiu, pela primeira vez,
que estranho calor lhe quei-
tava o cerebro. Havia de ser
luz! Era a luz da intelligen-
cia, que, enfim, lhe pedia con-
tas do desprezo que até então
lhe votára elle. Dahi por
deante, o homem não mais se
descuidou de alicar o fogo
maravilhoso, que alumiaava tão
longe e havia de ensinar-lhe
tudo. E tanto fez, que a agua
da fonte, e os fructos verme-
lhos, e as raizes sumarentas,
tudo foi esquecido... Por que
nada disso lhe aproveitava a
compreensão do mundo, que
em tal se resumia, agora, do-
do o seu cuidado, toda a sua
ambição. A cada facto ma-
terial devia de corresponder
um sentido ideal, em cujo be-
neficio o homem entrou a des-
cubrir a resto. Brávo, estava
lhe a cabeça empanzinada de
formulas, de conclusões, de
hypotheses, de abstracções sem
conta. E isso, essa fome de
coisas que não tinham corpo
nem forma, durou muito tem-
po, durou seculos e seculos.
Até que, aborrecendo-se de no-
vo, o homem tenta volver
atrás, retroceder à ingenua pri-
mitividade que abandonára, na
presumpção de ir além do que
o destino lhe consentiu que
fosse. A alma abatida, o es-
pirito avelhentado, elle desan-
da, crente de que vai surpre-
hender ás raizes, nos fructos
e á fonte, tão seus amigos ou-
trora, ainda na mesma alegre
frescura d'antanho, quando con-
versava com elles e d'elles era
entendido...

Esta viagem para traz esbo-
na apprehendendo os poetas
novos, entre os quaes se con-
ta Guilherme de Almeida, o
infatigavel perdurario de ima-
gens e figuras. O seu ultimo
livro — "Meu" — ainda é
mais expressivo, neste particu-
lar, do que "A frauta que eu
perdi", publicado o anno pas-
sado. O certo é que o poeta
não teve muito que andar pa-
ra apanhar as coisas na sua
vivacidade, na sua nudez pri-
mitiva. Bastou-lhe lançar os
olhos em volta. Em volta, es-
tava o Brasil, este formidavel
motivo esthetico, ainda impu-
ro e barbaço. E a seu pé, á
tór, a frauta do Pan, que lhe
contava os mysterios da terra,
revelando-lhe, tambem, os seus
teitilhos. Guilherme deu com
esta, Romãu-a. E cantou, com
o claro enthusiasmo das crea-
ças:

Eu achei na minha terra a
[frauta do Pan.
Vem ouvir cantar a avena pa-
[gan
na ventania
que, encanada entre os barran-
[cos, assovia,
nos bambús acrobaticos verga-
[dos,
no estrondo dos rios despeda-
[çados,
na varzea tranula e sibitante
[de arvozes,
que chora nas folhas dos can-
[naviaes
o conto historias de bruxas nas
[casas do telha-vã.
Eu achei a frauta do Pan.

Eis ahi toda a força da nos-
sa terra, com sua ventania
selvagem, expandindo-se em
vogaes prolongadas, com suas
amoravels superlicções, com
seus rios despedaçando-se no
embate com as fragas rompan-
tes.

Querets, agora, um dia blo-
que, um dia radiante, ampie,
azul, em que o verde parece
humido e dourado a um tem-
po?

O dia é um palhaço cheio de
[risos,
tudo vestido de guisos,
brincando num monte de plu-
[mas verdes.

E' assim, com um riso lar-
go e satisfeito que o poeta do
"Meu" contempla a ruidosa
festança da paisagem tropical.
Rompe o livro com este "pre-
ludio", farto de luz e de luf-
tas:

Os passaros coloridos e as
[fructas pintadas,
na transpiração abafada da
[floresta,
e estas folhas transparentes
[como esmeraldas,
e esta agua fria nesta sombra
[quieta,
e esta terra triguceira, cheirosa
[como um rueto:

este grande ocio verde, isto tu-
[do, isto tudo,
que um deus preguiçoso e ly-
[rico me deu,
si não é bello, é mais do que
[isto — é meu.

O livro do Guilherme de
Almeida é quasi primitivo na
sua rude consuetude. Em
vão procurareis nelle um pes-
samento, uma idéa. E' a sen-
sacção preferindo ao pensamen-
to. E' a imagem sobrepondo-
e á idéa. A cor pela signi-
ficacção. A reintegração da
cor, enfim.

Mas, possuido de taes intui-
ções, o poeta cede, com fre-
quencia, á tentação de ir até
onde não deve. O resultado
da imprudencia é que a mu-
sica do seu verso se faz, on-
do a onde, pesada e dura. A's
vezes, chega a pisar-me os ou-
vidos o baque inesperado de
algum rythmo que se parte de
inopino. Entretanto, a har-
monia brasileira será mais do
que uma somma de rythmos

Paulo Arinos.
Maio: 1925.

Livros recebidos: Moysés Vellinho: "Poesias"; Antonio Torres: "As raizes da Incompreensão"; Coelho Pinheiro: "Quero contar um conto..."; Old Francisco: "Hóstia amarelada".

Correio do Povo. Porto Alegre: jun. 1925.

Livro e autores: Antonio Torres

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

Livros e autores

ANTONIO TORRES:
"As razões da Inconfidência — A. J. Castilho, Rio de Janeiro, 1925"

A Terra de Santa Cruz não era apenas uma ilha, como informavam os primeiros navegadores. Era todo um vasto continente, com florestas sem termo, e rios de nascentes longínquas e misteriosas, e largas praias que se aprofundavam no horizonte. E como Portugal não occupasse mais do que um cantinho da península, e tivesse grande parte de seus filhos empregada no commercio com as Indias, não poderia povoar a nova colonia, maior do que elle cem vezes, sem promover o trafico de negros, que pouco mais lhe custaria do que muita praga e maldição. Feito, e não demorou, a costa, aberta como dois braços amigos, estrevilhava de congos, de bengue-las, de nagôs, de fulas, de gingas, de loandas... Mas, muito breve, aconteceu o que tinha de acontecer: ao contacto dos portuguezes, o negro foi ficando menos preto, foi desbotando, foi clareando, até que se fez mulato. O mulato! Eis o grande crime dos portuguezes: a invenção do mulato... O sr. Antonio Torres não lhe perdoa a elles... P'ahil, talvez, o seu libello, que tanto escandalo tem suscitado. Quero referir-me ao livro "As razões da Inconfidência", ha pouco dado á estampa, e ao "Preambulo", particularmente, que lhe toma nada menos de cem paginas, das quaes nenhuma só deixa de vir ensopada do fol de um odio desabalado e fútil contra os portuguezes. Armado da mais furiosa lusophobia, o jornalista amarelo metteu pelos vocabularios a dentro, á caça de quanto qualificativo que dissesse maldade, malicia, cupidéz, burrice, abjeção, deshonra ou covardia, para jogar sobre o portuguez e os amigos do portuguez. Um dos primeiros atingidos foi João do Rio, cujo maior peccado se resume em ter possuido muito mais talento que o autor das "Verdades Indiscretas".

Mas se fiando de si, o sr. Antonio Torres teve o cuidado de cercar-se de grande copia de livros, escriptos, relações de viagem, memorias, cartas, bandos, alvarás, tudo, enfim, que falasse de Portugal, de sua gente e suas colonias. Lido tudo, e reido, elle poz de tudo quanto não lhe aproveitasse ao sanhudo jacobinismo, e depois se repastou, com diabólica delicia, no so-

bejo, feito de más referencias, de alevos e juizos falsos ou simplesmente soezes. Foi ás memorias de Hindenburg, e de lá trouxe a humilhante expressão com que o illustre marechal descreve a acção das tropas lusitanas, quando foi da offensiva germanica em Arrmentières, — contando que o grande militar, mais bem informado empós, não reclinou, nas edições successivas de seu livro, de penitenciar-se do erro committido. Tambem cita lord Trawley, que usava dizer: "Retire-se a um hespanhol tudo quanto neste houver de bom: o que restar é um portuguez". E transcreve, sub-revendendo-as, muitas outras opinioes, que não fariam honra a ninguem.

Por isso, o seu livro é mão, antipathico e grosseiro.

Mais de uma vez, o furibundo publicista se campe de termos herdado dos nossos maiores a lingua que falamos, O idioma castelhano, no seu entender, é "bastante superior ao portuguez". Porque? Em que sentido? Qual dos dois, transplantando-se para o Novo Continente, resistiu melhor á acção do linguaajar dos naturaes? O hespanhol, si não se deixou dominar, não soube vencer. N'algumas partes da America hespanhola, como no-

lou um observador, fala-se o guarany ao lado do castelhano. Entre nós, não se dá o mesmo. O ascendente do vernaculo se implantou de prompto, firme, absoluto, absorvente. O sonho dos romanticos, que entenderam vulgarisar e mesmo adoptar a grammatica dos indios, devia desvanecer-se logo, vingando apenas acorescentar o dictionario que importaramos da Metropole, de meia duzia de fortes vocabulos onomatopaeicos.

Vêde até onde chegam os preconceitos negativistas do sr. Antonio Torres!

Si indagarmos quaes sejam os motivos de tanta bilis, comprehendemos que, além daquelle a que de começo me reportei, personalissimo e profundo, ha outros, que não irritam apenas ao sr. Antonio Torres, sino tambem a muita gente que, como elle; não entende bem as coisas, pelo simples gosto de não querer entendel-as. E', em ultima analyse, a hegemonia economica que os portuguezes mantêm em determinados centros do paiz, que põe n'alma dessa gente um despeito semelhante ao que ha de ferir o pobre joão de barro, tão conhecido nosso, quando, com reagir, se deixa expulsar do proprio ninho por aquelle passaro, cujo nome não se diz... Em grossas levas immigratorias, demandam os portuguezes os nossos portos; nelles estabelecem o seu commercio, obedecendo á volva orientação de sua actividade na America; trabalham muito; enriquecem; assenhoreiam-se — da praça; mandam na imprensa; e, quando advertidos da insubsistencia dos creditos da mãe-patria, canalisam para os bancos de Londres, credores de Portugal, parte de seus haveres... Pois bem: isso mereco lucriminação? Ou quer dizer, tão sómente, que o portuguez oumpre, á maravilha, o papel do europeu que veio fazer America? Nós é que não sabemos representar o papel de senhores do que é nosso. Ao revés de diffamar o sangue lusitano, que ainda é o melhor que nos corre nas veias, — devéramos systematisar, com mais intelligencia, a distribuição dos estrangeiros que aqui se fixam, afim de nos pouparmos a nós o vexame de nos sentir apocados na propria terra. O que nos cabe, aqui, não é erguermos os punhos contra o immigrante portuguez, que tanto vem concorrer para a unidade final do nosso typo ethnico, e cuja maior culpa, em summa, está apenas em fazer o que tambem fariamos nós, no caso dos papéis se trocarmos. Ridicula tal attitude, que prova, sobretudo, inconsciencia. Cabe-nos, sim, trabalhar ao lado delles, para chegarmos ao que elles são, na sua preponderancia economica. Então, tal como se dá nos Estados do sul, em que o elemento nacional se desenvolve mais ou menos parallelamente ao elemento adventicio, não haveria mais logar para a entranhada malquerença que assignala todas as paginas do ultimo livro do sr. Antonio Torres.

Malquerença e má-fé. Porque "As razões da Inconfidência" são, além de tudo, um longo exercicio de maldade. Nas outras obras do mesmo autor, havia a graça constante, o d'no espirituoso, que, attenuando-lhes o caustico da pimenta, fazia as vezes do pião nos acceples, mul pican-tes. Aqui, porém, é só pimenta. E, lá de vez em quando, passadas paginas e paginas, o miseravel gole d'agua de um sorriso, para refrigerio das papillas em fogo.

Junho, 1925.

Paulo Arinos.

Correio do Povo. Porto Alegre: jun. 1925.

Livro e autores: Cid Franco/ Cornelio Pires/ Eduardo Espínola/
Martinho Garcez/ Francisco D'Auria

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

Livros e autores

Cid Franco: "Hostia envenenada" — Cia. Graphico - Editora Monteiro Lobato — S. Paulo, 1925.

Cornelio Pires: "Quem conta um conto..." — Cia. Graphico - Editora Monteiro Lobato — S. Paulo, 1925.

Eduardo Espínola: "Questões Jurídicas e Patrecoras" — Cia. Graphico - Editora Monteiro Lobato — S. Paulo, 1925.

Martinho Garcez: "Manual do Processo Civil e Commercial" — Cia. Graphico - Editora Monteiro Lobato — S. Paulo, 1925.

Francisco D'Auria: "Curso de Contabilidade" — Empresa Editora Brasileira — S. Paulo, 1925.

É a segunda vez que me tenho a escrever sobre o sr. Cid Franco, um dos lyricos mais jovens da geração actual. A primeira — ainda não vão dois annos — foi por occasião de sua estreia com o livro "Musica extincta" — "Lyrica dos 17 annos", como hoje lhe chama o autor, sem desfazer uma pontinha de desdém. Então, não me passou despercebida, entre outras virtudes, a constante limpidez do seu verso, limpidez de expressão e de pensamento.

Mas bem cedo teria o poeta de pagar o tributo de filho dos trópicos. A agua da sua fonte havia de turvar-se logo. Deixando-se vencer da exaltação dos sentidos, os nervos vibraram-lhe mais forte. A agitação reflectiu-se logo na superficie, rompendo-lhe a serenidade da forma e o equilibrio dos contornos.

Foi a impressão que me ficou da leitura de "Hostia envenenada". Bastante vago nos seus passos, o poema de amor do sr. Cid Franco vem chegado de intuitos patheticos e de falsas solennidade. Mas nem por isto chega a ser uma historiará, como talvez o quizesse o autor.

Ajostei ante o altar da Volu-
[pia-Infinita
e murmurei a prece rubra do
[Desejo.

Baciado o desejo, elle sor-
gue, num gesto de piedade, a
mascara da peccadora, feita de
lascivia e de perversidade, e
adivinha-lhe, bem no fundo
dos olhos, um pequeno enredo
triste e vulgar. Ella confessa-
lh'o:

Dezasete annos quando muito,
[Um dia,
uma voz escutou... voz de
[serela...

Mas o canto da serela fasci-
na e mata. O nosso destino que
é ouvi-lo, é tambem morrer. El
entre essa fatal opposição de
fortuna, vem e vão os nossos
sonhos, no seu eterno descui-
do.
[Parto do precipicio, não con-
tando taboas que aconselham.
Mas nunca ha ouvidos para
ouvi-los.

Ahi se botará seguido o con-
[selho materno
naquella noite lugubre de in-
[verno ..

Não seguiu. El teve de cho-
rar muito... Mas já agora
nem agora mais. De baixo em
beijo, vive queimando suas ve-
lhas maguas no fogo de todos
os prazeres. El se desfaz em
risos desacompanhados, descon-
ceitos, como tomada de triste
alegria dessas que amam ser-
pre, dessas que foram conde-
mnadas ao amor.

Quem se doe das suas des-
gracias é o sr. Cid Franco —
o que me faz pensar, talvez,
que o papel de d. Juan nem
sempre é para os poetas...

A filha de d. Juan continúa a
rir. Por noite morta, o seu cor-
ração vazio lhe inspira cantin-
gas mais:

Quando já reencontre um hom-
[me em ma chair sent un roi.
Je l'essaie...

Si é d'iscrição fosse caracte-
rístico proprio da especie, um
livro que entre nós já contas-
se cinco edições, prescindiria de
outro commentario que não
fosse a simples referencia de
tal facto. Mas o homem é im-
placavelmente indiscreto. El
bem que a brochura do sr.
Cornelio Pires seja daa que
trazem a alia recommendação
de cinco edições, não deixo de
abrir-lhe a tela, assim de con-
frontar a minha impressão
com a impressão de povo, que
o admira tanto.

Contando os seus "casos"
com um estylo communicative
e desempenado, o autor de
"Quem conta um conto..."
agrada mais do que desagra-
da. Não lhe falta pittoresco
nem graça à narração ou ao
dialogo. Ha, mesmo, pequenas
manchas descriptivas que fa-
zem bem a uns olhos amigos
de coisas simples:

"Olhamos para o poente: ao
longo, na lombada do pasto ve-
lho, do outro lado do rio,
viam-se os coqueiros de copas

batidas pela ventania, como
cabelleiras erguidas e atrada-
das para traz; a um lado a
mata distante ulvava e os je-
quitiabas, nas perobeiras e ca-
neleiras se balouçavam num
aceno desesperado para o le-
vante. A ventania se approxi-
mava numa furia indomavel.
O vento, na capoeira, nas cer-
cas e no telhado mal seguro,
tinha sons de canto-chão te-
triko resmungado por mil
bocas fechadas. A palhoça da
"tiguira" voava em redemol-
nhos pelo ar. Passaros em
vôos obliquos, como que per-
dendo o equilibrio, desciam
bruscamente para as grotas,
onde as ramadas se debatiam
como braços que tentassem
enlaçar-se para a resistencia
contra o desespero do vento,
de cima para baixo. As cria-
ções de penna procuravam re-
fugio e as de péio escaramu-
çavam pelo pasto, nos pinotes,
em procura do mangueirão.
Falhas e cisco pelo terreiro,
num ballado estranho, er-
gulam-se em rodópios pelo ar,
num redemoinho afunilado,
em que as crianças julgavam
ver o Diabo no seu throno gi-
rante."

Mas o sr. Cornelio Pires,
mui versado em assumptos po-
pulares, dá mais pela impu-
rissima syntaxe dialectal do
que pela linguagem limpa. El
leva a sua preferencia ao ex-
cesso de quasi só usar esse
baibucante arremedo do idio-
ma portuguez, como si a sua
caipira só pudesse ser compe-
hendida através do seu dial-
ecto. El' verdade que, muita
vez, a força de uma expres-
são é inherente á rudeza da
forma que a reveste. Quando
isto acontece, justifica-se a
corruptela. Noutros casos, não.
O torto pelo torto acaba abor-
recendo, sinão, irritando.

Si mais titulos de recom-
mendação lhes fallessem, o
nome dos seus autores, que
são civilistas dos mais emi-
nentes, bastava a que os li-
vros de materia juridica ac-
túa referidos tãnhessem a es-
tima de quantos se dedicam á
advocacia e aos estudos de di-
recto em geral.

Não era quem dizer que
S. Paulo mantém o monopollo
do ensino da contabilidade no
Brasil. De lá irradiam para
todos os pontos do paiz as no-
taveis lições do sr. Carlos de
Carvalho, que, formando uma
obra que já somma por nume-
rosos volumes são consultadas
nas Escolas Superiores de
Commercio como o compendio
classico sobre o assumpto. Ex-
alumno do illustre contabilista,
o sr. Francisco D'Auria não
deslustra o nome do mestre,
em cujos ensinamentos prose-
gue. Ahi está o volume VII de
seu "Curso de Contabilidade",
desdobrado nos seguintes ca-
pitulos: I — Empresas de
transporte. II — E. para depo-
sito de mercadorias. III — E.
de construcção. IV — E. de
hotéis. V — E. editoras. VI —
E. de espectaculos. VII —
Companhias de Seguros.

Paulo Arinos.

Junho, 1925.

Livros recebidos: Darcy
Azambuja: "No galpão".

Correio do Povo. Porto Alegre: jun. 1925.

Livro e autores:
C. Teschauer S. J./ Augusto Daisson/ A. M. Pacheco de Rezende

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

Livros e autores

C. TESCHAUER, S. J. "Os veneráveis martyres do Rio Grande do Sul" — Livraria do Globo, P. Alegre, 1925.

AUGUSTO DAISSON: "A' margem de alguns Brasilicrismos" — Livraria do Globo, P. Alegre, 1925.

A. M. PACHECO DE REZENDE: "Esmeralda" — Manzólio Touci e Cia., Rio, 1925.

Muito deve a nossa incipiente historiographia aos reverendos padres Carlos Teschauer e J. B. Kafkemeyer, que ambos consagraram longos annos da sua vida ao demorado estudo dos afarrabos referencias aos primeiros passos de nossa existencia. Infelizmente, o P. Kafkemeyer não logrou tirar o ultimo proveito das preciosas informações que por tanto tempo coligiu nos archivos nacionaes e nos do Prata. Morreu cedo, deixando incompletas uma grande historia deste Estado, em que trabalhava continuamente, e uma monographia sobre a colonização alemã no Rio Grande. Nada obstante, há, espalhadas pelos jornaes, folhetos e outras publicações, muitos artigos e estudos secundarios do mais largo conhecimento das nossas coisas passadas.

Mais feliz do que elle foi o P. Teschauer, que nos deu, pouco tempo atrás, em tres portentozos volumes, a formidavel reconstituição historica das missões Jesuíticas, que demoravam na banda esquerda do Uruguay.

Pela é deste infatigavel mestre de historia o livrinho que a Livraria do Globo acaba de editar, subordinado ao titulo — "Os veneráveis martyres do Rio Grande do Sul". No seu estilo claro e acessivel, o P. Teschauer evoca os factos principaes desses abnegados missionarios que deram o proprio sangue pela evangelização do gentio que habitava o Rio Grande primitivo.

O sr. Augusto Daisson, que com tanto carinho se atem ao estudo das nossas tradições e peculiaridades, reuniu em volume dez interessantes artigos sobre vocabulario brasileiro. Espirito meticoloso e paciente, o sr. Daisson se acha bem nesse mister, que demanda tanto esforço e ponderação. E' de ver a coragem com que barafusta pelos manuscritos de Apollinario Por-

to Alegre, acordando do seu profundo somno muitas das salidas lições do notavel polygrapho, relativas a vocabulos de uso corrente entre nós, mas de etymologia incerta ou de todo ignorada.

E á medida que transcreve a palavra de seu antigo mestre, a vai confrontando com a de outros vocabulistas, e notando, avisado, as excellencias daquella, mais arguta e esculpta. "A' margem de alguns Brasilicrismos" vem plene de observações e de comentarios, sempre sinceros e judiciosos, que não dão menos interesse que vida ao assumpto verando, de si mesmo frio e secco. Com o seu livro, o Ilustre jornalista não só contribuirá grandemente para o futuro lexicon brasileiro, como presta a mais bella homenagem a Apollinario Porto Alegre, que foi, sem duvida, um dos escriptores de mais acabada cultura que já tivemos.

"Esmeralda", do sr. A. M. Pacheco de Rezende, é uma obra que não será lida. De rosca que é, irá desmerecendo, amarellando, pouco e pouco, e será comida pelos bichos, e virará poeira ou cinza, sem que ninguém jamais ache alguns minutos para com ella gasta-los. Ninguém. Morrerá virgem da curiosidade humana... Porque? Antes de mais nada, a sua felleira material é de incrível má gosto. Ora, trazemos comooço a fúria convicção de que, numa obra, capa e contexto em geral se relacionam, equivalem e harmonizam. E' possível que nem sempre assista razão a este modo de ver. Mas vem a talho indaga-lo? Porventura nascemos para optar sempre pelo que seja mais razoavel? O que é indiscutivel é que aquella convicção é liquida, como liquido é o seu corollario, segundo o qual a um máo corpo corresponderá necessariamente um máo espirito. Como os passaros, contamos achar mais asucar nos fructos mais vermelhos, desdenhando os outros, que não de ser acidos ou insulsos. Nem nos custará confessar que usamos ceder mais á apparencia que á realidade. E assim procedendo, somos apenas logicos, porquanto a apparencia será sempre uma promessa da realidade, sinão mesmo o unico meio pelo qual a realidade se manifesta ao homem ou com elle se communica. No caso presente, a apparencia é a capa do livro que forma o objecto destas considerações. Um palmo quadrado. Grosso rectangulo encarnado, tarjando um momento de profunda cinematographia. Caractères verdes, de um verde deslavado. E a realidade? Pelo que se deprehe de das proprias confissões do autor, ella combinará muito bem com todo esse desconcerto. Elle declara, sen. reservas, no seu prefacio, que plantar batatas, remendar botas ou escrever livros, tudo é o mesmo, e tende ao mesmo fim: ganhar di-

nheiro. Desde que a sua litteratura lhe chegue para pagar o seu pão e beber a sua cerveja, pouco se lhe dá o resto. "Verdade é, commenta elle, que escrevo mal e porcameto. Mas não importa. Escrevendo ganho a vida e é o que me basta". E continúa, num accesso de franqueza mul pouco mercantili: "Nunca releio o que escrevo... Que leiam os outros, si o quizerem". Pois nem comigo conte o sr. A. M. Pacheco de Rezende, que desses não serai eu. As tres paginas do prefacio me inteiraram do mais. Estou satisfeito.

No artigo "que dediquei á admiravel serie de contos gachecos do sr. Darcy Azambuja, que só não será o mais sentido dos nossos paisagistas na opinião de quem se tem pelo melhor delles, eu notava que o jovem escriptor fugia discretamente a essa rhetorica insignificativa que por ahí anda a sublinhar a nossa vida heroica de gestos esparramados e gritaria de ensurdecer. Faltou-me ajuntar allí que o sr. Darcy Azambuja nem é desses que se postam na beirra do campo ou das restingas, a desentranhar-se em discurselira destrabelhada, pueril e balofa e a dar de braços e de pernas, em assomos infantis de enthusiasmo...

Pois bem. O meu caro amigo Roque Callage emprestou a tudo isto um folto de carapuça.

E enfiou-a.
Senta-lhe bem?

...E lá se foi elle a esconder-se de novo na sombra do sr. Alcides Maya... E' sempre assim. Nos momentos difficeis, busca a sombra do sr. Alcides Maya...

Paulo Arinos.
Junho, 1925.

Registro de Livros

"Esmeralda" de A. M. Pacheco de Rezende -- Rio -- 1925.

Offerecido pelo seu autor, sr. A. M. Pacheco de Rezende, pseudonymo de um conhecido jornalista conterraneo, recebemos o volume "Esmeralda", contendo chronicas, contos e novellas de sua autoria.

São paginas simples, escriptas ao correr da penna, na vida afanosa do jornalismo diario. Há, porém, nellas a nota de sinceridade onde o espirito do "conteur" e do chronicista fielmente se retrata.

E' um livro escripto sem pretensões, que outra cousa não visa senão pôr em relevo os seus estados d'anima e seus sentimentos affectivos.

E' obra de coração. E por isso mesmo digna de ser lida. "Esmeralda" enfeixa nas suas paginas finas, as opiniões da imprensa e da critica sobre "Dias de Guerra e de Amor", livrô recentemente publicado e também da autoria de A. M. Pacheco de Rezende.

O meu amiguinho Paulo Arinos como crítico é um menino travesso. Faz lembrar macaco em loja de louça... Pois não é que elle não gostou da minha impressão sobre o bello livro de Darcy Azambuja?

E sabem porque elle não gostou?

Simplemente porque eu tive a franqueza de me insurgir contra as rodinhas do elogio mutuo onde "vingam os criticos de marmellada"; que quando dão para engrossar alguém, em "regionalismo", (mesmo que esse alguém tenha valôr como Darcy) esquecem com chbeante semcermonia nomes de valôr inconfundivel como Alcides Maya, Ramiro, Simões Lopes e muitos outros que vêm honrando e dignificando a litteratura rio-grandense.

Elle não gostou e enfiou logo uma carapuça que lhe servisse.

Pois que lhe faça bom proveito.

Quanto ao "regionalismo" das acanhadas letras cá do sul, rôgo um grande favor a Paulo Arinos e outros: não me envolvam nelle. Toda a minha apagada intelligencia está entregue de ha muitos annos ao sacrificio diario e torturante da cozinha de jornal, onde ganho o meu pão de cada dia. Nas horas vagas, então, deixo escapar uma que outra pagina modesta e sem folto sobre cousas do nosso Rio Grande muito amado.

E' todo o meu regionalismo. Mas a verdade é esta: eu sou tão regionalista como o meu amiguinho Paulo Arinos é crítico.

Com uma pequena differença apenas: não engrosso ninguém pela frente, para depois dizer mal por traz.

Correio do Povo. Porto Alegre: 6 jul. 1925.

Livro e autores: Giovanni Papini/ Rabindranath Tagore

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

JULHO — 6 — 1925

Livros e autores

GIOVANNI PAPINI: "Prece a Christo" (tradução de Mansueto Bernardi) — Livraria do Globo, P. Alegre, 1925.

RABINDRANATH TAGORE: "Poemas escolhidos e adaptados" por Eduardo Guimaraens — Livraria do Globo, Porto Alegre, 1925.

É bem certa que todos nós fazemos connosco uma mancha e fatal, a que vem sujeito o nosso modo de ver, de pensar e de agir. Eu tenho a minha. Vós tendes a vossa. É a logica propria de cada um, que inspira os seus sentimentos, guia as suas idéas e preside aos seus arbitrios. Ali está o núcleo distinctivo de nossa personalidade, em torno do qual gravitam os nossos actos, do qual irradiam os nossos pensamentos.

Ao insondavel amor proprio do homem se afigura que, si alguma coisa existe em nós, ou fóra de nós, que mereça respeito e culto, outra não é si não a subsistencia e integridade desse núcleo. Pois que nelle nos revemos. Pois que elle é a summa de nós mesmos. Pois que a nossa razão de ser nelle reside.

É o melhor do nosso trabalho foi sempre dado a cada deusa ínterior, cujo imperio, mais do que senti-lo inconsolentemente, era mistér conhece-lo de perto, para obedecer-lhe melhor.

Por isso é que nos perde. A essa da certeza sempre conduz a duvida. Aparentados do que desejavamos, bem depressa nos vence a convicção de que, firmados, tão só, em nossa logica pessoal, pouca ou nada continuamos sabendo, e até muito deixamos de saber, por ser ella mesquinha e cega. El perguntamos, então, si não haverá, uma logica superior, a que, mais confiado, o homem se lance, de corpo e alma? si não haverá um systema de normas certas e definitivas, sancionadas ao menos, pela tempo, pelas quaes possa o homem trocar as suas, que nada lhe aproveitaram?

Não poucos puderam dar a essas interrogações uma resposta affirmativa. São os que elegeram uma confissão qualquer, a cujos principios se afizeram. São os fieis de qualquer crença. Entre esses está o celebre Papini, autor da "Storia di Christo". Papini foi dos que fizeram o grande sacrificio, o mais doloroso de todos os sacrificios: renunciar a si mesmo. Adherindo ao catholicismo, negou a sua verdade propria — que talvez nada lhe rouvesse dito — para servir a verdade proclamada da Igreja.

Mas Papini era forte demais para se perder. Não se perdeu. Nem se apagou, a luz dos lampadarios morticos. Ao contacto do seu genio, velhos rythmos catholicos vibraram de novo. No ritualismo da religião elle descobriu poesia nova, e novo poder nos dogmas sagrados. Para exemplo, lêde a "Prece a Christo".

de que o sr. Mansueto Bernardi acaba de dar uma vigorosa traducção, a terrivel "Prece", que aniquilla e que esmaga, e vos sentireis a tremor de novos temores, e vos vereis a bendizer tudo quanto é justo e santo, que então vos parece mais santo e mais justo.

Numa linda brochura, trabalhada com carinho nas officinas graphicas da Livraria do Globo, dá-nos o sr. Eduardo Guimaraens uma centena de poemas de Rabindranath Tagore, o immenso poeta indú. Traduzidos, em prosa rythmica, com muito coração e muito espirito, os "Poemas escolhidos" vêm approximarnos mais dessa finissima poesia oriental, cheia de perfume e de sonho, amavel e profunda. Ao passo que nós, do Occidente, preferimos ficar na superficie das coisas, sem coragem de penetrá-las, com medo de destruí-las, elles, do outro lado, vão-nos profundando, profundando, mais e mais, até encontrar, bem no fundo, o seu eterno segredo. De volta, porém, a ninguém desvendam o que vham. Seria quebrar-lhe o encanto. Seria matar-lhe a vida. O feitiço de tudo ainda reside no pouco de mysterio que em tudo existe. Eis por que elles, ao revés de traír esse mysterio, buscam apenas dar-lhe voz, voz que se entende menos do que se sente, e, por isso, nos move mais. Para não desfaze-lo, elles dizem desse mysterio por meio de tropos e formulas intencionalmente vagos e imprecisos. Dest'arte, fazendo-se sentir melhor, justamente porque falam do mundo com a linguagem que mais convém á expressão relativa á essencia de tudo, são poetas universaes, por excellencia.

E Rabindronath é de todos. Porque elle canta assim:

"Não guardes para ti só, minha amiga, o segredo que tens no coração. Dillo a mim, sem temor, mas em segredo.

"Tu, da quem amo o dólido sorriso, murmura-me, balzinho, o teu segredo: só o meu coração ha de escuta-lo, e não, amiga minha, os meus ouvidos.

"Profunda a noite, num silencio a casa, envoltos pelo somno os ninhos de aves...

"Oh, diz-me, através das tuas lagrimas que hesitam, dos teus túrbidos sorrisos, dessa tua castissima vergonha e desse teu pezar íntimo e occulto, o segredo que tens no coração!"

Os seus poemas falam de amor, do grande amor, do amor que nos une, e vão de nós ás coisas, e das coisas vem a nós, em permutas sem fim.

Rabindranath descobriu a grandeza que ha nos pequenos ratas e a eternidade dos mínimos segundos.

Paulo Arinos.
Julho, 1925.

Livros recebidos: João Mala: "Pampa".

Correio do Povo. Porto Alegre: 15 jul. 1925.

Livro e autores: em torno de um artigo

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

JULHO = 15 = 1925

Livros e autores

EM TORNO DE UM ARTIGO

o sr. Félix Esteban Clichero, "contar" amável e jornalista, a quem já tive ensejo de me reportar nesta seção, envia-me de Buenos Aires um numero de "El Diario", que traz um artigo seu sobre poesia nova. Convidado a assistir, das columnas daquelle órgão, ao movimento esthetico que vai pelo seu paiz, o illustre escriptor argentino se deu pressa em estabelecer pontos de referencia, aos quaes buscou subordinar a sua critica. Quer dizer que não terá o seu applauso nenhuma expressão de vigor a sombra dos seus principios. Quer dizer que o sr. F. E. Clichero ainda se fia das profissões de fé, mal sabendo que o successo de escriptores e poetas se deve, muitas vezes, antes á desobediencia do que á obediencia á profissão de fé jurada... Foi assim com os parnasianos e tambem com os naturalistas. Daquelle, só venceram os que atrederam as regras impo- sitas pela "escola". E esta a vida, porque um pouco de fantasia, como flor negrada na terra, sempre logrou sobrepôr-se a sordida, que, no codico naturalista, avultava como dispositivo sacramental.

Certo que o sr. F. E. Clichero não está bem avisado. Em arte, nada mais sem proposito, hoje em dia, do que os pontos de vista. E' por demais versatil o nosso aparelho sentimental para se deixar mover apenas desta ou daquella limitação, deste ou daquella pensamento, com exclusão de outros pensamentos e outras imagens. Versatil e exigente. Quando mal entendemos que elle está satisfeito, é que, já cansado de vibrar á accção dos mesmos agentes, mais pôde á nossa imaginação.

Nos dominios da poesia, sobretudo, não cabem pontos de vista. Os pontos de vista consistem sempre uma limitação. E a poesia não tem limites. Marcá-lhe os extremos, submettê-la a medidas precisas, é conceber um rythmo anterior a ella, como si rythmo e poesia não nascessem juntos e não fossem inseparáveis. Nem de outro modo poeta o poeta dos "Epicrammas hincos e sentimentales", que tambem é um estheticista subtil, neste sabio conselho:

Cria o teu rythmo a cada movimento.

Porque as coisas já trazem consigo o seu rythmo proprio, que varia como ellas variam, ora affectando accents novos, ora mudando de tom, conforme os tons e accents que ellas assumem, infinitamente.

Mas de que modo chegamos á percepção desse rythmo, tão volátil e fugaz? Ainda é Ronald de Carvalho que fala:

Olha a vida, primeiro, longamente, entrecoidadamente, como quem a quer adivinhar...

Olha a vida vindo ou ebrantando, frente a frente. Depois, depois, o coração faltar.

Não nos opponhamos, pois, a que o coração nos conte, livremente, tudo que viu e ouviu. Não destiguemos a poesia que dello aprendemos. Deixemo-la solta, entregue a si mesma, para melhor cumprir o seu destino, o seu grande e generoso destino. Deixemo-la que acompanhe o vento nas suas jornadas de velho vagabundo, e cante com as fontes, no segredo humido da sombra, e brinque, bem alto, na ramagem das arvores sacudidas. Deixemo-la que se molhe na chuva e que se queime ao sol. Deixemo-la compôr o seu rythmo á vontade.

Em face do crescente desprezo aos rigores da antiga poetica, se fará, de certo, cada vez mais insustentavel a attitudão conservadora do critico de "El Diario". Entretanto, ella seria, si mantida entre nós, ainda mais inadvertida do que na sua terra. Em toda a America hespanhola, com effeito, já os poetas, há bem tempo, usavam das regalias metricas que no agora cotumeamos a pleitear. Em virtude, talvez, do poderoso ascendente que os chamados parnasianos, sobre todos Blac, exerceram sobre successivas gerações litterarias, o Brasil se retardava, nesse ponto. E mesmo depois de cumprido o cycl. parnasiano, que culminou nos soberbos poemas da "Tarde", não ousavamos romper adiante. Ninguém fazia outra coisa a não investir, estrophiando, de "lance en risce", com os paccos lexicons, á caça da rima precisa. Nem os hesitantes anquenos do symbolismo alcançaram, de inicio, amoltecer o verso, que tinha zampedevnido. Os primeiros proselytos são asperos e rudes. Mesmo Cruz e Souza. Só com Eduardo Guimaraens, Alvaro Moreyra, Ribeiro Couto, Ronald de Carvalho ("Poemas e Sonetos"), Guilherme de Almeida ("Livro de Horas do Sr. Dorosa", "Messias"), etc., o verso amolteceu de todo, ganhando toda a musicalidade que a "escola" preconizava.

Mas o symbolismo nada tinha de novo, com suas flores doces, com suas alamedas enfermas, com suas tardes moribundas. Era preciso eriar o brasileirismo, genuino e forte. E despertamos. E' chegando o tempo de acharmos o nosso rythmo, um rythmo largo e desassombrado, que fale, abertamente, da terra que o inspirou, e trãa, nos seus movimentos, o movimento dos nossos grandes rios; e nos seus mysterios, o mysterio das nossas grandes matas; e nas suas vibrações, a vibração da nossa grande alma.

Tal, felizmente, é o sentido que vão tomando os "novos". Elles ainda se acham no começo do caminho. Mas chegarão ao fim. E' fatal. Si as sollicitações do ambiente se fizerem sentir até quando dellas procuravamos fugir, como não será então, si vamos ao seu encontro, si a ellas nos lançamos, voluptuosamente, para soffre-las todas, até á ultima? Além disso, a realisação que os "novos" estão empreendendo, já não dá mais direito a duvidas sobre a sua victoria final. Mesmo, porém, que o actual movimento esthetico ainda nada houvesse alcançado do seu sonho, mereceria ser bemdito. Mais do que na sua obra em si, ou teria fé na sua função renovadora e liberal. Sereados os animos, teremos, no minimo, o goso de maior franqueza na arte do verso, de mais movimento e ousada.

Vejá o sr. Félix Esteban Clichero quão imprudente seria, entre nós, a sua attitudão...

Paulo Arinos.
Julho, 1925.

Livros recebidos: Victorio de Castro: "Brasileiros e Portuguezes"; José Pinto Guimarães: "O Chile"; C. Teschauer, S. J.: "Avifauna e Flora"; Henrique José de Lima: "Primeiras Lições de Inglez".

Correio do Povo. Porto Alegre: jul. 1925.

Livro e autores: C. Teschauer S.J./ João Maia/ Bento Fernandes

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

Livros e autores

C. Teschauer, S. J.:
"Avifauna e flora nos costumes, superstições e lendas brasileiras e americanas" — Livraria do Globo, Porto Alegre, 1925.

João Maia: "Pampa"
— Livraria do Globo, Porto Alegre, 1925.

Bento Fernandes:
"Bruhá" — Livraria do Globo, 1925.

A proporção que augmenta o interesse do homem pelo homem, cresce o afan com que nos lançamos ás velhas lendas, mythos e superstições, onde vamos rever, como num espelho maravilhoso, a imagem das nossas primeiras idéas, crenças e temores. E' na trama das legendas populares que se occulta, muitas vezes, o verdadeiro caracter deste ou daquella grupo social que teve sua tenda numa longínqua dobra do tempo e de que a historia quasi nada conta ou sabe. Sobretudo quando faltam as memorias escriptas, que allás, nem sempre merecem fé, por virem fatalmente condicionadas ao partido que o escriba elega, procuramos a fonte das lendas, cuja lymphática e fresca, não tráo suspeição nenhuma. Anonyma, humilde, ingenua, vencendo o tempo, assim de bocca em bocca, e deixando-se apurar, sempre mais, no seu sentido poetico ou religioso, a lenda constitúe a informação mais fiel acerca dos primitivos sentimentos humanos. "Nesse meio-sonho — diz Edouard Schuré, tocando no mesmo thema — o povo ainda não distingue a poesia da historia". Onde se pode concluir que o valor das tradições mythicas se faz maior, quando estas pertencem a um povo que, sem alphabeto, não legou á sciencia a mais rudimentar inscripção. Neste caso estão os nossos indios. Que nos ficou delles sinão um punhado de superstições, mais ou menos significativas, e uma ou outra lenda, modificada no contacto do europeu ou do africano? Nisto, entretanto, é que ainda temos de aprender quasi tudo quanto ignoramos sobre a mentalidade e os sentimentos do antichone. Confessemos que ainda somos muito inseguros neste assumpto. Como, por exemplo, conciliar a usança grosseira das mães chavantes, que devoravam os filhos mortos, afim de que a alma destes voltasse a ellas, com a delicadissima concepção de uma das lendas averbadas pelo P. Teschauer, segundo a qual o beija-flor vinha chupar a alma das creanças fallecidas, para ir depô-la muito além das nuvens? Vacillamos, ainda, mesmo no que entendendo com o verdadeiro sentido de que os passos tardos do bugre tomavam, em face da evolução do homem. Não sabe-

mos si elle avança ou retrocede, isto é, si forma uma raça primitiva ou simplesmente decadente.

Pois tudo isso precisamos determinar com certeza. Mas não chegaremos ao esclarecimento definitivo de todas essas questões sem o estudo acurado e paciente das tradições indigenas. Eis porque a obra que o eminente polygrapho P. C. Teschauer acaba de publicar, em terceira edição — "Avifauna e flora nos costumes, superstições e lendas brasileiras e americanas" — despertará, entre os estudiosos de tal materia, interesse e estíma, cada vez maiores, assim pela grande copia de informações que offerece, como pela admirável probidade com que foi trabalhada.

O que não caberia nesta primeira nota, ficará muito bem aqui. Alludo a um asserto do P. Teschauer, lançado de raspão nas paginas iniciais do livro que acabei de fechar. O eminente historiographo abandona, por um momento, sua circumspecção de erudito, sorri maliciosamente, e escreve, referindo-se ao "talan": "Literatos da Argentina o chamam de "avo literaria", pois não se pode fazer uma descripção fiel dos pampas sem entrar em scena o talan. Entre nós ainda não se elevou a categoria tão alta apesar de dar physionomia a nossos campones: pois os nossos literatos parecem occupar-se com assumptos mais importantes; não têm tempo para descrever o nosso meio!" Justifica-se a observação? De modo nenhum. E' até muito para admirar que, não sendo das mais abundantes, as letras rio-grandenses contem com um numero relativamente grande de escriptores regionaes. Sem maior esforço de memoria, eu citaria, entre antigos e novos, perto de vinte nomes. Por certo que poucos delles vingaram fazer-se conhecidos. Nada importa, no caso presente. Que todos elles, mediocres ou não, gastaram muito de seu tempo "para descrever o nosso meio". Um delles vem a ser o sr. João Maia, de quem a Livraria do Globo deu á estampa, nestos ultimos dias, uma collectanea de contos de intenção local, intitulada "Pampa". Lido não quer dizer que o sr. João Maia tenha escripto uma obra typica. Não escreveu. No seu livro, estilo e assumpto vão sempre dilatando um do outro, como si este exzesivo fiquelle uma repugnância inevitavel. Diz-se-lhe que figuram linhas paralelas. Vez em vez, á do assumpto ondula, movimenta-se, retorae-se, mas não chega a tocar na quí-

que, retesada sempre, sena nunca olhar para os lados, segue o seu caminho. Ou então é o contrario que se dá. E são as palavras que se agitam, quando o seu objecto permanece immovel. Exemplo: "Umbrá! Arvore veneranda! Padrão inabnável da formação lendaria de um povo gloriosamente predestinado! Tu representas, em toda a rustica paragem rio-grandense, o marco assignalador do levantamento de um rancho, com elle plantado na inauguração de um fir". Acreditas que tanta rhetorica va sacudir o velho umbrá, immovel dentro de sua espessa capa verde?

E é assim que falam os galchinhos do sr. João Maia:

"— Então? diz lá que te succedeo! Dar-se-á que topaste algum lobis-homem?"

"— Patrão de minha alma! Sem lhe atalhar seu bom proposito, dá licença que lhe pergunte ou tambem: que lhe succedeo? levou alguma coisada? onde está seu parangaró? Responda, por Deus lh'o peço!"

Não seria mais maneiroso o dialogo entre um servo e uma senhora de Hercúlio...

Com a sua "plaquette" de estrêa, a que deu o nome de "Bruhá", o sr. Bento Fernandes não terá logrado realisar todo o seu sonho de artista. Nem tão pequeno era este sonho. Olhar a vida em torno, ver as arvores que sacodem os seus galhos tortos, batidos pelo vento; acompanhar as nuvens que andam no ar, mudando de cor e mudando de forma, infinitamente; assistir ao movimento muelo das aguas que correm, chorando canções humides; sentir, enfim, a mobilidade e versatilidade de tudo, e medir tudo com o mesmo metro, e arredondar tudo com o mesmo compasso, e a tudo dar a musica do mesmo rythmo, sem nada desfigurar

— não será tarefa das mais facéis. Pelos seus cuidados parnasianos, o sr. Bento Fernandes desejara, assim, domar a natureza, fazendo-a desfazendo-a ao sabor de molde e formulas preestabelecidas. De facto, vêem-se, nos seus sonetos, arvores e montanhas, desertos e mares. Mas as arvores não são verdadeas. Nem as montanhas. E nos desertos e nos mares falta extensão e amplitude. A natureza que se mostra em "Bruhá", é abafada, contrafeita, pobre de ar e de frescura. Uma natureza sem naturalidade.

Diga-se, porém, que nem só o sr. Bento Fernandes padece de tal defeito, sinão muitos da melhor fãma o estíma.

Estou certo que, uma vez liberto dos preconceitos estheticos que tão duramente o avassallam, o autor de "Bruhá" fará obra mais simples, mais espontanea e mais bella. Nem se pode esperar meros do seu talento e do seu bom gosto.

Paulo Arinos

Livros recebidos: João Gra-

vo: "Os vivos e os mortos".

Julho, 1925.

Correio do Povo. Porto Alegre: 5 ago.1925.

Livro e autores: Victorio de Castro/ José Pinto Guimarães

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

AGOSTO — 5 — 1925

Livros e autores

Victorio de Castro :
"Brasileiros e Portu-
guezes" — Teixeira e
Cla. Ltda., Rio, 1925.

José Pinto Guimar-
rães: "O Chile" — Li-
vraria do Globo, Por-
to Alegre, 1925.

A esta hora, estará o sr. Antonio Torres esfregando as mãos de contente, com esse ar malicioso e feliz de quem volta vencedor de uma prova incerta e difícil, na qual, iludindo a vigilância dos juizes, tivesse usado de armas prohibidas. E' que elle conseguiu, com o veneno que soube ins-tilhar no seu ultimo livro, o que o acido inoffensivo dos anteriores não alcançara — provocar um escandalo literario... Embebedo de fel, picado de affirmações desabusadas e aleivosas, nem podia deixar de produzir barulho o seu libello contra os portuguezes, num meio em que o elemento lusitano prepondera economicamente. O jacobinismo, que tudo póde perdoar ao estrangeiro, menos o feio peccado que este comette amealhando os vintens que lhe sobejam, e enriquecendo, por força que bateria palmas ao feito do sr. Antonio Torres. Bateu. E o ruido chamou a attenção. Subito, uma grande manifestação popular se formava ao pé do tumulo de João do Rio, uma das victimas do azedo pamphletario, em signal de desagravo. Artigos, em todos os tons e tamanhos, choveram na imprensa carioca, já applaudindo-o, já condemnando-o. Punhos e vozes se levantaram, em ameaças e protestos. E ouviram-se gargalhadas abertas. Era o escandalo. Um escandalo authenticico.

E, como si tudo isso ainda não fóra bastante, como si isso tudo já não fóra demais, em se tratando de um livro mediocre como são "As razões da incofidencia", acabam de aparecer, agora, nada menos de dois volumes sobre o assumpto, ambos feitos na mais ferrenha contradicção aos conceitos e preconceitos do autor de "Prós e Contras". Um delles eu tenho comigo. E' do sr. Victorio de Castro, jornalista patricio, e chama-se "Brasileiros e Portuguezes".

O sr. Victorio de Castro é desses muitos, entro nós, que ainda pôdem desfazer a amargura duvida que Joaquim Nabuco levava comsigo, de que "não ha um brasileiro, talvez, que tenha pensado meia hora seguida sobre coizas portuguezas". Foi de certo por ter pensado muito sobre "coizas portuguezas", que o jovem publicista veio a entendel-as e tam-bem amal-as. E ama-as, simplesmente porque não sabe separal-as das coizas brasileiras. Por varios seculos, uma e outras formaram uma só parte. Scindiram-se depois, em virtude de uma lel politica fatal, mas os seus caracteres permaneceram fundamentalmente os mesmos. Assim que affirmar as primeiras é tanto como affirmar as segundas, bem como a negação daquellas envolve a negação destas. O sr. Victorio de Castro, que entretém, com respeito as nossas tradições e ao nosso destino, o mais saudavel optimismo, preferiu, para ser logico, tomar o partido dos portuguezes. Nem tanto por amor delles, sinão mais por amor de nós mesmos. Elle sentiu que os golpes que vibrassemos contra elles, viriam, de ricochete, ferir-nos tambem a nós. Dahl o seu livro.

Escrepto ás pressas, "Brasileiros e Portuguezes" resente-se, naturalmente, de muitas deficiencias de fórma. Tambem se poderá observar, talvez, que o sr. Victorio de Castro nem sempre soube applicar todo o potencial dos argumentos por elle versados. Nada obstante, empregou a maior

seriedade no seu manejo e cuidou de distribuir com relativo criterio e segurança, os varios themas que formam o seu livro. Assim, além da symphathia nascida dos seus nobres intuitos, "Brasileiros e Portuguezes" despertam todo o respeito que só ás obras sinceras e honestas é dado provocar.

"O Chile", do sr. José Pinto Guimarães, é mais um livro editado pela Livraria do Globo. Já não se podem mais calar, sem muita injustiça, os votos de louvor que nos merecem os srs. Barcellos, Bertaso e Cia., pela coragem com que vão entretando um mercado de livros longa e fartamente calumbado. Não sei, com precisão, em que numero já andam as obras saídas este anno de suas amplas officinas graphicas. Mas são muitas, perfazendo uma somma até hoje ainda não attingida no Rio Grande. Póde-se mesmo dizer, sem medo de errar, que só agora está sendo creada, aquil, a industria do livro. Itara é a semana em que as montras da Livraria não offerecem ao publico uma obra nova, e, por vezes, mais de uma. E a feina prosegue, sem desmentir sua intensidade inicial. São varios os livros prometidos para este anno. D'entre elles, poderel citar o alentado "Vocabulario lingo gaúcho", do sr. Roque Callage e mais uma nova serie de contos regionaes do mesmo autor; uma collectanea de poemas do sr. Olmiro de Azevedo, intitulada "Veto d'agua"; a "Tropilha dos meus crioulos", versos gauchescos do sr. Vazem Neto; a segunda edição dos "Vultos do meu caminho", do sr. João Pinto da Silva; "Poemas" e "Rosas do Franca", do sr. Eduardo Guimarães; "Primavera farrupilha", do sr. Mansueto Bernardi, e muitos outros, cujos nomes ora me faltam.

E a verdade, é que os srs. Barcellos, Bertaso e Cia. encontraram leitores para as publicações de sua casa. Tanto que, em quinze dias apenas — facto inedito no Rio Grande — a primeira edição das "Poemas" de Alceu Wamosy esgotou-se toda, acontecendo o mesmo com o livro do sr. Darcy Azambuja!

Si nem sempre satisfez a feição material que os trabalhos da Livraria do Globo exhibem, como succedeu com as duas ultimas obras mencionadas, é licito notar que as condições estheticas que o livro moderno requer, estão sendo attendidas, ultimamente, com especial cuidado.

Aqui emá, por exemplo, a obra do sr. José Pinto Guimarães, entretida numa brochura onde não ha mais sobreladado que o chamado.

Taes qualidades, não se poderão applical-as ao aspecto interior do livro, em questão? Talvez. Mas o que "O Chile" me manda dizer, antes de tudo, é que o sr. José Pinto Guimarães, quando consul do Brasil na grande nação sul-americana, não fez apenas uma vida elegante e futil, luzindo nos salões e repetindo as phrases galantes da praxe diplomatica. Fez mais do que isso. No silencio do seu gabinete de estudioso, examinava e considerava o Chile sob todos os aspectos — o physico, o politico, o economic. E, reunindo, agora, as notas e observações que pacientemente foi colhendo, já na geographia, já na historia, já no commercio chileno, compoz o volume a que me venho referindo, que constitue, per certo, um precioso repositorio de informações sobre o Chile.

Paulo Arinos

Agosto, 1925.

Livros recebidos: Mario F. Oberlander: "Euclides da Cunha".

Correio do Povo. Porto Alegre: 11 ago.1925.

Livro e autores: Ernesto Pellanda/ Mario de Artagão

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

AGOSTO — 11 — 1925

Livros e autores

Ernesto Pellanda:
"A colonização germanica no Rio Grande do Sul" — Livraria do Globo, Porto Alegre, 1925.

Mario de Artagão:
"No rastro das agulhas" — Livraria Classica Editora, Lisboa, 1925.

Por meados do século XVIII, gemdavam a provincia de S. Pedro os primeiros cascaes de açorianos, trazendo o grão para as primeiras soças. Estabelecidos na bacia do Guahyba, arrotaram o solo rudo, rasgarum sulcos e lançaram a semente. Mas a koniente pécou, por assim dizer. Sobre a terra, onde ainda fumegavam as cinzas das queimadas, não zhegariam a ondear os pendões de milho nem os trigões. Estava escripto que a sociedade dos lavradores ia ter uma vida breve. Pois que, destruidos, em 1501, após guerras crdas e longas, os derradeiros postos castelhanos plantados na banda missioneira, a actividade pastoril entrou a desenvolver-se, na campanha, com tal impetuosidade, que havia fe provocar, para logo, o completo definhamento da cultura agricola a que os ilheos se tinham dado. As lides campestres, mais fúceis, então, e de resultados mais promptos, deviam accender-lhes a cobra, chamando-os, tambem a elles, para a roudosa aventura das "arrasadas". Por demais, como podia se "melios a vida a que foram destinados, si o governo da colonia, que mantinha o monopollo da produção, nem sequer se lembrava do pagamento das colheitas?... (P. J. B. Hafkemeier — "A conquista portugueza do Rio Grande do Sul"). Assim, ao grande susto do pastorio se devia criticar a existencia das primeiras populações agricolas. O lavrador cedia o passo ao pastor.

Por esse tempo, ainda se procedeu a uma nova tentativa de agricultura, fundando-se, nas margens do rio dos Sinos, a Feltoria do Linho Canhamo. Tambem aqui, porém, tudo foi em pura perda. Dos atribulados dias que viveu a Feltoria, sobrealçada, mais de uma vez, pelas incursões de Raphael Pinto Bandeira, muito nos conta, nas suas ponderadas "Memorias", o "portuguez" Gonçalves Chaves.

Tal, pouco mais ou menos, a pequena historia que se conta do fracasso das primeiras provas sobre o cultivo das nossas terras.

Mas em 1824, quebrava-se o encanto. Eram os primeiros colonos allendes que aqui aportavam, erguendo seus tetos na Feltoria Velha, de onde se foram irradiando para outros pontos do Valle do Jacuhy. Elles plantaram e colheram. Vieram, depois, "novas levas, que tambem plantaram e tambem colheram. E outras. E outras. Em menos de cem annos, já sommavam ellas por 50.000 immigrants, desdobrados em mais de 360.000 brasileiros de sangue germanico e distribuidos por nada menos de 170 nucleos. A agricultura estava, pois, solidamente implantada no Rio Grande, devendo ganhar novo incremento com a superveniencia da colonização italiana e poloneza.

E' este facto que o sr. Ernesto Pellanda celebra no seu livro "A colonização germanica no Rio Grande do Sul". Não o faz, porém, como poeta, desentranhando-se em canticos de louvor, sinão como circumspecto funcionario da Repartição de Estatistica. Ahí, entretanto, recorrendo ás cifras e rebus-

cando dados, foi o sr. Ernesto Pellanda achar o melhor escripto da colonização "teutonica". A estatistica diz mais alto que tudo. E' franca e certa. Não illuda. Por isso, usando-a como unico argumento para as suas afirmações, não andou mal o joven publicista. No seu livro, não ha ideás, não ha palavras, não ha insinuações. Mas ha mais que tudo isto. Ha numeros. E o numero tem a sua grande eloquencia. E' sabberf interpretá-lo, pesando-o bem, e elle contará, na sua linguagem clara e forte, tudo quanto devemos ao estrangeiro laborioso e amigo, que fez seu os nossos sonhos e adheriu ás nossas tradições.

E' sobre obras como "A colonização germanica no Rio Grande do Sul" que vão assentar, mais tarde, os estudos definitivos que este assumpto reclama. Dahi a sua utilidade e importancia.

Tambem não devemos rogar, sem applausos á intelligencia e aos cuidados com que o sr. Ernesto Pellanda construiu os seus quadros, que versam já sobre o movimento immigratorio ou a distribuição dos colonos, já sobre a chronologia dos nucleos coloniaes ou a produção de cada um d'elles, etc.

Dentro das comemorações que nos mereceu o primeiro centenário da colonização allemã no Rio Grande, o livro que serve de alvo a estes rapidos commentarios, resalta, por certo, como uma das mais dignas e significantes.

* *

O sr. Mario de Artagão é filho do Rio Grande, mas ha muito que deixou sua terra natal. Ha longos quinze annos — disseram-me. Talvez nem se lembro mais da "querencia". Só o que lhe terá ficado impresso na memoria volúvel, é que houve, por aqui, uma "Academia de Letras", da qual chegou a ser membro. Isto não lhe esqueceu. Já dizia Garrett, com aquella graça que é só dele e eu não sei repetir, que do passado costumamos guardar apenas as lembranças felizes, esquecendo as outras. Foi o que succedeu ao sr. Mario de Artagão. E lá vem, na sua "plaquette" recentemente publicada, por debaixo do seu bello nome de romance, o amavel titulo — "Da Academia de Letras do Rio Grande do Sul". Não saberá o nosso illustre conterraneo que tal associação ha muito tempo já cessou de existir, por consenso treito de seus socios? Pois aqui fica a informação. E' sempre interessante saber noticias de casa. Mesmo que não sejam das melhores...

Eu comecei dizendo que o sr. Mario de Artagão talvez nem se lembrasse mais do Rio Grande. E é verdade. Escripito e editado em Portugal, "No rastro das agulhas" é mais portuguez do que si o tivesse escripto um filho legitimo de Portugal. Portuguez em todo o sentido: na sua expressão e na sua idealização; de corpo e alma; por fóra e por dentro. A "plaquette" do sr. Mario de Artagão constitúe, si bem me parece, uma evocação romantica de glorias lusitanas, a um tempo historica e symbolica, cuja significação, porém, não pecca por muito accessivel.

Que agulha é essa que passa no alto pelos Elyreus, desdenhando as furas do "Gigante da cordilheira"? O gigante será um filho espurio de Adamastor. E a agulha?

Paulo Arinos.
Agosto, 1925.

Correio do Povo. Porto Alegre: 4 set. 1925.

Livro e autores: João Grave/ Clemenciano Barnasque

Correio do Povo. Porto Alegre: 22 set. 1925.

Luz e cor

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

SETEMBRO — 4 — 1925

Livros e autores

João Grave: "Os vivos e os mortos" — Livraria Chardron, Porto Alegre, 1925.

Clemenciano Barnasque: "No pago" — Livraria do Globo, Porto Alegre, 1925.

Conheça, de certo, esses papulchos, japonezes, mesquinhos, pequeninos que tem uma unha de creança, os quais, lançados, n'água, lento e lento vão se desdobrando, desabotoando, distendendo, etc formar, sobre o plano transparente, motivos simbólicos, armazém, flores, pagodes. Com que bulicosa inquietação assista eu, pequeno ainda, à transformação maravilhosa, desbrucado, horas a fio, sobre a borda do tanque! Eu não podia compreender como era possível, ali, daquelles papulchos telos tanta coisa grande, tanta figura bonita...

O sr. João Grave sempre me faz pensar, ho'brinco japonês. Quantas variações sabe ele tirar de uma só ideia, de um só pensamento, uma só sugestão! Tamal, um capulho qualquer do seu novo livro, intitulado "Os vivos e os mortos". Ocupando pouco mais outros dez paginas, a principio vos surpreende a sua abundância conceitual a prodigalidade da sua imaginação.

Palavras prendem-se a palavras, vertiginosamente, phrases a phrases, períodos a períodos, constituindo um enredo profuso, onde vos embarraca e perdéis o tento. — Que versatilidade de pensamento! — direis. Mas tudo é uma ilusão. Attental bem, defendendo-vos sobre cada passo, aproximais os conceitos que fordes depurando, confrontal-os entre si, e vereis que tudo, em regra, se reduz a uma única ideia predominante, em torno da qual giram as outras, submissas, diversamente vestidas, talvez, mas trazendo sempre o mesmo corpo.

O sr. João Grave conhece o secreto dos papulchos japonezes.

O sr. Clemenciano Barnasque veio da querencia para a cidade. Aquil, mettido entre os homens indifferentes, mettido entre a casaria de rufos altos, só vendo o sol e o céu nos pedaços, se comprazeu em recordar scenas e scenarios que os seus olhos viram e o seu coração guardou. A sua obra, se reduz a uma distancia que é a mais lirica das brutas, felizes novos e melhores. E, tudo, das coisas mais pequeninas as maiores lhe repaquetou na imaginação commovida em randa lenta, humilde, monotonica. É um pé solitário, velho como a historia do seu rincão. É, uma fonte que marcha, mirando o grande céu, que, muito alto, nem a vê. É uma cruz pendida sobre o caminho, em cujos braços estranhos vibram aves agourelas, pela noite morta. É um novilho que berça e outro que responde, "além, no parador distante..." São arrollos de águas limpas e tranquillias, que vem nas chelias "nunca tragem ninguém..." E umbds... E tripétras... E rodelos... E carreteadas... Vez que outra, é um vulto esquivo de charida ou de gaúcho, que mal apparece, desaparecendo logo...

Os seres inanimados é que mais fundo se gravaram na memoria do poeta. Do homem só farrapos de lembranças lhe ficaram, pegadas diluidas na geada que vidrava a grama do campo. Mesmo a sua paisagem é esbatida, recoberta dessa poeira cinzenta que a distancia vai lançando entre um quadro longinquo e uns olhos que se afastam. Abram os os eno o livrinho do sr. Clemenciano Barnasque:

"Névoas da tarde!
Alma branca das canhadas,
abertas em véos de gás, acesnando um adeus lá da querencia.
Penumbra sem nome donde eu vim.
Sítio horrendo dos duendes de creança!
Canhadas!
Casamatas da campanha,
apertadas entre as muralhas das cochilhas, onde Chico Pedro ainda espera, para os lançes imprevisitos da epopéa farrapilha...
Pouse quieto de aves do crepusculo, abrindo as asas de sombra, sobre a quietude da noite, a cair, serena, lá nos pampas...
Canhadas!"

Vistes que poesia nas "manchas pampianas" do sr. Clemenciano Barnasque. E todas ellas são assim, muito sinceras e quasi sempre discretas. Passemos á pagina seguinte:

"Lá, na compressiva saudade do meu pago, quando a lua vas alta, a "viuva triste" ainda chama...

No silencio calmo dos espigões do matto, é em vão que a misera procura.
Perdido para sempre naquella cacada fatal, seu bem amado não mais responderá...
Ha muito ella enlouqueceu assim, chamando, e chamando percorre ainda os bosques lá de fóra, á repetir, melancolicamente um nome que todos já sabemos; — Urutáu."

Si me perguntasseis si "No pago" é um livro forte e profundo, eu vos responderia que é um livro sentido, e que, portanto, não tinheis direito a pedir mais nada.

Paulo Arinos
Setembro, 1925.

Livros recebidos: José Aveiro: "Memorias de João Barreira"; Jorge Salla Goulart: "A vertigem"; Vicente Th. Cardoso: "Ensaio Philosophico sobre os animaes".

SETEMBRO — 22 — 1925

Luz e cor

(Especial para o CORREIO DO POVO)

Angelo Guido não é apenas um ensaista culto e atilado que por varios volumes já se fez conhecido, impõe-se á estima dos amigos das ideias e das letras. É ainda pintor, é pintor de raça. Pintor nato, e não feito. Nem desenhista. Nem escultor. Simplesmente pintor, e só pintor. Porque concebe e realisa a pintura dentro de sua legitima finalidade esthetica, e numa arte que é de luz e de cor, de luz, de cor e de luz a sua preponderancia, e o domínio. Daí, por certo, a realidade viva e saudavel das scenas e paisagens que ora o jovem pintor paulista expõe na Casa Jarmardo. Realidade, sim. Mas a grande realidade. Essa que nem todos os olhos apanham, e só se revela si o artista lhe empresta muito do seu talento. Este sacrificio, fe-lo Angelo Guido com o maior gosto e tacto. Succorre-se do seu talento, não para fantasiar a realidade, não para reduzi-la aos seus estados d'alma, sim para illuminá-la, por que fiquem á mostra os seus mais intimos segredos.

A primeira impressão que eu recebi das cincuenta e nove telas de Angelo Guido, parece nada dizer, mas diz tudo. Deante dos pequenos recâmbulos, onde os tons claros e vibrantes preferem aos semitons, eu hesnei, entre mim mesmo, que alli estava um pintor que sabia pintar. E pintar — diga-se logo — não é apenas encher com tinta o espaço que fica entre duas ou mais linhas. Pintar não é simplesmente colorir... Para o pintor de verdade, não existem separadamente traço e cor. Uma e outra coisa o impressionam ao mesmo tempo, como elementos complementares e simultaneos. Mais ainda pela cor do que pela forma os objectos se lhe mostram e manifestam. Seres e coisas, tudo são manchas, em movimento ou em repouso, vivendo de baixo da luz, que as desperta e alumia.

Pois Angelo Guido é uma affirmação viva de quanto ahi vem dito. É um inclinado nos mysterios da luz. Tudo, para elle — um recanto do mar, um dorso de montanha, o borborinho de uma multidão, um vulto de mulher, a calca de um velho puro — tudo são valores mais ou menos luminosos, tudo é luz, em vibração multiforme. Por isso, não ha, nas suas telas, accessorio nem principal. Nem figuras centrais, nem pontos secundarios. Tudo vale o mesmo e se relaciona intimamente na interpretação da paisagem. Não se queira, por exemplo, destacar de tal quadro aquelle corpo de mulher, nem deesse outro aquelle agrupamento de casinholas. Só dentro das condições de luz em que as apprehendeu o artista, as casinholas e a mulher são como apparecem na tela. Fóra daí, figurariam de borrões ou mostrongos. O que as justifica é o contexto das circumstancias que a realidade modificando-as, transfazendo-as. A medida que essas circumstancias se alteram, tudo se altera por junto, obedecendo á harmonia secreta e profunda, que mantém em constante correspondencia da totalidade de coisas e de seres.

Dessa harmonia fecundissima, Angelo Guido tem uma percepção nitida e segura. Nos seus quadros, nem as tintas mais perturbantes destoam das mais timidas. Nas tres "Scenas de mercado", por exemplo, que são dos mais vigorosos e interessantes, o artista realisa esse concerto milagroso, a despeito da cruzada e da apparente disparidade das cores usadas. Eu que estive todo elle pós luz, sabendo que na luz é que os tons mais varios mutam os seus reflexos, e acabam harmonizando-se. É á admiravel o poder de visão, largo e profundo, com que o artista paulistano acompanha, através das suas telas, todas as mutações que sofre uma paisagem, si a luz que a recorre vai mudando de intensidade ou direcção. Resolviendo todos os problemas do dia, não precisamos ir ao titulo dos quadros, para sabermos a hora em que foram pintados. As manhas são cheias de humidade e de frescura. Tudo está mais perto. E ha como um silencio sadio immobilizando as arvores e as aguas. E as tardes, mais lyricas, guardam, sob um silencio caçado, a noite que vem logo.

Tambem não ha mistério de conhecer as linhas do estylo colonial, para sentirmos o ambiente de pura evocação das telas intituladas "Solar antigo", "Portão colonial" e "Fundos da matriz de Olinda".

Não estou destacando. Não sei destacar. É quasi impossivel faz-lo, tão poucos são os quadros que agradam menos. Entretanto, não deixarei de mencionar alguns d'entro os que mais me impressionaram, não, de certo, porque trahiam maior firmeza de composição que os demais, sim pela graça, pela amplitude ou pelo vigor do seu motivo. "Melindrosa" e "Na alameda" são modelos de "Anura e gentileza. Em "Arcia molhada" e muitos outros, surpreendem a profundidade e transparência das aguas quietas. "Pescadores" é um flagrante notavel de praia, cheio de movimento e de saudade. Meia dúzia de hercules, sob a luz arrebatada do sol-pôr, nupam para a terra o barco de pesca, o qual não vemos, mas nem por isso deixa de ser enorme e pesado, porque é grande o esforço que os homens dispendem para arrastá-lo. Allá, o jovem pluri tem pelas marinhas um fraco irresistivel. Mora em Santos, ao pé do mar. Anh, convivendo com as aguas, pouco ama-lax e comprehendendo-las tumultuadas de "serenando rebentando-se nas rochas duras e ageras ou espreguicando, d'osso, dengosas, no arpaí mudo das enseadas, tem ellas sob Angelo Guido o seu mais amado e interpretado. Angelo Guido é, sobretudo, o pintor das aguas.

Paulo Arinos
Setembro, 1925.

Correio do Povo. Porto Alegre: 21 out. 1925.

Livro e autores: Jorge Salis Goulart

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

OUTUBRO — 21 — 1925

Livros e autores

Jorge Salis Goulart:
"A vertigem" — Livraria do Globo, P. Alegre, 1925.

Também quiz escrever o seu romance o sr. Jorge Salis Goulart, que até aqui tinha sido apenas poeta. E de quantos motivos podiam sollicita-lo, elegu o que lhe estava mais á mão — o adultério. Marina, senhora do alto tom da sociedade pelotense, não perdoa ao marido uma aventura amorosa e resolve ceder á sedução do primeiro pulha que encontra... Dahl vem o resto.

Mas é o caso de perguntar: escolhendo o adultério, fez bem ou fez mal o romancista d'"A vertigem"? Nem uma, nem outra coisa. Convenhamos em que, numa novella, o assumpto, de per si, vale bem pouco, quasi nada. A maneira de trata-lo e de senti-lo é que é tudo. Nem se sabe de artistas que se caracterisem pela natureza e feição dos temas preferidos. Não é ahí que o temperamento actua com mais força. No estylo, sim. E' o estylo, na significação mais larga do vocabulo, condensando o modo de ver os seres e as coisas, de comprehendê-los e expressa-los, que os marca e distingue. Pelo estylo é que elles se definem, e vivem. Pelo estylo é que ellas são. Onde o traço distinctivo entre "O primo Basilio" e "Madame Bovary", são apenas no estylo, na maneira, de todo o ponto diversa num e noutro romance, com que Eca de Queiroz e Flaubert, respectivamente, encaram e conduzem um mesmo thema, idéntico até na sua finalidade? O primeiro, leve e ondulante. O segundo, teso e severo. Aquelle, irreverente, mas piedoso. Este, circumspecto e implacavel.

Nem tam pouco há assumptos triviaes para o escriptor de genio. Dos que apparentemente o sejam elle sabe arrancar o que podem ter de consideravel, o que podem ter de humano. Auscultando as menores scenas, ponderando-se e meditando-as, elle acha o que nellas ha de decisivo para a determinação das scenas preponderantes.

Desse tacto e conhecimento das coisas ainda não se apercebeu o sr. Salis Goulart. Sem precisar a significação dos factos na sua intima correspondencia, o escriptor pelotense se mostra insensivel ao jogo mais profundo entre causas e effectos, ao qual devia vir subordinado o processo psychologico do seu romance. Dahl resulta a impressão de que "A vertigem" fórma um acervo inconsueto de scenas culminantes e de scenas criminaes, estas completamente alheias ao eixo central do livro. Pela mesma razão, os personagens do sr. Salis Goulart apparecem mal traçados, de um frouxo e conduta versátil.

O autor da "Chuva de rosa" ergueu os vizamentos da sua obra, mas, em lugar de ariassar com pedra e cal os muros do edificio, contentou-se com o miseravel trajição de taquara, batido com barro, em que ficam buracos onde o vento assobla e o mão tempo faz estragos. A pedra e a cal, inteirando as paredes, ligando uma peça com a outra peça, seriam a justificação das varius e contradictorias attitudes de que, no repassar dos episodios, se armam os seus heróes, seriam, numa palavra, a justificação psychologica do romance. Ajudando-se, porém, de barro e taquara, o sr. Salis Goulart preferiu, na construção, o material estragado e inútil de um lyrismo copioso e chocho, mul proprio de meninota dada a letas e grammaticas. Exaggero? então, abri o livro, ao acaso. Pagina 41. Lelamos:

"As suas mãos, da gaza sedosa, das azas dos anjos, (Entre parenthesis: porventura ainda não chegou todo o mal que se disse do inoffensivo Casimiro do Abreu, por haver escripto aquelle verso — "atrás das azas ligeiras das borboletas azules"?) deslaavam, angelicas, librando-se trepidamente sobre um vergel encantador, humanizando, adornando um amavel recanto do paraiso.

"Quantas vezes as mãos também falam, as mãos também exprimem a linguagem mais íntima dos corações! Um gesto estylizado, acompanhando o movimento acelerado de um barco ao longe, arqueando a vela latina, bofada de esperança e de saudade, mergulhando o velame e a cordoalha, anclosamente, no delirio incendiado de purpura e de gloria do occaso sanguinolento; um bater suave sobre as varetas de sandalo de um leque forrado de seda, significando um "sim", um "não"; o amarrotar afflicto de um lenço, instinctivamente denotando confusão d'alma, indecisão, desejo inconfido de amarechucar preconceitos."

No meu tempo de collegial, certa vez o mestre do composição, jesuita visudo e amigo da medida, castigou severamente a um dos meus collegas, por ter elle commettido frioleiras semelhantes, num exercicio de redacção. Eu bem me lembro desse facto... Fôra, corria um tempo sujo e ventoso de fim de inverno. Acommodados em bancos compridos e maltratados, cada um de nós, por seu turno, levantava-se, á ordem do professor, e recitava o seu trabalho. Quando chegou a vez ao nosso heróe, foi entre cochichos e risotas abafadas que ouvimos a leitura de suas paginas, babadas de ternura e pesadas de verbo... Eu sei que o pobre acanou no canto...

Uma contante exacerbção verbal, um sentimentalismo obstinado, atufam, de alto a baixo, as cento e cincoenta paginas d'"A vertigem".

Pode haver nada mais simples do que contar de um lindão pente falcante, mordendo a cabelleira de uma dáma, também linda e falcante? Mas o sr. Salis Goulart não quiz faze-lo sem tentar um milagre maior que o de Santo Agostinho, qual fosse o de achar espaço, numa delicada cabeça feminina, para nella metter todo um mar sereno de aguas revoltas (!), com largas ensedas e vastas praias:

"Como num mar sereno, pontuado de um redemoinho de aguas revoltas, turvas, agitadas, perturbando num determinado ponto a calmaria de uma remansosa ensada, os cabellos sedosos enrolavam-se em ondas crespas, descliam em curvas sinuosas, sobre os quaes, lantejoulando falcações ardentes, apumava-se um soberbo pente rendilhado, em forma de loque, e que lhe dava uma activa attitude de graça imperial."

Outro recurso que o sr. Salis Goulart invoca, frequentemente, para disfarçar as lacunas, os claros do seu livro, são as digressões negligentes, mais ou menos fastidiosas, em torno de incidencias ínfimas do romance. Assim, põe-se elle, de inopino, a repisar logares — communs sobre a arte, só porque um dos seus personagens, no infinito aborrecimento de uma viagem, abre um livro de versos de Ilomero Prates... Etc... Etc...

Emfim, não é sem pena que me vejo forçado a dizer, para bem do proprio autor, que, escrevendo um romance sem psychologia nem acção, superficialissimo, baldio de qualquer intuito consideravel, o sr. Jorge Salis Goulart fez obra indigna dos seus bons talentos. É é justamente por cota-los muito bem que me abalanco a estes commentarios, onde a sinceridade não deixa logar a outros sentimentos.

Paulo Arinos
Outubro, 1925.

Correio do Povo. Porto Alegre: 7 out. 1925.

Livro e autores: José Avelino/ Christovam de Mauricéa

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

OCTUBRO — 7 — 1925

Livros e autores

José Avelino: "Memórias de João Barriga", 1925.

Christovam de Mauricéa: "Escola e lar", 1925.

Será mesmo um romance a obra que o sr. José Avelino acaba de publicar? Diante de uma duvida semelhante, Rémy de Gourmont se dava por satisfeito si podia concluir que o volume em questão era um livro... Pois as "Memórias de João Barriga", furtando-se ao conceito restricto de romance ou novella, são, antes de tudo, um livro. Simplesmente um livro. Um livro onde o autor foi anotando, um por um, todos os feitos e factos que seus olhos viram ou julgaram ver. Um "match" de "foot-ball"... Uma rapariga que foge de casa... Um jury... Um amigo que atraiçoa outro amigo... Uma balburdia num cabaret... Um morte...

O romancista relacionaria tudo entre si, travando este incidente com aquelle, aproximando um personagem de outro, e descobrindo, no uerdume dos acontecimentos, o seu reflexo mutuo, o seu encadramento e correlação. Nem sempre será assim na vida real, onde, por vezes, o absurdo é que preside ao rolar dos successos, e onde, não raro, resulta vão todo o esforço tendente a retomar o fio da historia, roto ou perdido. A logica dos homens não é sempre que combina com a logica de Deus. Mas que é que se pede ao romancista, sinão a illusão de que uma e outra, ao inverso de se contraporem, se correspondem intimamente? Delle queremos saber que tudo, na existencia, se engrena e se prende, formando um concerto necessario de antecedentes e consequentes. Casos esparsos e desconnexos, colhidos aqui, ali, elle os reune e ordena. Si for preciso, muda-lhes o tempo e muda-lhes a ordem, dando-lhes um mesmo heróe, do qual irradiem ou para o qual converjam todos os accidentes que vão constituir uma obra determinada.

A esse trabalho quiz fugir o sr. José Avelino, que escreveu um livro de paginas soltas. Nas "Memórias de João Barriga", as scenas, multiphas e breves, se succedem, vertiginosamente, sem provocar essa repercussão reciproca a que nem se refere. Personagens surgem a cada momento e a cada momento desaparecem, sem deixar vestigio nem memoria. Cada capítulo é um farrapo de romance, uma digressão inútilida

O scenario é Rio Formoso, pequena cidade do interior, do Gbatantã. Frequentemente José Avelino machuca de alargar a visão, já a distancia dos seus actores a viagens inopportunas, já empreendendo, elle mesmo, capidas visitas a muitos pontos do Brasil. Assim, teve occasião de aportar ao Rio Grande, onde colheu opiniões erroneas sobre o nosso character bellicosos e incluiu nestes logares — communs, tão falsos quanto irritantes: "Mais dias, menos dias, elle (o Rio Grande) tentará separar-se do Brasil. E' um prolongamento natural das cochilhas dos guerrilheiros de Trinta e Tres que nos retomaram a Provincia Cisplatina. E os marcos divisorios do Açuá e de todo o resto da fronteira uruguaia só administrativamente separaram os dois irriqueteos Estados." Sem commentario...

Voltemos a Rio Formoso, logarejo tragico e soturno, que tanto está habituado aos delictos de toda a sorte, já nem sabe mais arregalar os olhos de espanto aos crimes que lhe ensangentam a chronica e aos adulterios e prevaricações que lhe envergonham a sociedade. E o peor é que não ha sancção para as faltas. Nenhuma acção repercute no mundo moral do livro. Maridos traidos, noivos traidos, amigos traidos, parece que todos se conformam ao pensamento de que o mal podia ser maior... Nada impede, entretanto, que o sr. José Avelino tenha, ao pé de certas observações chulas e grosseiras, que fariam honra ao mais descabellado realismo, muitas outras, reveladoras de talento e sagacidade. Também se toparam, de vez em quando, trechos de bom estylo, nas "Memórias de João Barriga".

Transcrevo:

"Vão-se da carahyba os galhos, depois o tronco, resequido; nem uma folha lhe dá o mais leve signal de brótos. Acabou-se — juram caminheiros; eis senão quando uma flor de desespero, chela de viço, no galho mais castigado, mais mirrado, sequinho, ás vezes, enquanto, á distancia, uma arvore moça — o ipê — solta as suas folhas de viuvez. Pobres flores do deserto goyano, como padecem!"

Infelizmente, não vêm a cada passo fragmentos destes, cheios de poesia.

O sr. José Avelino ama demais a ordem indirecta, as elipses e transposições, rompendo, a miudo, com a naturalidade e frescura das suas phrases e periodos.

O sr. Christovam de Mauricéa escreveu um livrinho util e generoso. Reuniu, pacientemente, num volume destinado ao lar e á escola, todo o bem que escriptores e prosadores têm dito das virtudes humanas e das mais nobres actividades a que o individuo se pode dar. Nob a forma de aphorismos, assignados por

nomes nacionaes e estrangeiros, antigos e modernos; o sr. Christovam de Mauricéa offerece á mocidade todo um breviario de moral e de civismo. Por tudo isso, me parece que não quadram bem ao espirito de sua obra os conceitos iniciados sobre a amizade, que rezam assim:

"A amizade de alguns homens é mais funesta e danosa do que o seu odio ou aversão."

"A amizade diminue e extingue-se quando, entre dois amigos, um é muito feliz e o outro muito desgraçado."

Pensamentos destes, voltados para o lado negativo do seu objecto, podem ser muito verdadeiros, mas ficariam melhor num tratado de pessimismo do que neste livrinho são e bom que é "Escola e lar."

PAULO ARINOS

Outubro, 1925.

LIVROS RECEBIDOS: M. Vargas Netto: "Tropilla ericula"; Angelo Galdo: "Hussão"; Vênia Pires: "Querência".

Correio do Povo. Porto Alegre: 28 out.1925.

Livro e autores: M. Faria Corrêa/ Oliveira e Silva

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

OUTUBRO — 28 — 1925

Livros e autores

M. Faria Corrêa: "Rumo aos pagos" — Livraria do Globo, P. Alegre, 1925.

Oliveira e Silva: "O poema da humildade" — Companhia Graphico-Editora Monteiro Lobato, São Paulo, 1924.

A maneira dos antigos épicos, o sr. Faria Corrêa rompe os seus cantos regionalistas com um tom clangoroso e atrevido, como a querer suffocar outras vozes e varrer do espaço outras notas. Calem-se todos. Cale-se tudo. Quem canta, agora, é elle;

Cale o despeito sombrio
Porque a Historia vae falar.

E, com toda a força dos seus pulmões, atoa os ares, no mais ruidoso hymno ao Rio Grande:

Rio Grande! com que anseio
eu te quero, meu Torrão!
sentir a vida em teu seio
é o supremo galardão
da minha felicidade!
Meu orgulho! minha Terra!
reducto da liberdade,
que não se rende na guerra!

Grande berço de Soldados,
de Estadistas e de Heróes,
que ascendem glorificados,
sem ter manchas, como sóes.
Terra do Amor! Terra forte!
distincta por tantos feitos,
chamada pelos do norte
Jerusalém dos Eleitos.

Terra do Cavalleirismo,
e da Fortuna e do Bem,
que se impõe pelo civismo
dos grandes filhos que tem,
Cinéreo dos Parroupilhas,
na Gloria immortalizados;
em tuas verdes cochilhas
firmaram-se os denodados.

Nem os deuses faltam ás suas
Invocações, como tambem não
faltavam aos poemas d'antão.
Só que os seus, mais
proximos de nós, mais huma-
nos, mais democratas, são den-
tes de poucos fiéis. Não se
limpam mais os seus altares e
as suas velas vão-se apagando...
E quando alguém se lembra de
accende-las, ha sempre incre-
dulos que não comprehendem
esse gesto de piedade, e sor-
riem, cheios de indiferença e
de malicia. Por isso, não estran-
he o sr. Faria Corrêa, si neste
tempo de pouca fé, só encon-
trar lá um que outro capaz de
bem avallar os excellentes in-
tuitos do seu livro. Por mim,
confesso que ainda sou mais
destes que daquelles...

O sr. Oliveira e Silva não
quiz que a sua poesia fosse
apenas
...uma harmonia embaladora,
um minuto de gozo e de con-
[solação]
Já não era pouco si assim
fosse. Mas o autor d'"O poema
da humildade" pede. Mais,

Elle deseja uma arte menos
egoista, uma arte mais piedosa,
onde as tristezas e as desgraças
alheias se revejam, e onde o
mal dos outros encontre voz
para os seus queixumes e la-
mentações. Arte que não seja
apenas delle, nem diga só de si,
mas seja de todos e diga de
quantos padecem na sombra e
no silencio. Assim pensando,
dedicou o seu "Poema" á mel-
lancolia dos que falharam na
Belleza e na Vida; aos anony-
mos e soffredores; aos peque-
nos destinos silenciosos, que
não ergueram a poeira da es-
trada..."

Não pretenderá o sr. Oli-
veira e Silva que o verso tenha
sido creado só para os tristes.
Elle bem sabe que tambem os
alegres têm o seu quinhão na
bemquerença das Musas, que
são amaveis e equitativas. O
que elle quiz, porém, foi ape-
nas provar que a arte não tem
partidos, que é larga e acolhe-
dora, e nella cabem todos os
fins e propositos. Thema que
allás é facil demonstrar. No
seu proprio livrinho, topam-se,
aqui, ali, paginas ou trechos de
paginas que não o contradizem
nem desmentem. Em "Berço
vasio", por exemplo, onde uma
mãe chora o filhinho morto,
leem-se estes versos a que não
falta sinceridade nem expres-
são:

Como fóra? talvez, assim...
[assim...]
Nos olhos, uma luz vacillava,
[fugia...]
Depois, os cillos, lentos, que se
[fecham...]
O outro berço que não se move,
[não balanca...]
Muito azul, todo azul, cheio de
[estrellas].
Depois, os pequenitos em re-
[voada],
que, sorrindo, o levaram para
[longe...]

D'"A casa de brinquedos" se
pode destacar esta sextilha,
em que, a distribuição de idéas
e de tintas é justa e comedida:

O garoto arregala os olhos in-
[cendidos]
De desejo, vorazes e singelos.
Quantos brinquedos! espadas
[garidos];
Pandeiros; ursos grandes, ama-
[rellos];
Trens que podem correr, velo-
[zes e compridos...]
Saltitantes, jovines polichinel-
[lus]!

Si nem sempre o poeta usa
uma discreção assim, de fundo
e de fórma, excedendo-se, com
frequência, no arriscado mala-
barismo dos adjectivos, em re-
gra é sincero e despretencioso.

Paulo Arinos.

Outubro, 1925.

Livros recebidos: Darcy
Azambuja: "No galpão" (2.^a
edição); Vincenzo Biancato:
"Conte Francesco Matarazzo".

Correio do Povo. Porto Alegre: 16 abr. 1926.

Livro e autores: Vargas Netto

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS - Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

Livros e autores

Vargas Netto: "Tropilha crioula" - Livraria do Globo, Porto Alegre, 1925.

Si não tivesse nascido no Rio Grande, o sr. Vargas Netto seria, de certo, um realista. Descendente longínquo desses cantores trovadores do velho tempo, que, de solar em solar, iam desfilando requintadas, de amys e feitos de guerra, também elle fala de guerra, mas não de guerra, com o mesmo desgarre da emoção, na mesma ingenuidade de espírito. Nos seus poemas, como nos "fabliaux" e nas canções de gesta, os sentimentos populares se revêem, nellea produzindo a sua medida e ex-pressão. Entretanto, ainda que a sua linguagem espiritual vá entroncar, nellea se acha muito bem, ao pé de nós, certo de que não está fóra do seu tempo. Por nós, nada fazemos para que tal convicção se desvança. Mas que poderíamos fazer, porventura, si realmente nos sentimos bem ao lado delle e o achamos absolutamente como nós?...

O gado é como o clima. Não acaba não senhor. Duma ponta de raiz brota da nova. Não acaba não senhor. Já de sempre viver. Nem o tempo ha de vencer. Um gado, se mata o não se vence. Mas elle o mesmo que capin. Na primeira volta mais vi. Assim, é na fonte viva das coisas melhores realidades que o sr. Vargas Netto vai beber inspiração, lá onde a água é fresca o sem arguêlo. E si ainda não esgotou o man- fregidão dos minerados bem succedidos.

Quando se fala em poesia regional, pede-se uma poesia que, sem perder do seu interesse propriamente humano, isto é, sem romper los laços que a vinculam á literatura universal, só diga de coisas muito nossas, numa lingua toda nossa. Allá, nunca vi a mais pequena incompatibilidade entre regionalismo e humanidade. Em nosso caso, por exemplo, porque ha de carregar de sentido humano o nosso modo de ser, de sentir e de pensar, si não sendo bichos, somos tão homens como os outros homens? Fazemos da nossa vida o nosso melhor poema... Esta ainda é a mais sabida lição. Vivemos num ambiente pleno de todas as actividades, cujo mais bello espectáculo é justamente o homem, na lucta tenaz que vem movendo, desde que aquil se fixou, pela victoria dos seus instinctos, que é, em summa, a victoria de si mesmo. Olym em que se projete a sombra, deuse grande drama, não pode ser restricta nem desinteressante. De resto, só com uma literatura genuina desperfaremos a attenção ao estranho, para quem o semelhante só vale pela dissimelhança que apresenta. O que o homem procura no homem nunca são os traços communs de ambos, simo os que os distinguem e separam. Com que secreta volúpia buscamos supprehender em nosso interlocutor a nuanca psychologica que o assignala, o traço de caracter que delle nos extrema!...

Assim teria comprehendido o autor de "Tropilha crioula". Comprehendo? Digo mal, por certo. Distinguindo entre o que é nosso e o que não é nosso, o sr. Vargas Netto não ceio a um acto de vontade. Os seus proprios instinctos é que, num movimento de defesa, o conduzem á repulsa dos exotismos de toda a sorte. O sentimento da sua ren- te e da sua terra é que o move, ao resto a fá falta. E o seu gesto é largo e franco como o do gado, o a sua fala, como a do gado, é impetuosa e amiga:

Le algo, aquella china era (bem linda!) Chínica macanada, eu le galante. E ota saucido que eu cur- (logo abudo) Que até tra um galitão de quebrante.

Está tapada o rancho, o é (benfina) A certeza de ver que me ala- (tanto...) Campereada que eu face nun- (ca finda) Sem que eu vá no subreito. (juasuaia amato)

El que amargos, fazia a fachu- (Maço) Como apólo espumado de (brazina) Com docura amarguenta de (pachaca).

Amamnelou mal bem meu (levarão...) E a sandalo que tenho dessa (chinha)

Tem um gosto de malto chi- (marro) Velam: o themá é velho; o sentimento, mais velho ainda. Entretanto, quando novidade na expressão desaxa velhos! O verbo é novo, na sua tinta e na sua força.

Expostos ás vicissitudes de nosso modo, os sentimentos aqui, ganharam matiz diverso e diversa intensidade. Pois dessas mudancas, oriundas da nossa índole e dos nossos hábitos, produto original do nosso elaboração colectiva, é que o sr. Vargas Netto vem largamente apercebido. Dahi a grande significação do seu livro como obra representativa. Nada mais característico, por exemplo, do que este pequeno fragmento a esturar do movimento e de vida como todo um drama:

O gaitreiro abre a gaita no bo- (chinchu) Por gostar de fandango fol- (que eu vim) Mas 'stá apertado como quel- (já em cincho)

Gaitêro, tóca um "chôte" só (p'ra mim) Pois ninguém "jupa" no rin- (leção que eu rinchu) Quero ver si aqui tem algum (miculim)

Que queira se metter, como (acapincho...) Veio o dono com parte de te- (tela) Já le traquei meu mango bem (na idéa) Pois p'ra nós esparramar fol- (mesmo um upa!)

Del um tálho de adaga no (gaitêro) Atravanel um coice no (candêro) E level uma china na garu- (pa...)

CORREIO DO POVO ABRIL - 16 - 1926

Até aqui, a literatura gaúcheca era, por via de regra, menos activa, mais contemplativa. Entre o narrador e o facto narrado sempre se guardava certa distancia. Scenas e scenarios descriptos, o autor os revivia como de longe, assim que entre este e aquelles a intimidade quasi nunca se fazia completa. Numa palavra: havia carencia de movimento. Pois justamente de movimento é que são fartos os poemas do sr. Vargas Netto, como se acaba de ver. E este é o melhor elogio do seu livro, desde que já foi elle definido como um livro típico por excellencia. De facto, si o Rio Grande é todo movimento e movimento, obra que vise a retrata-lo, deixará de ser fiel, si não for, antes de tudo, muito intensa, muito forte, muito vibrante. Muito moço ainda, é certo que o autor de "Tropilha crioula" ainda não chegou ao termo do seu caminho. Não raro, se faz impressão no desenho de um quadro ou no contorno de uma imagem. Também, fuscidade, por vezes, nem sempre attinge á plenitude o segurança de expressão, que talvez se lhe pudessem exigir. Observa-se, ainda, que, dado o seu aspecto meramente literário, é por isso menos interessante, algumas de suas paginas, como "Gaúcho", "Quero-quero" e outras, não se enquadram na serie de conceitos que ahí foram. Eu quero acreditar que o sr. Vargas Netto é dos poucos que pela sua notáveis virtualidades, estão no caso de desprezar o fatuo recurso da "literatura".

Paulo Arinos

Abril, 1926.

A Federação. Porto Alegre: 14 set. 1933, quinta-feira, p. 3.

Modernismo e regionalismo

(VERSÃO DIGITADA)

Paulo Arinos

ACERVO DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, DO RIO DE JANEIRO/RJ.

O Brasil não conhece o Brasil. O Brasil ignora-se a si mesmo. As suas vinte unidades desiguais – desiguais na sua amplitude territorial, nas suas condições climáticas, no seu coeficiente demográfico, na sua capacidade de produção, na sua riqueza, nas suas necessidades, nos seus usos e costumes, desiguais, por vezes, mesmo na sua formação étnica, vivendo cada uma entregue a si, conforme lhe permitem as suas possibilidades, – são quase incomunicáveis entre si. Uma faixa de isolamento como que se insinua entre elas, provocando esse sentimento de indiferença recíproca, essa descontinuidade afetiva, alimentada pela distância e pelo deserto. Alguma vez, é o mal entendido, é a desconfiança mesma que alarga as distâncias, que levanta uma muralha chinesa onde devia lançar uma ponte ou rasgar uma estrada...

A nossa integridade não resulta de um sistema ativo e múltiplo de intercâmbio estadual, nem perdeu seu cunho decididamente jurídico. Do ponto de vista étnico, somos o que não podíamos deixar de ser – um país de imigração, aberto a todas as raças.

Nessas condições, estamos cada vez mais longe de realizarmos o velho sonho da nossa unidade racial.

Nas pátrias jovens, porém, onde borbulha o sangue de todos os povos, onde canta o acento de todas as línguas, há ainda uma unidade possível – a unidade cultural, que se obtém pela uniformidade de diretrizes na elaboração da mentalidade coletiva.

Dela infelizmente nós ainda não cuidamos. A nossa cultura vai se formando dispersiva, tumultuariamente, mal se adequando às exigências do nosso sonho de unidade, expresso com tanta ênfase no preâmbulo da nossa constituição. O resultado é que as disparidades regionais, processando-se, livremente, sem o controle federal, se vão cada vez mais acentuando.

Primeiro mal esboçadas, pouco e pouco se foram de tal carregando, que já agora ninguém mais tem o direito de negá-las. Infelizmente, não vejo longe o dia em que os Estados se sentirão solicitados para rumos diferentes...

* * *

Mas a arte – uma arte de aproximação nacional – não poderia vir sem o auxílio da política no sentido de solucionar o problema? Não seria possível integrar o Brasil dentro de si mesmo, criar o sentimento de um Brasil unido, mediante os recursos de uma estética nova essencialmente nossa, calcada sobre as descompassadas medidas do nosso ambiente físico e moral? Esse [é] o sonho da geração presente. Numa arrancada de coragem, de que – seja dito de caminho – resultaram as consequências mais fecundas para a nossa literatura, relativamente aos seus meios de expressão, – os novos se desembaraçaram do preconceito acadêmico e profundaram a vista no largo horizonte em torno. Já não viam mais paisagens de encomenda. Viram a própria terra, moça ainda, quase selvagem.

E depois tentaram reproduzir o que viram. Tentaram converter tudo a um ritmo desmedido, capaz de compreender na sua largueza todas as linhas do imenso anfiteatro onde se empinavam cadeias de montanhas, onde se desdobravam planuras sem termo, onde se despencavam os rios despejando suas águas barulhentas, e onde os vilarejos modorravam, e onde as cidades grandes

esfuziavam. Mas os horizontes se fundiam na distância, fugindo à vista rebuscadora. A nossa paisagem era inabordável. Porque em verdade não formamos uma só paisagem, mas uma sucessão de paisagens distintas entre si irredutíveis a uma só medida, irredutíveis a uma só tonalidade.

Agarrados ao seu sonho, os renovadores nem sempre se aperceberam dessa impossibilidade, e, rompendo adiante, para logo se dividir em dois partidos.

De um lado, os que, olhando em volta, pensavam abarcar toda a perspectiva, quando na realidade, viam pouco mais que a própria sombra. São os que confundem regionalismo com brasilidade e procuram arrancar das peculiaridades do seu meio, do exclusivismo das suas condições regionais o molde estético da nacionalidade. Sobretudo os paulistas Plínio Salgado e Mário de Andrade, por exemplo, duas figuras de grande e justo destaque na moderna geração.

O primeiro imaginou ter acertado encarnando na figura sombria de um imigrante russo a mentalidade brasileir[a] esquecido de que esta simbolização inesperada apenas consubstancia o tipo representativo do confuso amálgama de raças que é hoje São Paulo. O segundo foi catar nas favelas da Pauliceia os subsídios com que pretende fazer do dialeto caipira a língua nacional...

De outro lado, os que não vêm tudo, mas *imaginam* o que não vêm. São mais numerosos. Entre eles estão Guilherme de Almeida e Ronald de Carvalho, os espíritos mais belos do movimento. Eles não se conformam apenas com o que se lhes passa debaixo dos olhos.

O Brasil é mais do que isso. Então imaginam o que fica para além e arbitrariamente vão completando o quadro. Mas se em arte os motivos hão de ser vividos diretamente, se primeiro hão de ser sofridos, para transmitirem a ilusão da realidade e se tornarem valores humanos capazes de comover, está claro que o ritmo procurado, esse que pretendia abraça[r], na sua desmedida amplitude, todos os movimentos da vida nacional, não pode ser mais que um jogo artificioso de palavras grandes e ruidosas, que falam de cordilheiras, de rios-mares, de florestas hirsutas, de raças desconstruídas, de metrópoles tentaculares...

Ritmo teórico, feito de enumerações, de enunciados, de aproximações convencionais.

Mais cerebral que instintivo, assim continuará sendo, enquanto não tivermos uma consciência coletiva onde reflitam nossos acidentes.

Por ora, pouco mais faremos do que amontoar palavras retumbantes, sem repercussão moral e sem outro sentido que o da sua caracterização gráfica, puramente abstrata. Em consequência, não se trata de um ritmo inesgotável nos seus elementos. Marcado sobre os temas em si e não sobre a sugestão que provocam, de certo que está subordinado à necessária limitação desses temas. Por isso mesmo, eu vejo perto o dia em que os poetas de *Raça e Toda América*, para não se repetirem, para não incidirem no pecado dos círculos viciosos, restringirão o raio ideal de suas preocupações poéticas ao que costumam ver e sentir, se quiserem permanecer no campo objetivo, sem regressarem à libertação do subjetivismo.

De tudo se chega à seguinte conclusão: enquanto o Brasil se desconhecer, enquanto não formarmos, de norte a sul, uma só mentalidade, um só sentimento, resultantes de um largo, de um intenso intercâmbio cultural, e afetivo, só faremos arte verdadeiramente representativa se nos limitarmos a um ambiente certo, e não incerto, definido por traços reais, e não arbitrários. Daí, a legitimidade do regionalismo. Não esqueçamos nunca que o maior livro **brasileiro** – *Os Sertões* – é legitimamente brasileiro por ser legitimamente regional.

* * *

Portanto, não anda errada a nova geração literária rio-grandense. É o Rio Grande que ela conhece. É o Rio Grande que ela quer revelar. Demais, não somos apenas uma unidade política ou administrativa, de realidade puramente constitucional. Somos, sobretudo, uma unidade social e moral de contornos

perfeitamente definidos. Temos personalidade coletiva, marcada por traços bem vinculados, inconfundíveis. Seja porque a resistência dos fatores étnicos iniciais, de procedência ultramarina ou autóctones, aqui se haja manifestado com mais bravura, em virtude de longas e heroicas provações em guerras internas e externas; seja porque, mais tarde, se tenha resolvido o problema imigratório de jeito a evitar a inserção precipitada de grossas levas adventícias, que viriam quebrar o ritmo da nossa formação social, – o certo é que no Rio Grande existe, de fato, viva, ressaltante, uma alma popular, soma de todas as almas, onde cada um se revê, nas suas linhas fundamentais.

O estrangeiro que aqui se fixa, em busca de fortuna, quer no áspero altiplano da Serra Geral, quer nos núcleos urbanos do litoral ou da campanha, topando com esse estado de consciência nitidamente conformado, breve se curva às imposições do meio confundindo-se conosco, afeiçoando-se aos nossos hábitos, aderindo às nossas tradições, alimentando-se dos nossos sonhos.

E, se chega a manifestar-se através da literatura, e se chama Mansueto Bernardi, Augusto Meyer, Raul Bopp, André Carrazoni ou Roque Callage, de tal modo está identificado com o espírito local, que, ou pela índole, ou pela intenção, ou pela forma, já não se distingue do escritor indígena. Por isso mesmo, sentimo-nos virtualmente excluídos da caprichosa simbolização achada pelo ilustre autor d' *O Estrangeiro...*

Está claro que um ambiente social de tal modo impositivo, produto normal de uma elaboração histórica intensa, sem hiatos, e – o que mais importa no caso – autônoma, há de atuar decisiva, poderosamente, sobre a formação da intelectualidade gaúcha, sobre a escolha e direção da sua cultura, exigindo-se obediência às suas leis e imperativos.

Nem haveria razão para recuarmos das solicitações desse ambiente, se ele é forte e saudável, se ele é numeroso como fonte de arte e de estudo, se ele conduz às afirmações fecundas, ao otimismo das formas claras, à esperança e à crença nos seus homens e nas suas coisas. Não recuamos. Pelo contrário, abrimos os sentidos ao pampa, procurando ouvi-lo, compreendê-lo, adivinhá-lo, para podermos, enfim, revelá-lo, na sua totalidade múltipla e complexa.

Por consequência, se de um lado, somos instintivamente tentados pela sedução moral do meio, de outro lado somos nós mesmos, quem, deliberadamente, vai ao encontro de suas tentações, certos de que, guiados pela dupla força do instinto e da vontade, chegaremos aos resultados mais felizes.

Já se vê que o regionalismo, no Rio Grande – e refiro-me ao regionalismo no seu mais largo sentido, compreendendo não apenas o gaúcho segundo as suas possibilidades guerreiras, mas ainda, e, sobretudo, na sua múltipla potencialidade, como homem de guerra e de paz, de heroísmo e de trabalho, como força cívica e econômica simultaneamente – já se vê que o regionalismo, no Rio Grande, não se impõe apenas como uma necessidade. A nova geração mental rio-grandense, com os olhos fitos em derredor, animada de um só desejo – o de revelar a sua terra – procura o Rio Grande, busca em tudo a imagem do Rio Grande. Desta vez, porém, distendendo os horizontes de paisagem, tenta, consultando roteiros ainda não usados, descobrir novas perspectivas, rumos novos.

Se ainda não chegou a abarcar o quadro em toda a sua extensão, para lá caminha. E tudo indica que não está longe o dia em que, do topo da montanha, todo o Rio Grande lhe surgirá diante dos olhos – o Rio Grande lírico e heroico, o Rio Grande do campo e da montanha, dos rebanhos e dos vinhedos, o Rio Grande das cidades, das fábricas e das lavouras.

ANEXO F – PAULO ARINOS E RUBENS DE BARCELLOS – A POLÊMICA SOBRE A OBRA DE ALCIDES MAYA

Correio do Povo, n. 196. Porto Alegre: 16 ago. 1925, terça-feira, p. 3.

O papel da nova geração

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS⁵.

Encarada sob um ponto de vista especial, a poderosa literatura do sr. Alcides Maya – poderosa, sobretudo, como expressão de sua individualidade – afeta um simbolismo único e absorvente, em função do qual as cenas e personagens que ele evoca vivem e se agitam. Tudo se encaminha, já com passo tardado, já com atropelo, para um mesmo ponto. Homens e coisas, irmanados por um destino igual, agarrados a mesma força, impelindo-os para uma finalidade comum. Essa finalidade é a ruína e é a morte. Para a ruína e para a morte se arrasta tudo ainda o que se obstina em viver, na trágica ilusão de sua eternidade.

Não será preciso descer à análise miúda de cada uma das suas figuras para justificar tal asserção. O fato ressaí aos olhos, desde que se atenta na simples nomenclatura das suas obras mais relevantes. *Tapera... Ruínas vivas...* que são ruínas, que é tapera, senão destroços? Lembranças de coisas que se foram... coisas mortas ou morrendo...

Ainda no seu último livro, a que chamou de *Alma bárbara*, o sr. Alcides Maya não desgarra desse teor. E é com tais versos de Luiz Murat, vinculados pela ideia da morte, que abre os seus contos:

“Foram-se... Mas ficou em derredor da pira,
Silenciosa e espectral, um frêmito de jubas...”

E, se formos a esmiudar, página por página, os seus livros, não veremos desmerecida a significação do nome que lhes foi dado. Pelo contrário. O texto será apenas a contraprova do título. Confirma-o. Explica-o.

Não é, porém, com o coração fechado que o sr. Alcides Maya assiste ao suposto amortecimento de nossa vocação cavaleirosa e guerreira. Nem podia ser assim. Não lhe fora possível reprimir a dor, uma grande dor, ante os despojos dispersos de sua nobre raça, filha da aventura das “bandeiras” e de um longo e sangrento reencontro entre espanhóis e portugueses. Quem um dia imaginou os seus irmãos heróis em retirada não soube vencer as lágrimas.

Assim a maioria de uma vida que, no seu sentir, tinha passado, a sua obra é essencialmente evocativa. Uma lembrança comovida. Um canto de saudade. Vibrante, sim. Mas sempre de saudade.

Estava, pois, criado o “saudosismo” na literatura local. Do sr. Alcides Maya breve ele derivou para outros escritores, emprestando-lhes às criações um sentido igual ou aproximado. E dos livros irradiou para o círculo das palestras, se é que aqui já não reinava, e correu de boca em boca, acabando por formar partido. Era partido dos que acreditavam no passado e desconfiavam do presente. Partido desencantado e melancólico.

Pois bem. É contra ele que as novas florações têm de se insurgir. O espírito que o anima diríamos ser de todo falso, não fora, porventura, mero produto de um

⁵ As publicações dos textos integrantes da polêmica também constam nos Anexos da obra: BAUMGARTEN, Carlos Alexandre (Org.) *Ensaios literários*: Moysés Vellinho. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro: CORAG, 2001.

momento histórico. Foi após a Guerra Federalista de 93, de resultados políticos tão dolorosamente vãos para a causa das nossas tradições, que o desânimo e a dúvida ganharam os espíritos, propiciando o nascimento e o viço desse partido sem fé. Agora, porém, em que outras são as circunstâncias morais que nos cercam – circunstâncias que eu podia definir, mas que estão na consciência de todos – não há mais lugar para esse tom de saudade.

Saudade trai afastamento: e nós estamos pertos de nós mesmos. Saudade trai decadência: e nós ainda somos no período das grandes assimilações. Ainda nos sacode esse fecundo sentimento, misto de inquietação e de esperança, próprio de quem não encontrou ainda o seu caminho, mas conta achá-lo muito logo. Vivemos – eis tudo. Vivemos a nossa infância. Ainda não voltamos à última página do primeiro capítulo de nossa história. Os lances repetem-se. E dizem sempre a mesma coisa. E querem sempre a mesma coisa...

Não sabemos distinguir presente do passado. Pela identidade do seu ânimo e do seu caráter, ambos se fundem num mesmo tempo. A revolução de dois anos atrás mostra-nos o passado rompendo para diante, na ânsia de renovar-se e de se fazer presente. Não são esses frágeis cercados de arame, que talham e retalham as grandes extensões de campo, que hão de intimidar e tolher as expansões do instinto cívico do gaúcho. Quando é tempo, quando lhe ferem o amor-próprio, ele destrói os aramados e restabelece os primitivos latifúndios, reconstruindo, num repente de loucura e de heroísmo, o cenário das velhas batalhas. Nada de esmorecimentos. A capacidade heroica do gaúcho é sempre a mesma.

Quando isto nada quisesse dizer, diria, ao menos, que o nosso ambiente é um ambiente afirmativo, impróprio à germinação de ideias e sentimentos decadentes. Não lhes pedimos uma literatura quixotesca. O que queremos é que o traço das nossas realidades assinale fundo o seu estilo. O que queremos é que eles revelem a nossa terra tal como ela é: não um cemitério de lendas, mas um jardim de palpitantes realidades. Romancistas, *conteurs*, poetas, sociólogos, historiadores, como quer que eles sejam, não esqueçam que ainda estamos em presença de todas as nossas tradições. Deem saúde à sua forma, coragem ao seu pensamento, franqueza às suas intenções. Franqueza, coragem e saúde – atributos muito nossos.

Correio do Povo. Porto Alegre: 23 ago. 1925.

O regionalismo e o papel da nova geração

Rubens de Barcellos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

Para quem sabe estender a vista no tempo, e compassa o evolver dos grupos humanos, aparece ele como uma linha ondulada, que se alteia e decai, abaixa e ressurgue, ora descendo, ora subindo. Nem é difícil medir as épocas pelas diferenças de plano, tanto se caracterizam com traços próprios das respectivas idades. Fases há, pontos culminantes na curva da evolução, em que a intensidade e o esplendor do pensamento elevam-se a um grau nunca mais repetido.

Renovam-se as gerações, na ânsia de crescer e fazer melhor, e o seu esforço reformador não logra atingir os padrões de grandezas que intentaram ultrapassar. Isto é uma verdade comezinha, lugar-comum do discurso festivo, nada obstante verificável na história de qualquer povo deste ou do velho continente.

Política, artes, letras, no seu condicionalismo, obedecem ao mesmo ritmo forçado de renovação. Particularmente, na atividade literária, é sensível o fato.

Cada geração, ao abrir os olhos para o mundo, supõe tê-lo descoberto de novo, e sem consciência do muito recebido dos predecessores, em diretrizes e rumos, em ideias e conceitos, faz tábua rasa de todos os valores em curso. No afã de afirmar-se, escutando a voz interior e vendo o próprio sonho em projeções futuras, perde, não raro, o senso das realidades e das mesmas proporções. Querem triunfar e vencer, os jovens.

Buscam impor-se. Daí a frequente irreverência deles, sempre propugnadores de modernidades, desferindo dardos contra os lugares ocupados, e por vezes, desfiando em torno das obras consagradas a ronda graciosa das zombarias e motejos. Resgata-os do pecado o desejo de inovar, sempre melhor que o servilismo das imitações.

Não é este, afirmo-o com júbilo, o caso do meu jovem amigo, sr. Paulo Arinos, atirando ao vento o estandarte dos novos no artigo intitulado “O papel da nova geração”. Mas, se não vislumbro nele nenhum propósito irreverente, tanto quanto posso penetrar-lhe o sentido das palavras e acompanhar as sutilezas do seu pensamento, que sugere mais do que diz, quer parecer-me, contrapõe o elegante escritor, como termos antitéticos dentro do regionalismo rio-grandense, as realidades que espera e anuncia como afirmação vitoriosa dos novos e a obra do sr. Alcides Maya. Estabelece um antagonismo: dum lado o jardim de palpitantes realidades, a surgirem obras estéticas porvindouras; doutro, o simbolismo das criações do sr. Alcides Maya, onde enxerga uma finalidade de ruína e de morte, um tom de saudade, traindo um sentimento de decadência, a que chama de “saudosismo”.

É verdade que o atilado crítico encara a obra do acadêmico rio-grandense dum “ponto de vista especial”. Que ponto de vista será esse?

Não quero incidir no vício de raciocinar com palavras, em torno de palavras, ou contra palavras de sentido flutuante, vago, impreciso, confuso. Prefiro ater-me às coisas que costumam andar escondidas sob elas. Poderia aventurar conjecturas. E saudosismo seria um sentimento contemplativo, a visão do passado, manifestando-se numa tendência regressiva pela propugnação do retorno a formas e expressões extintas da vida. Mas não descobri nunca o mais leve traço de semelhante mira, embora ao de leve e disfarçado na literatura do sr. Alcides Maya. Numa ou noutra página de sua obra repontam expressões, frases há de personagens suas, guerrilheiros das campanhas gaúchas, saudosas dos tempos de

peleja, entediados na monotonia da paz ambiente. Lance de observação, rigorosamente exato, para a individualização de figuras, e até para resumi-las num tipo, não basta, entretanto, para a caracterização da obra do sr. Alcides Maya.

Parece-me mais certo rastrear o sr. Paulo Arinos, na sua lógica, examinando os conceitos por ele formulados, e nos quais se apoia para concluir, descobrindo o “saudosismo”. Talvez se esgarce e dissipe o equívoco, e logremos a ventura de clarear o significado de sua intenção. Conceitua o fino e percuciente publicista, reportando-se à obra do sr. Maya: “Homens e coisas, irmanados por um destino igual, agarra-os a mesma força, impelindo-os para uma finalidade comum. Essa finalidade é a ruína e é a morte. Para a ruína e para a morte se arrasta tudo, ainda o que se obstina em viver, na trágica ilusão de sua eternidade”.

Mas não é a morte a finalidade de toda a existência individual? Que outro destino é capaz de inventar o sr. Paulo Arinos para as criaturas, seres efêmeros, senão o de caminharem com o passo tardo ou lesto para ruína e para a morte? Só no sentido biológico, a finalidade da vida é outra: perpetuar as suas formas. Dentro do círculo humano, porém, a ideia da morte limita o destino, e com ela a vida tece o próprio drama. Flanqueadora impecável, silenciosa, mais do que um desfecho, é a companheira do homem. Enlaça-o, projeta-se na sua frente, corta-lhe o passo, assinala o seu caminho, pontilhando-o de marcos, fora e dentro d’alma.

Morte dentro do ser, morte de sonhos, morte de aspirações; morte no mundo exterior: corpos que se somem; morte na vida da sociedade; evanescência de credos; derrocada de instituições. A vida em si mesma, afirmando-se, não passa duma afrontosa resistência à morte. E o heroísmo, na alta expressão dos seus impulsos, será mais do que a negação consciente, a rebeldia contra a morte?

Não conheço obra literária, novela, conto, romance, teatro, produzida em tempo algum, onde o sentido dramático da vida se assinale por outro destino marcado às criaturas que nelas se agitam.

O sr. Paulo Arinos encontrou na poderosa literatura do sr. Alcides Maya uma finalidade existente na literatura de qualquer autor, desde que seja poderosa, e espelhe a vida em ação no tempo. Não são as asserções, por conseguinte, que caracterizem as criações estéticas do mestre do regionalismo gaúcho, e delas não é lícito tirar deduções.

Pensa ainda o meu querido amigo não ser necessário descer à análise miúda das figuras para cimentar o asserto das proposições acima comentadas.

Os títulos de dois dos livros do sr. Alcides Maya bastam, e ainda sobejam, como prova.

Escreve:

“*Tapera... Ruínas vivas...* que são ruínas, que é tapera, senão destroços – lembranças de coisas que se foram... coisas mortas ou morrendo...”

Assim, nas reticências, esquece ser *Tapera* o título duma paisagem, pertencente a um livro múltiplo e vário pelo conteúdo. São quatorze contos, todos diferentes, diversos pelos temas e motivos. Vivendo todos de intensa vida. As situações humanas mais díspares, o conflito trágico das paixões, ódio e amor, sacrifício e vingança, encarnadas na figura de homem e mulher, colhidas na realidade com agudeza de observação, nele avultam, em relevo, enchendo-o de vozes. O que está dentro da tapera é o sopro ardente da vida, de ontem, de hoje, de todos os tempos.

“Velho conto” – por exemplo – pequena obra-prima – a insídia feminina triunfando da energia do homem, pelo amor. “Por vingança” – o orgulhoso desforço dum vencido político. É de agora, em tudo, por tudo. “Inimigos” – o fratricídio nas dissensões políticas, o melhor capítulo da nossa psicologia social, tracejado despreocupadamente, e tão verdadeiro, que o vimos reviver tragicamente durante a campanha de 1923. Perpassa nas páginas desse livro, animado-as, um sopro quente, vitalizante e saudável, de força e de combatividade. Rumores de luta,

estrépitos de batalha, o clamor dos embates nele restrugem, vibram: luta do homem com o homem, luta do homem consigo, luta do homem com as bestas, luta das bestas umas com as outras, luta de amor e luta de ódio – numa palavra – vida! *Ruínas vivas* é a denominação do romance gaúcho do sr. Alcides Maya. Mas o jovem crítico esconde o qualificativo da vida nas ruínas, com a sua reticente malícia, para ver tão só destroços.

É fácil este processo...

Como o sr. Maya evocou cenas de guerra, traçou painéis colhidos na revolução de 93, tipos, figuras, feitos e gestos característicos da rebeldia dos nossos campeiros, expressão de primitivas idealidades, da sua afirmativa energia, tudo belezas para um artista, pronto! Está descoberto o “saudosismo”.

Os seus livros, escreveu-os o sr. Maya em 1910 e 1911. Não poderia idealizar ou dramatizar episódios do ano da graça de 1923. Não poderia, nem precisava fazê-lo, nem precisa, para que a sua obra seja verdadeira e atual. A guerra civil de 23 é um eco amortecido da campanha de 93; fizeram-na, dirigiram-na homens que dela vieram, e estes estão descritos, retratados na obra do eminente escritor.

O sr. Paulo Arinos ilude-se ao apreciar a obra do estilista. Ela não é tão só uma evocação, não atira para o passado, desconhecendo o presente. Une-os, funde-os, em projeções luminosas para o futuro. Colocando-se num ponto de vista humano, e observando a vida regional no seu dinamismo através das eras, o sr. Alcides Maya, da eminência dum cimo, vê as transformações, as mudanças que o tempo vai operando em modalidades da vida anímica do nosso povo. Fixa a evolução, exprime o sentimento – que é certeza – da caducidade de certas formas, da evanescência de certos tipos que não morreram, mas vão morrer, e estão transitando para a esfumadora grisalha das coisas desaparecidas.

Por isso a sua obra é do passado e do futuro, sempre atual, de ontem, de hoje, de amanhã, de sempre...

Não são menos reais que a paisagem física e o risco material das figuras, sonhos, devaneios, pensamentos, sentimentos, o mundo moral, o substrato psicológico da criatura, nas suas manifestações individuais ou coletivas. Se o sr. Alcides Maya, em vez de traçar simples quadros, recortados como flagrantes da existência campesina, como faria uma objetiva fotográfica, alargou a sua visão no tempo, e fez o seu espírito remontar no passado para acompanhar desde lá os impulsos originários do nosso idealismo combativo de povo, a sua obra nada perdeu em realidade e verdade. Ganhou. O seu traço verdadeiramente superior consiste na posição, digamos inatual, em que se colocou e donde vê os homens movimentarem-se, desdobrarem-se, e modificarem-se dentro do tempo. Este entra como fator na ação, faz parte da matéria observável na obra e manifesta-se pelas alterações do ambiente.

Que homem haverá que não esteja ligado à terra, onde sofre e luta, e não vergue ao peso de heranças de sangue, de irredutíveis ancestralidades? Visionando, assim, os seus tipos, nos quais resume alguns dos traços específicos mais salientes e gerais da gente rio-grandense, com sua mentalidade característica, mostra e explica o que há de permanente e fixo na alma regional, ao lado do passageiro e transitório. Por isso a sua obra é completa: um largo pensamento, a visão dum sociólogo vazada em superiores moldes de arte.

Na sua criação de beleza, sempre comovente e sentida, o dom eminente de ver por intuição, próprio dos grandes artistas, empresta-lhe a obra um sentido simbólico. Vale como síntese. Nela se exprime o fundo de instintos, o agregado persistente de tendências, que formam os reais motivos de ação na existência pastoril dos nossos campos, aparentemente encobertos pelas justificativas de bandeiras, variáveis no tempo.

Falsa seria necessariamente a obra do sr. Alcides Maya, por incompleta, se houvesse esquecido o passado. Falsa ainda, falsa e refalsa, se nela não soubesse

marcar o recuo dos planos, a diferença de épocas; as alterações de ambiente, sensíveis e manifestas na indumentária, em alguns hábitos, em certos costumes, em numerosas usanças, que já se foram para sempre, e outras que estão indo.

Desçamos à lógica do dedo que aponta e mostra. Abramos *Ruínas vivas*. Em meio de cenas da existência atual da campanha, canchas de carreira, bochinchos, ranchos de chinaredo, balcões de pulperias, movimentam-se duas figuras centrais. Chico Santos, o veterano, e Miguelito, o herói do livro.

Haverá saudosismo no fato humano e trivial do velho guerrilheiro relatar, embevecido, as campanhas em que tomou parte, reviver continuamente pela memória as façanhas, as pugnas da sua existência de batalhador? São todos assim, em toda a parte.

Bela, real figura de gaúcho antigo, tal como acotovelamos a cada passo no Rio Grande, a desse Chico Santos, vendo, até nas alucinações do delírio, o rebrilhar das lanças no atropelo das cargas. Ainda na febre, a sua visão é de glória.

A palavra e o exemplo do guerreiro inflamaram a imaginação de Miguelito, em cujo sangue bolem, estuam ímpetos de acometidas, impulsos mal reprimidos duma c[on]mbatividade de raça. Miguelito pretender ser que nem o avô, também quer ser herói. Quer afirmar-se, acutilar, vencer. Transcorrendo-lhe a vida num período de paz, a sua irrequietude agressiva desfecha no crime. Mata com denodo, frente a frente, é certo, mas por motivo pessoal. Surgisse uma guerra, e Miguelito, alistado numa partida gaúcha, teria sido herói.

O “caso” de Miguelito, ainda resume o caso atual da sociedade pastoril do nosso estado. Desconhecer o melindroso ponto de honra, a impulsividade no desforço, a altanaria, a obsessão de valentia existentes no sentimento das classes rurais, deflagrando em soluções violentas, de contendas é negar o fato cotidiano do noticiário, da crônica policial, da estatística criminal. A capacidade guerreira sem objetivo social extravasa, expande-se na delinquência da campanha.

É que os costumes mudaram, evolveram, e as soluções sangrentas dos dissídios entre gaúchos, com o seu cavalheiresco caráter de duelo, largamente praticados deste e do outro lado da fronteira. Outrora e geralmente admitidos pela moral do meio, vão sendo considerados delitos, e a punição da lei pesa sobre eles.

Dantes não era assim. Estavam longe os juizes. As pendências resolvidas à ponta da faca e bala caem, gradualmente, na alçada policial e dos tribunais. As facilidades de comunicação, e a conseqüente distensão da ordem jurídica geram esta conseqüência. Este o sentido da evolução dos costumes regionais fixado pelo sr. Alcides Maya, no seu livro. Mas isto não é evocação saudosa, senão flagrante verdade poderosamente expressa numa criação palpitante de atualismo.

Se vive expresso na vasta obra esparsa de polêmica, de crítica, de erudição do sr. Alcides Maya, o pensamento de que a “capacidade heroica” do gaúcho desapareceu ou tende a desaparecer, ignoro-o.

Na sua ficção, porém, não existe. Transparece nela, porém, a percepção das alterações do ambiente social, o que não é a mesma coisa. Não proclama o desaparecimento da tradição, nem a decadência da raça. Entremostra mudanças, deixa pressentir transformações na diretriz das tendências. Podia tê-lo afirmado rigorosamente. Se o fizesse (mas não o fez), teria proclamado uma verdade. Só a cegueira do sentimento, a miopia da paixão furta-se de ver os efeitos destruidores das condições de vida atual nas manifestações do caráter da população gaúcha. O ímpeto aventuroso, o nomadismo, o individualismo orgulhoso e extremado – a rebeldia libertária dos campeadores sulinos, sempre irritável e pronta para aos arranques de mão, irredutível na sua firmeza, perderam muito do seu sentido e vão aos poucos limitando-se.

Confrontada essa rebeldia com as aspirações de cultura, de riqueza e de aperfeiçoamento intelectual, que distendem o bem-estar na coletividade, ressalta na

barbaria da sua significação, como um anacronismo – um resto do passado caudilhesco e tumultuário.

Não se iluda o meu jovem amigo. A luta de 1923 veio provar que a tradição de rebeldia guerreira está em declínio. Foi um surto tardio, agônico, duma força em recuo. A guerra política, pelejada à gaúcha, está a passar: é uma viajeira que marcha, no tranquilo, no rumo das antigualhas. Se não viramos a última página da nossa história, estamos a soletrá-la nas ultimas linhas, bem no fim, quase a virá-la para sempre. Já pensou o meu amigo que os homens da revolução, que a fizeram, que a dirigiram, acaudilhando-a, foram veteranos, representantes da tradição, forças reacionárias do passado? Fortes e bravos, sem dúvida.

Mas que fizeram, senão fugir dos trens de ferro, dos automóveis, dos telégrafos, das metralhadora[s], manejados pelas mãos da autoridade? O progresso material, com a sua teia de forças mecânicas e interesses econômicos, inimigo implacável das antigas formas do heroísmo gaúcho, circunscrevendo-lhe e limitando-lhe a ação, manietou-o, venceu-o. Não, não é o mesmo o Rio-Grandense de agora e o de antanho. O passado não se faz presente. Impressionante o espetáculo desses retardatários, *revenants* doutra idade, cujas passadas e marchas a multidão das cidades acompanhava hora por hora, como se assistisse à representação dum drama crioulo em palco cênico – o campo aberto

Que puderam eles contra tantas energias mecânicas, locomotivas, telégrafos, caminhões – Ford, – mais rápidos do que a veloz cavalaria andante da tradição épica, e contra as ceifantes metralhadoras? Adeus, belas cargas de lança seca! Entoaram-nas as últimas estrofes dum canto bárbaro. Talvez ele ainda ressoe aos nossos ouvidos, mas a sua voz será cada vez mais fraca e distante.

Ê, sem dúvida, um motivo estético, admirável, a luta civil, sangrenta e intransigente. Oferece beleza nos seus movimentos e nas atitudes dos combatentes. Pode mesmo haver idealidade nos seus motivos propulsores.

Predicá-la, parece-me, porém, um erro. Nego os seus efeitos como remédio salvador, embora isto pareça ao sr. Paulo Arinos falta de fé nas virtudes da raça. Apontar o esbatimento progressivo dessa tradição batalhadora afigura-se ao sr. Arinos ser desencantado e sem fé. Partido desencantado e sem fé – diz – o dos que pensam assim. Alisto-me gostosamente nesse partido, que vê e entende as coisas, e quando elas estão passando e morrendo, porque tem que passar e morrer, di-lo e proclama-o. Pode que haja um encantamento e uma fé na guerra fratricida. Mas é um encantamento bárbaro e uma fé selvagina. Dou-lhes o meu repúdio. O meu jovem amigo pede aos novos franqueza, coragem, saúde no pensamento. Pois desses atributos carece o seu artigo, cuja intenção se esconde em insinuações, e cujo pensamento, longe de se externar à plena luz, busca as entrelinhas e espia das reticências.

E isto é só franqueza.

Correio do Povo. Porto Alegre: 30 ago. 1925, p. 3 e 6.

Guerra à saudade

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

Há uma lenda, referida por Schuré num de seus livros, que diz de certo jovem, filho de um velho cantor, vivendo ambos num populoso reino do Norte. Destinado à arte do pai, o jovem despreza-lhe as lições, e, impelido não sei por que forças, demanda o largo deserto das praias, onde o mar canta, batido pelos ventos, e vêm e vão as ondas, na sua eterna agitação. Aí, ouvido feito à música das grandes águas, a tal ponto subjugou a portentosa sinfonia, que por longos anos ele se deixou ficar ao pé do mar, numa caverna próxima, aonde iam os bons pescadores a dar-lhe pão e lume.

Certa vez, porém, ele volveu à corte do seu rei. Era num dia de festa. Já ninguém o conhecia. Tomando, então, de uma harpa, começa ele a cantar, e a sua voz é tão poderosa, tão estranha, que os convivas, possuídos de espanto e comoção, cuidam ouvir, no crivo misterioso de seus acentos, o canto suave das ondinas e o rude sopro das tormentas. E perguntam-lhe:

– Quem te ensinou esta voz?

– Foi o mar, de onde eu vim – respondeu ele...

Pois com o sr. Alcides Maya o mesmo não se deu. Em face das nossas coisas, não se deixou vencer: venceu-as. Antes de criar a sua ficção, abeberou-se de fórmulas, de lições e princípios. Leu muito. Barafustou pela História, pela Ciência, pela Filosofia. Deduziu. Induziu. Deu forma e direção à sua mentalidade. Plasmou, enfim, o seu espírito crítico. Assim aparelhado, apercebido de todos os instrumentos, resolveu cantar a sua terra. E aconteceu o que tinha de acontecer: desde logo, estabeleceu-se o conflito inevitável entre o imperativo de sua personalidade, solidamente cimentada, e o imperativo do ambiente que ele quis revelar. Foram duas forças que se chocaram. À vista de qualquer dos livros de ficção do eminente estilista, esse conflito ressurre aos olhos dos mais desprevenidos, traduzindo-se na sua desconexão constante entre o estilo e o assunto. E a regra é que o artista acaba sempre vitorioso, reduzindo tudo ao seu caráter, tudo absorvendo e mesmo desfigurando. Na sua literatura, as coisas não têm voz. Quem fala é ele. Fala por elas, mas nem sempre diz o que elas diriam, caso as deixasse falar.

De sorte que a sua obra é verdadeiramente notável como expressão individual e não como expressão coletiva ou social. À proporção que o ator se projeta sobre o cenário, e sobre ele cresce, o cenário vai desaparecendo. É lógico. É fatal. Donde será fácil concluir que o aspecto estritamente representativo das páginas do insigne escritor sulino resulta quase medíocre. Repito: se, como reflexo de uma individualidade, elas só hão de ser afirmadas, e de fato são fortes, não podem, como reflexo de uma sociedade, furtar-se a muita restrição. Uma coisa é consequência da outra.

Eis aí duas maneiras sob as quais pode ser encarada a literatura do sr. Alcides Maya. A segunda ainda apresenta dois aspectos bem distintos – um, que entende com a sua expressão ou forma, e outro, com a sua significação. Foi a este último que eu me reportei no artigo intitulado “O papel da nova geração”, que mereceu do brilhante espírito que é o sr. Rubens de Barcellos a honra de uma larga e cerrada contradita. Está, pois, explicado o “ponto de vista especial”, com que não atinara o meu querido amigo.

Afinal de contas, que observações fiz eu em torno da significação social do regionalismo do sr. Alcides Maya, que havia nelas de extraordinário, para que o

jovem sociólogo, rompendo o seu alto silêncio, descesse à bulha da liça, e, no alvoroço da sua dialética, arriscasse proposições graves e perigosas, de que talvez já esteja se penitenciando? Que dizia eu? Notava, tão-somente, aquilo que não se pode negar, sob pena de falsear os próprios intuitos do autor. Intuitos – disse bem. Pois não se pode admitir que, em se tratando de uma obra onde a inteligência prefere ao instinto, fosse puro acaso a insistência com que são usados títulos e legendas a exprimirem sempre a mesma ideia, sempre o mesmo sentimento depressivo de derrocada e de morte. Como quer o sr. Rubens de Barcellos que denuncia a vitalidade de um povo uma bibliografia cujos títulos só dizem decadência e destruição? *Ruínas vivas... Tapera... Ocaso**... Mas, como afirmei, nem só esses títulos inspiravam as minhas asserções.

Abramos *Tapera*. A página que leva este nome, não é, como insinua, inadvertidamente, o fino intelectual, uma simples “paisagem”. É mais. Muito mais. É todo um vasto painel, em que se derrui, não um pobre casarão, onde uma só família houvesse habitado, mas um longo e largo teto, em que toda uma raça se abrigara. “O tempo, irônico, depois do dispersar aos acasos da sorte a raça modesta que lutou e sofreu sob esse teto humilde...” Notai bem: generalizando, o sr. Alcides Maya diz “raça” e não “família”. “Tapera” não é uma paisagem. É um símbolo. Símbolo triste.

Depois, para diante, vai-se lendo: “...naqueles vivas, naquela música, em todos aqueles rumores de gente nova, havia o dobre a finados de uma raça inteira”... “E venciam (os estrangeiros), enquanto estes, cada vez mais atrasados, com o pala em frangalhos, com a bombacha rota, com os ranchos quase caindo, sofriam fome, curtiam frio, mudavam-se.” Simplesmente lamentável a posição do guasca bronco em face do colono. Um carreteiro, lembrando-se do “pago/morto”, suspira: “Bons tempos, lindos tempos, esses!”. É que, após um longo domínio, “princiara, insensível, a dispersão” e “ante os primeiros rolos férreos desdobrados, através de cortes de coxilhas, sobre as planuras nativas, se iniciara o retrocesso, a debandada, a morte lenta, a morte certa...”. O pobre diabo sofre, humilhado, e com ele toda a sua grei: “E foi como se no peito se lhe concentrasse a energia expirante da raça, numa dolorosa identificação fetichista com o seu meio, na tragédia de um fim coletivo...”.

Tapera é uma paisagem, apenas?...

Assim o Miguelito, figura central das *Ruínas vivas*, compendia, na sua miséria, a miséria da raça. Neste passo, porém, cedo a palavra ao sr. João Pinto da Silva, que, desde 1916, vem assinalando, impunemente, o teimoso caráter evocativo da obra do sr. Alcides Maya. “O herói do livro – observa o arguto ensaísta, na sua *História literária do Rio Grande do Sul* – é o símbolo de uma estirpe heroica e rude, que se acaba. A alma de Miguelito é uma projeção alegórica do Passado...” Miguelito não é apenas um indivíduo, vivendo os seus dias sem compromisso. Nele se resume toda uma coletividade em trágica desagregação. Por isso mesmo, fiel à sua intenção, o sr. Alcides Maya, em vez de chamar-lhe “ruína viva”, pluraliza o epíteto, chamando-lhe “ruínas vivas”. Aliás, é o próprio sr. Rubens de Barcellos que, no seu artigo de domingo, se apressa a frisar o feito sintético da literatura do sr. Alcides Maya. Não entendo, portanto, como, assim pensando e acordando em que as personagens do autor de *Alma bárbara* de fato caminham para a morte, venha perguntar-me, com uma simplicidade infinita: “Mas não é a morte a finalidade de toda a existência individual?” Perdão! Quem proclamou o sentido profundamente simbólico da obra em questão, não tem o direito de individualizar situações, sem recair no mais comezinho contrassenso.

* * *

* [Nota do original] *Ocaso* é o título de um romance anunciado pelo sr. Alcides Maya desde 1910.

Diante dos destroços, o sr. Alcides Maya, ao contrário do que faria o meu ilustre contraditor, não rejubila. Lamenta-se, largamente, sem crer que as ruínas poderiam remoçar. E morde-o, fundo, a saudade dos bons tempos, a saudade da sua raça que morria, a saudade de si mesmo...

Por conseguinte, por que não saudosismo?

* * *

Mas nem por isso pode ser inquinada de falsa a obra do sr. Alcides Maya. Ela surgiu num período de descrença, de aplastamento moral, e reflete, fielmente, esse estado de ânimo. É um documento precioso desse tempo. O erro do autor das *Ruínas vivas* está, porém, em ter acreditado na permanência dessa crise. Em vão se procurará nas suas páginas uma só palavra de confiança ou de fé. Só lamentações se há de encontrar. Só desalento. “A sorte de um era a de todos” – diz, desencantado, um de seus personagens. E todos eles, desde que afetem traços típicos, caracteres representativos, são perseguidos pelo mesmo destino implacável. Adverte-me o sr. Rubens de Barcellos de que o sr. Alcides Maya “não poderia idealizar ou dramatizar episódios do ano da graça de 1923”. Adverte-me bem. Sem entrar no apreço das finalidades políticas da campanha de 23, é inegável que ela assinala uma ressurreição de energias, que estão em pleno desacordo com os obstinados prenúncios de morte que enchem as suas páginas – “morte lenta, morte certa”. Justamente por não a ter previsto – e para prevê-la não era preciso adivinhar as suas mínimas circunstâncias de tempo e de modo: uma única palavra de esperança bastara – a significação da obra do sr. Alcides Maya é restrita, do ponto de vista sociológico. Debalde de rebuscaria nela o gérmen de qualquer renascimento. Falece-lhe o dom divinatório. Eis porque, se, esteticamente falando, ela é sempre atual, por ser uma robusta realização de estilo – é inatual no sentido sociológico.

Contra este último aspecto é que devem os “novos” rebelar-se – eles, que vivem num ambiente mais desafogado e mais saudável.

Não quero que aí se vislumbre o mais pequeno desamor ao regionalismo do sr. Alcides Maya, ao qual sempre rendi minha melhor admiração. O que vai nesta atitude é o desejo de revelar a nossa realidade, a nossa bela e forte realidade, com a qual já não se coaduna o espírito que preside ao simbolismo doloroso da *Tapera* e de *Ruínas vivas*.

Que realidade é esta? – perguntar-me-ão.

* * *

Antes de defini-la, um parêntesis. O sr. Rubens de Barcellos imaginou que eu estava prejudicando o caudilhismo. Iludiu-se. Creio, entretanto, que, se o tivesse feito, faria obra melhor do que o meu amigo, que bate palmas à pretensa agonia do gaúcho, como se o gaúcho fora infenso ao organismo social. O gaúcho médio – esse que deve ser tomado em linha de conta, na presente discussão – sabe pelear, mas sabe também viver na paz. As cidades estão cheias de guascas urbanizados, aplicados não só à delinquência, como entendem os seus difamadores, senão ainda aos misteres mais pacíficos do convívio humano. O que não quer dizer que, quando seja tempo, ele não troque o colarinho pelo lenço e, empunhando a lança ou a carabina, não demande as coxilhas, para a luta. Mas isto é um mal? Se o sr. Rubens de Barcellos me provasse que o estado presente da sociedade era perfeito e as revoluções não obedecessem sobretudo a razões de ordem social, eu faria coro consigo, no seu negativismo. Mas, enquanto não é assim, enquanto não vivemos num mundo platônico, enquanto a própria sociedade reclama, como condição de sua vitalidade, essas provas de sangue, – eu vou bendizendo, alto e bom som, a raça que ainda sabe dá-las com galhardia e desassombro.

* * *

Incidindo no mesmo preconceito de Sarmiento, modernamente rebatido por Alberto Zum Felde, o profundo sociologista uruguaio, o sr. Rubens de Barcellos

opõe à civilização o gauchismo, como se uma e outra coisa formassem estados sociais absolutamente antagônicos. Embora tal questão esteja ainda longe de ser líquida, deixando margem à muita controvérsia, cumpre-me, desde logo, declarar ao meu querido contraditor que me tenho colocado num terreno onde não cabem reflexões sobre o lado diretamente moral ou talvez pragmático do interessante tema. Também não me preocupa, aqui, o caso de indagar se o gauchismo – que o sr. Rubens de Barcellos imobiliza dentro da indumentária guerreira dos nossos avoengos – vai morrer ou se fará eterno. Por ora, basta-me que ele viva. E vive mesmo, de plena vida. Sabem-no todos. Contra o apressado juízo do Sr. Rubens de Barcellos, observando, com desdenhoso ceticismo que “a guerra civil de 23 é um eco amortecido da campanha de 93” (em que sentido? Seria curioso ouvi-lo a respeito...) e não passou de “um surto tardio, agônico, duma força em recuo” – se insurge o testemunho de toda a gente. Não estará nos seus últimos estertores uma raça que, reatando o fio de suas tradições democráticas, acabou de colaborar, de armas na mão, nos próprios princípios constitucionais destinados a assisti-la na sua existência e desdobramento. O coração do guasca ainda pulsa. O gauchismo não morreu – o gauchismo que não é apenas a nossa vocação belicosa, mas a fonte profunda das nossas energias, donde até aqui quase só tem derivado sangue, mas donde também pode irromper água pura e fecunda. Para o sr. Rubens de Barcellos, porém, o gaúcho vive sob a ameaça deste trágico dilema: ou a coxilha ou a morte... Será que só na guerra podemos exercitar as nossas forças? Por que hão de ser incompatíveis com elas outras formas de atividade? Por certo que anda em tudo isso um grande equívoco. Conservando as suas virtudes fundamentais, essas que formam o substrato de nossa raça, e são anteriores ao ciclo das lutas, podendo, por conseguinte, sobreviver-lhe, o gaúcho ainda se sente bem de saúde ao lado da locomotiva, do automóvel, do telégrafo, do aeroplano, do jazz-band. Por que não? O industrialismo, o argentarismo, o utilitarismo, podem vir a desvirtuar o nosso caráter. Tudo é possível. Mas por ora ele ainda está inteiro, está ele mesmo, como era dantes.

Pois bem. É esta saudável convicção, esta consciência da própria vitalidade, que constituem a realidade acima referida, dentro da qual se agita a geração nova do Rio Grande. Portanto, uma pergunta: diante de tudo isto, não nos fora a saudade, que é a lembrança comovida de fatos passados, o mais absurdo dos sentimentos? Deixemo-la para as sociedades decadentes, onde a gente viva com os olhos fincados em glórias avitas, incapaz de reeditá-las.

Guerra à saudade!

Mas eu sei: o Sr. Rubens de Barcellos sorrirá de tudo, buscando convencer-se de que tudo é uma ilusão. Só assim poderá continuar no livre exercício do seu ceticismo elegante e cômodo...

Correio do Povo. Porto Alegre: 5 set. 1925.

Regionalismo e realidade

Rubens de Barcellos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

Do cotejo entre a representação estética dum período da vida gaúcha, tal como a idealizou o sr. Alcides Maya nas figuras simbólicas dos seus grandes quadros, com a realidade social da nossa população, observada objetivamente, ressalta a meu juízo uma concordância de verdades.

Os fatos sociais, analisados, grupados, confrontados, relacionados, corroboram a intuição do artista. A realidade seca e nua da nossa evolução social, estudada a frio, confirma a realidade aformoseada pela visão ideal na literatura do sr. Alcides Maya. O seu alcance espiritual reside, precisamente, na segurança com que discerniu e a inconsciência do sentimento [com que] embelezou o que há de permanente, através das variações de forma, na vida campesina do Rio Grande. Com efeito. Que salienta, essa obra? Que é o que põe em relevo, faz avultar, destaca? A combatividade na sua forma heroica e guerreira. As suas figuras representativas recortam-se, em linhas rijas, com o aprumo vertical dos fortes. São almas leoninas em corpos destros. Vieram da peleja, movem-se nela, ou estão prontas para ela, num permanente desafio.

É Chico Santos, encarnando o passado de lutas, evocação esplêndida do ciclo guerreiro das campanhas externas. É Miguelito, “certo da sua força, cômico do seu valor”, soberbamente esculpado, na sua revolta inútil, a soltar o grito de guerra:

“ – Viessem no mais! Encontrariam homem e à luz do sol...” São todos os bravos que se movem, nas cenas de profundo drama diretamente extraídas da guerra cruenta de 93, tais como nos aparecem nos contos “ Guri”, “ No pago”, “Estaqueado”, “Inimigos”, “China flor”, “ Supérstite”. Menos do que a posição das figuras no desfecho das intrigas, do que as suas alternativas e peripécias no entrechecimento das fabulações vale na obra literária o quadro anímico das personagens. O que importa é a paisagem interior, o cenário moral, o fundo das almas, observadas ou criadas pelo escritor. E na ficção do sr. Alcides Maya elas se exibem e revelam, afinadas no mesmo tom. Sem as limitações que a existência policiada e civil impõe, expandem-se, instintivas, impetuosas, nos arremessos da ação pronta, e mostram nos seus sonhos ingênuos sempre a mesma idealidade combativa, o mesmo anelo de vitória na luta, fixado em sucessivas gerações de batalhadores nesse molde de alma bárbara. Não será essa combatividade heroica o traço dominante na característica de nossa população pastoril? Não será, acaso, a trava mestra do vigamento moral das gentes gaúchas? A pedra cimeira na estrutura da sua psicologia coletiva? Formaram-na, assim, condições do meio físico, circunstâncias históricas e fatores sociais demasiado conhecidos. Atentando na voz do passado, auscultando-o e palpando-o; ouvindo ressoar nos seus morticínios, massacres e carnagens, a mesma nota de que as almas do seu tempo se faziam eco, o sr. Alcides Maya estilizou-a, desdobrando esse motivo em vários temas.

A unidade existente nas suas composições de tão variados efeitos vem desse motivo central e único.

Pergunto: – Será possível descobrir outro traço, outra nota que tenha o mesmo caráter de generalidade e persistência na vida regional? Não o creio.

Celebrando-a, é certo, fê-lo o sr. Alcides Maya com transbordamento da sua personalidade; imprimiu-lhe o cunho acentuadamente pessoal do seu fundo romântico. É que também ele provinha dessa gente, também nele palpitavam os seus impulsos, os seus sonhos, os seus gestos; a sua voz fez-se, destarte, um eco da grande voz coletiva; no seu pensamento adquiriu ela expressão consciente.

Longe, portanto, de diminuir e restringir o significado, o caráter representativo da sua obra, como expressão de idealidades coletivas, engrandece-o, intensifica-o, amplia-o, pela exaltação do sentimento.

Nem é outra tarefa do artista. Tampouco há na poderosa literatura do sr. Alcides Maya, como pretende o sr. Paulo Arinos, desconexão constante entre o estilo e o assunto. Não sei como se possa pintar cenas de combate, a quentura das pelejas, a orquestração impressionante das batalhas, senão com as tintas fortes, as ricas sonoridades de palavra do estilista gaúcho. A sua frase tem ímpetos de acometida, crispaduras, arremessos; encontra efeitos onomatopaicos para dar a impressão das cargas, das artilharias, das vozes múltiplas da guerra. Poderia citar exemplos.

Mas a verdade é uma só. Não pode haver desconexão constante entre o estilo e o assunto em nenhum escritor, pela razão singela e única de que ele é sempre pessoal. Autor algum será capaz de manifestar-se em mais de um estilo, ou não terá nem força, nem vigor nem caráter no seu temperamento. O estilo não é mais que a feição pessoal dum autor, a sua maneira própria de ver, de sentir as coisas, de pensá-las e dizê-las. Produto fisiológico – chamou-o Gruanont.

São páginas primas, a série de painéis que formam o delírio heroico de Chico Santos. Se é assim, se ela manifesta, revela, destaca e exalta as idealidades combativas do tipo clássico do gaúcho, tal como o modelou a tradição guerreira, não tem o sentindo depressivo que o sr. Paulo Arinos enxerga.

Tudo, pois, quanto se fizer dentro do regionalismo não lhe será antagônico nem contrastante. Virá integrá-la, completá-la, confirmá-la. Realizando-se dentro do mesmo largo círculo ideal, agregar-se-lhe-á como as unidades dum polipeiro em torno do núcleo.

Variem os processos; mudem as expressões; sigam outros preceitos de arte; propugnem normas diversas; deem atenção exclusiva ao pormenor pinturesco, ao linguajar e ao vocabulário locais; relatem outros episódios, e nestes, como nos dramas belamente evocados pelo grande estilista, há de vibrar a mesma nota, restrugirá o mesmo canto.

* * *

Mas com a sua bem louvada sutileza, o fino crítico volta a insistir nos títulos das obras do sr. Alcides Maya. Enfileira *Tapera*, em seguimento a *Ruínas vivas*, e onde devia colocar *Alma bárbara* – o mais recente volume do *conteur* sulino – bota *Ocaso*, livro que o sr. Alcides Maya não escreveu nem nunca publicou.

Pergunto: *Alma bárbara* também significa decadência e destruição?

Depois, armado de pinça, entra a soletrar o segundo daqueles livros, estaca no conto “Para o sul”, e cata aqui, pega ali, corta acolá, extrai meia dúzia de frases, fragmentos de períodos, cujo sentido, pelo ressaltado com que os isola, forçando inadvertidamente a interpretação, apresenta-nos alterado.

Resumirei em breves e ligeiros traços a situação moral tratada nesse conto.

É o caso dum ancião, o tio Moysés, velho carreteiro, que assiste compungido à festa inaugural do transporte ferroviário de gado em pé no seu pago, transformado pelo trem num surgente entreposto de comércio.

O autor traça-nos o quadro mental e moral, o reflexo íntimo do velho, os seus pensamentos e os seus sentimentos de funda melancolia ante a invasão tumultuária e avassaladora do progresso. O carreteiro percebe que tudo vai mudar em roda dele, e mais do que a morte da sua antiga indústria de carretagem, esmagada pela concorrência invencível dos comboios trepidantes, sente a alteração do ambiente, e velhas usanças, costumes antigos, cedem o passo a novos hábitos e novas gentes golfadas do bojo dos trens. A sua dolorosa tristeza se impessoaliza e distende, abrangendo a terra e a gente, tudo ameaçado, como ele próprio, de morte e destruição ante o inimigo implacável. E o tio Moysés, acabrunhado, mal o trem parte, junge os bois e abala rumo ao Sul, fugindo da linha paralela dos trilhos, para

bem longe, para “onde ainda se rasgavam, ermas léguas, léguas, léguas de campos...”

Queria o sr. Paulo Arinos que o autor fizesse o velho carreteiro ímpar de contentamento ao ouvir os silvos da locomotiva que lhe vinha tirar o meio de vida, e o cegasse para não ver a invasão agrícola e mercantil subvertendo, destruindo e aniquilando os velhos, primitivos hábitos do regime pastoril gaúcho?

Com efeito. Tirai ao campeiro os seus instrumentos prediletos de uso cotidiano: o cavalo, as boleadeiras e o laço; limitai a sua liberdade de movimentos; negai-lhe o direito de bater-se cavalheirescamente, modificaí-lhe as ocupações do seu viver: que fica?

A sua efigie característica, esculpida em moldes predatórios e violentos pelo pastoreio e pelas guerras, funções para as quais se sente destinado, desaparece. Se ele cede às alterações do ambiente e emprega a sua atividade em outros misteres profissionais, então já deixou de ser o “gaúcho”.

Não significa esta asserção, e a ninguém de boa mente pode acudir tal propósito, que as qualidades morais ou os traços psicológicos distintivos do tipo social do rio-grandense desapareçam e morram pela circunstância de modificar-se a figura clássica do gaúcho.

Aponta-se, assinala-se tão só que as transformações do ambiente alteram os hábitos, e, por conseguinte, a conduta e as linhas de caracterização dum perfil tradicional. Mas o sr. Paulo Arinos teima em confundir duas coisas absolutamente distintas: o tipo social rio-grandense e o tipo representativo do “gaúcho”.

Individualidades aproximadas das linhas puras dessa figura, encontramos-as constituindo as classes médias e inferiores dos nossos campos. São domadores, tropeiros, posteiros, agregados, ou ainda peões de estância. Os mais semelhantes ao perfil tradicional “não se justam”, isto é, não se submetem às condições de trabalho subordinado. O seu instinto nômade e aventureiro, herança avita, vínculo indelével da estirpe, impele-os para as atividades arriscadas e irregulares. Enquanto conservam estes caracteres típicos do “gaúcho” primevo não se adaptam à existência moderna. Por isso as transformações do meio lhe são funestas. Porque são fortes, não se amolgam. Fora dos moldes de existência para que se formaram, sentem-se deslocados. Os seus inimigos vitoriosos não são outros homens: são forças sociais e mecânicas contra as quais inutilmente se rebelam.

Mas, antes de colocar o problema sociológico que esta questão suscita nos seus devidos termos, e como o sr. Paulo Arinos tenha invocado conceitos do sr. João Pinto da Silva, dou a palavra ao eminente crítico. Ele responderá com a sua elegante forma literária e a sua nítida visão das coisas às arguições do jovem publicista:

“O gaúcho de hoje em dia conta apenas dois grandes inimigos, ambos impessoais: a agricultura e a viação férrea, isto é, o gênero de vida antípoda do seu, de estabilidade fecunda, de comovido amor à terra, e os meios rápidos de transporte, que lhe inutilizaram as principais ocupações, tornando quase imprestáveis as suas diligências ruidosas, as suas rudes carretas de bois e a sua incrível perícia de condutor de tropas. O primeiro desses inimigos, exigindo a subdivisão, em lotes, das grandes extensões territoriais, se caracteriza, para o batedor intrêmuldo do Pampa, por uma restrição à liberdade de movimentos, o que lhe contraria o instinto aventureiro, os ímpetos de nômade...”

O segundo, tendo liquidado, sumariamente, a poesia das distâncias a vencer ao preço de canseiras e dificuldades de vários portes, pode ser definido, além do mais, como o concorrente terrível do cavalo, – amigo e sócio que o gaúcho quer com extremos bárbaros de cossaco...

Batido, assim, de todos os lados, pela fatalidade da nossa marcha ascensional para o futuro, pois os seus dois adversários são, afinal, os símbolos de toda a nossa civilização no interior, o rio-grandense dos campos, o descendente, em

linha reta, dos caudilhos temerários, é, presentemente, pouco menos do que um corpo estranho no organismo complexo das nossas atividades.

No cenário do pampa, o gaúcho é, assim, um grande ator em franca decadência.”

E mais adiante:

“Nesse ambiente de hostilidades indesviáveis, ele sente que já não caminha para diante e que, em breve, será radical, absoluta a sua incompatibilidade com o meio lentamente e completamente modificado.” E é desta forma que ele “vai recuando, aos poucos, para a grandeza estática do passado, para o plano inerte da tradição, a que já agora pertencem, até certo ponto, os hábitos e normas que lhe deram fisionomia histórica, distinta”⁶.

(*Fisionomia de novos*. 1922. p. 143-145)

Estas observações deitou-as em livro o ilustre ensaísta, há três anos, apenas. Será que a realidade em tão curto espaço de tempo tenha mudado? Ou o sr. João Pinto da Silva também é um crítico “saudosista”?

* * *

Escreveu o sr. Paulo Arinos:

“Por certo que anda em tudo isso um grande equívoco.” E anda mesmo. Um grande, enorme equívoco do brilhante publicista que parece confundir, baralhar a significação social da arte, como fonte de sinergia afetiva, veiculadora de sentimento, com a finalidade da ação política. No seu primeiro artigo denunciava esta tendência. Transcrevo, literalmente, um período seu: “Foi após a Guerra Federalista de 93, de resultados políticos tão dolorosamente vãos para a causa das nossas tradições, que o desânimo e a dúvida ganharam os espíritos propiciando o nascimento e o viço desse partido sem fé (refere-se a um partido literário)”. No seu último artigo insiste no mesmo pensamento, qualificando o período que medeia entre aquela guerra civil e a Revolução de 23, como “um período de descrença, de aplastamento moral”. Resultados dolorosamente vãos, por quê? Descrença, por quê? Aplastamento moral, por quê? Quando em luta aberta um grupo político é vencido, os resultados vãos, o aplastamento e a descrença só existem em relação a este grupo. A arte, a realização de beleza, a criação do artista, não têm nada a ver com as bandeiras em luta.

Fazer da literatura um instrumento de ação militante no terreno das pugnas cívicas é desvirtuá-la, e diminuir a sua significação social. Seria reduzir toda a coletividade aos limites de um agrupamento partidário. Entre nós, gaúchos, e dos bons, pelejaram sempre nos dois bandos tradicionais em que se biparte o Rio Grande, tanto no passado como no presente.

* * *

Mas o jovem campeador pretende, ao que parece, criar a literatura de “após guerra”. Para tanto embrulha o espírito moderno do sr. Graça Aranha no poncho dos revolucionários, e declara guerra à saudade (pobre!) proclamando a realidade. Não sabeis que é a realidade? É “a saudável convicção, a consciência da própria vitalidade dentro da qual se agita a geração nova do Rio Grande”, isto é, o sr. Paulo Arinos. Entendestes?

A realidade é o próprio sr. Paulo Arinos...

⁶ Conforme indicado em BAUMGARTEN (2001, p. 223), as citações foram extraídas de *Fisionomias de novos*, livro de autoria de João Pinto da Silva, publicado em 1922, em São Paulo, por Monteiro Lobato. BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *Ensaaios literários*: Moysés Vellinho. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro: CORAG, 2001.

Correio do Povo. Porto Alegre: 15 set. 1925.

Pessimismo e realidade

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

De braços sobre as misérias de Jerusalém, Jeremias chorava, e no seu choro ia dizendo: “Como está deserta aquela cidade, dantes tão populosa!...” (*Lament.*, I, 1)

“À noite, chora, continuamente, e pelas faces lhe estão as lágrimas correndo...” (I, 2)

“E da filha de Sião toda a glória se perdeu: seus príncipes são como os bichos que não acham pasto, e se entregam, sem resistência, ao seu perseguidor.” (I, 6)

“Por tais motivos ando eu chorando, e meus olhos em água se dessangram, porque fugiu de mim o meu consolador, que devia alegrar minh’alma: meus filhos estão abatidos porque o inimigo prevaleceu. (I, 16)”.

Suponhamos, agora, que do profeta se acercasse um filho de Sião, e, batendo-lhe no ombro acurvado, assim lhe falasse:

– Não, meu grande Jeremias, tu não estás chorando: tu estás cantando...

Pois com a mesma inocência pretende o sr. Rubens de Barcellos convencer ao próprio autor de *Ruínas vivas* de que a sua literatura constitui, não uma vasta jeremiada, em que se ouve o “dobre a finados de uma raça inteira” e se celebra a “tragédia de um fim coletivo”, mas todo um cântico de exaltação a um povo nobre e forte... dir-se-ia que o jovem sociólogo anda empenhado no propósito de demonstrar que o ilustre estilista queria o contrário do que fez!... Propósito ingrato e absurdo... Se o sr. Alcides Maya jurava pelas energias permanentes da raça, essas que devem sobreviver ao lento abandono da indumentária primitiva, por que, então, o tom agourento das suas páginas, sacudidas, a cada passo, pelo pressentimento da morte? Por que, então, foi buscar tipos decadentes e mesmo degenerados para simbolizarem a sua grei? De certo que não vale por um ato de fé aquele conto de *Tapera* em que a sorte da nossa gente vem encarnada na sorte miserável de um velho guasca, o tio Moysés, que assiste, vexado, tolhido, estúpido, ao surto vitorioso do elemento adventício. Ele “não se enganava, era a sua e a derrota dos seus que ali se festejava”. Não, ele não se enganava: quem se engana é o sr. Rubens de Barcellos insinuando que esse carreteiro, boçal e humilde, era capaz, por si só, sem a inspiração do seu criador, de se dar como índice de um povo inteiro... Não seria eu quem fosse acusar o sr. Alcides Maya de tamanho disparate em psicologia. Acha o meu querido amigo que fora própria da mentalidade de um carreteiro essa elevada operação metafísica, de que resultou sentir-se, ele mesmo, uma abstração? Carreteiro de gênio...

Saberá o Sr. Rubens de Barcellos que não é coisa das mais fáceis tapar o sol com a peneira, ainda mesmo que a peneira seja de seda. Nem todo o luxo dos seus períodos bem talhados alcança iludir ninguém. Lá está, no fundo de cada um, o seu impertinente despropósito, a inconsistência do seu argumento. Por que afirmar que os trechos que destaquei da obra do sr. Alcides Maya, mudam de sentido, assim desgarrados do contexto, se nem mesmo ele soube dar-lhes sentido mais hábil? Não soube, porque não era possível. Quando se declara, expressamente, que uma raça agoniza, não se quer dizer que ela vive. É lícito supor que acredita na vitalidade de um povo quem resumiu toda a capacidade heroica desse povo num herói falhado e

grotesco? Pobre Miguelito! Pobre do Rio Grande!... E como são de um ridículo doloroso os momentos de rebeldia do infeliz herói! São as próprias situações, armadas pelo seu evocador, nas quais vão esbarrar, vencidos, os sonhos de glória de Miguelito, que riem melhor das suas bravatas de guerreiro amordaçado. Sendo assim, não foi feliz o meu culto contraditor, indo colher a prova de exaltação da raça dos lábios de Miguelito, o lamentável “ruína viva”...

* * *

Mas, se o sr. Rubens de Barcellos deseja, a todo pano, defender o lado simbólico da obra em discussão, eu aconselho-o a guardar a atitude mantida no seu primeiro artigo. Quero dizer que, se continuar proclamando, de punhos romanticamente cerrados contra o gaúcho, que as nossas tradições de heroísmo vão em decadência, ser-lhe-á mais fácil absolver o simbolismo trágico que o notável escritor patricio deu à sua obra de ficção. Está claro. Provado que a nossa energia combativa agoniza, justifica-se o sentido depressivo do regionalismo do sr. Alcides Maya. Essa prova, procurou dá-la o sr. Rubens de Barcellos no artigo intitulado “O regionalismo e o papel da nova geração”, mal sabendo que, com isso, estava comprometendo o próprio espírito de sua contradita... Pois para concluir que a literatura do autor de *Tapera* diz vida e não morte, não foi o melhor expediente que o elegante publicista elegeu, buscando demonstrar, com tanto calor, que vamos morrendo ou que devemos morrer...

Entretanto, em boa hora resolveu o meu caro amigo mudar de atitude. Já no seu último artigo não se arremete mais contra o instinto guerreiro da nossa gente, cujo modo de ser vem de longe, trazendo consigo a justificação de todas as circunstâncias – geográficas, políticas e sociais. Chega, mesmo, a afirmar, desdizendo-se, corajosamente, que, através das variações de forma, na vida campeira do Rio Grande, o que há de permanente é a combatividade heroica e guerreira do gaúcho!... Por conseguinte, já convém em que, não residindo o nosso vigor nem na lança, nem nas botas, nem no pala, bem pode prevalecer a tais objetos, que fatalmente vão desaparecendo.

Nada obstante, o sr. Rubens de Barcellos teima no pensamento de que o tipo social do rio-grandense e o tipo representativo do gaúcho são duas coisas absolutamente distintas. Distintas por quê? Onde a distinção? Na indumentária? Nos hábitos? Mas o gaúcho que esquece na querência as chilenas e o lenço de pescoço, o chimarrão e o pingo, e vem fazer de cidadão, porventura se transforma substancialmente? Ou a mudança é apenas superficial? Sem dúvida. O seu modo de ser específico permanece o mesmo. Porque as suas virtudes fundamentais, guardadas no fundo do peito, não vêm estritamente condicionadas a causas de ordem externa. E, ao contrário do que se dava no Prata, não existe, aqui, aquele estado permanente de conflito entre o tipo urbano e o tipo rural, senão uma intensa e larga correspondência afetiva entre um e outro, que os aproxima e os irmana.

O sr. Rubens de Barcellos acusa-me de confundir uma com outra coisa. É justa a acusação. Confundo-as, sim, e o faço conscientemente, certo de que a distinção que ele propõe é infundada e arbitrária. Tenho para mim que foi por incidir no mesmo equívoco que o sr. Alcides Maya escreveu uma obra sem horizonte social. O autor de *Ruínas vivas* acreditou que transformar-se era morrer, e não viver, como lá ensina Rodó.

* * *

Consoante se tem notado alguma vez, a contextura propriamente literária da obra do sr. Alcides Maya é indiferente, senão adversa, ao pitoresco todo especial da terra e da gente a que se refere. Nem as expressões dialetais, copiosamente usadas pelo autor, desmentem a observação aí feita, porque em regra soam mal ao pé de um vocabulário imponente e por vezes precioso. Neste passo, o sr. Rubens de Barcellos me interrompe, e pontifica: “Não pode haver desconexão constante entre o estilo e o assunto pela razão singela e única de que ele é sempre pessoal”. Mas se o

estilo é sempre pessoal, e irredutível, e inalterável, portanto aquela desconexão é necessária e fatal. Provavelmente, foi isto que o sr. Rubens de Barcellos quis dizer, e não aquilo. Mas a lição parece estar errada. Se é verdade que o homem tem uma fisionomia própria, não deixa de sê-lo que também o ambiente em que ele vive tem a sua, formada não só da luz, da cor e das linhas do seu aspecto físico, senão ainda dos traços morais que caracterizam o seu aspecto social. E o artista não se pode alhear de tudo isso, ao menos que, puramente subjetivo, preso ao fascínio de sua lei interior, o seu papel seja apenas a revelação de si mesmo, a confissão dos seus sentimentos, das suas inquietudes, alegrias e desconfortos. Se, porém, ele se propõe mostrar uma região definida por circunstâncias próprias, a estas há de abrir os sentidos, há de se deixar embriagar pelo perfume e pela música das coisas envolventes, há de, enfim, ceder um pouco e si, impessoalizar-se. Já se vê que uma literatura objetiva pede uma regra diferente da que o sr. Rubens de Barcellos recomenda.

E é Fialho de Almeida, que foi, por sinal, o maior estilista português dos últimos tempos, quem a dá, proclamando que “o assunto é que dita o estilo”. Com a sua teoria de que “autor algum será capaz de manifestar-se em mais de um estilo, ou não terá força, nem vigor, nem caráter no seu temperamento”, o sr. Rubens de Barcellos esqueceu-se de que entre as coisas humanas nada é absoluto, mas tudo relativo...

De tudo isso eu concluo que o meu amigo não acredita em escritores representativos e é capaz de afirmar que Euclides da Cunha poderia ter nascido na França...

* * *

Furtando-se a algumas das proposições que formulei, o sr. Rubens de Barcellos não recua de me fazer umas objeções pequeninas e inconsequentes. Diz que enfileiro *Tapera* em seguimento a *Ruínas vivas*, e onde devia colocar *Alma bárbara* ponho *Ocaso*, livro que o Sr. Alcides Maya nunca publicou – nem nunca escreveu, informa ele. Não sei se o escreveu. Nem me importa sabê-lo. O que sei, e declarei em nota apensa ao meu artigo, é que o anunciou – e tanto basta a fortalecer a convicção de que o sentimento que impregna a literatura do sr. Alcides Maya é um só e só diz ruína e decadência.

Quanto a *Alma bárbara*, não atino em que difere este volume dos anteriores. É o mesmo espírito, é o mesmo sentido a animá-los todos. Ou quer, talvez, o Sr. Rubens de Barcellos que eu transcreva de novo os versos cheios de morte, com os quais o autor abre este livro?...

* * *

Não crê o sr. Rubens de Barcellos no aplastamento moral que sobreveio à campanha de 93. Pois o melhor depoimento é a própria literatura do sr. Alcides Maya, é o pessimismo sociológico que a inspira, dando-lhe essa finalidade sombria e dolorosa que a assinala e define.

Nem lhe esquece, ao autor de *Alma bárbara*, acenar, num de seus contos, para o fato, repetido copiosamente, depois dessa guerra, da forçada emigração de gaúchos, aos quais se tornara hostil a terra natal. Nos sertões do Mato Grosso ou nos plainos uruguaiois, iam esses bravos erradicados, entregues à rude aventura, procurar a tranquilidade que o Rio Grande lhes sonegara.

Ora, do fenômeno a que aludi, e de que nada sabe o meu brilhante contraditor, aí estão nada menos de duas consequências - traduzindo-se, a primeira, num fato literário, e a outra, num fato social.

Muito embora os efeitos já sejam bastantes a que se conclua pela existência do fenômeno, oportunamente darei à estampa um estudo onde suas causas terão o desenvolvimento que requerem. Aí verá, então, o sr. Rubens de Barcellos que arte e política nem sempre seguem rumos diferentes, chegando, mesmo, a mutuar influências decisivas para a sua caracterização recíproca. Verá que o regime

republicano, antepondo-se, de inopino, ao curso lento e monótono da sociedade brasileira, ou rompendo luta franca contra as nossas peculiaridades em elaboração, não formou entre os fatores mais propícios ao desdobramento seguro e lógico do poderoso romantismo nacional, desdobramento que não se verificou, e até, pelo contrário, virou dispersão e desnorteio, mercê, naturalmente, da guerra viva que as nossas poucas tradições sofreram por parte da ideia nova. E no Rio Grande, onde maior se fez a desarmonia entre o espírito tradicional e os princípios importados de longe, a crise agravou-se. Aqui, como no Brasil em geral, não assistimos, com a queda da monarquia, a uma substituição espontânea de fórmulas, mas a uma violenta superposição de regimes. Daí, por certo, a instabilidade em que até hoje temos vivido, sem atinarmos, ainda, com o verdadeiro ritmo que há de, um dia, presidir ao duplo movimento estético e moral da nacionalidade.

**ANEXO G – MOYSÉS VELLINHO E A PRODUÇÃO MACHADIANA:
ASPECTOS DA OBRA DE MACHADO DE ASSIS**

Porto Alegre: 21 jun. 1939.

Aspectos da obra de Machado de Assis⁷

Moysés Vellinho

Conferência proferida em comemoração ao centenário do nascimento de Machado de Assis no Salão Nobre da Biblioteca Pública do Estado, em 21 de junho de 1939. Nessa ocasião, Moysés Vellinho deixa de utilizar o pseudônimo de Paulo Arinos e passa a assinar suas críticas por seu nome de registro.

Há cem anos precisamente, um nascimento mais que obscuro, ocorrido nas dependências de uma chácara do morro do Livramento daria à população mestiça da capital do Império mais uma almazinha anônima. O novo ser teria vindo ao mundo entre alguns trapos sem calor e, ao abrir os olhos para a luz, de certo não encontrou em volta do bercinho pobre nem alvoroços nem alegrias. Tais sentimentos não são frequentes entre casais humildes, pois o escasso quinhão que lhes coube por sorte se tornará menor com a multiplicação das bocas, e talvez não dê para todas. A pequena vida que agora desabrochava no lar mesquinho – ele operário, ela lavadeira – parecia não ter sequer o direito de quebrar o silêncio reinante. Como as outras de sua condição, seria uma nota muda à margem da festa alheia.

E a indiferença de tudo e de todos deve ter caído sobre o nascimento do menino, acumpliciando-se desse modo ao seu espesso anonimato.

Se assim foi, quem poderia imaginar que a existência daquela criança, ali a resmungar entre farrapos, seria uma parábola caprichosa, quase absurda, entre a miséria de sua origem e a glória de seu destino! O certo é que quem assim despertava para a vida, seria, mais tarde, o grande Machado de Assis.

Essa, com efeito, a trajetória por ele realizada. Menos que plebeu, provindo das camadas mais grosseiras da sociedade, pode erguer-se, sem outro auxílio que o de seu próprio gênio, ao mais legítimo patriciado do espírito, através de uma obra que é a expressão mais alta do nosso patrimônio literário.

Ver-se-á, entretanto, que a antinomia entre os dois extremos de sua vida é apenas aparente, pois em verdade, aqui como quase sempre, os extremos se tocam. Se Machado de Assis logrou realizar uma obra que se distingue sobretudo como um milagre de refinamento, foi porque no fundo de suas páginas está sempre vigilante, como um fantasma impiedoso, o seu pobre passado, o passado do qual ele procurava libertar-se pela crescente sublimação das faculdades do espírito.

A mediocridade de sua origem foi assim uma condição de sua arte. Há forças que só se explicam como reação a impulsos contrários. Em Machado de Assis, o seu passado foi o seu tormento, mas por isso mesmo chegou a ser também a sua glória. Dele, da sua constante presença subterrânea, da necessidade de recalçá-lo, reduzi-lo à impotência, havia de emergir aquela “arte essencial, segura de linhas, isenta de

⁷ “Aspectos da obra de Machado de Assis” foi republicada, em 1960, em obra que reúne quatro ensaios sobre o autor. Em tal publicação, Moysés Vellinho altera o título da conferência para “Um brasileiro contra a paisagem”. VELLINHO, Moysés. Um brasileiro contra a paisagem. In: VELLINHO, Moysés. *Machado de Assis: histórias mal contadas e outros assuntos*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960.

ornamentos onerosos, livre das escórias da construção”, como a definiu Tristão da Cunha, um dos críticos mais agudos do grande romancista.

Esse drama invisível, essa luta silenciosa, mas tremenda, que se resolve, imprevisivelmente, na mais límpida expressão literária, é sem dúvida um dos segredos da vitalidade da obra machadiana. Enquanto os mestres que o precederam, os que viveram no seu tempo e os que vieram depois, todos, quase sem exceção, se refugiaram ou se refugiam, melancolicamente, nas galerias complacentes da história literária, para a alegria pouco contagiosa dos eruditos, o autor de *Várias histórias*, que já fora glorificado em vida, cresce à medida que passa o tempo, suscitando uma curiosidade cada vez maior em torno de sua prodigiosa individualidade literária. Não se trata de uma consagração convencional, de uma exaltação sem condições e sem reservas. A Machado de Assis não é possível chegar senão pelos altos caminhos do espírito, e o espírito só conduz a atitudes lúcidas. Por isso mesmo, serena ou apaixonada, a crítica não cessa de esmiuçá-lo, aprofundar-lhe o pensamento e a forma, traduzindo-lhe ou traindo-lhe a intenção fugidia. Vira-o de dentro para fora, põe-lhe as entranhas à mostra, discute-o, dissecar-lhe os defeitos e as virtudes, para finalmente negá-lo ou exaltá-lo. Chegou-se mesmo a descobrir nos tiques mais inocentes do seu estilo a manifestação dos sintomas mais sombrios: era preciso fazer, sem mais delongas, o diagnóstico definitivo dos males de que padecera o ilustre enfermo, embora já trinta anos estejam a pesar sobre a sua carcaça fria... Todo o mal e todo o bem já disseram dele. Só uma coisa nunca puderam fazer: – esquecer-lo.

Porque Machado de Assis é, em verdade, o único filão rigorosamente inesgotável da nossa literatura. Poucos os autores brasileiros que não se esvaziam à primeira vista. Percorra-se a profusa galeria dos nossos homens de letras, a começar pelos velhos cronistas arribados de além-mar, e que aqui sofreram o primeiro estorpecimento dos sentidos ao deleitoso contacto com a terra impúbere. Venha-se depois pelas gerações adiante, compulsem-se todos os mestres do indianismo, chegue-se, finalmente, até o último dos romancistas contemporâneos: – o que fica do exaustivo balanço é a conclusão desalentadora de que literariamente ainda somos pouco mais que simples emanção da paisagem. A terra continua a ser, para nós, uma tentação inibidora, reduzindo o homem, com os seus velhos problemas, a uma tímida réplica aos assomos imperiosos da natureza envolvente. E tudo se reduz, então, à passividade descritiva, originária do terror cósmico, ou à inércia do mimetismo, que, no fundo, é apenas mais um sintoma do mesmo aniquilamento da alma diante do fascínio da terra. Evocai as vossas leituras: por toda a parte horizontes vazios, sem a compensação de um relevo que denuncie a presença anímica do homem. Quando este aparece, é um ser sem consciência de si mesmo, perdido entre *outros* acidentes da paisagem.

Já se vê que nem sempre é necessário que um livro se apresente recheado de descrições e panoramas para que nele transpareça a capitulação do homem na luta com o meio físico, como também não é preciso mobilizar toda uma multidão para que se manifeste o primado do espírito sobre as coisas. Euclides da Cunha seria apenas cenário se os formidáveis painéis d'*Os sertões* não fossem a cada instante sacudidos por um ardente sopro dramático, tanto se eleva o tônus humano mesmo nas páginas de pura intenção descritiva. Ao inverso, obras em que se pretendeu colocar o homem no primeiro plano, são psicologicamente tão mesquinhas, tão escasso é o seu conteúdo espiritual, que, para traírem a vitória da paisagem sobre o homem, não foi preciso enchê-las de florestas, rios ou montanhas.

A subordinação da nossa inteligência à pressão das forças elementares será um fenômeno sob certos aspectos explicável e talvez obedeça ao império de fatores legítimos. A verdade, porém, é que Machado de Assis conseguiu sobrepor-se ao domínio desses fatores. E vem daí a sua grandeza. A obra que escreveu denuncia, nitidamente, um nobre sentido de libertação: o espírito se emancipou da

contingência geográfica, reivindicando para o homem a preeminência que lhe cabe na paisagem, ainda que como irônica compensação às misérias que o atormentam.

É possível que na sua reação se haja excedido. Talvez tivesse razão aquela dama que confessava honestamente não gostar de Machado de Assis porque sentia falta de ar nos seus livros... Com efeito, ele foi até à completa inversão dos termos do problema: a paisagem, na sua obra, passou a ser apenas um prolongamento do homem, nada mais que um vago pano de fundo para os seus motivos interiores.

Este flagrante de *Quincas Borba* é bem típico. Logo à entrada do livro, aparece-nos o herdeiro universal do insondável filósofo de *Humanitas*, recém-vindo de Barbacena e fixado na Corte, a fitar a soberba Guanabara com um ar ainda mais soberbo de prazer e dominação:

Quem o visse, com os polegares metidos no cordão do chambre, à janela de uma grande casa de Botafogo, cuidaria que ele admirava aquele pedaço de água quieta: mas, em verdade, vos digo que pensava em outra coisa. Cotejava o passado com o presente. Que era há um ano? Professor. Que é agora! Capitalista. Olha para si, para as chinelas (umas chinelas de Túnis, que lhe deu recente amigo, Cristiano Palha), para a casa, para o jardim, para a enseada, para os morros e para o céu; e tudo, desde as chinelas até o céu, tudo entra na mesma sensação de propriedade.

– Vejam como Deus escreve direito por linhas tortas, pensa ele. Se mana Piedade tem casado com Quincas Borba, apenas me daria uma esperança colateral. Não casou; ambos morreram, e aqui esta tudo comigo; de modo que o que parecia uma desgraça...

Que abismo há entre o espírito e o coração! O espírito do ex-professor, vexado daquele pensamento, arrepiou caminho, buscou outro assunto, uma canoa que ia passando; o coração, porém, deixou-se estar a bater de alegria. Que lhe importa a canoa nem o canoeiro, que os olhos de Rubião acompanham arregalados? Ele, coração, vai dizendo que, uma vez que mana Piedade tinha de morrer, foi bom que não casasse; podia vir um filho ou uma filha... – Bonita canoa! – Antes assim! – Como obedece bem aos remos do homem! O certo é que eles estão no céu!

Vede a que ficou reduzida a paisagem! Onde o seu esplendor, a sua força aterradora? Que oferece ela senão alguns frágeis pontos de referência onde em vão o homem quer agarrar-se para não se perder de todo no abismo inevitável de sua ambição?

Não é difícil calcular o número de páginas que qualquer dos nossos famosos estilistas seria capaz de abarrotar para dar uma ideia do quadro que Rubião tinha diante dos olhos... E assim, pela simples eloquência do contraste, se vê o que representa a obra machadiana como reação às tendências dominantes.

Terá, por isso, o romancista das *Memórias póstumas de Brás Cubas* rompido todos os liames com o seu meio, dando-nos uma obra sem raízes locais, absolutamente desintegrada das condições de tempo e lugar? Não será fácil afirmá-lo quando o certo é que nenhum dos nossos escritores foi mais metucioso na reprodução dos costumes de sua época, mais exato na retratação dos tipos e caracteres que encheram os seus dias e com os quais ainda hoje topamos frequentemente nos cafés, nas repartições públicas, nos salões, nas ruas. Tratar o meio como acessório do homem não é suprimi-lo. Via de regra, traídos pela sedução e pelo encantamento da terra, tomamos o partido da paisagem e nos deixamos absorver por ela. Machado de Assis preferiu ficar com o homem, senão para amá-lo, ao menos pelo vário e profundo jogo de sombras que ele oferece.

E já que onde está o homem está o universo, não se pode dizer que em sua obra a vinculação localista seja mais que accidental. Quem desceu tão fundo na análise dos heróis que propôs, quem esmiuçou com tanta malícia e acuidade o móvel subterrâneo de suas ações e atitudes, havia de surpreender, forçosamente, por baixo das inconstâncias do meio e do tempo, as raízes imutáveis que formam a

identidade essencial da humanidade consigo mesmo, através do espaço e ao longo dos séculos.

Qualquer que seja o interesse que os livros de Machado de Assis despertem como expressão accidental do meio social brasileiro, sua significação emana toda deles mesmos, das suas virtudes intrínsecas, do seu absorvente sentido humano. É possível que as soluções que Machado de Assis propõe para os problemas da vida e do destino, se é que ele propõe alguma, só possam agravar os velhos tormentos da espécie. . . Em todo o caso, o seu argumento nunca será o do punho cerrado. Ele prefere o sorriso, um sorriso fino e venenoso, que lhe parece o único expediente capaz de conciliar, na feira das vaidades, a terrível consciência da nossa fraqueza com o sentimento de dignidade inoculado no homem pela malícia divina...

Muitas vezes ele mesmo se terá surpreendido como alvo de sua mofa impiedosa. Mas, que lhe importa a humilhação se o seu objetivo, castigando-se a si mesmo, é solidarizar-se com a única desafronta que cabe ao homem, pobre frangalho perdido nas malhas dos próprios sentidos, contra os equívocos irreparáveis em que incidiu o vasto plano da Criação?...

Sejam quais forem as conclusões de sua amarga filosofia, o certo é que nas suas páginas, pobres de superfície, mas densas de humanidade, e tantas vezes insondáveis como o abismo, borbulha a seiva silenciosa da vida, que alimenta e envenena o homem. Na lição do grande humorista, lição informe e desconcertante, é preciso reconhecer que vai menos o desejo de convencer que a volúpia de descobrir aos descuidados o outro lado da vida, que é o fundo das coisas, esse fundo onde tudo reverte em cinza e pó, confundido o bem e o mal no mesmo resíduo indistinto, como a trair a identidade elementar de todos os impulsos do homem.

Um dos problemas mais interessantes da nossa história literária consiste em surpreender, nas páginas de Machado de Assis, os liames aparentemente invisíveis que fundem na mesma expressão de desconforto a obra e o autor. Há, de certo, um vínculo substancial entre a ficção machadiana e a natureza psíquica de seu criador, embora pareça, à primeira vista, que aquela e esta se tenham combinado para que jamais se descobrissem uma à outra.

A necessidade mórbida de sonegar ao mundo a origem que o humilhava inspirou a Machado de Assis, conforme a acertada observação de Lucia Miguel Pereira, a adoção de um figurino convencional para o trato com os homens. Outra necessidade, porém, agravada pela imposição desse figurino, havia de reclamar solução com mais força e veemência: como dar vazão ao tormento interior, originário das decepções que lhe vieram do berço e da terrível enfermidade cujo nome ele evitava de pronunciar? A criação literária havia de ser o discreto veículo das suas derivações psíquicas. Aqui, porém, o pudor das suas misérias iria reprimir quaisquer imprecações. Foi então que o escritor, na ilusão de enganar-se a si mesmo, apelou para o sorriso murcho do humor, certo de que este o vingaria sem revelar sua suspeição na velha demanda do homem contra as potências do destino...

O autor de *Esau e Jacó* recorreu às válvulas escusas do humor como a um remédio sem o qual ele teria talvez perdido o equilíbrio interior e mergulhado no mundo obscuro dos insanos. O homem que sofre tem necessidade de abrir a alma em confissão, e quando não o faz diretamente, como Rousseau, há de esquecer alguma frincha por onde se ouvirá, cá fora, o eco surdo das suas lamentações. Foi o que aconteceu com Machado de Assis. O seu sorriso é apenas um disfarce. Ele sorriu para não chorar.

Assim, fugindo da própria sombra, e ao mesmo tempo procurando-se, viveu entre o figurino que se impôs e o mundo dos seus fantoches de carne e osso. Sem encontrar conforto nem aqui nem ali, ainda assim haveria de sentir-se mais à vontade entre os seus tristes heróis, com os quais se divertia virando-os

impiedosamente do avesso, pelo prazer de descobrir o bocado de lama que os corrompe desde o fundo.

A vida e a obra de Machado de Assis, malgrado sua desconexão aparente, estão intimamente em função uma da outra, através de um jogo imperioso de compensações.

De quanto vos disse uma conclusão pelo menos se impõe: como estamos distantes da esfera onde habitam os escritores brasileiros em geral! Tal distância nos tem levado, entretanto, a dar ao isolamento da obra machadiana um caráter e uma interpretação que nem sempre se ajustam, com o devido rigor, ao complexo de circunstâncias que nela intervêm.

Não sejamos por demais categóricos na afirmação de que a obra de Machado de Assis é resultante de condições exclusivamente subjetivas, para não dizermos patológicas... Os fatores externos são, via de regra, tão necessariamente presentes a toda a criação do espírito, que, se em relação a uma determinada obra eles se retraem ou neutralizam, há que considerar tal circunstância, pela sua própria anomalia, como elemento ponderável na explicação dessa obra. É certo que os livros de Machado de Assis – os da última fase – mergulham suas fundas raízes na alma solitária e amargurada do grande escritor. Sem maior relevo externo, como que fechada a quaisquer transigências com as modas do tempo, a obra do criador de *Quincas Borba* lembra aquelas árvores angustiadas do deserto nordestino, que crescem tragicamente para baixo, metendo-se terra adentro em busca da umidade que a atmosfera não tem para lhes dar. A linfa que circula nas suas páginas disfarçadamente frias vem de muito fundo, trazendo à tona o ressaibo de todos os venenos que poluem as vertentes obscuras do espírito. Quem viveu condenado a debater-se dentro de si mesmo, na obsidente tortura de ocultar-se aos próprios olhos, só poderia ter realizado uma obra enraizadamente pessoal. Ninguém ousaria contestá-lo sem incorrer num paradoxo gratuito em face de uma questão que é sem dúvida a mais séria, a mais relevante da literatura brasileira.

Mas se por um lado é assim, por outro não deixa de repugnar ao nosso espírito, por menos *tainianos* que possamos ser, a aceitação de uma obra de profundo sentido humano como produto irremediavelmente estranho às condições do seu meio e do seu tempo. Há de haver uma razão para isso, e essa razão não deve ser posta de lado no exame crítico dessa obra, para a exata determinação do seu caráter e conteúdo.

Não precisamos fugir à evidência: aceitemos a obra machadiana em seu próprio insulamento, mais agravado ainda pelo insistente cunho humano que a singulariza, particularmente, em meio a uma literatura que ainda não tinha descoberto o homem na confusão esmagadora da paisagem.

Em Machado de Assis, insulamento quer dizer negativismo, porque ele só poderia ter tomado o rumo das afirmações se houvesse se libertado da sua fatalidade interior.

Mas se no autor das *Memórias póstumas* o espírito negativo se alastrou por tudo, tornando-se senhor absoluto do terreno, foi porque as razões, os fundamentos subjetivos de sua obra não tiveram a defrontá-los a competição imperativa de razões ou fundamentos de natureza objetiva, impessoal. Noutras palavras, se as condições do meio externo se houvessem imposto direta e ativamente às reações de sua alma, seria absurdo supor que o pensamento do maior dos nossos romancistas se teria apresentado sob outra feição?

Esta pergunta não é descabida nem impertinente. Quem escreveu toda uma obra cuja maior significação psicológica reside na procura de uma compensação a sofrimentos que não queriam descobrir-se nem a si mesmos, quem por isso acabou escondendo as lágrimas sob o sorriso ácido do humor, não seria, por certo, um espírito cerrado às influências sadias de um ambiente de afirmação. Antes, pelo contrário, temperamentos como o de Machado de Assis, a serem verdadeiras as

lições da psicologia contemporânea, são eminentemente sensíveis ao aceno dos agentes externos, cuja impressão tantas vezes lhes muda o próprio curso da vida interior.

A verdade, porém, é que o mundo em que viveu o grande enfermo, mundo neutro, sem caráter próprio, não teve forças para arrancá-lo de dentro de si mesmo, nem poderia espancar as sombras que lhe vinham do morro do Livramento, e tanto lhe escureceram os dias. Aí estão os livros do incomparável figurista, a nos dizerem, numa surda acusação, que aquele que os escreveu jamais encontrou em volta de si argumentos capazes de comovê-lo ou exaltá-lo, acordando nele a necessidade das grandes afirmações. Daí, por certo, e hipertrofia do seu mundo íntimo, no qual a humanidade parece aglutinar-se monstruosamente numa só massa desprezível, rematada por uma careta soturna.

Se o meio em que viveu Machado de Assis foi incapaz de influir organicamente no conteúdo de sua obra, não há fugir à conclusão de que em parte é responsável pelo seu impressionante insulamento. Sem argumentos que lhe oferecesse ou opusesse, deixou-o inteiramente entregue ao seu demônio interior, que havia de apoderar-se dele com voluptuosa crueldade, exacerbando-lhe o pessimismo congênito.

E foi assim que o humorista mais profundo das línguas neolatinas, que viera ao mundo com pudor de sua origem subalterna, nunca chegou a sair de dentro de si mesmo. Ele havia de crescer de sua própria miséria.

Que mundo foi esse em que viveu Machado de Assis? Rémy de Gourmont admirava-se de que tivesse surdido das florestas americanas aquele gênio sutilíssimo, cujos apólogos – considerava ele – eram dignos de Esopo e de La Fontaine*. Mas enganava-se o famoso crítico. O gênio de Machado de Assis não irrompeu das florestas que inquietavam a maliciosa imaginação europeia do ilustre esteta. Ele veio de uma lenta e silenciosa desagregação de um vasto império, o de Pedro II. Foi nesse arrastado ciclo do nosso passado, o menos americano da história brasileira, que ele frutificou e amadureceu.

Depois de uma quase imobilidade de meio século, mal compreensível como sequência das agitações democráticas desencadeadas pela abdicação do primeiro monarca, o meio social da metrópole reproduzia, ainda que em modestas proporções, o aspecto característico de um mundo em decadência. A monarquia, que aqui se fixara de improviso, em virtude de uma fuga espetacular, precipitou artificialmente a nossa formação política, envelhecendo-nos antes do tempo. Já não podíamos viver, como entendia Rémy de Gourmont, à rude sombra das florestas americanas, libertos de quaisquer compromissos, mas dentro de um

* [Nota do original] Dois escritores já me reclamaram a fonte desta referência. Primeiro foi a tradutora norte-americana de *Dom Casmurro*, Helen Caldwell, que me escreveu solicitando esclarecimentos. E agora, em seu livro recente sobre Machado de Assis, Agrippino Grieco. A origem da citação foi um artigo de Ronald de Carvalho publicado em *O Jornal*, do Rio, por volta de 1925, talvez antes. Infelizmente não existe em Porto Alegre uma coleção desse jornal que me permita verificar a data certa do artigo em referência. Helen Caldwell percorreu toda a obra de Rémy de Gourmont à procura do elogio que Machado de Assis recebera do famoso ensaísta e crítico francês. Nada encontrou ali pela simples razão de que ele foi feito de viva voz ao poeta de *Epigramas irônicos e sentimentais* quando este desempenhava o cargo de Secretário da nossa Embaixada em Paris. Mas no trabalho agora reeditado eu não cheguei a reproduzir tudo o que Ronald de Carvalho escrevera naquele remoto artigo. Lembro-me perfeitamente de que ele contava ainda que a impressão recolhida por Rémy de Gourmont da leitura de Machado de Assis fora tão viva que, segundo lhe dissera o crítico de *Promenades littéraires*, ele mesmo havia iniciado a tradução das *Memórias póstumas* para o francês. Não terá chegado ao fim da empresa, mas o simples projeto mostra bem até onde ia seu apreço pelo mestre brasileiro.

tradicionalismo convencional e acomodaticio. As forças e inspirações naturais do meio tinham que ceder ao aceno das fórmulas consagradas e se anulavam sob a ação de velhos métodos de governo. Os feios hábitos que herdáramos do Brasil-colônia foram-se aos poucos corrigindo e adocicando, e já agora, sob o olhar bondoso e filosófico de Pedro II, ninguém seria capaz de rever nos maneiros os fidalgos da Corte, os façanhudos capitães de matos de outrora.

Enquanto outras pátrias jovens da América realizavam dramaticamente o seu processo histórico, amassando-o com o sacrifício e o sangue de muitas gerações, o nosso destino político ia-se desdobrando preguiçosamente, entre as ociosas disputas de dois partidos que afetavam a idade preclara e a ilustre experiência de suas matrizes do Velho Mundo. As altas intrigas do parlamento resolviam-se ali mesmo, sem eco nem repercussão cá fora. O que vemos então não é a intolerância fecunda, irmã gêmea da ação, a intolerância nascida da fé e da coragem, mas o vício das transigências, das transações, das acomodações. É o prenúncio da decomposição partidária. É o começo do fim, a refletir-se frouxamente sobre a coletividade, à qual não se reservava nenhum papel substancial na comédia do poder. O Império já apresentava os primeiros sinais de anemia em meio à indiferença de um povo que não via razões para um movimento reacionário e menos ainda para uma revolução. “Era um estado de descrença – define Oliveira Viana – a que não tinha ainda sucedido nenhuma crença nova”.

Foi nesse marasmo, nessa “época sem fisionomia”, como a retratou um contemporâneo ilustre, que se desenvolveu e consolidou o gênio de Machado de Assis. Quais os motivos capazes de desentranhá-lo de si mesmo, distraí-lo dos complexos que o esmagavam?

O abolicionismo? A campanha a favor da libertação dos negros, que aliás não logrou arrastar, literariamente, senão parte dos grandes vultos da época, Castro Alves e Joaquim Nabuco à frente, só poderia ter concorrido para agravar o retraimento de Machado de Assis. Antes de mais nada, insistia-se em que as lutas que precederam a abolição não conseguiram despertar nem iluminar todas as consciências. Combatida por muitos, mesmo pelos republicanos vinculados à aristocracia rural, a agitação abolicionista, se por um lado emanava de um nobre postulado cristão e humano, por outro envolvia uma espantosa ameaça à ordem econômica vigente.

Esse aspecto não fugiu à observação de Machado de Assis e lá transparece em algumas anotações do *Memorial de Aires*. É possível que não se cometa uma heresia histórica dizendo-se que o ardente facho da emancipação dos escravos deitou em torno de si menos luz que sombra... Além de tudo, o que se via na zona por ele iluminada era um drama afrontoso à dignidade humana, e tanto mais abominável quanto sobre ele repousava o fastígio de uma sociedade cristã...

Mas menos por isso que por outro motivo a jornada abolicionista só poderia ter reforçado as razões que mantinham o nosso romancista enclausurado em si mesmo. É que tudo aquilo haveria de soar cruelmente nos tímpanos daquele que sofria como ninguém sua condição de mestiço. Ele próprio sentir-se-ia, no fundo, objeto daquela tumultuosa onda de piedade por uma raça cujo sangue lhe corria nas veias. E no silêncio do seu orgulho machucado, ele terá vivido, por certo, as horas mais amargas de sua existência.

Por sua vez, a campanha republicana, patrocinada por uma pequena elite, ainda não chegara a deitar raízes na alma popular, não tinha suscitado ainda nenhuma alteração no estado de apatia coletiva em que nos achávamos, e já se fazia vitoriosa pelo golpe militar de 15 de novembro! Às vésperas da promulgação, talvez fosse possível pressentir, nos horizontes oficiais, que algum acontecimento muito grave estaria prestes a conturbar o marasmo geral. O povo, porém, que nada tinha com a crise, preferiu continuar onde estava a ir ao seu encontro. E o acontecimento veio por si, com o aplauso de alguns, a reação de poucos, a

indiferença de quase todos... A nação se achava tão alheada de tudo, após meio século de anestesia, que foi preciso correr muito tempo antes que adquirisse plena consciência do novo estado de coisas. Aliás, o próprio Machado de Assis, através da deliciosa história da tabuleta, em *Esau e Jacó*, comenta, com aquela malícia que era só dele, a solerte volubilidade com que o povo acolheu o novo regime.

Essa atmosfera sem temperatura reinava já de longe e foi sob ela que Machado de Assis se isolou para construir a sua obra. Que ambiente mais propício para uma empresa de recolhimento e abstenção? Evadir-se de seu mundo interior para entregar-se a quê? Então é que seria, no caso dele, a dispersão e o total aniquilamento do espírito.

Outra demonstração eloquente da inércia daquele meio com relação à atividade literária da época é o surto equívoco do Indianismo. Pois seria possível a irrupção, expansão e domínio da inocente ideologia, se os nossos bons românticos tivessem ao pé de si motivos mais razoáveis de afirmação nacional? Se Gonçalves Dias e José de Alencar se meteram pelas selvas em busca dos pró-homens da nacionalidade, é porque a civilização brasileira naquela quadra sem fisionomia própria, não dispunha de heróis mais convincentes...

Já se vê que entre os mestres do romantismo indígena e Machado de Assis há, pelo menos, um ponto de contato: aqueles e este desinteressaram-se do meio que lhes era próprio, tomando cada qual o seu rumo. A diferença é que, enquanto os primeiros se perderam na sombra capitosa de florestas imaginárias, o segundo mergulhou para sempre dentro de si mesmo, de onde passou a espiar o velho cortejo da humanidade...

Metido nos seus abismos interiores, o criador de *Brás Cubas* teria que enveredar para os desvãos do pessimismo. Querem alguns que também se tenha deixado arrastar pelo niilismo... Uma acusação, entretanto, não lhe soava bem aos ouvidos: é que o chamassem de materialista. Materialistas são os satisfeitos ou os revoltados. Machado de Assis era, antes de tudo, um desencantado. Sua obra é um breviário de inquietação, e a inquietação é um movimento do espírito. No fundo das suas páginas amargas, temperadas pelo sorriso do humorista, descobre-se a angústia de todas as procuras. Também é possível surpreender nas suas dúvidas e desalentos o eco amortecido de interrogações que ficaram sem resposta.

Como quer que seja, a lição de Machado de Assis, do ponto de vista filosófico, em verdade não se concilia com a imperiosa necessidade de afirmação da hora que passa. Mas sua obra, que deve ser encarada literariamente, não é apenas um exaustivo compêndio de dúvidas e desilusões. Para nós, homens dos trópicos, sedentos de verbo, sem o senso das profundidades, ela encerra uma grande e nobre lição, pois da primeira à última página é todo um largo esforço pela alforria da inteligência, um apelo insistente concitando-nos à revolta contra a servidão que a terra nos impõe.

Rudes caminhos ele terá percorrido até chegar à afirmação da consciência diante da paisagem absorvente e aniquiladora. Sua vitória objetivou-se no milagre do estilo que nos legou, quintessência da língua, modelo incomparável de equilíbrio e limpidez. Prodigioso de transparência, através dele se podem sentir ou surpreender as flutuações mais fugidias e remotas do pensamento. Machado de Assis triunfou principalmente pela imposição do homem, pela inserção dos motivos humanos no primeiro plano da criação literária. Dois críticos ilustres – Tristão de Athayde e Lúcia Miguel Pereira – se detiveram aqui e encareceram a significação da obra machadiana como chave de um roteiro até então desconhecido entre nós. Daí por diante, novos rumos foram abertos às necessidades da inteligência e do espírito. Já agora, transposto o largo ciclo de submissão à natureza, podia o homem crescer sobre as coisas e exigir espaço para o seu eterno drama.

Chegado a essa clareira, Machado de Assis, presa de sua fatalidade interior, envesgou para os atalhos da dúvida, e neles construiu a sua morada. Nunca

tentou, porém, codificar as suas dúvidas, erigi-las em sistema de catequese. Intenção proselitica não existe em sua obra. Ela não vos parece, antes, um monólogo soturno, recitado a meia voz?

É que Machado de Assis teve também o seu heroísmo: sofreu sozinho, sem repartir com ninguém seu triste quinhão...

Conferência proferida no centenário de Machado de Assis, em 1939.
Aspectos da obra de Machado de Assis
 (IMAGEM DIGITALIZADA DA PUBLICAÇÃO DA CONFERÊNCIA DE MOYSÉS VELLINHO SOBRE MACHADO DE ASSIS)

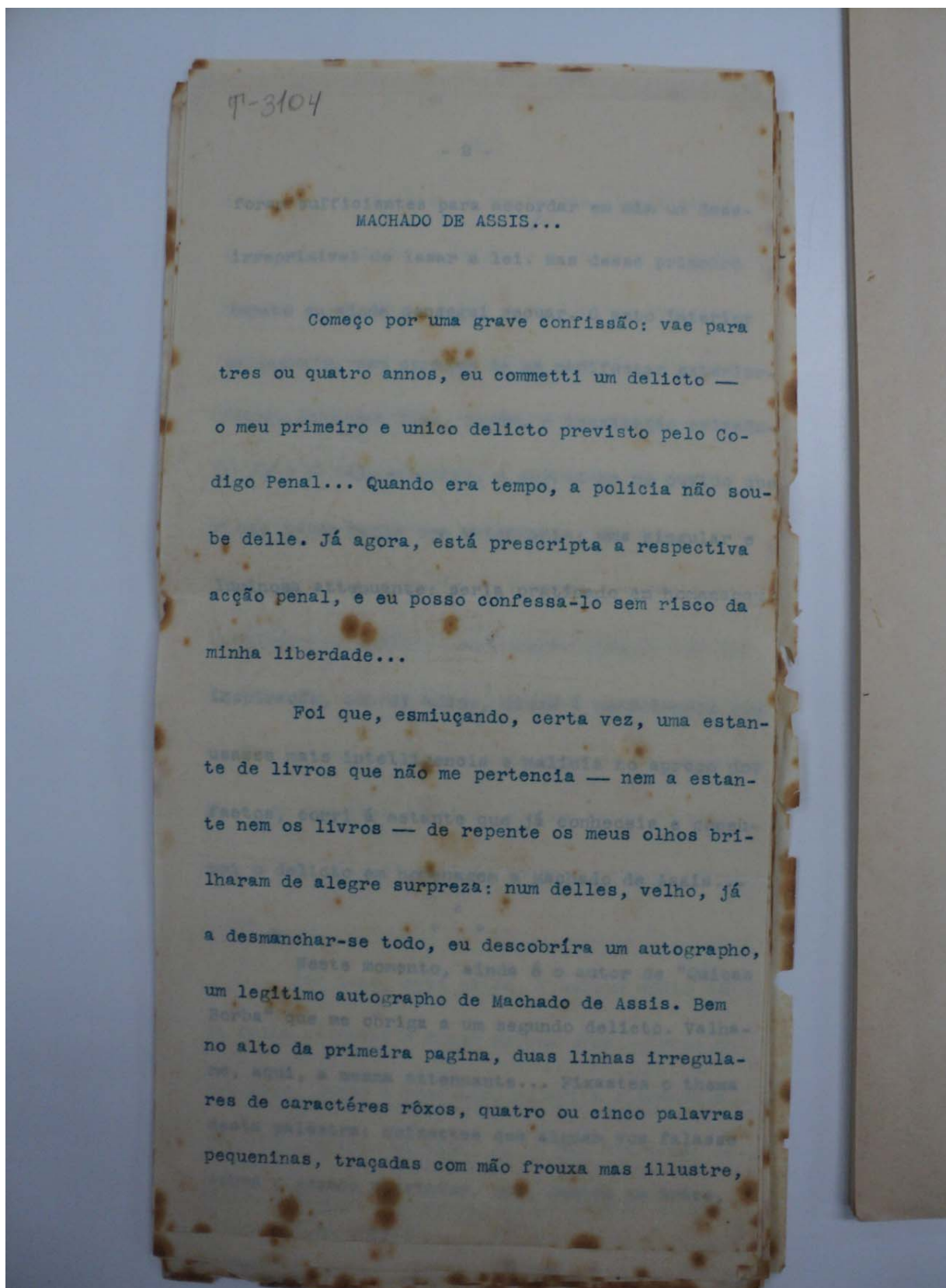
Moysés Vellinho

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.



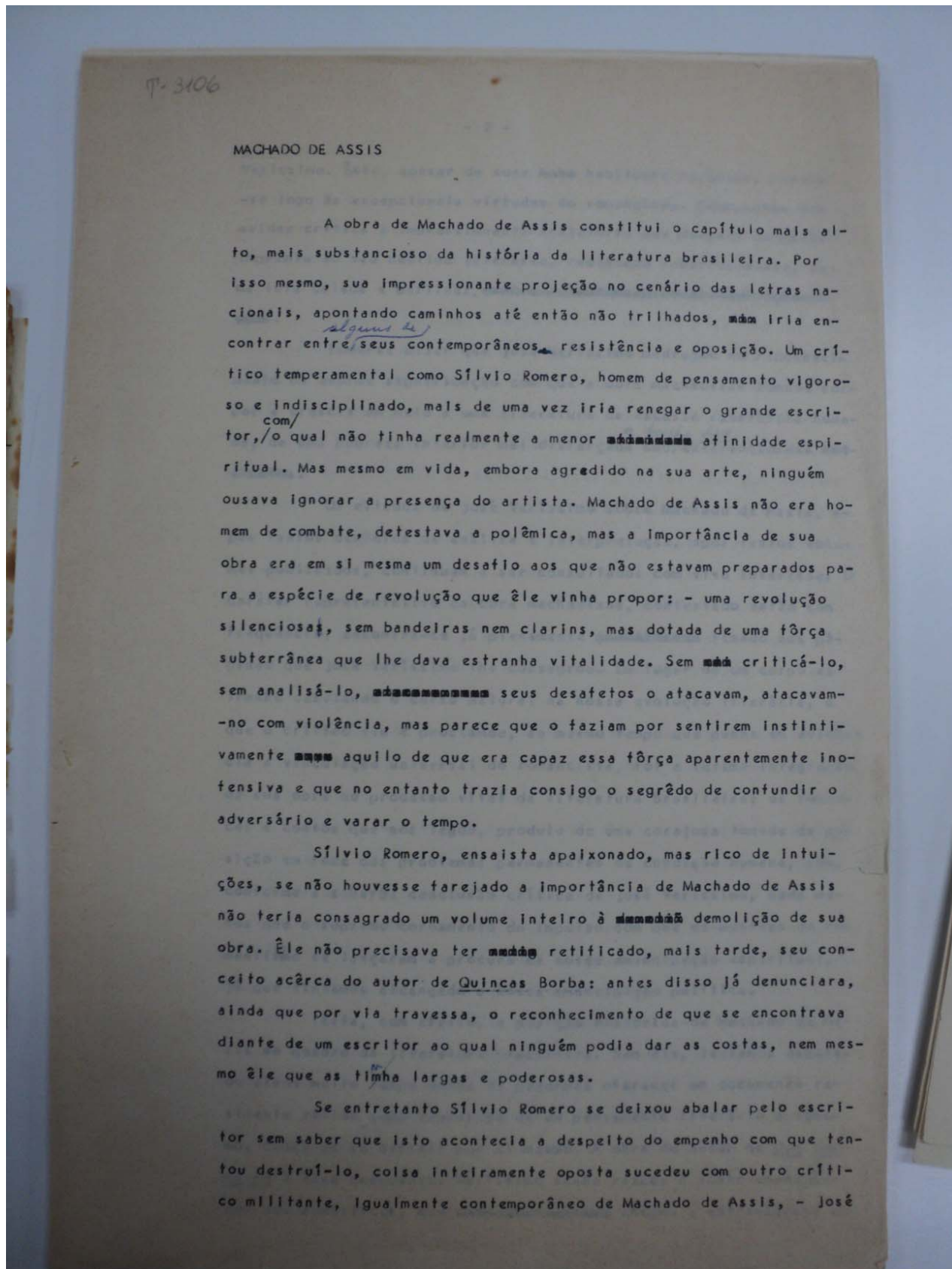
Datiloscrito de Moysés Vellinho sobre Machado de Assis e sua obra – I

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.



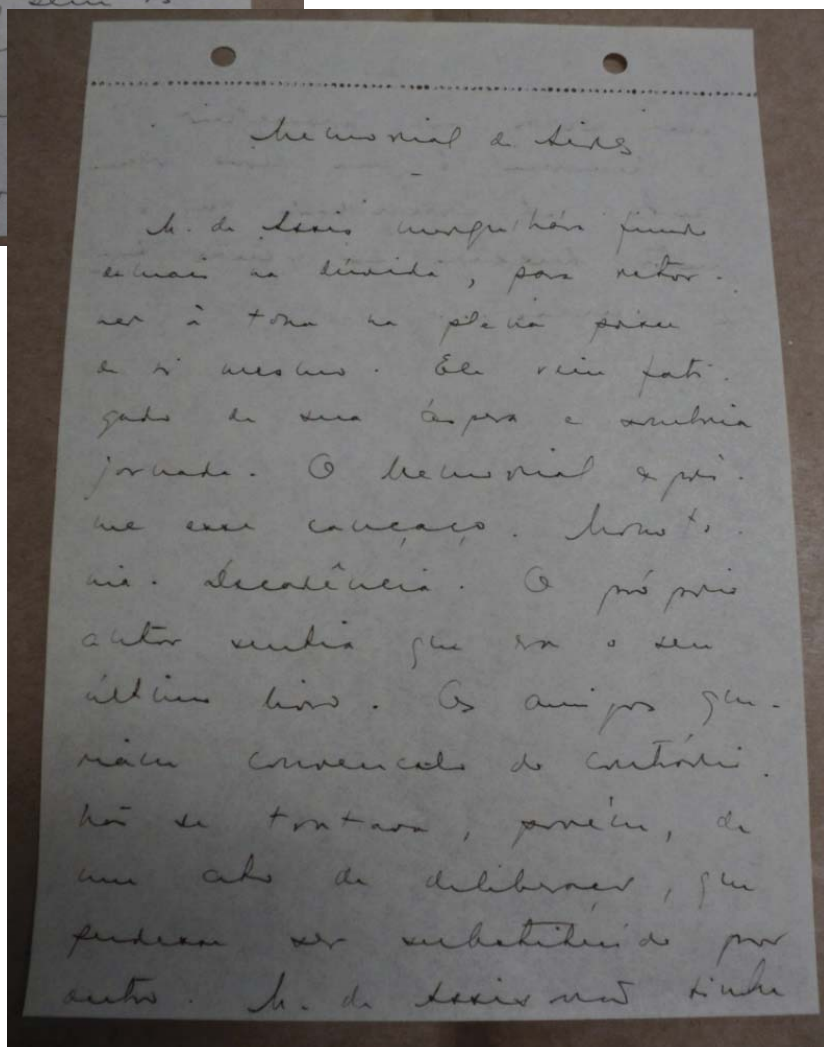
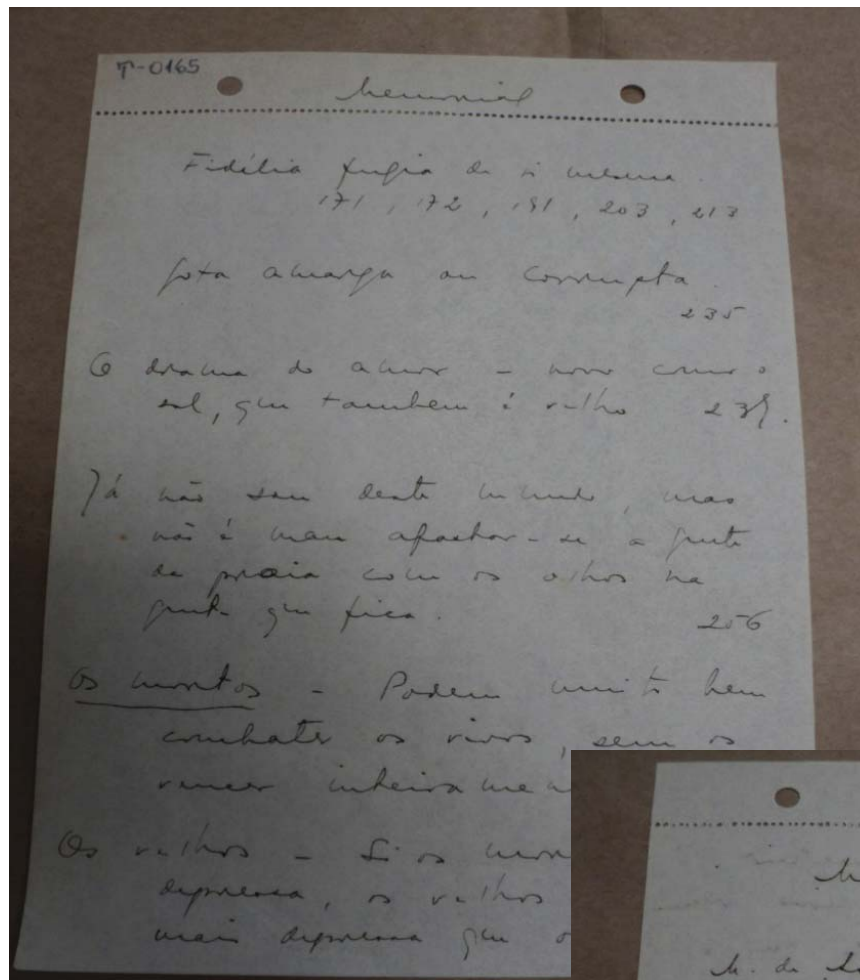
Datiloscrito de Moysés Vellinho sobre Machado de Assis e sua obra – II

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.



Manuscritos de Moysés Vellinho sobre Machado de Assis e sua obra

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.



Diários Associados*.
Machado de Assis e a abolição

Moysés Vellinho

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

MACHADO DE ASSIS E A ABOLIÇÃO

Moysés Vellinho

I
Em meio às improvisações que encenam o campo sem mistérios da nossa literatura, se há tarefa a que nos podemos entregar sem o risco de perdêmos o nosso tempo, essa tarefa consiste em relembrar o passado. E é relembrando o passado que Machado de Assis, remontar de vez em quando às suas velhas páginas. E é relembrando o passado que Machado de Assis, remontar de vez em quando às suas velhas páginas. E é relembrando o passado que Machado de Assis, remontar de vez em quando às suas velhas páginas.

étreis à inquietação e aos ruídos que lhe iam em torno? Por certo que não é pequeno o número de coisas que já responderam afirmativamente a esta pergunta. Entre esses esteve José do Patrocínio, contemporâneo do romancista. Na sagrada fúria com que desprezou o verbo em favor da libertação dos escravos, o rude demagogista negro não podia compreender as evasivas e escamoteios de Machado de Assis se sooriaria para disfarçar seu fundo constrangimento moral em face da cruzada libertadora. O escritor, que carregava no espírito a humildade de sua origem, era, como se sabe, um temperamento trabalhado por toda a sorte de escrúpulos. Por isso mesmo, na hora de haver de doar-lhe tanto por dentro como ver-se ostensivamente engajado numa campanha de que ele próprio, nas raízes de sua sensibilidade ofendida, se julgava objeto: não era ele, porventura, um descendente de escravos?

Iniciado por amigos, seduzido pelas razões da consciência, mais de uma vez ele tentou participar ativamente da luta. Ouça-se, a respeito, o depoimento de Graça Aranha: "Save-se que o misanthropo no dia da redenção teve um relâmpago de alegria. O entusiasmo coletivo contaminou-o, e viu-se o budista desencantado com jornalistas exaltados em um carro, a percorrer as ruas da cidade, ruidoso, sem chapéu, cheio de ilusão humanitária, e ir até as portas da Câmara aclamar Joaquim Nabuco e outros heróis da mais amargas de sua existência.

Mas tudo isso estava por demais encoberto para desarmar ou reduzir a intolerância de um militante como José do Patrocínio, naqueles dias de redenção e de raios descomulgados. Pouco importava que o Conselheiro Lafayette proclamasse que Machado de Assis lutava, pensava e escrevia como um homem do seu tempo. Para o ardente tribuna negro, não passava de uma "hiel-na" o mulato ilustre que se julgava dispensado de comparecer em pessoa aos comícios e descer à rua para engrassar a torrente anti-escravagista que empolgava o país. Como poderiam os exaltados atinar com os motivos desta ausência ou demissão, se nem mesmo o escritor saberia, bem quais fossem? No fundo, como já dissemos, esses motivos viriam da constrangedora posição moral de quem se sentia, desde o berço, parte do drama que enchia as ruas e sacudia a nação.

Mas essa atitude exterior de a-lheamento, se em verdade incompatibilizou o escritor com a ação propriamente política desencadeada pelo abolicionismo, jamais impediu que ele, como artista e homem de pensamento, condenasse o vergonhoso instituto da escravidão. Quem já o leu atentamente — e será possível lê-lo sem voluptuosa atenção? — há de ter verificado que a abstenção de Machado de Assis foi apenas aparente. Artista antes de tudo, ele não via por que extrair-se nos arroubos da propaganda. Já antes que André Gide o dissesse,

ele sabia, à curia de suas próprias experiências, que "na arte não há problemas para os quais a obra de arte, como tal, não seja uma solução adequada". O romancista de Braz Cubas tinha uma intuição muito viva desse princípio, não há hoje quem desconheça que e nos seus romances e romances que vamos surpreender o regime da escravidão nos seus diários. Podemos até afirmar que o documentário menos convencional, mais vivo e palpante, que se encontra nos textos de Machado de Assis, através de períodos de quietude e inescrutáveis fragranças. Ali está, ali ficou a marca indelével daqueles maus tempos. Neste ponto não me luto à tentação de recorrer ao comentário de um crítico moderno, absolutamente insuspeito, o sr. Astrogildo Pereira. "Machado de Assis — diz ele — não via a escravidão apenas o aspecto sentimental, mas sim o fenômeno social em seu conjunto — e sobre esse fenômeno é que incidia a sua lente de analista, servindo-se dos indivíduos como componentes e colmo expresso de um todo complexo". Este juízo de um militante da extrema esquerda, homem de compromissos rígidos, vem a propósito para confundir os que ainda tenham em consideração Machado de Assis um espírito medroso, cautelosamente acomodado às injustiças do mundo que o cercava.

Uma das acusações mais sérias que Machado de Assis sofreu foi a de se ter mantido alheio à campanha pela abolição da escravidão. Mas, já é tempo de perguntar: será mesmo que as portas da torre em que se refugiou o escritor eram realmente inacessíveis?

A obra que o autor de "Quincas Borba" realizou depois, até nas partes em que aparece eventualmente, por motivos comuns.

A obra que o autor de "Quincas Borba" realizou depois, até nas partes em que aparece eventualmente, por motivos comuns.

A obra que o autor de "Quincas Borba" realizou depois, até nas partes em que aparece eventualmente, por motivos comuns.

A obra que o autor de "Quincas Borba" realizou depois, até nas partes em que aparece eventualmente, por motivos comuns.

A obra que o autor de "Quincas Borba" realizou depois, até nas partes em que aparece eventualmente, por motivos comuns.

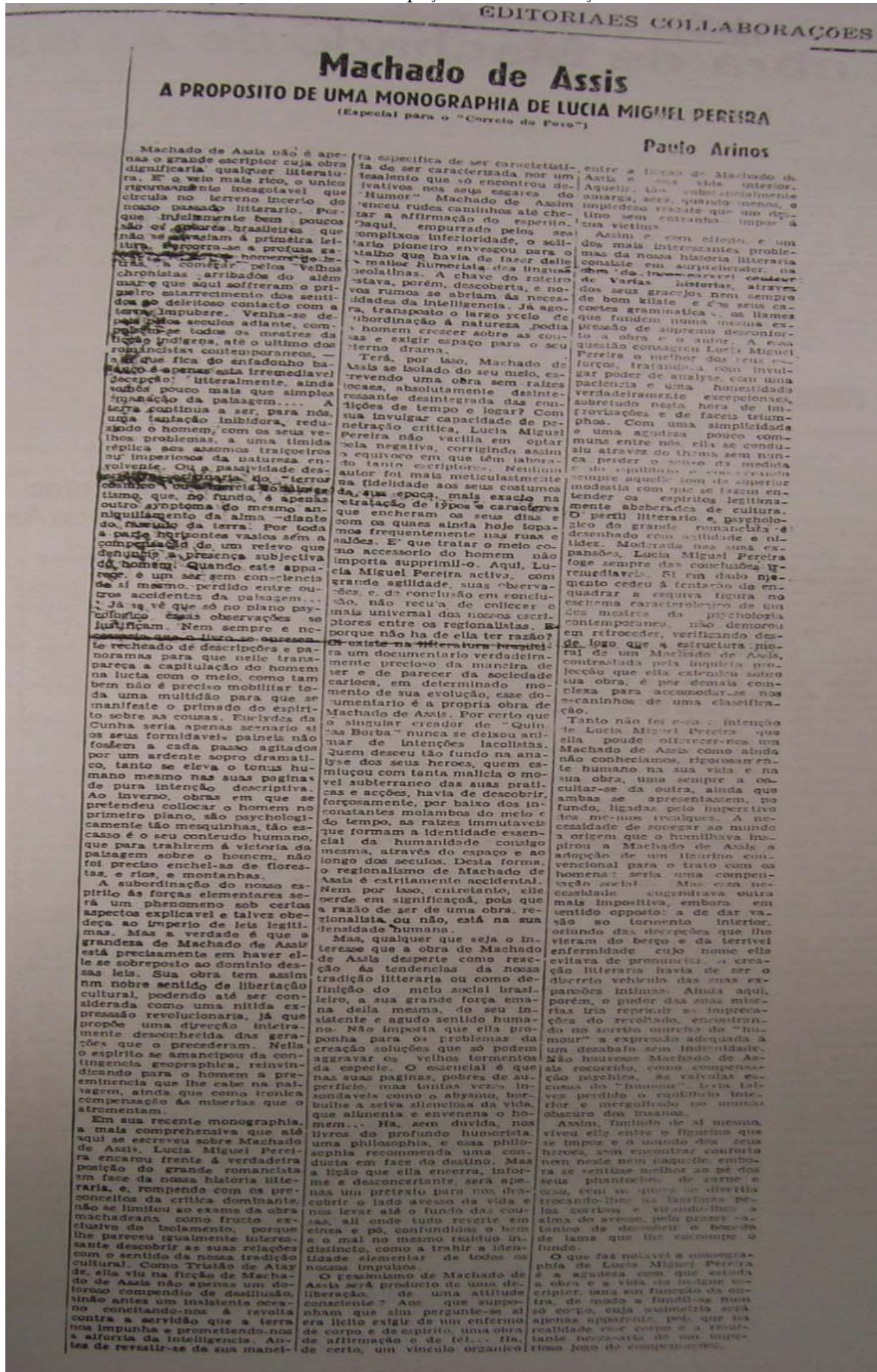
.....
A obra que o autor de "Quincas Borba" realizou depois, até nas partes em que aparece eventualmente, por motivos comuns.

*Data de publicação não identificada.

Machado de Assis: a propósito de uma monografia de Lúcia Miguel Pereira

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.



Correio da Manhã. Porto Alegre: 1º. out. 1960

Machado de Assis: histórias mal contadas e outros assuntos
(DIVULGAÇÃO DA OBRA DE MOYSÉS VELLINHO NA IMPRENSA)

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

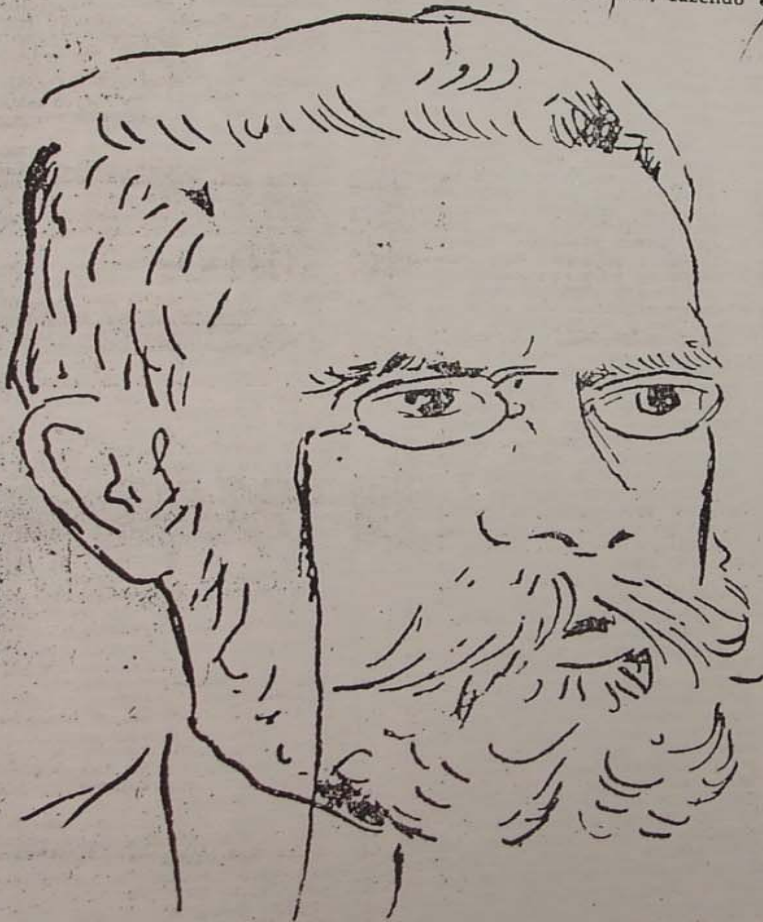
CORREIO DA MANHÃ, Sábado, 1 de Outubro de 1960

LIVROS DA SEMANA

"MACHADO DE ASSIS, HISTÓRIAS MAL CONTADAS E OUTROS ASSUNTOS"

MACHADO de Assis é realmente um assunto inesgotável. No momento em que publica este volume de Moisés Vellinho, "Machado de Assis, histórias mal contadas e outros assuntos", a Livraria São José anuncia o próximo lançamento de mais seis obras sobre o autor do "Quincas Borba", todas reedições, com exceção de

duramente interpretativos. Entre o primeiro e o último capítulo acentua o autor, interpõem-se os vinte anos que correram do centenário do nascimento ao cinquentenário da morte de Machado de Assis. De fato, em meio de tanto inflacionismo machadiano, Moisés Vellinho revelou realmente um estrito sentido de economia, fazendo em



MACHADO

uma. Mas seria o caso de perguntarmos: Porque não se reedita também o "Machado de Assis", de Alfredo Pujol, que foi a primeira fonte de subsídios biográficos sobre o grande escritor; livro fraco no que concerne à interpretação da obra, mas tendo muito interesse até hoje pelo que nos contou da vida de Machado e de algumas figuras que com este conviveram? Os trabalhos reunidos por Moisés Vellinho no referido volume são

um longo espaço de tempo bem poucas "emissões". Considera-se um escritor de horas vagas, e nem sempre mesmo as disponibilidades o levam à literatura. Mas escrevendo pouco, temos de reconhecer que escreve sempre bem. Possui um estilo claro, de absoluta precisão vocabular. Depois de tanto que se tem dito sobre Machado de Assis, é difícil dizer algo de novo. Não obstante, esses ensaios interessam, trazendo a marca de um analista sutil e compreensivo.

Correio do Povo. Porto Alegre: jul.1926.

Machado de Assis e seu tempo

Paulo Arinos

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

Como explicar o obstinado ceticismo em que se dessangram os livros de Machado de Assis – os da segunda fase? Donde o seu amargo desencanto? Simples capricho literário ou filosófico, sem raiz individual nem social? Ou produto exclusivo de fatores puramente pessoais? Tanto uma razão como outra foram já invocadas – a primeira, pelos seus maldizentes; a segunda, pelos que tentaram compreendê-lo com honestidade, buscando na sua sensibilidade doente o motivo das suas dúvidas e desesperos.

Uma pergunta, porém: se é exato que no indivíduo sobram as condições determinantes do seu gênio, como se tem afirmando, também não terão contribuído para a sua integração circunstâncias de meio e de tempo?

Se, de um lado, a sociedade em que viveu Machado de Assis, não atuou, imediatamente, na sua formação espiritual, de outro lado, como veremos, sem forças que lhe opusesse e lhe desse direção diversa, foi-lhe propícia e até alimentou-a.

Sem ser solicitado para uma obra de afirmação e de fé, o autor de *Quincas Borba*, sentiu-se crescer dentro de si mesmo e deixou-se arrastar pela fatalidade do seu temperamento.

* * *

Rémy de Gourmont admirava-se de que tivesse surdido das florestas americanas um gênio tão límpido e tão sutil como Machado de Assis, que tecia apólogos dignos de Esopo e La Fontaine... O equívoco está na premissa. Machado de Assis não surdiu das florestas americanas. Machado de Assis veio foi do fim do segundo Império... Foi nesse momento tão pouco americano da história nacional que amadureceu o seu espírito desconsolado. Foi então que pôde retrair-se, fechar-se dentro de si mesmo, para construir uma das obras mais tristes da literatura universal. Fechou-se, retraiu-se, porque o ambiente social nada lhe pediu. Negou, porque o meio não lhe ofereceu motivos de confiança e exaltação.

Depois de uma imobilidade de meio século, plantada sobre o fervedouro democrático que sucedeu à abdicação de D. Pedro I, a sociedade brasileira apresentava o aspecto gasto e abatido das velhas sociedades. O sistema monárquico, precipitando a nossa organização política, deu-nos a ilusão de que vivíamos, não num ambiente novo, sem compromisso com o passado, mas dentro de um tradicionalismo pacato e acomodaticio. Estava quebrado o ritmo americano, que deveria presidir ao nosso desdobramento coletivo. Os nossos costumes tinham se conformado, sem relutância, com o estado de coisas, e se espraivam, molemente, numa espécie de mar morto. Nenhum movimento que sacudisse a pasmaceira geral. Nenhuma ideia nova brotada das vicissitudes do meio.

Enquanto outras pátrias jovens da América cumpriam, dramaticamente, o seu tumultuoso processo histórico, amassado com muito sangue, sangue de vidas e sangue de ideias, – o nosso destino político ia-se desdobrando, preguiçosamente, confiado às intermináveis e melancólicas disputas entre dois partidos velhos e desencantados. Não chegaram a provocarem nenhuma repercussão social as intrigas ilustres que alvorotavam o nosso conspícuo parlamento. O que vemos, então, não é a intolerância fecunda, nascida da fé, da coragem, da força. O que vemos é a tendência para transigir, são as concessões recíprocas, descobrindo a debilidade e a íntima dissolução das correntes partidárias. Nessas marchas e contramarchas, o poder decaí, mais e mais, do seu prestígio e autoridade. E em face

dessa desagregação crescente, dir-se-ia que a sociedade se sentia envelhecer e também desagregar-se, ao mesmo tempo que não encontrava em si energia suficiente para um movimento de reação monárquica e menos ainda para um movimento republicano. “Era um estado de descrença – observa Oliveira Vianna – a que não tinha ainda sucedido nenhuma crença nova.” Displícência. Renúncia. Abdicação.

E o abolicionismo? O abolicionismo, com todo o seu barulho, representa apenas uma cruzada piedosa e não de exaltação nacional. Movimento do coração. Nada mais. Acidente humano e não brasileiro. Não deu para romper com o ceticismo dominante, porque pressupunha a existência de um mal – a própria escravidão – e ameaçava, com o seu bom sucesso, golpear, rudemente, o sistema econômico do país.

De uma parte arrastados pelo sonho da libertação dos negros, de outra, solicitados pelos próprios interesses, vacilávamos, sofríamos duplamente. Portanto, ainda era o mesmo estado geral de dúvida.

Mas, se fomos capazes dessa campanha sentimental, a vitória de 15 de novembro, que se resume num golpe de força, não nos pertence: foi uma aventura de quartéis, a que assistimos atônitos, sem nada compreender... Aliás, o próprio Machado de Assis revive, no *Esau e Jacó*, com aquela graça e malícia que eram só dele, essa “época sem fisionomia” como a definiu alguém.

Realmente, nenhum vinco que lhe marcasse o caráter. As ideias de então não eram mais do que o eco frouxo das ideias que no Velho Mundo se debatiam. Jogo precioso e inútil, a que os pais da pátria se entregavam, numa volúpia de sonhadores. Pouco a pouco, estávamos reduzidos a um estado de quase insensibilidade coletiva. Nas vésperas de 89 pressentíamos, de certo, que um acontecimento qualquer ameaçava romper o marasmo geral. Talvez mesmo esperássemos esse acontecimento. Mas faltou-nos coragem para ir ao encontro dele, e precipitá-lo.

Pelo contrário, tão a gosto nos sentíamos, mergulhados [em] nosso medíocre alheamento, que, mesmo proclamado o regime republicano, ainda foi preciso longo tempo para nos deixarmos aperceber da nova ordem de coisas.

* * *

Pois foi aí, foi nesse meio incolor, mórbido, sem significação nacional, que se desenrolou o espírito amargurado de Machado de Assis. Que ambiente mais favorável para uma obra de isenção e de recolhimento. De rosto com uma sociedade sem imperativos, o autor das *Memórias póstumas de Brás Cubas* não se filiou à ideologia indianista dos românticos, que, diga-se de passagem, ainda era uma expressão de descrença geral e escondia uma ironia inconsciente. De fato, só a profunda desilusão de tudo e de todos poderia ter inspirado esse movimento que pretendeu erguer o selvagem, feio e bronco, à altura de símbolo nacional. Possuído do mesmo desencanto, Machado de Assis preferiu isentar-se do seu meio e recolher-se para dentro de si mesmo, onde os fatos circunstanciais, despidos das suas contingências, iam deitar a sua sombra e trair o seu fundo incorruptível e eterno. Mas, se assim fez, não foi para tecer uma obra de vaidade e de ódio, como quer o inofensivo sr. Luiz Murat, movido pela incompreensão ou por algum despeito retardatário. Machado de Assis recolheu-se para humanizar-se. Se zombou do homem, foi para acreditar que assim feria não ao homem mesmo, ser sem autonomia, mas ao homem como criatura dos deuses. Ele sorria das nossas desgraças, porque entendia que elas provêm menos dos nossos erros do que da terrível sanha divina, acesa contra a espécie desde o primeiro pecado. Ele mesmo o disse: “que melhor maneira de ferir o eterno que mofar das suas iras?...”. O certo é que, se Machado de Assis deixou de colaborar na causa brasileira, foi para dar-se a uma causa maior e talvez mais justa – a do homem contra a injustiça da lei universal.

Diários Associados. 25 ago. 1957. (data de publicação catalogada pelo acervo)

Machado de Assis no estrangeiro

Moysés Vellinho

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

Quando estive em São Francisco – parece que foi ontem, mas já vai para sete anos! – atravessei a baía e fui a Berkeley visitar a importante seção da universidade da Califórnia que ali funciona. Um de seus doze mil professores – compreendidos todos os departamentos sediados em diferentes pontos da Califórnia – é o Dr. Benjamin Woodbridge, que eu conhecera por ocasião do Colóquio sobre Estudos Luso-Brasileiros realizado pouco antes em Washington. Na longa palestra que entretivemos, ele me revelou que sua tese de formatura, apresentada à veneranda Universidade de Harvard, a mais antiga e mais famosa dos Estados Unidos, foi consagrada a Machado de Assis. O jovem mestre me falava sobre o assunto com tranquila simplicidade, mal sabendo da excitação que estava provocando em meu espírito. Quando poderia eu imaginar, ali onde me achava ao pé do Pacífico norte, a milhares e milhares de quilômetros do Brasil, um oceano e um continente de permeio, que o nosso maior escritor pouco mais que prisioneiro das nossas fronteiras havia sido objeto de uma tese universitária nos Estados Unidos e agora ali estava naquela tarde de Berkeley recebendo as manifestações, para mim inesperadas, de um culto espontâneo e nobre!

Estive examinando o trabalho, ainda não publicado, e passei logo à relação das obras consultadas. Duvido que já se tenha, em qualquer tempo, amalhado bibliografia mais completa sobre o nosso grande humorista. Ensaios, monografias, conferências, artigos, qualquer coisa que falasse da obra e da personalidade de Machado de Assis, tudo havia sido reunido e honestamente esmiuçado pelo professor Woodbridge. E não lhe fora fácil obter certos trabalhos, como bem se pode imaginar. Um deles – por sinal de autor rio-grandense – ele foi descobri-lo na Biblioteca do Congresso, de Washington, em cujas fabulosas estantes se tem a impressão de que não falta um só dos autores brasileiros antigos ou modernos. E para servir-se desse estudo com vagar, na sua universidade teve que se dar à penosa tarefa de copiá-lo palavra por palavra.

O fato dá bem a medida de interesse que Machado de Assis começa a despertar nos círculos intelectuais de língua inglesa, após cinquenta anos de sua morte.

Dado o empenho que manifestei pela divulgação de seu estudo no Brasil, o professor Woodbridge me prometeu um capítulo para a *Província de São Pedro*. Algum tempo depois de meu regresso, eu o recebia não em inglês, como esperava, mas em bom português. A versão fora de sua própria lavra⁸.

Nesse trabalho, vamos encontrar judiciosa resposta aos que negam – ou melhor, aos que negavam o caráter brasileiro da obra machadiana. “Na arte – observa o professor americano – se Machado de Assis atingiu a universalidade pelo estilo e pelos personagens que criou, foi profundamente brasileiro pela inspiração que o levou a criá-los. Um brasileiro que alcança o universal deixará por isso de ser brasileiro? Absolutamente. É até ele quem prova ao mundo de fora a existência de valores brasileiros e lhes dá seu lugar entre os valores mundiais. Machado é desses

⁸ O texto de Benjamin Woodbridge, sob o título Machado de Assis: o encontro do artista com o homem, foi publicado na edição n. 18, de dezembro de 1953, na revista *Província de São Pedro*, p. 18-25.

brasileiros que testemunham perante o mundo a existência espiritual do Brasil”. Não será preciso ressaltar a viva significação deste juízo.

Mas o interesse do prof. Benjamin Woodbridge pelo criador de *Quincas Borba* não se esgotou com a sua tese. O nosso romancista empolgou-lhe por tal forma o espírito, que durante muito tempo ele alimentou o plano de vir ao Brasil especialmente para examinar a possibilidade de empreender uma tarefa que realmente se impõe com urgência: a edição crítica das obras completas do grande escritor. É que a edição em curso, já tristemente famosa pela inconsciência com que foi tratada a obra do mestre, lhe causa a penosa impressão comum a todo leitor metuculoso.

O primeiro passo para a realização dessa ideia já foi dado. Ultimamente o prof. Woodbridge passou uma temporada no Rio e em São Paulo e pôde consagrar-se com apaixonada atenção ao confronto das edições e dos textos primitivos com as publicações atuais. Contou-me ele em carta que o material recolhido é de fascinante interesse, dependendo seu aproveitamento dos meios que conseguir para esse fim. Tudo o que deseja o prof. Woodbridge é prestar sua contribuição no sentido de que Machado de Assis possa de uma vez por todas ser apresentado em sua mais severa autenticidade.

Outra pessoa apaixonada pela obra machadiana que encontrei nos Estados Unidos foi a sra. Helen Caldwell, da Universidade de Los Angeles. Pouco depois, a sra. Caldwell lançaria naquele país sua tradução de *Dom Casmurro*, precedida de uma aguda apresentação de Waldo Frank.

A senhora Caldwell, que também procurou ler tudo quanto se escreveu sobre Machado de Assis, deu um dia com a pequena conferência que dediquei à vida e à obra do escritor, por ocasião do centenário de seu nascimento. Ali eu conto que Rémy de Gourmont se admirava de que houvesse surgido das selvas do Novo Mundo um gênio como o de Machado de Assis, cujos apólogos – dizia ele – era dignos de Esopo e de La Fontaine. Pois bem, certa manhã me chega às mãos uma carta com uma pergunta bastante embaraçosa: em que parte da obra de Gourmont eu lera aquilo?... A pergunta formulada com requintes de tato era da própria tradutora de *Dom Casmurro*, que explicava, em seguida haver repassado toda a obra do escritor francês sem encontrar o passo em que eu me louvara. E então eu me vi na contingência de dizer-lhe, não sem algum constrangimento que a fonte da citação não se achava onde ela procurara pela simples razão de que o louvor fora feito de viva voz a Ronald de Carvalho, quando o desventurado poeta desempenhava em Paris as funções de Secretário da nossa Embaixada. Pelo menos data daquela época, aí por volta de 1925, a publicação do artigo em *O Jornal* do Rio no qual o autor de *Epigramas Irônicos e Sentimentais* prestava seu testemunho sobre a grande impressão que a leitura de Machado de Assis causara ao sutilíssimo crítico de *Promenades littéraires*. Impressão realmente tão viva – informava ainda o poeta – que Gourmont já havia iniciado a tradução das *Memórias póstumas* para o francês.

Aparentemente o episódio provocado por Helen Caldwell não terá maior significação. No fundo, porém, ele revela, não apenas a seriedade com que se fazem as coisas nos Estados Unidos, mas ainda – e é isto que nos interessa no momento – o empenho com que os cultores americanos da obra de Machado de Assis procuraram escoimá-la de tudo quanto não seja legítimo antes de submetê-la à experiência de um mergulho novo num clima espiritual em que jamais pensara a alma encolhida e tão ciosamente sedentária do autor de *Memorial de Aires*.

Ao ser lançada a tradução norte-americana de *Dom Casmurro*, fazia pouco que o nosso escritor saía de sua timidez para abrir caminho naquele mundo enorme, que como se está vendo, não é só cimento e aço, nem só tolices de Hollywood, mas também fermentação cultural que se revê através de uma viva e constante curiosidade pelas obras do espírito, sem distinção de procedência. Com efeito, já haviam aparecido lá pouco tempo antes, as *Memórias póstumas de Brás*

Cubas. Aliás foi com esse livro publicado aqui no ano já remoto de 1879 que Machado de Assis começara a desbravar novas terras. Já conhecido em versão italiana, há vários anos, o romance brasileiro ganhava agora, através da tradução americana maior espaço geográfico e espiritual. O sucesso de crítica foi muito expressivo e não menos lisonjeiro deve ter sido o de livraria, pois logo depois é lançado *Dom Casmurro* e, em seguida, para completar a grande trilogia, *Quincas Borba*. O nosso patricio José Bettencourt Machado publica em Nova Iorque o seu ensaio “Machado of Brazil”, que deve ter contribuído para aumentar naquele país a curiosidade pelo nosso romancista.

Diante de tudo isso, Mário Quintana observou com graça, mas também com malícia que a versão de Machado de Assis para o inglês era como o retorno do escritor à sua língua originária. Não me parece que o nosso admirável poeta tenha razão. Se fosse como ele diz, seria difícil explicar a surpresa que o humorista brasileiro causou aos Estados Unidos. Foi precisamente a singularidade de sua obra impressionou a crítica americana. Qualquer coisa diferente ela sentiu, um tempero desconhecido capaz de despertar uma excitação que não era a mesma que lhe provocava Stern ou Swift.

Escrevendo sobre *Dom Casmurro*, o crítico Doudley Fitts não mede palavras para expressar o seu louvor. Tal foi a impressão que ele recebeu que chegou ao ponto de lamentar haverem os americanos deixado correr mais de meio século antes de descobrirem Machado de Assis, achando imperdoável essa negligência por parte de um país que faz praça da política de boa vizinhança. E o crítico remata se[u] comentário este surpreendente desabafo: “Trata-se de um espírito tão superior, aquilo que podemos exportar que só uma coisa nos cumpre fazer: corar de vergonha”.

Uma grande editora da Suíça, de língua alemã incluiu recentemente dois romances de Machado de Assis entre os cem melhores romances da literatura universal. Há anos, mas em silêncio, circula na França, em excelente tradução o livro *Várias histórias* que é, como se sabe, uma coletânea que não teme confronto no gênero com as melhores de qualquer literatura. Na Itália e na Holanda também foram há pouco lançadas traduções de *Dom Casmurro*, sendo que neste último país o fato foi acolhido pela crítica como uma autêntica descoberta. Não tenho nenhuma notícia quanto à reação que terá provocado na ardente península o gênio retransido de Machado de Assis. O que sei é que nesse momento de informação artística e literária que é o *Dicionário de obras e personagens*, edição Bompiani, os tipos criados pelo nosso escritor comparecem lado a lado com as figuras da ficção universal através de verbetes que revelam a aguda compreensão e o respeito com que a obra machadiana foi lida e assimilada.

Fui informado de que *Dom Casmurro* seria apresentado ao leitor inglês em edição de bolso. É possível que já tenha sido lançado.

O itinerário póstumo de Machado de Assis é em verdade surpreendente. Depois de viver tanto tempo confinado em nosso país tão rico de superfície, mas tão pobre em profundidade ignorado em vida fora do âmbito da língua portuguesa, ei-lo finalmente que transpõe os nossos limites geográficos e culturais, sem outra ajuda que não o elevado teor universal de sua arte para iniciar a sua grande e definitiva carreira. Machado de Assis já não é mais exclusivamente nosso. Seus passos antes tímidos, abafados, quase medrosos hoje ressoam nos amplos caminhos do mundo. Sua obra já nascera com o sinal das coisas permanentes. Mas só agora e por sua própria imanência, entrou na plenitude de seu destino.

Revista do Globo. Porto Alegre: 27 abr.1940, p.16

Carta de Paris: uma carta de João Pinto da Silva a Paulo Arinos.

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

CARTA DE PARIS

Uma carta de João Pinto da Silva a Paulo Arinos

PARIS, 20 de março de 1940

Meu caro Paulo Arinos,

Recebi, afinal, o exemplar, que teve a bondade de me oferecer, da sua conferência sobre Machado de Assis. Muito e muito obrigado.

Você não ignora a velha admiração que me inspira o imortal criador de Braz Cubas, de Quincas Borba e de D. Casmurro, impercível trilogia que é um dos pontos culminantes da literatura portuguesa, na América e na Europa.

Machado de Assis é, sem dúvida, o maior romanista da língua. Ao contrário da de outros, que, à primeira vista, se lhe equiparavam, e cujo prestígio declina hoje com rapidez, no Brasil e em Portugal, a sua glória se torna cada vez mais viva e mais sólida. A espontaneidade e a intensidade das homenagens que se tributaram ao escritor, em quase todos os Estados, por ocasião do centenário do seu nascimento, constituem o fenômeno mais impressionante, mais significativo da nossa evolução intelectual. A capacidade, que assim evidenciamos, de compreensão e julgamento de uma obra como a de Machado de Assis, complexa, esquiiva, uma e múltipla, de tão abundante conteúdo estético e humano, prova, com efeito, pela amplitude e pela qualidade, que uma larga transformação, e não apenas no terreno literário, se opera, afinal, entre nós, isto é, que se afina a sensibilidade e se dilata o raio de ação das antenas espirituais e morais do Brasil, para atingir-se a si mesmo.

Li quase todos os estudos recentemente publicados, a propósito do caso Machado de Assis. Não hesito em colocar o seu, meu caro Paulo Arinos, entre os mais agu-

Paulo Arinos tem em presença um grande sedere escritores de grandiosos.



dos, mais densos de emoção e de pensamento. São páginas que consagram, definitivamente, os seus méritos de ensaísta.

Nunca, realmente, o seu talento se exprimiu com tanta felicidade, nos conceitos e no estilo, como nessa oportuna e sutil interpretação, na qual se surpreendem e fixam aspectos típicos da obra, cujo sentido, ao mesmo tempo universal e pessoal, nos aponta as precárias e do homem, que é uma espécie de Demurgo psíquica, indeciso entre a Beleza e a Loucura.

Confesso-lhe que é motivo de desvanecimento, para o meu amor próprio regional, a parte do Rio Grande — e não a conheço toda, certamente — na definição e glorificação do gênio de Machado de Assis; a sua

conferência, o ensaio de Vianna Moog, as anotações de Augusto Meyer, sem falar no livro, clássico, por assim dizer, do nosso Alcides Maya, que foi, rigorosamente, um precursor.

Atencioso abraço

João Pinto da Silva

P. S. — É com prazer que passo ao meu irmão a inclusa cópia de carta do nosso confrade Manoel Gahisto, crítico do *Mercurio de France*, sobre o seu livro.

"Nestes la Vallée, le 6 Mars 1940.

Mon Cher Confrère,

De nouvelles rigueurs de l'hiver sont venues contra-

rier mes projets depuis votre aimable lettre du 1er février e m'ont empêché d'aller vous rendre visite ainsi que je me le proposais. J'ai bien reçu la brochure de Moysés Vellinho (Paulo Arinos) que vous avez eu la bonne pensée de m'envoyer, et si vous n'y voyez pas d'inconvénient, je vais la garder quelque temps encore avant de vous la réexpédier. Au *Mercurio de France*, j'ai dû publier déjà une chronique développée sur Machado de Assis au moment du lancement de la traduction de *Dom Casmurro*. Je désirerais préparer et tenir en réserve un article plus étendu sur Machado de Assis, grâce aux documents divers que je ressemble, et dans cette éventualité, je vais traduire certains passages de l'étude de M. Moysés Vellinho (Paulo Arinos), qui est une mise au point très claire de notations essentielles sur le sujet, pour être prêt à les citer en temps voulu. Se les événements prennent une tournure favorable à la vie intellectuelle, comme on peut l'entrevoir, l'œuvre de Machado de Assis devrait prendre une place plus importante dans les études littéraires de la civilisation.

Il faut un certain recul pour qu'il puisse être bien compris, et il me semble qu'au Brésil même on en discerne aujourd'hui les aperçus critiques essentiels. Les pages si judicieuses de Moysés Vellinho (Paulo Arinos) ont bien ce caractère de clarté, de franchise et d'autorité.

Je vous remercie donc bien vivement de me les avoir fait connaître, et, en espérant bientôt une meilleure chance de rencontre, je vous prie de me croire toujours, mon Cher Confrère, votre admirateur et bien dévoué

Manoel Gahisto

ANEXO H – MOYSÉS VELLINHO E MANSUETO BERNARDI – A POLÊMICA SOBRE HOMENAGEM A SEPÉ TIARAJU

CRONOLOGIA⁹

Textos em Anexo ¹⁰	Data	Título	Autor	Órgão de Publicação	Observações
	16/09/1955	Um perfil do Rio Grande tradicionalista		<i>Jornal do Dia</i>	Anúncio das comemorações oficiais da Semana Farroupilha, por S. Ex. ^a Revma. D. Vicente Scherer sobre o cultivo do regionalismo e do tradicionalismo e sobre o perfil do gaúcho tradicional.
1	26/11/1955	Sepé Tiaraju e o Rio Grande	Othelo Rosa (relator), Afonso Guerreiro Lima e Moysés Vellinho	<i>Correio do Povo</i>	Parecer da Comissão de História do IHGRS, emitido no dia 18 de outubro de 1955, na sala de sessões do IHGRS, expondo a decisão contrária à construção de monumento a Sepé. Resolução firmada e ratificada pelo IHGRS. O parecer chega a público na íntegra
	1957	Sugestão sobre um monumento a Sepé Tiaraju		<i>Província de São Pedro</i> , número 21, pp. 228-231	
	1957	Parecer da Comissão de História contra Sepé Tiaraju		“Apêndice” da obra <i>O primeiro caudilho rio-grandense, de Mansueto Bernardi</i>	

⁹ Esta cronologia elenca as publicações sobre a discussão relativa à construção de monumento a Sepé Tiaraju. Tal listagem consta na Tese de Doutorado *As vidas de Sepé*, da professora Dra. Eliana Inge Pritsch, realizada em 2004, no Programa de Pós-graduação em Letras da UFRGS. No referido trabalho, organizado em dois tomos, a pesquisadora aborda os debates em torno da homenagem ao índio Sepé Tiaraju, bem como disponibiliza na íntegra os textos indicados nesta cronologia. A tabela e os textos ora apresentados foram digitados pela Dra. Eliana Inge Pritsch e por ela gentilmente cedidos para inserção nesta investigação. Realizaram-se as adaptações necessárias no material, bem como o cotejamento e a análise dos textos com base nas publicações da revista *Província de São Pedro*, nº 21, de 1957, de direção de Moysés Vellinho, e da obra *O primeiro caudilho rio-grandense*, de Mansueto Bernardi, de 1957.

¹⁰ O critério de seleção dos textos constantes nesta tese levou em conta a produção dos dois protagonistas da polêmica: Moysés Vellinho e Mansueto Bernardi. Além do material de tais autores, elegeram-se os principais textos utilizados nas análises feitas ao longo deste trabalho, por se entender que eles contribuem para a compreensão do entorno social que envolve o debate. Como referido na nota anterior, a cronologia expõe na íntegra os textos publicados sobre a polêmica. Optou-se, portanto, por sinalizar por meio de numeração e destaque em cor os textos selecionados para integrar os anexos desta tese.

Textos em Anexo	Data	Título	Autor	Órgão de Publicação	Observações
					no jornal <i>Correio do Povo</i> , de Porto Alegre, trinta e nove dias após a decisão do IHGRS. Por esse motivo, optou-se, nesta listagem, pela indicação do título do periódico. Realizou-se, contudo, um cotejamento entre as publicações, verificando-se que as mínimas distinções de termos não comprometem o conteúdo.
2	03/12/1955	Sepé Tiaraju e o Instituto Histórico	Carlos Reverbel	<i>Correio do Povo</i>	O autor retoma pareceres anteriores do IHGRS, expondo fragmento de parecer relatado por Moysés Vellinho em 1954.
	08/12/1955	Em defesa do intrépido gaúcho, o Capitão José Tiaraju, o lendário São Sepé	Luís Gonzaga Jaeger, S.J.	<i>Jornal do Dia</i>	
	08/12/1955	Cartas ao Negrinho do Pastoreio	Blau Severo (pseudônimo de Walter Spalding)	<i>Estado do Rio Grande</i>	
	18/12/1955	Intelectuais gaúchos manifestam-se sobre o valor histórico do índio Sepé Tiaraju	Entrevistas a Manoelito de Ornellas, Walter Spalding e Tarcísio Antônio Costa Taborda	<i>Jornal do Dia</i>	
3	21/12/1955	Terá Sepé seu monumento?	Integrantes do 35 CTG.	<i>Jornal do Dia</i>	Reprodução integral do ofício do 35 CTG enviado ao governador do Estado do RS, Ildo Meneghetti.
	23/12/1955	No cerro de Bagé um		<i>Jornal do</i>	

		monumento equestre		<i>Dia</i>	
Textos em Anexo	Data	Título	Autor	Órgão de Publicação	Observações
		ao índio Sepé Tiaraju			
	29/12/1955	Dante de Laitano condena o parecer do Instituto Histórico sobre Sepé	Entrevista de Astrogildo Fernandes a Dante de Laitano	<i>Jornal do Dia</i>	
4	31/12/1955	Sepé Tiaraju e o Rio Grande	Moysés Vellinho	<i>Correio do Povo</i>	O título desta reportagem é idêntico ao do parecer da Comissão de História, veiculado em 26/11/1955, no <i>Correio do Povo</i> .
	07/01/1956	São Sepé	Arthur Ferreira Filho	<i>Correio do Povo</i>	
	08/01/1956	Sepé Tiaraju, o atraídoado pela Espanha	João Maria Balem	<i>Jornal do Dia</i>	
	14/01/1956	Sepé e a sua estátua	F. de Paula Cidade	<i>Correio do Povo</i>	
	14/01/1956	A conquista das Missões	Cyro Dutra Ferreira e Plínio de Moura (pelo CTG 35)	<i>Correio do Povo</i>	
	14/01/1956	Um monumento a Sepé Tiaraju	Arthur Süssenbach	<i>Jornal do Dia</i>	
5	05/02/1956	Evocação de São Sepé	Mansueto Bernardi	<i>Correio do Povo</i>	O texto de Mansueto Bernardi é reproduzido em periódicos, bem como em sua obra e na revista <i>Província de São Pedro</i> , ambas de 1957. Em 1926, Bernardi profere conferência no Museu e Arquivo Histórico do Estado do RS sob título homônimo ao de sua obra de 1957: <i>O primeiro caudilho rio-grandense</i> . Tal conferência é transcrita na revista <i>Província de</i>
	10/02/1956	Evocação de São Sepé		<i>Jornal do Dia</i>	
	1957	Evocação de Sepé Tiaraju		<i>O primeiro caudilho rio-grandense</i>	
	1957			<i>Província de São Pedro</i>	

Textos em Anexo	Data	Título	Autor	Órgão de Publicação	Observações
					São Pedro n. 5, de 1946, p. 32-42
	05/02/1956	“O monumento a Sepé Tiaraju é uma velha dívida do Rio Grande para com seu primeiro caudilho”	Frutuoso Simões Pires e José Pires Barreto (pelo CTG Índio Velho)	<i>Jornal do Dia</i>	
	05/02/1956	“Sepé Tiaraju encarnava uma legenda de bravura”	Astrogildo Fernandes	<i>Jornal do Dia</i>	
	07/02/1956	Hoje o centenário de Morte do caudilho gaúcho: Sepé Tiaraju	Astrogildo Fernandes	<i>Jornal do Dia</i>	
	12/02/1956	Sepé Tiaraju foi a primeira manifestação de gauchismo	Astrogildo Fernandes	<i>Jornal do Dia</i>	
	12/02/1956	Uma lição de Souza Docca	Carlos Reverbel	<i>Correio do Povo</i>	
	16/02/1956	“O índio Sepé Tiaraju é um símbolo de legenda popular”	Astrogildo Fernandes	<i>Jornal do Dia</i>	
	18/02/1956	Manoelito de Ornellas em S. Sepé: conferência	Manuelito de Ornellas	<i>Jornal do Dia</i>	
	25/02/1956	Sepé Tiaraju e outras Histórias	Walter Spalding	<i>Correio do Povo</i>	
	03/03/1956	Heróis gaúchos	Rubens Mário Jobim	<i>Correio do Povo</i>	
	09/03/1956	O local da morte de Sepé Tiaraju		<i>Jornal do Dia</i>	
	05/04/1956	Ainda o caso de Sepé Tiaraju		<i>Jornal do Dia</i>	
6	04/1956	Sepé Tiaraju é o nome da Estância do “35”	Astrogildo Fernandes	<i>Jornal do Dia</i>	Reportagem sobre a escolha do nome de Sepé Tiaraju para designação de CTG – Centro de Tradições Gaúchas.
	19/05/1956	O Tratado de Madrid e a Guerra Guaranítica	Arthur Ferreira Filho	<i>Correio do Povo</i>	
	26/05/1956	Lanceiros de Santa Tecla	Eurico Salis	<i>Correio do Povo</i>	
	03/06/1956	Monumento a Sepé Tiaraju		<i>Jornal do Dia</i>	
	09/06/1956	A Fundação de S. Sepé	Paulo Xavier	<i>Correio do Povo</i>	

Textos em Anexo	Data	Título	Autor	Órgão de Publicação	Observações
	14/07/1956	De José Tiaraju a	D'Avila Flores	<i>Revista</i>	
		Maneco Pereira		<i>Globo</i>	
	23/09/1956	Eleitores apresentarão projeto retificando o nome de uma rua		<i>Jornal do Dia</i>	
	27/09/1956	Rua porto-alegrense com verdadeiro nome do valoroso herói de Caiboaté	Astrogildo Fernandes	<i>Jornal do Dia</i>	
7	27/09/1956	Pá de cal sobre o assunto Sepé	Mansueto Bernardi	<i>Correio do Povo</i>	Transcrição do documento elaborado por integrantes do IHGRS, endereçado ao Governador do Estado do RS, no qual oficialmente se manifestam contrários ao parecer da Comissão de História. O mesmo texto consta na obra de Mansueto Bernardi, de 1957.
	1957			<i>O primeiro caudilho rio-grandense</i>	
8	28/09/1956	Monumento a Sepé Tiaraju	Reportagem	<i>Jornal do Dia</i>	Comentário e transcrição do texto "Pá de cal sobre o assunto Sepé".
9	08/10/1956	Participação do Instituto Histórico e Geográfico no "caso" Sepé Tiaraju	Guilhermino César e Jorge Furtado (pela Diretoria do IHGRS)	<i>Jornal do Dia</i>	Transcrição do ofício da Diretoria do IHGRS ao Governador do Estado sobre o debate em relação ao monumento a Sepé.
	10/10/1956	Montenegro congratula-se com o movimento pró glorificação do índio Sepé Tiaraju		<i>Jornal do Dia</i>	
	02/11/1956	Um fantasma na história rio-grandense	Eurico Rodrigues	<i>Correio do Povo</i>	
	25/11/1956	"Sepé Tiaraju, o índio"		<i>Jornal do Dia</i>	
	08/12/1956	Volte, querendo	Carlos Galvão Krebs	<i>Correio do Povo</i>	

Textos em Anexo	Data	Título	Autor	Órgão de Publicação	Observações
	15/12/1956	Salve-se o “Lunar do Sepé”	Augusto Meyer	<i>Correio do Povo</i>	
		O monumento ao índio Sepé	Ary G. do Prado	<i>Vida Rural e Econômica</i>	
10	05/01/1957	Augusto Meyer e os Manes do Padre Teschauer e de João Ribeiro	Moysés Vellinho	<i>Correio do Povo</i>	Comentário sobre a obra de Pe. Teschauer e referência à crítica de Augusto Meyer a esse autor.
11	08/01/1957	O caudilho Sepé e o Santo Sepé - I	Mansueto Bernardi	<i>Correio do Povo</i>	Comentário sobre a obra de Pe. Teschauer e referência à crítica de Augusto Meyer a esse autor.
12	09/01/1957	O caudilho Sepé e o Santo Sepé - II	Mansueto Bernardi	<i>Correio do Povo</i>	Continuação do comentário sobre a obra de Pe. Teschauer e da referência à crítica de Augusto Meyer a esse autor.
	10/01/1957	Delenda Sepé Tiaraju!	Henrique O. Wiederspahn	<i>Correio do Povo</i>	
	12/01/1957	Delenda Instituto	Carlos Galvão Krebs	<i>Correio do Povo</i>	
	26/01/1957	A casa de Mbororé	Augusto Meyer	<i>Correio do Povo</i>	
	23/03/1957	A gesta local	Plínio Bueno	<i>Correio do Povo</i>	
	30/03/1957	Negar a história	Plínio Bueno	<i>Correio do Povo</i>	
	06/07/1957	As Missões, outra vez	Antônio Carlos Machado	<i>Correio do Povo</i>	
13	27/07/1957	O Rio Grande, Sepé e as Missões	Moysés Vellinho	<i>Correio do Povo</i>	Artigo de Moysés Vellinho sobre a sugestão de monumento a Sepé Tiaraju. Texto também transcrito na revista <i>Província de São Pedro</i> , n. 21, 1957.
	1957			<i>Província de São Pedro</i>	
14	30/06/1957	Teschauer, Simões Lopes e as Missões	Mansueto Bernardi	<i>Correio do Povo</i>	Abordagem sobre a história das Missões jesuíticas, enfatizando autores

					e obras.
Textos em Anexo	Data	Título	Autor	Órgão de Publicação	Observações
15	10/08/1957	Música sob o Lunar de Sepé	Moysés Vellinho	<i>Correio do Povo</i>	Comentário sobre recente livro publicado por Mansueto Bernardi sobre Sepé Tiaraju.
	31/08/1957	A "hispanidad" de Sepé	Eurico Rodrigues	<i>Correio do Povo</i>	
	07/09/1957	E agora Sepé? II	Eurico Rodrigues	<i>Correio do Povo</i>	
	14/09/1957	A propósito de Sepé - I	Luís Gonzaga Jaeger S.J.	<i>Correio do Povo</i>	
	14/09/1957	Política hispânica das Missões	Eurico Rodrigues	<i>Correio do Povo</i>	
	20/09/1957	"Meu filho, os antigos voltarão!"	D'Avila Flôres	<i>Jornal do Dia??</i>	
	21/09/1957	Sepé de corpo inteiro	Dirceu A. Chiesa	<i>Correio do Povo</i>	
	28/09/1957	Sepé, as Missões e o papel do índio na formação gaúcha - I	Antonio Carlos Machado	<i>Correio do Povo</i>	
	29/09/1957	De Sepé ao 20 de setembro	J. O. Nogueira Leiria	<i>Correio do Povo</i>	
	05/10/1957	A propósito de Sepé - II	Luís Gonzaga Jaeger S.J.	<i>Correio do Povo</i>	
	05/10/1957	Sepé, as Missões e o papel do índio na formação gaúcha - II	Antonio Carlos Machado	<i>Correio do Povo</i>	
	12/10/1957	Sepé, as Missões e o papel do índio na formação gaúcha - III	Antonio Carlos Machado	<i>Correio do Povo</i>	
	12/10/1957	História: culto de heróis ou ciência	Sérgio da Costa Franco	<i>Correio do Povo</i>	
	12/10/1957	Presença de Othelo Rosa	Carlos Reverbel	<i>Correio do Povo</i>	
	12/10/1957	Ibagé-Sepé	Arthur Ferreira Filho	<i>Correio do Povo</i>	
	19/10/1957	Variações sobre as Missões, Tiaraju e Lenguiru - I	Eurico Rodrigues	<i>Correio do Povo</i>	
	19/10/1957	Sepé, as Missões e o papel do índio na formação gaúcha - IV	Antônio Carlos Machado	<i>Correio do Povo</i>	
	26/10/1957	Historiografia gaúcha	Augusto Meyer	<i>Correio do Povo</i>	
	26/10/1957	Sepé, as Missões e o papel do índio na formação gaúcha - [V]	Antônio Carlos Machado	<i>Correio do Povo</i>	
	27/10/1957	Sepé Tiaraju fará	Nicolau	<i>Jornal do</i>	

Textos em Anexo	Data	parte da história e da Título	Campos Autor	Dia Órgão de Publicação	Observações
		tradição dos pagos			
	02/11/1957	Variações sobre as Missões, Tiaraju e Lenguiru- II	Eurico Rodrigues	<i>Correio do Povo</i>	
	02/11/1957	Sepé Tiaraju e a conquista das Missões – I e II	Walter Spalding	<i>Jornal do Dia</i>	
	9/11/1957	Variações sobre as Missões, Tiaraju e Lenguiru - III	Eurico Rodrigues	<i>Correio do Povo</i>	
	10/11/1957	Sepé Tiaraju e a conquista das Missões - III	Walter Spalding	<i>Jornal do Dia</i>	
	15/11/1957	Rápido perfil de Ibagé	Eurico Rodrigues	<i>Correio do Povo</i>	
	17/11/1957	Sepé Tiaraju e a conquista das Missões – IV	Walter Spalding	<i>Jornal do Dia</i>	
	24/11/1957	Sepé Tiaraju e a conquista das Missões – V	Walter Spalding	<i>Jornal do Dia</i>	
	28/11/1957	Rápido perfil de Ibagé (conclusão)	Eurico Rodrigues	<i>Correio do Povo</i>	
	30/11/1957	Sepé, as Missões e o papel do índio na formação gaúcha – VI	Antônio Carlos Machado	<i>Correio do Povo</i>	
	05/12/1957	Sepé Tiaraju e a conquista das Missões – adenda	Walter Spalding	<i>Jornal do Dia</i>	
	21/12/1957	Desfeito um erro histórico		<i>Jornal do Dia</i>	
	29/12/1957	Walter Spalding e a tese de Sepé	Teodora G. Zanchi	<i>Jornal do Dia</i>	
	[1957]	Cópia datilografada	Manoelito de Ornellas		
	26/01/1958	Vida dos livros: O primeiro caudilho rio-grandense	Marco Barbosa	<i>Jornal do Dia</i>	
	25/02/1961	Presença de Sepé Tiaraju	Walter Spalding	<i>Correio do Povo</i>	
	03/03/1961	Caiboaté: já tem monumentos...		<i>Jornal do Dia</i>	
	03/03/1961	Sepé nos campos de São Gabriel	Manoelito de Ornellas	<i>Correio do Povo</i>	
	08/10/1970	Santo Ângelo reverencia memória de Sepé Tiaraju		<i>Correio do Povo</i>	
	21/10/1977	Por que Sepé Tiaraju?	Manoel Luiz Leão	<i>Correio do Povo</i>	

Textos em Anexo	Data	Título	Autor	Órgão de Publicação	Observações
	23/10/1977	Por que não Sepé	Caio Lustosa	<i>Correio do Povo</i>	
		Tiaraju?		<i>Povo</i>	
	06/11/1977	Sepé Tiaraju, ainda	Caio Lustosa	<i>Correio do Povo</i>	
	15/09/1979	Sepé Tiaraju: da história à ficção	Deonísio da Silva	<i>Correio do Povo</i>	
	11/11/1992	O índio Sepé Tiaraju	Sílvio Meincke	<i>S. de Teutônia</i>	

TEXTOS TRANSCRITOS SOBRE A POLÊMICA DA HOMENAGEM A SEPÉ TIARAJU

TEXTO 1

SEPÉ TIARAJU E O RIO GRANDE¹¹

Porto Alegre, Correio do Povo, 26 nov. 1955

(Parecer da Comissão de História, firmado por Othelo Rosa, Moysés Vellinho e Afonso Guerreiro Lima, e aprovado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul)

O cidadão João Carlos Nobre da Veiga, major do Exército, dirigiu-se ao Sr. Governador do Estado sugerindo a ereção de um monumento ao índio Sepé, figura de saliência na chamada “Guerra das Missões”, ou “Guerra da Demarcação”; travada em território ulteriormente incorporado ao Rio Grande do Sul, no decurso da execução do Tratado de Madrid, em 1750, convencionado entre as cortes de Portugal e de Espanha. O monumento seria levantado no local em que se deu a escaramuça, em que morreu Sepé, ou nas suas adjacências, em 7 de fevereiro de 1756.

O fundamento da proposta está nos tópicos que vamos transcrever, para exata compreensão da matéria em exame:

“Ao que tudo indica, era este verdadeiro brasileiro, na acepção pura da palavra, o principal chefe dos guaranis, na resistência heroica que estes ofereceram ao cumprimento dos artigos do tratado de Madrid, assinado por portugueses e espanhóis, em 13 de janeiro de 1750.”

“Este índio simboliza na singeleza da sua vida, na pobreza de seus recursos materiais e no incomparável devotamento patriótico, o valor pessoal do brasileiro, que em todas as épocas de nossa história, sempre se opôs a sanha incoercível de seus adversários, aos quais não faltava orientação guerreira, nem instrumentos aperfeiçoados de destruição”.

“Sr. Governador, creio que nada mais justo para o povo gaúcho do que reverenciar, na pessoa do índio Sepé, seu passado de lutas, de glórias e de sacrifícios, mandando erguer, em homenagem ao bicentenário de seu

¹¹ Texto reproduzido na revista *Província de São Pedro*, sob o título “Sugestão sobre um monumento a Sepé Tiaraju”, e na obra *O primeiro caudilho rio-grandense*, de Mansueto Bernardi, designada “Parecer da Comissão de História contra Sepé Tiaraju”.

desaparecimento em holocausto à pátria, um monumento que lembre e personifique o denodado valor e o acendrado apelo à terra da figura mais simpática dos acontecimentos que ensanguentaram as coxilhas rio-grandenses, na segunda metade do século XVIII.”

Vê-se, desses conceitos, que não é fácil o encargo da Comissão de História e Geografia: opinar sobre o brasileiro de um indígena, que tinha um sentido de Pátria, e que se afirmou em luta contra os portugueses...

Sob o ponto de vista histórico, é difícil a caracterização da figura de Sepé Tiaraju. Há, sobre ele, dominante e generalizada, uma visão mítica, que altera e deforma, em suas linhas essenciais, a personalidade real, única a ser vista e compreendida pela exegese da história.

É simples comprovar o asserto: mal o tipo do índio, valente e astuto, surge nos acontecimentos que se desenrolaram na guerra das Missões, a lenda dele se apossa, envolvendo-o em um halo de fantasia e mistério que o levará, dentro de curto prazo, à canonização popular.

O guerreiro se faz santo: cabe melhor nos hagiologios do que nos frios relatos históricos. Mais do que a sua bravura, o que nele resplende é o lunar – o lunar que o elevará ao céu, conferindo-lhe prerrogativas mais divinas do que humanas.

Não se forraria a própria história ao fascínio desses atributos transcendentais: as andanças e atitudes de Sepé, mesmo no raconto de crônicas e memórias, apareceriam desfiguradas. A prova concludente disso estará na conhecida descrição do encontro de Sepé e Gomes Freire de Andrade, quando da prisão daquele nas imediações de Rio Pardo, em que Sepé dialoga dramaticamente com o chefe do exército português, com assomos inauditos de altivez, com linguagem alevantada e excelsa...

Vejamos, agora, a nota de Aurélio Porto, à página 136 da “História das Missões Orientais do Uruguai”:

“Foi intérprete dessa entrevista o padre Tomaz Clarque, capelão da Demarcação e depois vigário do Rio Pardo, que relatou o fato, **em documento existente na Biblioteca Nacional, manuscrito**, sem o aparato e fantasias em que se ressalta o orgulho com que Sepé teria tratado a Gomes Freire”.

Sobre o fato histórico existe um documento autêntico; há o depoimento valioso de uma testemunha ocular, que o acompanhou e seguiu em todos os seus momentos e aspectos, pois que foi o intérprete da celebrada conferência: nada disso importa. A descrição é mantida, mesmo por historiadores, no tom grandiloquo, crivado de inverossimilhanças, pois que só ele se adapta, não ao tipo real, mas à figura mítica. E o mito, em Sepé, é sempre o que predomina, e a tudo vence e a tudo se superpõe.

Acentuemos de logo, que essa figura de Sepé, ou melhor, de **São Sepé**, que a imaginação popular criou, nos é de todo interessante e simpática. Incorporada ao acervo das nossas lendas, das nossas credices, das nossas superstições, ela deve ser considerada como um dos elementos que configuram e enriquecem o nosso patrimônio cultural.

No rigor histórico, porém o caso é diferente. Uma elementar honestidade mental determina que a personagem histórica seja situada no seu papel exato e verdadeiro, desnudada de fantasias e mistérios, encarada na sua expressão legítima analisada em face dos motivos determinantes das suas atitudes e de seus atos.

Não nos atemoriza a certeza de que vamos contrariar ideias feitas e preconcebidas, mil vezes repetidas, à margem de qualquer exame dos fatos, e cuja força advém apenas, precisamente, dessa repetição a infiltrar-se sorratamente em espíritos despreocupados e desatentos, encadeados ao fascínio do mito. Quando lemos que Sepé foi “o primeiro caudilho rio-grandense” a nós mesmos perguntamos que noção ele poderia ter do Rio Grande do Sul e se nos será lícito praticar a grave

injustiça de conferir-lhe um título a que tem inconcusso e líquido direito um Rafael Pinto Bandeira, o fronteiro do Sul, que delineou as nossas fronteiras e que, com ingente esforço, criou e consolidou esse Rio Grande do Sul, que Sepé valentemente combateu, opondo-se quanto pode, ao destino histórico de sua inclusão na civilização lusitana e no Brasil?

Que defenderia Sepé – com inegáveis coragem e valor – em 1750? Nada que tivesse relação conosco. Se ele tivesse vencido, qual seria a consequência histórica dessa vitória? As terras, que Deus havia dado aos índios e a S. Miguel, na frase que lhe é atribuída, pertenceriam a quem? Aos próprios índios, ou à Companhia de Jesus? A nós é que elas não tocariam, podemos afirmá-lo seguramente. A ação de Sepé no sentido dos interesses e do futuro do Rio Grande e do Brasil, foi uma ação negativa, ou melhor, uma ação adversa.

A “Guerra das Missões”, causa permanente de tantas controvérsias, está hoje mais claramente explicada. A publicação dos documentos referentes a ela, feita pela Biblioteca Nacional, em dois grossos volumes, trouxe esclarecimentos que se podem considerar definitivos.

E a conclusão a que chegou Rodolfo Garcia, no preâmbulo desses volumes, expressa nessas palavras: “a intervenção, justa ou injusta dos Jesuítas na insubordinação de seus jurisdicionados, apura-se isente de quaisquer dúvidas”, está hoje fortalecida pelo juízo insuspeito do padre Serafim Leite, historiador oficial da Companhia de Jesus, que no volume VI de sua notável obra “História da Companhia de Jesus no Brasil” sustentando que a mesma Companhia **como corporação**, não esteve contra o tratado de Madrid, admite a desobediência de alguns padres Jesuítas “que se solidarizaram com os Índios, invocando razões jurídicas, de Direito Natural, acima de compromissos nacionais ou associativos” (p. 557 e 558).

O reconhecimento desses fatos coloca a questão em termos cristalinos: não seriam os índios que iriam dirigir e orientar os padres jesuítas, que com eles se tornaram solidários, nos termos usados por Serafim Leite: eles, os catequizadores, os orientadores, os diretores mentais desses índios é que exerceriam, natural e fatalmente, a função principal. E isso é de extrema relevância, na matéria, pois torna clara e límpida a determinante da ação de Sepé que, repetimos, nada tem a ver com o Rio Grande do Sul e com o Brasil.

Reagindo contra as estipulações do tratado de Madrid – cuja justiça ou injustiça não é o momento de considerar – Sepé somente poderia ter em vista a integridade territorial da chamada “Província do Paraguai”, a que pertenciam os Sete Povos das Missões: defendia, portanto, em última análise, a Coroa espanhola, pois, como ensina o Padre Serafim Leite, referindo-se às Missões: “Aqui houve apenas a organização da catequese, adaptada às condições sociais e mentais dos índios e do isolamento da selva, numa experiência particular de comunidade, na verdade surpreendente para o tempo, tudo porém enquadrado dentro do regime político da Monarquia Espanhola”.

A conclusão parece-nos irretorquível: não só é inaceitável o “brasileirismo” de Sepé, como ainda não é admissível encará-lo como uma expressão do sentimento, das tendências, dos interesses, da alma coletiva, enfim, do povo gaúcho, que se estava formando ao signo da civilização portuguesa.

É de acentuar-se, ademais, que o Rio Grande do Sul ainda não resgatou a sua dívida cívica com inúmeros de seus filhos ilustres de significado histórico estreme de qualquer incerteza e dúvida e de papel relevante e expressivo no curso de sua evolução.

Somos, assim, de parecer contrário à proposta feita, no processo junto, ao Sr. Governador do Estado.

(Ass.) – Afonso Guerreiro Lima, Othelo Rosa (relator), Moysés Vellinho.

TEXTO 2

SEPÉ TIARAJU E O INSTITUTO HISTÓRICO

Porto Alegre, *Correio do Povo*, 03 dez. 1955

Carlos Reverbel

O mito de Sepé Tiaraju está de tal modo integrado nas nossas tradições populares que não raro dá lugar a graves confusões do ponto de vista histórico. Foi o caso, por exemplo, de um major do Exército que, pleiteando a ereção de um monumento ao lendário índio missioneiro, o aponta como “verdadeiro brasileiro na acepção pura da palavra”, acrescentando que “nada mais justo para o povo gaúcho do que reverenciar, na pessoa do índio Sepé, seu passado de lutas, de glórias e de sacrifícios”.

Esta sugestão, dirigida em forma de carta ao governador do Estado, foi encaminhada à Secretaria da Educação que, por sua vez, remeteu ao Instituto Histórico e Geográfico. Teve, assim, a referida entidade ocasião de exarar luminoso parecer, fixando em termos definitivos a posição de Sepé Tiaraju em relação ao Rio Grande do Sul e ao Brasil.

Para que se apreenda, de uma vez por todas, o sentido da chamada Guerra das Missões ou Guerra da Demarcação, de que Sepé Tiaraju é tido como uma das figuras centrais, embora se conheça advertências como a que nos faz Augusto Meyer, que a considera **no fundo tão vaga, sumida no conflito formidável de interesses**, basta que se atente para os termos do aludido parecer, cuja íntegra foi divulgada nesta mesma página, sábado passado.

Chamado a relatar a matéria, Othelo Rosa proferiu uma de suas sábias lições sobre história rio-grandense, tendo seus pontos de vista sido aprovados e, portanto, oficialmente adotados pelo Instituto Histórico e Geográfico.

Pergunta-se no parecer:

“Que defenderia Sepé – com inegáveis coragem e valor – em 1750? Nada que tivesse relação conosco. Se ele tivesse vencido, qual seria a consequência histórica dessa vitória? As terras, que Deus havia dados aos índios e São Miguel, na frase que lhe é atribuída, pertenceriam a quem? Aos próprios índios ou à Companhia de Jesus? A nós é que elas não tocariam, podemos afirmá-lo seguramente. A ação de Sepé, no sentido dos interesses e do futuro do Rio Grande e do Brasil, foi uma ação negativa, ou melhor, foi uma ação adversa.”

O parecer teve o cuidado de ressaltar que “o mito, em Sepé, é sempre o que predominou e a tudo vence e a tudo se superpõe”, admitindo, entretanto, que “essa figura de Sepé, ou melhor, de São Sepé, que a imaginação popular criou, nos é de todo interessante e simpática. Incorporada ao acervo das nossas lendas, das nossas credences, das nossas superstições, ela deve ser considerada como um dos elementos que configuram e enriquecem o nosso patrimônio cultural”.

E mais adiante:

“No rigor histórico, porém, o caso é diferente. Uma elementar honestidade mental determina que a personagem histórica seja situada no seu papel exato e verdadeiro, desnudada de fantasias e mistérios, encarada na sua expressão legítima, analisada em face dos motivos determinantes das suas atitudes e dos seus atos.”

Temos, desse modo, dois aspectos, completamente distintos, a considerar em Sepé Tiaraju: a sua individualidade histórica, que não nos pertence, porque se afirmou em luta contra a política lusitana de que resultou o Rio Grande e a nossa

integração na civilização brasileira, e a sua projeção mítica, com o sobrenatural “lunar” que faz parte das nossas tradições populares; como elemento integrante de nosso patrimônio cultural...

Ocorrências como a carta em que se aponta Sepé Tiaraju como um exemplo de brasilidade, digno de ser perpetuado em monumento, pelo seu “incomparável devotamento patriótico”, emprestam oportunidade e revestem de importância o pronunciamento do Instituto Histórico e Geográfico sobre a matéria, motivo pelo qual voltamos a chamar a atenção para os seus termos, através desta notícia.

Não é de hoje, entretanto, que aquela ilustre entidade, no seu papel de elucidar e firmar a verdade histórica, a fim de resguardar a unidade da nossa formação histórica e do nosso processo cultural, tem procurado caracterizar a Província Jesuítica do Paraguai, a que pertenciam os Sete Povos das Missões, como uma expressão política da coroa espanhola, em terras posteriormente rio-grandense e brasileiras.

Assim, em 1948, quando se sugeriu o nome do Padre Antonio Sepé (sic.) [Sepp] para um grupo escolar, o Instituto Histórico e Geográfico, em erudito parecer, de que também foi relator o nosso maior historiador Othelo Rosa, embora reconhecendo as extraordinárias virtudes e qualidades pessoais daquele grande missionário, manifestou-se contra a pretendida homenagem, sob o justo fundamento de que “a ação do Padre Sepé nunca se exerceu, nem poderia ter se exercido, em benefício e serviço do Rio Grande do Sul, como se diz na proposta. Antes, em sentido contrário à nossa civilização e ao nosso destino histórico. E não sabemos como se poderia ensinar as crianças a honrar os seus antepassados, os seus feitos e sacrifícios, e, ao mesmo tempo, explicar-lhes que o seu patrono fora um adversário desses antepassados.”

Em apoio de sua argumentação o autor desse outro parecer, que também foi aprovado pelo Instituto Histórico e Geográfico depois de ressaltar que o Padre Antônio Sepp era, sem dúvida, “uma individualidade forte, que se impõe ao respeito pelo devotamento e pela pertinácia com que cumpriu a missão sacerdotal a que se destinara, vindo a morrer, em 1733, após 41 anos de excelentes trabalhos nas reduções missioneiras”, menciona o fato de ter sido ele o organizador do “célebre exército de 3 mil índios, que vieram combater os portugueses, na Colônia do Sacramento, como aliados dos espanhóis”, como circunstância suficiente para “gerar a dúvida e a perplexidade nos espíritos infantis, incapazes de compreender uma situação de tal ordem”, relativamente ao patrono de sua escola.

Há ainda um terceiro pronunciamento, feito em 1954, em que o Instituto Histórico e Geográfico, desta vez em parecer relatado pelo escritor Moysés Vellinho, reafirma a sua posição em relação a esse capítulo da proto-história do Rio Grande do Sul. Tratava-se de opinar sobre o livro do Padre Luiz Gonzaga Jaeger, intitulado “Os três mártires rio-grandenses”, afirmando o parecer, numa de suas principais passagens:

“Do ponto de vista da nossa formação histórica e geográfica, que se processou, nesta estremadura, em luta aberta contra desbordamentos dos regulares da Casa de Assunção sobre terras que seriam, mais tarde, quase todo o Rio Grande do Sul – examinando o problema, repetimos, sob o ângulo da nossa integração territorial, não padece dúvida que a naturalização rio-grandense dos mártires evocados pelo nosso prezado confrade não pode ser aceita sem oposição ou controvérsia. Nessas reservas – acentue-se bem – jamais estaria em causa a sublimidade do martírio daqueles prodigiosos campeadores de Santo Inácio, nem o magnífico conteúdo místico de seu sacrifício nas mãos brancas dos índios. O que conduz à contradita é o enquadramento desses tristes episódios entre os fatores ativos da nossa formação histórica.”

TEXTO 3**TERÁ SEPÉ SEU MONUMENTO?**

“A epopeia de Sepé foi a primeira manifestação de uma legítima consciência de Pátria no Rio Grande”

Porto Alegre, *Jornal do Dia*, 21 dez. 1955

Íntegra do ofício dirigido ao Governador do Estado, pelo “35 Centro de Tradições Gaúchas”, desaprovando o parecer emitido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, negando personalidade histórica ao Índio Sepé – Razões e argumentos da manifestação deste centro tradicionalista ao se referir ao assunto – Generaliza-se entre os centros tradicionalistas dos pagos o repúdio ao parecer do Instituto Histórico

As dezenas de centros tradicionalistas esparsos pelas canhadas do pampa gaúcho não receberam de bom grado a revelação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, negando historicidade à personalidade do índio Sepé Tiaraju, heroicamente morto em Caiboaté. É que tais núcleos, mantenedores da chama de nossos mais lídimos princípios de amor ao pago, de apego aos usos e costumes de nossos antepassados, sentiram que uma verdadeira chicoteada foi desferida em um dos vultos maiores de nossa formação pátria, afirmação soberba de um nacionalismo exuberante e altivo. Assim, o vulto do índio Sepé Tiaraju vem merecendo de nossas entidades tradicionalistas a maior das atenções e seu nome vem ecoando entre a peonada do pampa, por entre arrebois de exaltação e com o mais vivo sentimento de admiração àquele que foi um verdadeiro esteio de nossa formação histórica.

Foi pioneiro em tais manifestações públicas o “35 Centro de Tradições Gaúchas” que, em sucessivas “chimarreadas”, deliberou, por unanimidade, externar, oficialmente, seu ponto de vista a respeito do assunto, tendo na oportunidade resolvido oficial ao Exmo. Sr. Governador do Estado, acentuando a desaprovação da entidade ao parecer emitido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que negou personalidade histórica ao índio Sepé.

Na tarde de ontem, uma Comissão do “35” compareceu ao Palácio Piratini, encaminhando ao eng. Ildo Meneghetti um ofício nesse sentido.

A ÍNTEGRA DO OFÍCIO DO “35”

Eis a seguir, os termos do ofício ontem dirigido ao Governador do Estado pelo “35 Centro de Tradições Gaúchas” sobre o “caso” Sepé:

“Sr. Governador:

O ‘35 Centro de Tradições Gaúchas’ do Rio Grande do Sul sente-se no dever de manifestar a V. Ex^a. sua desaprovação ao parecer emitido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, no caso da personalidade histórica do índio Sepé, em que pese a respeitabilidade daquela nobre Instituição gaúcha.

E desaprova o parecer pela convicção segura de que a epopeia do Índio Sepé foi, sem dúvida, a primeira manifestação de uma legítima consciência de prática [sic. por pátria] nos fastos da história rio-grandense.

Embora distanciados no tempo, não devemos esquecer, porque não ignoramos nem nos farão ignorar, que a condição de Colônia, a que nos submetiam as Coroas Imperialistas da Europa, em nada nos lisonjeava, tivesse ela a origem que tivesse. Nem Espanha, nem Portugal, Sr. Governador, agiam e lutavam dentro destas terras continentais para formar aqui a pátria livre dos gaúchos, que nos pertencesse e nos fosse dado governar, como hoje. Lutavam pelos seus próprios interesses e ai daqueles que ousassem levantar a cabeça contra seu poderio e sua

autocracia. A história brasileira está cheia de exemplos neste sentido, pois a tragédia dos Padres Miguelinho e Mororó até hoje nos comove e até hoje sacode nosso coração sensível, de patriotas, o fim trágico e bárbaro, cruel e desumano que teve a Inconfidência Mineira, com o trucidamento monstruoso do Alferes Joaquim e o exílio sem comiseração dos poetas mineiros da Arcádia. Era esse o preço mínimo do sonho de uma pátria livre, sob o domínio imperialista dos países da Europa. Mesmo no glorioso episódio da Reconquista das Missões, Portugal auxiliou e consolidou o feito dos heróis, não porque tivessem eles renunciado a formação de uma pátria, mas porque a causa servida era dele, de Portugal. Mas seria essa a reação portuguesa se Pinto Bandeira, Manoel Pedroso e José Borges do canto tivessem ousado imaginar um Rio Grande Livre das bandeiras escravagistas, independente e soberano.

Ora, sr. Governador, a nosso ver, Sepé Tiaraju levantou-se em armas e morreu à porta das Missões, não para defender interesses imperialistas de Espanha ou Portugal, mas a terra em si, a terra que era dele e de seus índios, dando dessa arte o primeiro exemplo de uma real e positiva consciência telúrica de pátria. E ninguém teria, como Sepé, direito mais nítido e mais claro desse pronunciamento, pois era ele, Sepé, com seus índios, **os senhores naturais da terra**. Se nós nos consideramos hoje rio-grandenses e rio-grandenses tradicionalistas, nem todos de nós poderemos apesar desse sentimento e dessa afirmação, provar em nossas remotas origens a existência de um bisavô das tabas rio-grandenses. Somos descendentes de europeus ou africanos que vieram tentar na terra virgem a aventura de uma vida nova e opulenta. Não somos, portanto, mais rio-grandenses do que Tiaraju, que nasceu na terra e que **dela era o senhor natural** e que por ela lutou e deu o seu sangue nos campos de Caiboaté. E lutou e morreu por vê-la livre, não sob a opressão de um governo imperialista, mas livre no mais amplo sentido do termo, quer de portugueses como de espanhóis. E morreu com um tiro de misericórdia que lhe foi desfechado pelo espanholíssimo Governador de Montevidéu.

Não nos devemos deixar arrastar por um furioso jacobinismo, o que seria imperdoável nesta altura como o foi nos republicanos antilusófilos de 1889, quando nos orgulhamos do patrimônio cultural que a terra portuguesa nos legou, na sublimidade da língua. Mas não nos deixemos, pela mesma razão, arrastar e cegar por uma exacerbada paixão que nos leva ao absurdo de parecer que concordamos e talvez preferíssemos o regime de colonato que tivemos até o primeiro quartel do século 19, pois aquela condição nos aviltava e diminuía porque nos mantinha como povos escravos, sem justiça, sem lei, sem economia organizada, sem portos marítimos para o comércio do mundo e sem escolas, mas apenas como povo tributário.

Se o índio Sepé morreu para ver livre a sua terra e seus índios da pressão invasora e autoritária, Sepé é um símbolo e um símbolo imortal. Símbolo, sr. Governador, da nossa afirmação de independência, como pátria livre, sem senhores feudais. Nele esteve a primeira galhardia e a primeira altivez do gaúcho rio-grandense.

O Norte do Brasil criou um índio de ficção na literatura de Alencar e o Uruguai criou a fantasia de Tabaré. Somos privilegiados, como o foi o México, com a figura de seu herói nacional, em possuímos em nossa História um índio desse porte, de carne e osso, que nos legou uma epopeia que foi o primeiro grito selvagem e instintivo de pátria que as coxilhas do Rio Grande receberam e guardaram.

Por isso, como o México, queremos perpetuar a figura do nosso índio, dando-lhe um monumento que seja a glorificação do **dono natural desta terra**, que por ela morreu.”

TEXTO 4**SEPÉ TIARAJU E O RIO GRANDE**

Porto Alegre, *Correio do Povo*, 31 dez. 1955

Moysés Vellinho

(Pronunciamento de Moysés Vellinho sobre o parecer aprovado pelo Instituto Histórico e Geográfico)

Em que pese a forma pela qual a Comissão de História do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, integrada por Othelo Rosa, Moysés Vellinho e Afonso Guerrero Lima, fixou em notável parecer publicado na edição de 26 de novembro último do “Correio do Povo” a posição do índio missioneiro Sepé Tiaraju em relação ao processo histórico rio-grandense, nem todos os que se interessam pela matéria parecem estar suficientemente esclarecidos, motivo pelo qual publicamos, a seguir, novo pronunciamento em torno do interessante assunto.

É seu autor Moysés Vellinho ensaísta que, na qualidade de membro do Instituto Histórico e Geográfico, ao lado de Othelo Rosa, Adroaldo Mesquita da Costa, Darcy Azambuja, Guilhermino César, Afonso Guerreiro Lima, Eduardo Duarte e outros, muito tem trabalhado pela preservação da unidade cultural luso-brasileira na formação histórica do nosso Estado.

É o seguinte o ponto de vista de Moysés Vellinho a respeito de Sepé Tiaraju e o Rio Grande do Sul:

Como membro eventual da Comissão de História do nosso Instituto Histórico e Geográfico, tive a honra de subscrever o notável parecer elaborado pelo ilustre historiador Othelo Rosa a propósito de uma sugestão referente à ereção de um monumento a Sepé Tiaraju, o herói missioneiro que se fez matar em defesa do Império jesuítico que desbordara do Paraguai sobre as terras do Rio Grande. Mas se assinei esse documento, peça que dignifica os anais do nosso Instituto pela seriedade e liquidez de sua argumentação, não o fiz apenas para suprir uma formalidade senão porque já há muito me convenci de que precisamos nos curar, de uma vez por todas, de certa ambiguidade em face do plano que, sob o patrocínio dos reis de Castela, a Companhia de Jesus procurou realizar aqui, antes da instalação oficial da Capitania do Rio Grande.

Tenho grande respeito pela Ordem de Santo Inácio, a cujos mestres devo o melhor de minha formação. Muito me prezo de ter sido aluno do Anchieta e não me esqueço de que foi por empenho de um jesuíta, o saudoso Padre Henrique Book, que, ainda ginasião, vi publicado o meu primeiro artigo no “Correio do Povo”.

Mas este sentimento de respeito e gratidão não me obriga a aceitar passivamente a tese que pretende capitular os feitos missioneiros entre os fatores que contribuíram ativamente para a formação rio-grandense. Tal atitude conduz a certo bifrontismo histórico incompatível com a veneração que devemos aos que, no passado, lutaram por conservar dentro das confrontações luso-brasileiras as terras do Rio Grande.

Ora, se tivesse vingado a audaciosa utopia dos jesuítas, que aqui se fixaram sob a proteção ostensiva dos inimigos tradicionais de Portugal, é evidente que bem pouco, ou mesmo nada, teria sobrado do Rio Grande para a integração do Brasil meridional. Outra seria hoje a nossa configuração geográfica, desfalcada pelo menos de toda a região missioneira, da Campanha e até dos campos de Cima da Serra.

Não discuto o abominável episódio do despejo das reduções nem as violências praticadas do nosso lado, mesmo porque em matéria de abominações e

violências, na história dos povos e até na história das religiões, ninguém pode atirar a primeira pedra. O que não é passível de dúvida ou controvérsia é que os jesuítas do Paraguai, irradiando da Casa de Assunção sobre as terras que constituiriam depois o Rio Grande, se lançaram a uma empresa que se contrapunha à empresa luso-brasileira da ocupação do velho Continente de São Pedro. Atravessaram o Uruguai, anos depois de terem ajudado os castelhanos, de maneira decisiva, a esmagar o baluarte português da Colônia do Sacramento, e se é verdade que vieram para o remédio e salvação das almas, também é verdade que os animava a disposição de entrar em concorrência com os luso-brasileiros na disputa das terras do Rio Grande. Quer dizer que a expansão do império teocrático sobre a margem esquerda do Uruguai figura ostensivamente entre os fatores que nos foram adversos, entre os fatores contra os quais tiveram que lutar os fundadores do Rio Grande para dar-lhe os contornos que ele hoje apresenta.

No mesmo sentido depõe um grande jesuíta português, o Pe. Serafim Leite, cuja autoridade Othelo Rosa invoca em seu magnífico parecer. Mas não foi só naquele passo que o infatigável autor da monumental “História da Companhia de Jesus no Brasil” reconheceu o caráter antibrasileiro da ação jesuítica irradiada de Assunção. Em seu livro “Novas Cartas Jesuíticas” à página 134, referindo-se à ação dos milicianos de Santo Inácio no Rio Grande do Sul, o Pe. Serafim Leite distingue o que ele chama o “ciclo português e portanto brasileiro” do “outro ciclo que às vezes foi antibrasileiro, o ciclo paraguaio”. Antibrasileiro quando transpôs o rio Uruguai, isto é, quando entrou na corrida imperialista contra os luso-brasileiros.

Evidentemente, não é nesse ciclo antibrasileiro, quando os feitos jesuíticos entram em conflito com a expansão portuguesa, que iremos encontrar os nossos heróis autênticos, aqueles que realmente concorreram para a construção da nossa unidade histórica e cultural.

Podem nos comover as façanhas de Sepé, podem e devem nos comover, mas a verdade é que o bravo chefe missioneiro se bateu e morreu por uma causa que não era a nossa, que era, pelo contrário, abertamente oposta à causa que teve como efeito histórico a integração do Brasil meridional em suas divisas atuais. Que Sepé continue no domínio da lenda, de onde a pena de Manoelito de Ornellas foi buscá-lo para o belo poema em prosa que com justiça lhe consagrou. Daí não devemos tirá-lo.

Se fôssemos cidadãos de um mundo impossível, o mundo que os modernos utopistas chamam “um mundo só”, seria admissível encarar com isenção ou neutralidade os atos ou fatos que direta ou indiretamente se opuseram ao processo da nossa formação. O certo, porém, é que todos nós que vivemos dentro de uma nacionalidade, temos uma tradição cultural, um passado em comum que não podemos renegar sem mentir à própria contingência humana. O homem é mais fiel à sua geografia e à sua história do que desejariam os devaneios de certos ideólogos.

Em conclusão: por mais piedosos que tenham sido, em si mesmos, os intuitos do sonho jesuítico em terras do Rio Grande do Sul, não resta a menor dúvida que eles aqui operaram como elemento de desintegração nacional, não podendo figurar, portanto, entre os fatores de afirmação da nossa história.

TEXTO 5

EVOCÇÃO DE SÃO SEPÉ
(Especial para o *Correio do Povo* e *Jornal do Dia*)

Correio do Povo. Porto Alegre, 5 fev. 1956

Mansueto Bernardi

Transcorre na primeira quinzena deste mês o bicentenário de dois fatos notáveis da história do Rio Grande do Sul: a morte do caudilho tape Sepé Tiaraju, verificada no dia 7, e a batalha de Caiboaté, ocorrida no dia 10, perto da atual cidade de São Gabriel, em consequência da Guerra das Missões, de 1756. Não será despeitado, por isso, proferir sobre os dois eventos algumas singelas palavras de evocção.

- I -

Nós ouvimos, pela primeira vez, há muitos anos, o nome de Sepé Tiaraju dos lábios do saudoso escritor Alcides Maya, logo após haver ele ingressado na Academia Brasileira de Letras. Era, se não nos enganamos, o primeiro rio-grandense que lograva penetrar naquele cenáculo, tendo, por esse motivo, a sua eleição sido acolhida, entre nós, com aplausos gerais.

Regressando o novo acadêmico a Porto Alegre, após longa ausência, fomos, com um amigo, visitá-lo e felicitá-lo, em casa da família Faillace, na rua da Varzinha, onde se hospedava. Ao chegarmos, batemos palmas. E logo veio nos abrir a porta um homem alto, louro, afável e bem vestido, que nos mandou entrar. Demos-nos a conhecer e começamos a conversar ou, melhor, demo-nos a conhecer e Alcides Maya começou a falar sobre o livro que estava folheando: as *Lendas do Sul*, de João Simões Lopes Neto. Nenhum dos dois visitantes ainda o havia lido. E o gabrielense ilustre nos recomendou então, com instância, a sua leitura atenta e nos fez uma verdadeira preleção sobre o populário gaúcho, detendo-se especialmente no “Negrinho do Pastoreio” e no “Lunar de Sepé”, cuja significação simbólica explicou minuciosamente.

Eram essas lendas, no juízo do prelecionador, duas das mais altas criações do espírito americano, dignas de figurar em qualquer antologia folclórica mundial. Inspiradas pela piedade cristã, ambas deitavam a sua raiz no mais recôndito da alma popular rio-grandense, cujos protestos em face da injustiça social expressavam com palavras cheias de vigor e de magia.

O “Negrinho do Pastoreio” e o “Lunar de Sepé” representavam, em resumo, a reação, a recompensa da bondade humana, tocada de essência evangélica, em face do sofrimento da raça negra alienígena e da raça indígena, sobre cujo suor e sobre cujo sangue estava sendo edificada a civilização brasileira.

Tiaraju era, ainda, um comovente e concreto exemplo de amor à terra nativa; um exemplo de resistência contra a invasão estrangeira, um forte e solene grito de protesto contra toda espécie de arbitrio governamental. Um vulto, por conseguinte, digno de todo apreço, admiração e imitação.

Foi dos lábios eloquentes do autor de *Alma bárbara* e *Ruínas vivas*, portanto, que nós ouvimos a primeira apologia do lendário Sepé Tiaraju, com o qual passamos de imediato, a simpatizar profundamente.

- II -

Pouco tempo depois, através da monumental *História do Rio Grande do Sul*, do Padre Carlos Teschauer, S. J., travamos conhecimento mais íntimo com o Sepé histórico e social, o que veio confirmar, senão aumentar a admiração pelo caudilho missionário, que a literatura de ficção nos havia inspirado. E tendo sido convidado

em 1926 a proferir uma conferência no Museu e Arquivo Histórico do Estado, escolhemos como tema do nosso trabalho o índio Sepé.

A dissertação teve uma acolhida, uma receptividade absolutamente imprevista, que chegou a nos espantar. E lembro-me perfeitamente de que, ao terminar a leitura do nosso modesto ensaio, com a declamação das homéricas sextilhas do “Lunar do Sepé”, de Simões Lopes Neto, inúmeras pessoas da assistência, inclusive o general José Antônio Flores da Cunha, então em pleno apogeu da popularidade, estavam com os olhos rasos de lágrimas, de tal sorte as haviam tocado a sinceridade e o encanto daquela composição.

Estampado “O primeiro caudilho rio-grandense” na imprensa diária e periódica, o seu êxito continuou no decorrer dos anos seguintes, não só aqui no Estado, mas também em São Paulo e Rio de Janeiro, sendo grande o número de estudiosos que nos distinguiu com os seus aplausos, com citações de frases e com pedidos de cópias.

Tendo, no ano de 1948, o dr. Moysés Vellinho, diretor da excelente revista cultural *Província de São Pedro*, nos solicitado colaboração e não dispondo, no momento, de nenhum trabalho inédito, lembramos-lhe a possibilidade de reimprimir “O primeiro caudilho rio-grandense”, atento ao fato de ser a revista, que primitivamente o estampara, de mui difícil consulta e de continuar os estudiosos interessados por aquele desprezioso estudo.

Aquele cintilante homem de letras conferiu-nos a honra de acolher o nosso alvitre, incluindo o ensaio no número 5 de sua “Província”.

Para um modesto escritor como nós, nada podia ser mais agradável e confortante do que ver, 30 anos depois de sua composição e publicação primitiva, um estudo histórico exposto de novo à luz da publicidade e sentir, sobretudo, que continuava a impressionar bem, como impressionara no seu início.

Convencêramo-nos, portanto, de haver feito, de certo modo, obra meritória e de ter acertado no alvo, quando conferimos a Sepé Tiaraju o predicamento de “primeiro caudilho rio-grandense”.

- III -

Eis senão quando recebemos, de repente, um calhau na cabeça, sob a forma de um parecer emitido pela Comissão de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, no qual se desaconselha e desautoriza o culto popular de Sepé, visto não ser o mesmo nem rio-grandense e não passar, no fundo, de um índio espanhol, a serviço dos espanhóis, inimigo, portanto, do Brasil e dos brasileiros. Sepé não passaria, no conceito da Comissão, de uma figura larvar, de um mito, de uma criação supersticiosa, de um santo de bobagem, indigno, portanto, de figurar nas páginas da *História rio-grandense*, da qual deveria, a bem da verdade e para evitar confusões, ser definitivamente proscrito.

Não podemos ocultar a surpresa e tristeza que nos causou semelhante pronunciamento. Será mesmo que cometêramos tamanho engano e que tão grande número de historiadores e homens de letras se enganara também como nós, a respeito do assunto? Tudo é possível nos homens de débil engenho como nós. Porém, quanto aos outros, dentre os quais figuram nomes estelares da história e da literatura pátria, como se teria dado semelhante extravio?

E voltamos a estudar meticulosamente a matéria, *sine ira et studio*, isto é, sem ódio nem parcialidade, como aconselha Tácito, com o intuito de ver se nos convencíamos e arrependíamos de nosso eventual equívoco e de confessá-lo francamente, em caso afirmativo.

Mas, felizmente ou infelizmente, não nos convencemos nem arrependemos, tudo indicando que, nessa pendência, vamos mesmo morrer impenitentes, sem confissão de culpa e sem a absolvição da douta Comissão de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

E, em consequência, vimos, de público, afirmar e reafirmar:

- 1) Sepé Tiaraju foi e continua sendo o primeiro caudilho rio-grandense.
- 2) Sepé Tiaraju nunca foi uma figura espectral, mítica, lunar, estratosférica, filha da credice e da superstição popular, mas uma personalidade ameríndia autêntica, vigorosa, histórica, densa de humanidade e preocupação política e social.
- 3) Sepé Tiaraju nunca foi espanhol, cuja língua nem conhecia, e nem morreu em defesa de um Império Jesuítico do Paraguai, o qual nunca existiu.
- 4) Sepé Tiaraju foi a primeira encarnação de uma energia telúrica e explosiva, o primeiro grito humano que reboou nas coxilhas e selvas meridionais contra uma nefanda arbitrariedade, friamente projetada, e executada a ferro e fogo, por duas potências de ultramar, interessadas numa colossal barganha.
- 5) Sepé Tiaraju absolutamente não tombou em luta contra os portugueses, mas em luta, ao mesmo tempo, contra os portugueses, contra os espanhóis e contra os próprios Padres, os quais, em virtude do preceito de obediência a que estavam canonicamente sujeitos e sob ameaça expressa de excomunhão, se viram forçados a curvar a cabeça diante de um atentado e de um crime que, por todos os meios legais a seu alcance, tudo fizeram para evitar.
- 6) Sepé Tiaraju é, cronologicamente, o primeiro herói dessa gloriosa galeria de heróis, de que tanto se orgulha o Rio Grande do Sul.
- 7) Sepé Tiaraju é o protótipo do cavaleiro cristão, galhardo, puro, desinteressado, sem medo e sem mancha.
- 8) Sepé Tiaraju é muito mais gaúcho e, por conseguinte, muito mais brasileiro, – não no sentido moderno e político do vocábulo, mas no sentido autóctone e racial – do que os próprios membros da Comissão de História, os quais descendem de lusitanos aportados ao Continente de São Pedro, quando muito há 230 anos, ao passo que ele provinha de uma “nação” aqui radicada “desde o tempo do dilúvio”, como expressivamente afirmou um dos morubixabas que em altos brados protestaram contra a violência, a crueldade e a desumanidade do esbulho e da transmigração compulsória, determinada pelo Tratado de Madrid de 1750.
- 9) Sepé Tiaraju é o símbolo do espírito de sacrifício, do denodo, do heroísmo, do apego à terra, dos antigos donos desta província, que eles estimavam mais do que a própria vida.

E é ainda o líder e condutor da primeira e genuína revolução – de índole democrática e defensiva e conteúdo cívico-social – deflagrada no território do Rio Grande antigo.

10) Sepé Tiaraju merece, por todos esses motivos, um monumento, mas não um monumento convencional e banal, sem maior significação coletiva, mas um monumento soberbo, alteroso e formoso, condigno de sua grandeza guerreira, política, moral e social.

As razões justificativas destes assertos serão ulteriormente aduzidas em trabalho de maior porte, no qual fundamentaremos a nossa completa desaprovação e o nosso formal repúdio ao extravagante e sofisticado parecer da Comissão de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

TEXTO 6**SEPÉ TIARAJU É O NOME DA ESTÂNCIA DO “35”**Porto Alegre, *Jornal do Dia*, [abr. 1956]

Astrogildo Fernandes

Aquele Centro de Tradições Gaúchas, cogitando da escolha de um nome para sua sede social própria, volta-se para a figura do destemido herói de Caiboaté.

No segundo semestre do ano de 1955, por estas mesmas colunas, divulgamos uma série de notas alusivas à figura intrépida de Sepé Tiaraju, o indômito índio dos pagos sul-rio-grandenses, heroicamente tombado em Caiboaté.

Formou-se, então, um ambiente de agitação intelectual e de verdadeira busca histórica em torno daquele centauro das lindes gaúchas, na alvorada de nossa formação política.

O debate e a controvérsia se originara de um parecer do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande que, por sua Comissão de História, negou autenticidade histórica para que Sepé Tiaraju tenha em solo do Rio Grande do Sul, um monumento, como alvitrou um oficial do Exército Brasileiro em carta dirigida ao Sr. Governador do Estado.

Entre as múltiplas manifestações por nós veiculadas e unânimes em se colocarem em oposição ao Parecer do Instituto Histórico e Geográfico do R. G. do Sul, quando ouvimos e recolhemos a palavra de destacadas personalidades daquele mesmo sodalício cultural e outras abalizadas pessoas que, igualmente, foram contrárias àquele mencionado Parecer. No rol de tais manifestações, figurou a atitude do “35” Centro de Tradições Gaúchas que, em enérgica e vibrante manifestação, dirigiu-se ao Governador do Estado, revelando toda sua repulsa à conclusão a que chegara nosso Instituto Histórico e Geográfico.

Sede própria para o “35” na Vila “Sepé Tiaraju”

Agora, vem o “35” Centro de Tradições Gaúchas de receber preciosa oferta da imobiliária “Agriter”, consubstanciada na doação de um terreno com três hectares. Destarte, agiganta-se a ideia dos tradicionalistas daquele Centro de terem, um dia, sua sede própria.

Voltam-se, assim, as atenções da “peonada” do 35, para tão acalentado objetivo. Já foi escolhido, no dia 20 deste o local para a referida sede na Vila “Sepé Tiaraju” que será a capital do Tradicionalismo. Em breve surgirá a campanha pró construção da “Estância” do “35”, cujas obras deverão ser iniciadas tão logo se tenha delineado o plano definitivo, ora em estudo.

Estância Sepé Tiaraju

Muito embora nas primícias de tais atividades, é voz corrente entre os líderes do “35” de que o nome de Sepé Tiaraju já emoldura sua futura “estância”. Tal é o que conseguimos apurar numa verdadeira busca de dados e num pronunciamento jornalístico antecipado, com absoluta prioridade e total certeza de nossas afirmações.

Aliás, a atitude que vem de tomar o conhecido Centro de Tradições de nossa Capital é coerente com o que afirmou em seu ofício dirigido ao Governador do Estado, nas circunstâncias acima indicadas, quando disse: “A epopeia do índio Sepé foi, sem dúvida, a primeira manifestação de uma legítima consciência de Pátria nos fastos da história rio-grandense”.

Assim será mais um passo seguramente dado na glorificação de Sepé Tiaraju que, ainda há pouco viu seu nome dado a um Grupo Escolar no Município de Bagé. Será, sem dúvida, uma expressão viva de quanto estamos próximos da ereção de um monumento, em solo gaúcho, ao intrépido Sepé Tiaraju.

TEXTO 7**PÁ DE CAL SOBRE O ASSUNTO SEPÉ****Porto Alegre, *Correio do Povo*, 27 set. 1956****Mansueto Bernardi**

Em fins de 1955, a Comissão de Geografia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul estremeceu a consciência tradicionalista gaúcha com o seu parecer contrário à proposta de um monumento à memória do caudilho missioneiro Sepé Tiaraju.

E maior ainda se tornou o assombro dos rio-grandenses, em face da insistência com que alguns interessados trombeteavam que aludido parecer merecera a aprovação unânime daquele sodalício.

Todavia, indagando-se, por menor, como pudera acontecer o estranho fato, verificou-se logo haver muito exagero no noticiário da imprensa, porquanto o parecer em apreço não havia reunido a totalidade dos votos dos componentes do Instituto, mas simplesmente fora aprovado por meia dúzia de seus membros, por acaso presentes à sessão em que o assunto foi discutido.

Mais ainda. Referidos sócios não se haviam pronunciado propriamente sobre o veio da questão, mas se limitaram a responder à pergunta restrita formulada, isto é, se o índio Sepé Tiaraju podia ser apresentado e homenageado como símbolo de brasilidade.

Ora, é bem de ver que, nessas condições, a resposta só podia ser negativa, porquanto, ao tempo de Sepé, ainda não havia nem podia haver sentimento de brasilidade, visto não passar o Brasil daquela época de uma simples expressão geográfica, sem contornos definidos e sujeita ao Reino de Portugal.

Em face do exposto, perdia muito de sua alardeada importância o voto do Instituto, mau grado fosse ele capaz de gerar, como efetivamente gerou, dúvidas e confusões nos espíritos desprevenidos.

Por este motivo, alguns membros daquele areópago, inconformados com o ponto de vista esposado pela Comissão de História, resolveram consultar os demais confrades a respeito, no intuito de assim determinar quais os verdadeiros sentimentos do Instituto Histórico e Geográfico do Estado sobre a matéria em tela. A resposta não se fez esperar. Nada menos de 19 sócios do Instituto se declararam expressamente solidários com a iniciativa de um monumento a Sepé, convindo salientar que figuram entre os declarantes, com todo o peso de sua autoridade moral e política, um ex-presidente do Estado e quatro generais do Exército Nacional.

Seria deveras ocioso assinalar a relevância de semelhante pronunciamento, não só porque corresponde a um perfeito título declaratório de nacionalidade brasileira outorgado ao paladino guarani, morto em defesa de sua terra e de sua gente, como também porque representa uma definitiva pá de cal sobre a ingrata controvérsia suscitada em torno da sua historicidade e do seu patriotismo.

Eis, na íntegra, a manifestação da esmagadora maioria dos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, sobre o ponto em debate:

Exmo. Sr. Governador do Estado.

CONSIDERANDO que, em fins do ano de 1955, o oficial do Exército, Major João Carlos Nobre da Veiga, propôs a V. Ex.^a a ereção de um monumento ao índio Sepé Tiaraju como “personificação do denotado valor e do acendrado apego à terra da figura mais simpática dos acontecimentos que ensanguentaram as coxilhas rio-grandenses, na segunda metade do século XVIII”, visto parecer ao referido militar que nada seria “mais justo para o povo gaúcho do que reverenciar na pessoa do índio Sepé, seu próprio passado de lutas, de glórias e de sacrifícios”;

CONSIDERANDO que a Comissão de História do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul emitiu parecer contrário a semelhante homenagem, sob o fundamento de que o referido índio não podia ser citado como símbolo de brasilidade;

CONSIDERANDO que Sepé Tiaraju foi uma personalidade ameríndia autêntica, vigorosa, histórica, densa de humanidade e preocupação política e social;

CONSIDERANDO que Sepé Tiaraju nunca foi espanhol, cuja língua não conhecia e que não morreu, como se alegou, em defesa de um Império Jesuítico do Paraguai, o qual nunca existiu;

CONSIDERANDO que Sepé Tiaraju é, cronologicamente, o primeiro herói dessa gloriosa galeria de heróis de que tanto se orgulha o Rio Grande do Sul;

CONSIDERANDO que Sepé Tiaraju é o protótipo do cavaleiro cristão, galhardo, puro, desinteressado, sem medo e sem mancha;

CONSIDERANDO que Sepé Tiaraju é muito mais gaúcho e, por conseguinte, muito mais brasileiro – não no sentido político e moderno do vocábulo, mas no sentido etnogênico e racial – do que os mais velhos rio-grandenses, pois estes descendem de lusitanos aqui aportados, no máximo, há 230 anos, a passo que ele provinha de uma “nação” aqui radicada “desde o tempo do dilúvio”, conforme expressivamente acentuaram os caciques guaranis, no seu protesto coletivo contra a transmigração compulsória, determinada pelo Tratado de Madri de 1750;

CONSIDERANDO que Sepé Tiaraju é o símbolo do espírito de sacrifício, do denodo, do heroísmo e do apego à terra, dos primitivos donos desta província, que eles amavam mais do que a própria vida;

CONSIDERANDO que Sepé Tiaraju é, ainda, o líder e o condutor da primeira e genuína revolução – de índole democrática e defensiva e conteúdo cívico-social – deflagrada no território do Rio Grande antigo;

CONSIDERANDO que Sepé Tiaraju foi, pela sua bravura e destemor o primeiro gaúcho do pampa, na luta contra os ádvenas e intrusos, que queriam expulsar os seus irmãos cristianizados;

CONSIDERANDO que Sepé Tiaraju foi, sem dúvida, a primeira manifestação de uma legítima consciência de pátria no Rio Grande;

CONSIDERANDO que Sepé Tiaraju é um símbolo definitivamente incorporado na vida histórica do Rio Grande do Sul;

CONSIDERANDO que Sepé Tiaraju morreu nos campos de Caiboaté, em defesa da terra rio-grandense, na primeira manifestação do sentimento telúrico de pátria de que há memória na História Regional;

CONSIDERANDO que Sepé Tiaraju, além de ser genuinamente rio-grandense, é o protótipo do gaúcho, o condutor de homens de sua querência que primeiro gritaram em face de espanhóis e portugueses que “Esta terra tem dono! Esta terra é nossa!”;

CONSIDERANDO que, primeiro defensor de vasta extensão que hoje constitui o território do Estado, Sepé Tiaraju tem uma presença impressionante na história rio-grandense;

CONSIDERANDO que Sepé Tiaraju tem sido glorificado pelo consenso geral dos gaúchos, através de vibrantes manifestações de seus mais expressivos vultos culturais;

CONSIDERANDO que Sepé Tiaraju vem sendo aclamado pela opinião pública do Rio Grande do Sul, como o demonstra a difusão cada vez maior do seu nome deveras representativo;

CONSIDERANDO que Sepé Tiaraju foi olvidado, quase por completo, no transcurso do bicentenário de sua morte: 7 de fevereiro de 1956;

CONSIDERANDO que Sepé Tiaraju já mereceu, em tempos idos, as homenagens agradecidas dos filhos dos pampas;

CONSIDERANDO que já existe um subsídio pecuniário para promover a homenagem projetada (trinta mil cruzeiros) patrioticamente votado pela colenda Assembleia Legislativa do Estado.

Os sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que este subscrevem diretamente ou por delegação, certos de interpretarem o sentir da quase totalidade da população rio-grandense, vêm respeitosamente, apelar para V. Ex.^a, no sentido de que promova, pelos meios que lhe parecerem mais hábeis, a ereção de um monumento à memória daquele bravo gaúcho de que a nossa terra pode se orgulhar como os mexicanos se orgulham do seu herói nacional Guatimozin.

(ASS).

P. Luiz Gonzaga Jaeger S. J.

Gen. Rinaldo Pereira daCamara

Manoelito de Ornellas

Mansueto Bernardi

Walter Spalding

A. Borges de Medeiros

General Estevão Leitão de Carvalho

General Valentim Benicio da Silva

Felix Contreiras Rodrigues

P. Balduino Rambo, S. J.

Herbert Canabarro Reichardt

General Dioclecio de Paranhos Antunes

Luiz Felipe de Castilhos Goycochêa

Amaro Baptista

Fernando Callage

Tenente-Coronel Henrique Oscar Wiederpahn

P. Geraldo José Pauwls, S.J.

Oswaldo Rodrigues Cabral.

Porto Alegre, 26 setembro de 1956.

TEXTO 8**MONUMENTO A SEPÉ TIARAJU****Porto Alegre, *Jornal do Dia*, 28 set. 1956**

Volta à tona o movimento pelo Monumento a Sepé Tiaraju. Anteontem à tarde estive no Palácio Piratini, em visita ao Sr. Governador Dr. Manoel Braga Gastal, Presidente da Assembleia Legislativa, a fim de entregar-lhe um memorial representando os anseios do Rio Grande do Sul em torno daquele símbolo da terra gaúcha, uma comissão de membros do Instituto Histórico e Geográfico, integrada pelos sócios Mansueto Bernardi, Manoelito de Ornellas, Padre Luiz Gonzaga Jaeger, Walter Spalding e Dante de Laytano, que foram acompanhados pelos senhores D'Ávila Flores e o poeta Lauro Rodrigues.

Com a entrega desse memorial, toma novo rumo a questão da proposta do Major João Carlos Nobre da Veiga, de vez que, esmagadora maioria de membros do Instituto, discordando do parecer oficial daquele sodalício, firmaram-no apoiados na verdade histórica e na manifestação popular do Rio Grande que, de norte a sul, de leste a oeste, por ocasião da publicação daquele infeliz parecer, se manifestou por todos os meios possíveis, criando, até, instituições com o nome do legendário e glorioso índio missioneiro, filho legítimo da terra rio-grandense e, portanto, muito mais rio-grandense do que alguns dos que pretenderam deslocá-lo absurda e inconcebivelmente.

O memorial ontem entregue ao Sr. Governador interino do Estado, está concebido da seguinte forma: cópia do texto **“Pá de cal sobre o assunto Sepé”**.

TEXTO 9**PARTICIPAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
NO “CASO” SEPÉ TIARAJU****Porto Alegre, *Jornal do Dia*, 08 out. 1956****Guilhermino César e Jorge Furtado
(Diretoria do IHGRS)**

(Íntegra do ofício dirigido por aquele sodalício cultural ao Governador do Estado, esclarecendo sua posição no controvertido assunto relacionado com a ereção de um monumento a Sepé Tiaraju.)

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em sessão realizada ontem, resolveu enviar ao sr. Governador do Estado ofício que abaixo publicamos e no qual fica devidamente esclarecida a participação que teve aquele Instituto, por intermédio de seus sócios efetivos, na aprovação do parecer em torno da ereção de um monumento ao índio Sepé Tiaraju.

O ofício está vazado nos seguintes termos:

Exmo. Sr. Governador do Estado

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul tomou conhecimento, pelo noticiário da imprensa local, de um manifesto, memorial, ou representação, dirigido a V. Ex.^a como — “a manifestação da esmagadora maioria dos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul”, o referente a um parecer do mesmo Instituto, emitido por solicitação desse governo, sobre um projetado monumento ao índio Sepé Tiaraju.

Em face dessa afirmativa, julga-se o Instituto Histórico no dever impreterível de trazer a V. Ex.^a alguns esclarecimentos, necessários à exata compreensão do fato controvertido.

O parecer, do qual discordam os signatários do memorial, foi discutido e aprovado em reunião plenária, nos termos e condições que os estatutos desta instituição prescrevem. Dele divergindo, os que firmaram o documento em exame exercem o mais legítimo dos direitos, e contra essa atitude nada teria a opor o Instituto, salvo quanto a ser aquele considerado como expressão do pensamento da entidade em cujo nome temos a honra de nos dirigir a V. Ex.^a, por deliberação que ela tomou em sua última reunião. Trata-se de uma opinião digna de todo o respeito, mas de natureza individual, como se verificará da exposição que faremos em seguida:

Há no Instituto cinco categorias de sócios: a) fundadores; b) beneméritos; c) honorários; d) efetivos e e) correspondentes.

O corpo deliberante é constituído pelos sócios efetivos, que são aqueles que tiverem residência nesta capital, ou suas imediações, preenchidas as condições fixadas no § 4º do art. 25 dos estatutos.

Os sócios correspondentes são aqueles que residirem fora da capital, ou suas imediações, em outras circunscrições do país ou no estrangeiro.

Os sócios correspondentes pelo simples fato da impossibilidade de comparecimento às reuniões, e de acompanharem os trabalhos, estudos e discussões dos assuntos que interessam às atividades do Instituto, não dispõem do direito do voto, somente conferido aos efetivos.

E esses mesmos sócios efetivos, quando transferem residência desta capital, deixando assim de preencher condição essencial à investidura, passam automaticamente para o quadro de correspondentes — exceção feita dos sócios fundadores que conservam em quaisquer condições, as prerrogativas de efetivos, como acontece com os srs. Florência de Abreu e Amaro Batista, domiciliados no Rio de Janeiro.

Dos signatários do manifesto são sócios correspondentes os srs. Luiz Felipe Castilhos de Goycochêa e Herbert Canabarro Reichardt, residentes no Rio de Janeiro; Mansueto Bernardi, residente em Veranópolis; Fernando Callage e Henrique Oscar Wiederspahn, residentes em São Paulo; Osvaldo Rodrigues Cabral, residente em Santa Catarina, e Pe. Geraldo José Pauwels, também residente no Rio de Janeiro; e para o mesmo quadro passaram, em virtude de mudança, os srs. Estevão Leitão de Carvalho, Valentim Benício da Silva e Deoclécio de Paranhos Antunes, que se fixaram no Rio de Janeiro, e o sr. Félix Contreiras Rodrigues, que mora em Bagé.

Torna-se certo, portanto, que dos dezenove signatários do memorial apenas oito pertencem ao quadro de sócios efetivos deste Instituto que, acentue-se, é composto de trinta sócios, elevando-se o de correspondente ao número de setenta, o que torna fora de qualquer dúvida que o manifesto não pode ser expressão, sequer aproximada, da maioria desta instituição.

O quadro dos efetivos, além dos sócios que assinaram o parecer e dos que o aprovaram, e que foram os srs. Guilhermino César, Jorge Godofredo Felizardo, Armando Dias de Azevedo, Adroaldo Mesquita da Costa, Afonso Guerreiro Lima, Moysés Vellinho, Othelo Rosa, Mons. João Maria Balém e Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, que no dia da discussão deu o seu voto com restrições, é constituído mais pelos srs. Eduardo Duarte, Luís Carlos de Moraes, Lourenço Mário Prunes, Darcy Azambuja, Edgar Luís Schneider, J. P. Coelho de Souza (que está no Rio de Janeiro no exercício de mandato eletivo), José de Araújo Fabrício, Olinto Sanmartin e Ângelo Guido, que não assinaram o manifesto enviado a V. Ex.^a.

Ocorre, a mais, que as deliberações do Instituto somente podem ser tomadas, alteradas ou anuladas, em reunião plenária, pelos sócios com direito de voto, e transmitidas pelos órgãos dirigentes regularmente eleitos pela assembleia geral.

São esses os esclarecimentos que o Instituto julgou de seu dever prestar a V. Ex.^a no propósito de habilitá-lo a um exame o mais completo possível do caso em debate, pedindo vênia, ainda, para juntar a este um exemplar dos estatutos.

Digne-se aceitar, sr. Governador, a reiteração de nossos protestos de muito respeito e alta consideração. (as.) Guilhermino César — Presidente; Jorge G. Felizardo — Secretário.

TEXTO 10

AUGUSTO MEYER E OS MANES DO PADRE TESCHAUER E DE JOÃO RIBEIRO

Porto Alegre, *Correio do Povo*, 5 jan. 1957

Moysés Vellinho

A crítica que em artigo recente Augusto Meyer fez ao venerando Padre Teschauer é inteiramente válida. A obra do ilustre investigador jesuíta, que trata da vida e morte das Missões Orientais, nada tem a ver, senão em termos de oposição, com a verdadeira história rio-grandense. O pecado de sua *História do Rio Grande do Sul* começa, pois, pelo título. Nada temos a ver, realmente, com a frustrada tentativa de implantação, sob o beneplácito de Castela, de uma província do império jesuítico em terras que só depois da completa devastação dessa província, tudo já convertido em escombros, foram incorporadas ao Rio Grande. E note-se que o desmantelamento dos Sete Povos se operou sob a responsabilidade da própria Espanha, a partir de sua secularização, após o fracasso do Tratado de Madri, até a façanha de Borges do Canto e Santos Pedroso, vários decênios adiante.

O que caracteriza a nossa estruturação histórica, neste extremo sul, é precisamente a sua unidade. Absurdo pretender fazer da história rio-grandense uma espécie de terra de ninguém, mistura arbitrária e confusa de elementos ou valores que na realidade procediam de mundos em conflito. A dilatação e conquista do território rio-grandense até suas divisas atuais foi obra exclusiva dos focos de atração e irradiação luso-brasileiros. Seria uma tentativa infeliz, destinada a subverter e corromper o próprio testemunho dos fatos, se alguém se desse à equívoca tarefa de pretender demonstrar que a homogeneidade política do nosso processo histórico não passa de um engano e que na tradição rio-grandense, que julgávamos tão viva na sua unidade, cabem todos os contrários: – Silva Pais e o Padre Balda, Rafael Pinto Bandeira e o caudilho dos jesuítas espanhóis Sepé Tiaraju, Borges do Canto e Frutuoso Rivera, o chefe oriental que arrastou para o outro lado da fronteira os restos, em pessoas e bens da antiga civilização missioneira...

Augusto Meyer, que sente a sua província por todos os poros e a interpreta com a clarividência de um espírito invulgar, tem toda a razão nas restrições liminares que opôs a uma obra que se intitula *História do Rio Grande do Sul*, mas que na verdade evoca e exalta um episódio tão estranho, tão adverso aos impulsos naturais da nossa vocação e do nosso crescimento, na fase heroica da crônica continentina; que, se vingasse nos seus títulos políticos, ter-se-ia desfigurado e amesquinhado desastrosamente a configuração quase anatômica do território que é hoje o nosso Estado. A história das Missões Orientais, acontecida aqui antes ou à margem da nossa formação, não pode ser considerada senão por inadvertência como parte integrante da história do Rio Grande. Implantada aqui sob a ostensiva proteção de Castela, eram apenas uma dependência do mundo jesuítico que tinha

por sede a Casa de Assunção, no Paraguai, e havia desbordado sobre a margem esquerda do rio Uruguai. Quando foi de seu breve fastígio, entre fins de século XVII e meados dos século XVIII a área dos chamados Sete Povos ainda não estava integrada no domínio português. Embora dentro do raio de dilatação natural do império luso-brasileiro, essa área, antes devoluta, era considerada como pertencente à Espanha, desde o famigerado Tratado de Tordesilhas. A temerária experiência dos regulares de Santo Inácio, fosse normalmente realizada em nome dos reis de Castela ou, o que é mais provável, de acordo com os planos de um império teocrático à base da servidão do índio, era, para os fundadores do Rio Grande, uma experiência de estranhos, uma tentativa de ocupação estrangeira aquém do Uruguai, isto é, dentro das nossas fronteiras eventuais. Mais que tudo, era a linha avançada de inimigos tradicionais, atirada contra os pioneiros e campeadores empenhados na construção definitiva do Rio Grande de São Pedro.

Foi em 1801, após o golpe de Borges do Canto e Santos Pedroso, soprado pelo comando de Rio Pardo, que a expansão luso-brasileira alcançou o território que fora dos Sete Povos, incorporando-o ao Brasil. Nessa altura, já fazia quase meio século que as antigas reduções, expulsos os padres, e sob a administração leiga da Espanha, haviam sido desmanteladas de alto a baixo. Nada mais restava da vã tentativa de arrancar das selvas americanas uma civilização de casco exclusivamente guarani. Quer dizer que os “povos” jesuíticos floresceram e morreram antes que o território por eles ocupado fosse atingido pela fronteira política luso-brasileira e incorporado ao Brasil.

Tenha-se como certo que essa fronteira não era, nunca fora uma linha inerte, um puro sinal geográfico, mas os arriscados escalões de um mundo vivo, que avançava do litoral para o interior, resolutamente, contra o domínio castelhano, dentro de cujas divisas os jesuítas espanhóis cometeram a imprudência de tentar a realização de um vasto sonho, o sonho mais temerário já concebido e tentado por uma ordem religiosa.

A crônica que os pró-homens do Rio Grande entraram a escrever, em nome do nosso autêntico processo histórico, na terra devastada, as missões, só se iniciou para nós, se não quisermos fraudar o sentido orgânico e vital da história, a partir do momento em que, por um lance de audácia, a área missioneira, já esvaziada de seus fastos anteriores, foi anexada ao território político do Rio Grande. Sobre uma construção inteiramente morta e desmanchada, restos de templos e frangalhos humanos, foi que os nossos maiores começaram a plantar os padrões luso-brasileiros. Antes de 1801, nada daquilo pertencia ao Brasil, e quando se deu a incorporação tudo ali eram ruínas e almas penadas. Uma dessas era o infelizmente Sepé Tiaraju, o qual, na justa expressão de Eurico Rodrigues, não passa de um – fantasma na história rio-grandense ...

Assim pensa Augusto Meyer e daí a crítica fundada, como se vê, na própria realidade histórica, ao livro do Padre Teschauer.

Mas o sr. Mansueto Bernardi, que parece não encarar com bons olhos o primado da cultura luso-brasileira na formação do Rio Grande, e supõe que a velha capitania de S. Pedro é um produto híbrido dos pioneiros rio-grandenses com os jesuítas espanhóis das Missões – o sr. Mansueto Bernardi, ia dizendo, resolveu desabar, das grimpas de Veranópolis, sobre Augusto Meyer, certo de que o apanhava em flagrante heresia histórica... E contra a crítica do agudo ensaísta de *Prosa dos Pagos*, que sabe do Rio Grande pelos dons não só da cultura, da observação e do estudo, mas de uma sensibilidade em permanente contato com as cousas da província – contra esse admirável ensaísta, cuja contribuição aos estudos rio-grandenses é das mais sérias e mais valiosas, o sr. Mansueto Bernardi lembrou-se de recorrer ao mestre João Ribeiro. Não foi feliz o poeta.

Antes de mais nada, a opinião do eminente polígrafo a respeito do Padre Teschauer é um tanto remota e bem pode ser que João Ribeiro, não sendo um

historiador militante, nunca tivesse repousado demoradamente sobre a preliminar de saber se de fato o Pe. Teschauer tinha escrito o primeiro capítulo da história rio-grandense ou o último da história da Companhia de Jesus em terras que só muito depois do completo desbarato da experiência inaciana passaram a integrar o território do Rio Grande. Mas o pior é que o fecundo filólogo nunca foi autoridade em assuntos desta província. Chegou mesmo a levar sua incompreensão ao ponto de pretender excluir o Rio Grande do Sul, culturalmente, da comunhão histórica brasileira, tudo por que se deixara levar pela ideia de que a unidade brasileira não era mais que um presente do Rio S. Francisco. E então entrou a espostear o território nacional sob o incrível fundamento de que o direito de cidadania não podia alcançar as regiões que historicamente se tinham formado fora do influxo do grande curso d'água! Ora, o Rio Grande do Sul, cuja integração na área brasileira contrariava de frente essa mesquinha doutrina, foi logo arrolado entre as terras colhidas pela excomunhão: éramos platinos demais, como o Amazonas por demais índio, para entrarmos impunemente no compasso da nacionalidade...

Por aí se vê quanto eram deficientes, viciosos mesmo, os conhecimentos de João Ribeiro sobre o Rio Grande, sobre as origens, o conteúdo político, a vocação de suas lutas. E principalmente sobre a condição histórica dos homens que foram chamados a empreender essas lutas.

Não é de duvidar que livros como o do Pe. Teschauer, alheios, em sua interpretação básica, à realidade histórica, tenham contribuído para induzir em erro, relativamente à autenticidade luso-brasileira da formação rio-grandense, altos espíritos como o de João Ribeiro. Ao passo que, se do mestre de tantas cousas fosse permitido voltar ao mundo dos vivos, muito teria que aprender com Augusto Meyer sobre o Rio Grande e sua história.

TEXTO 11

O CAUDILHO SEPÉ E O SANTO SEPÉ – I

Porto Alegre, *Correio do Povo*, 8 jan. 1957

Mansueto Bernardi

(Especial para o “*Correio do Povo*”)

– I –

Prosseguindo na sua investigação contra o padre Carlos Teschauer e a sua *História do Rio Grande do Sul*, volta-se agora o poeta Augusto Meyer contra os partidários e admiradores de Sepé Tiaraju, acusando-os de praticar pecaminosos atos de magia, escamoteação, prestidigitação.

“Nada sabemos do pobre índio – exclama com ênfase – a não ser que comandava a artilharia, falava um pouco de castelhano e morreu numa rodada, em combate. “Em consequência, “tentar transformá-lo, por passes de magia ou ingênuo arroubo de imaginação, em herói gaúcho, em figura exponencial de nossas qualidades, é mais uma ironia inconsciente – um grave sintoma de desprezo pela verdade histórica, perigoso precedente que pode levar a todas as deturpações da lição histórica”. (*Correio do Povo*, Porto Alegre, 15-12-1956).

E trocando agora sua toga de magistrado corregedor pelo uniforme de general do Exército de Salvação da História, concita os defensores de Sepé a que mudem de rumo, a que cessem o escândalo, a que não aumentem a confusão, em suma, a que se confessem e penitenciem dos seus erros.

Porque esses transviados, entre os quais nos inclui, “ao advogarem a causa de um Sepé exponencial, modelo de virtudes gaúchas, apenas logram com seu gesto apaixonado lançar a maior confusão entre verdade histórica e tradição popular,

história romanceada e severa crítica histórica. A História vive de seus erros superados e a primeira qualidade do historiador consciencioso é saber aceitar os seus desmentidos, confessando os seus erros”.

E perora: “Não se amesquinhe a figura lendária de Sepé Tiaraju apeando-o das alturas do sonho, em que tudo é vago e incontaminado, para sujeitá-lo às duras contingências da realidade implacável. Perderá o que lhe resta, perderá o seu lunar”.

O sermão, além de bem escrito, não há dúvida que saiu eloquente. Vamos ver se, além de escoreito e eloquente, é também justo e verdadeiro, se assenta na moral e na razão, se deve ser aceito ou rejeitado.

Preliminarmente, não é verdade que, a respeito de Sepé, só se saiba que comandou a artilharia (num ataque ao forte de Rio Pardo), falava um pouco de castelhano e morreu numa rodada, em combate.

Embora não se saiba tudo, sabemos dele muitas coisas mais. Sabemos que era corregedor do povo de São Miguel, que provinha de estirpe nobre, que era filho e neto de outros caciques também chamados Sepés – palavra que, segundo Aurélio Porto, significaria condutor, caudilho.

Sabemos que foi a alma da resistência à expatriação dos guaranis, determinada pelo Tratado de Madrid; que obrigou à retirada dois exércitos europeus perfeitamente armados e que essa resistência, com a guerra que ocasionou, veio a custar ruinosas somas de cruzados e de pesos às duas potências então aliadas, Portugal e Espanha.

Sabemos que, durante vários anos, exerceu uma incessante, prodigiosa atividade; que certa vez, foi preso, mediante um ardil, pelos ocupantes do forte de Rio Pardo, de onde conseguiu fugir espetacularmente.

Sabemos que morreu como um bravo, de lança em punho, combatendo em legítima defesa da sua terra e dos seus irmãos.

Sabemos ainda que, com os seus atos de heroísmo e de sacrifício, venceu profundamente a imaginação popular, dando origem a uma das mais formosas lendas do Rio Grande, lenda que Simões Lopes Neto recolheu nas suas andanças e que pôs em verso.

Sabemos que, pelos motivos acima expostos, além de herói, o povo o considerou também mártir e santo, passando a invocá-lo como seu orago e protetor celestial.

Sabemos, finalmente, que, pela simples razão de comandar algumas peças de artilharia de taquara, proferir algumas palavras em língua estrangeira e morrer de uma queda de cavalo, absolutamente ninguém conseguiu até hoje figurar, ao mesmo tempo, na história e na lenda de qualquer país.

Algo de mais alto, de mais forte, de mais puro, de mais radical e religioso deve ter acontecido, visto que só em torno da vida e da morte dos santos e dos heróis se entretecem as lendas. Faz dois séculos que Sepé entrou simultaneamente na história e na lenda, não em virtude de passes de magia ou de ingênuos arroubos de imaginação, mas com passaporte regular, fornecido por autoridades idôneas, acima de qualquer suspeita.

Entrou na história pela mão do general português Gomes Freire de Andrada, comandante de um dos exércitos que destruíram as Missões e, na lenda, pela mão de outro maior, este das letras folclóricas nacionais chamado João Simões de Lopes Neto.

Eis a prova: relatando ao seu governo os fatos ocorridos no dia 7 de fevereiro de 1756, informa o ulteriormente Conde de Bobadela: “O general espanhol pediu ao nosso 150 dragões que com 500 soldados nossos fossem castigar os índios, indo como comandante o governador de Montevideu e com os nossos o coronel Tomás Luís Osório. Logo foram segundos corpos de reserva de um e outro exército, por se dizer eram muitos os índios. O corpo principal seguiu os índios e os atacou,

matando **o cabo principal, que era um índio de muito valor chamado Sepé**". (In: Porto Seguro. *História do Brasil*, VI. IV, p. 210).

Eis aí atestado pelo general Gomes Freire: os guaranis eram muitos e possuíam diversos cabos ou caudilhos, mas o **principal era um índio de muito valor chamado Sepé**.

O Diário de expedição de Gomes Freire, cuja autoria Varnhagen atribuiu ao capitão Jacinto Rodrigues da Cunha, mas que o afanoso pesquisador Rodolfo Garcia demonstrou pertencer a Manoel da Silva Neves, que era o secretário da Expedição, com o nome do qual vem assinada a tradução espanhola desse trabalho – assim narra o mesmo episódio: “Sendo já seis e meia da tarde, veio marchando do pé do mato um grande corpo de índios, que foi visto dos dragões que se achavam nas lombas, em distância de meia légua. Logo se uniram umas poucas de nossas partidas, assim castelhanos como portugueses, e marcharam a buscar, os ditos índios, indo como comandante o governador de Montevidéu, e chegando a eles às oito horas da noite com excelente lua, deram sobre eles com tanto valor, que logo à Segunda descarga fugiu toda aquela grande quantidade de índios, ficando-lhes mortos sete, **e o seu grande capitão Sepé, o maior general que eles tinham**, o qual o matou o dito governador”. (Ver. do I. H. G. B., tomo XVI. p. 232/3). Aqui está em dois solenes documentos históricos lusitanos, perfeitamente caracterizado e qualificado o nativo Sepé: um índio de muito valor, que não era só o cabo ou caudilho ou capitão principal, mas **um cabo de muito valor, um grande capitão, o maior general que os índios tinham**.

Será que houve na redação desses documentos, escritos a bem dizer ainda entre o cheiro do fumo e do sangue da peleja, algum “passe de magia?” Será que o general e o secretário do exército português escreveram também os seus informes oficiais “a poder de amplificação telescópica?”

Um decênio, mais ou menos, após a conquista das Missões pelos exércitos aliados de Portugal e Espanha, o poeta Basílio da Gama publicava o seu poema **O Uruguai**, destinado à glorificação daquele feito. O livro foi composto à vista dos depoimentos verbais e escritos de muitos oficiais lusitanos, sendo lícito presumir, por conseguinte, que ele reproduza o conceito que os mesmos faziam de Sepé.

Pois bem. Nesse poema épico e de modo particular no canto segundo, o ameríndio só é chamado “o tape altivo”, “o grande Sepé”, colocando-lhe ainda o autor na boca, metrificadas, aquelas palavras famosas por ele proferidas em face do invasor e que bem definem o caráter da resistência guarani:

Estas terras, que pisas, o céu livres
deu a nossos avós: nós também livres
as recebemos dos antepassados.
Livres as hão de herdar os nossos filhos.

Querem maior elogio do que esse, feito ao chefe daquela resistência, assim como à causa que defendia? E note-se que se tratava de uma pena alugada ao Marquês de Pombal.

No VI volume de sua célebre *História do Brasil*, o insuspeito escritor protestante britânico Southey, ao relatar a Guerra das Reduções, se refere sempre a Sepé com palavras de admiração: “Era Sepé Tiaraju o único caudilho que algum talento militar desenvolvia. Tão sagaz como destemido era esse homem... Se não aproveitava quantas vantagens se punha a sua gente”. E, ao descrever-lhe a morte, conclui com esta frase lapidar: “Morreu como bravo”.

Alfredo Varela, um dos mais profundos conhecedores dos nossos fastos históricos, na sua obra *O Rio Grande do Sul*, composta em 1897, tece os maiores elogios a Sepé, ampliando-os ainda mais na *História da Grande Revolução*, no

trecho em que lhe descreve a morte: “Com muitos deles, muitos, ficou exânime sobre o campo da batalha Sepé Tiaraju, o alferes do povo de São Miguel, e, nessa quadra, o alferes-mor dos seus pares. Foi o primeiro que tombou, entre nós, com lustre singular, *pro aris et focis*, e mantém-se inapagável o épico, lendário, simpático recorde do intrépido tapejara. Perpetua-se como um símbolo do enérgico sentimento predominante na raça primitiva, sendo notório o desmedido amor que os índios, mais que nação alguma, têm por sua pátria” (VI. I, p. 141).

Em 1921, o general Tasso Fragoso que, ao seu caráter de chefe militar dos mais ilustres, aliava o título de membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no seu livro *A Batalha do Passo do Rosário*, assim se pronuncia sobre Sepé:

“Na margem do Vacacaí logram matar (os aliados hispano-lusitanos) o morubixaba Tiaraju, também chamado Sepé 7-2-1756), ao que parece, o principal chefe dos guaranis na resistência heroica que ofereciam aos seus encarniçados perseguidores. É essa incontestavelmente a figura mais simpática desses acontecimentos!

Quanto esse índio sobreleva, na gentileza de sua vida e na pobreza de seus recursos materiais, bem como no seu incomparável devotamento, à sanha incoercível dos seus adversários, a que não minguava saber guerreiro, nem instrumentos aperfeiçoados de destruição!”

Quem destarte se externava sobre Sepé não era nenhum homem de letras, atacado de delírio apologético, mas um soldado competente e brilhante, que pesava e sabia o que estava dizendo. (Continua)

TEXTO 12

O CAUDILHO SEPÉ E O SANTO SEPÉ – II

Porto Alegre, *Correio do Povo*, 9 jan. 1957

Mansueto Bernardi

(Especial para o “Correio do Povo”)

- II -

Em a *Batalha de Caiboaté*, impressa em 1935, outro ilustre general brasileiro, Ptolomeu de Assis Brasil, cita inúmeras vezes o nome de Sepé e, relatando a segunda investida dos missionários contra o forte de Rio Pardo, em 1754, declara: “Foi designado ainda para dirigi-la José Tiaraju, o Sepé, o mais hábil e cauteloso guerrilheiro guarani daqueles tempos.

A formação física e moral do clarividente Tiaraju foi plasmada nas Missões, exclusivamente sob a orientação jesuítica, muito provavelmente em São Miguel, onde chegou à categoria de corregedor, função proeminente de justiça e polícia, a que só atingiam índios cristãos, eleitos por qualidades singulares.

Parece que, filho de Cacique, não desmentiu o sangue herdado, antes o elevou tanto, que, logo após a sua morte prematura, surgiu-lhe espontânea, ironicamente embora, generalizada, a auréola da santidade, hoje imortalizada entre nós”.

“O conhecimento que este tapejara tinha da região, a sua audácia e presença de espírito contribuíram para elevá-lo à altura de chefe incontestado.”

Aludindo ao início da segunda campanha (1756), escreve, em seguida, o distinto historiador militar: “Convieram (os índios) em que seria chefe principal o corregedor de São Miguel, José Tiaraju, a quem todos deviam obedecer.” “O grande

caudilho ia reencetar as suas façanhas guerrilheiras, em uma das quais tombaria tão heroica quanto ingloriamente”.

E após estudar, com minúcias a morte de Sepé, pondera, oportuna e judiciosamente:

“No estudo da formação histórica do Rio Grande do Sul, é imprescindível levar em linha de conta e exaltar, como merecem, a individualidade e os efeitos marcantes, quase desconhecidos do resto do país, desse índio sem par.

A reação oposta à evacuação e entrega a Portugal dos Sete Povos das Missões fundados ao oriente do Uruguai, a partir de 1687, pertencentes à província do Paraguai, foi dirigida diretamente por ele. Desde o primeiro passo para o despejo daquelas terras, **que lhes foram dadas por Deus e São Miguel**, com a agravante de se impor aos possuidores legítimos a transferência para indesejáveis paragens – objetivo da missão de Luiz Altamirano quando partiu para Japeju – Tiaraju, resoluta, sem perder tempo, montado a cavalo, dirigiu-se, a toda brida, à frente de 300 companheiros, ao encontro daquele padre com o intuito preconcebido de abatê-lo e à força armada que, precavidamente, o escoltava, como sabemos. Dessa cavalgada inicial, quase se poderia dizer só apeou dois anos depois, quando da funesta **rodada** que o prostrou, nas proximidades da sanga da Bica, para sempre!

Com alguns intervalos, proporcionados pela sua tática ardilosa e destemida execução, se manteve sobre o lombo do cavalo todo esse tempo.

De São Miguel a Japeju, de Japeju a Santa Tecla, ao Rio Pardo (três vezes), às Missões; e, novamente, a Santo Antônio, o Novo, a Batovi, Jaguari, Vacacaí, Trilha – o valente guerrilheiro não cessava a pervicaz resistência aos invasores, conservando-os em ininterrupto sobressalto, atropelados, em permanente cheque; e, mais de uma vez, moralmente derrotados, coagiu-os a recuar, abandonando, desprestigiados, o teatro das operações e o serviço que deviam executar.

E quando a gente se lembra de que esses relevantes acontecimentos, realizados por aborígenes a bem dizer desarmados, eram vitoriosamente dirigidos por um dos seus pares – de autêntica linhagem tape – contra exércitos regulares de duas fulgurantes cortes europeias, sob o comando de conspícuos generais e orientação de titulares diplomáticos, cumpre reconhecer que o condutor desses incautos centauros possuía singulares qualidades que o destacam, sem a menor dúvida, como primeiro grande caudilho revelado nas plagas rio-grandenses”. (General P. de Assis Brasil – *Batalha de Caiboaté*, p. 97-98).

Verifica-se do exposto que o general Ptolomeu de Assis Brasil sabia algumas coisas mais do que Augusto Meyer acerca “do pobre índio Sepé”.

Mas não é verdade que o erudito prelecionista só saiba três nonadas sobre Sepé. A verdade é que ele não quer saber de Sepé...

A meia dúzia de pareceres transcritos – e poderíamos transcrever vinte ou trinta – firmados todos por autoridades de peso, nacionais e estrangeiras, demonstra positivamente quanto infundada e injusta é a acusação que nos assaca o articulista de “tentarmos transformar (Sepé), por passes de magia ou ingênuos arroubos de imaginação, em herói gaúcho, em figura exponencial de nossas qualidades”, o que, no seu entender, “mais que uma ironia inconsciente, é um grave sintoma de desprezo pela verdade histórica, perigoso precedente que pode levar a todas as deturpações”.

Presume ainda o emérito censor que, ao advogarmos a causa dum Sepé caudilho, dum Sepé valente, dum Sepé heroico, dum Sepé altivo e grande, outra coisa não logramos fazer “senão lançar a maior confusão entre verdade histórica e tradição popular, história romanceada e severa crítica histórica.”

Também aqui não procede a imputação, que se nos faz. Manobra de confusão, prova de desdém pela verdade histórica, movimento de pura iconoclastia é querer apagar, de qualquer jeito, a imagem real do homem Sepé, do herói Sepé, a

fim de substituí-lo por um santo que nunca existiu, por um santo sem pés nem cabeça.

Isto sim é querer tapar o sol com uma peneira, encobrir a verdade assentada, inventar contos de fada, introduzir inovações.

Nesta pendência sobre Sepé, nós não somos inovadores ou modernistas. Somos clássicos. Preferimos aos contos da carochinha o que aprendemos nas classes. E nessas classes aprendemos, como se demonstrou, que Sepé é um vulto representativo da sua estirpe, símbolo e síntese dos valores morais e físicos da sua nação, a qual muito influi no processo histórico no Rio Grande.

Aprendemos que entrou na história graças à larga cópia dos seus próprios merecimentos, às virtudes invulgares que lhe exornavam a personalidade.

Apagar-lhe agora o nome das páginas dessa história é uma empresa de antemão condenada ao fracasso. Ninguém poderá falar na conquista portuguesa do Rio Grande do Sul sem falar em Gomes de Freire. Ninguém poderá falar em Gomes de Freire sem falar nas Missões. Ninguém poderá falar nas Missões sem falar em Sepé. Aprendemos também, nessas classes, a distinguir perfeitamente a história da lenda e sabemos, como já foi dito, que, naquela, Sepé entrou pela mão do Conde de Bobadela, e nesta, pela mão do mais alto representante da família do Visconde da Graça.. E que numa e noutra permanecerá para sempre.

Sabemos ainda que a lenda de Sepé é uma simples projeção, um simples reflexo, um simples desdobramento da história de Sepé e que foi esta que deu origem àquela. A história é a causa fundamental; a lenda, um mero efeito.

No caso em lide, Sepé atua como causa eficiente, estando para a nossa história como Vercingetorix para a história de França, Viriato e Sertório para a história de Portugal, Lautaro para a história do Chile, e Guatimozim para a história do México.

Até hoje, decorridos tantos séculos e, com relação aos primeiros até milênios, nas histórias desses países, aqueles heróis são mencionados e invocados como numes tutelares. Só aqui se quer abrir uma exceção à regra geral. E por quê? Principalmente porque – cumpre dizê-lo – Sepé foi educado pelos regulares de Santo Inácio e, menosprezando e atacando Sepé, se tem ensejo de menosprezar e atacar, mais uma vez, a Companhia de Jesus.

Não há dúvida alguma, anda um forte ranço de pombalismo no bojo de tudo isso. Com duplo entono de magistério e de ministério, proclama Augusto Meyer que “a primeira qualidade do historiador consciencioso é saber aceitar os seus desmentidos, confessando os próprios erros”.

Acontece que nem temos a pretensão de figurar entre os historiadores nem cremos haver cometido algum deslize, nesse particular.

É inútil, por conseguinte, nos concitar ao arrependimento e nos citar perante o tribunal da Penitência.

Diz-nos a consciência que não temos de que nos arrepender. Pelo contrário. Estamos cada vez mais convencidos da verdade e da justiça da causa que abraçamos. À barra daquele tribunal outros, a nosso ver, devem ser arrastados: são os que defendem a tese da inexistência do Sepé histórico e querem, à força, nos impingir exclusivamente o Sepé da mitologia, o Sepé da superstição popular.

São os que pretendem rasgar os arestos da história, inverter o curso do tempo, transgredir a lei da gravidade. Mas é baldado o intento. Nada conseguirão. Eliminar Sepé Tiaraju da nossa história é o mesmo que exigir que as águas do Jacuí refluem da barra do Rio Grande, onde entram no mar, para os cimos da Serra Geral, onde estão as suas nascentes.

Nesta querela sobre Sepé, nós nada inventamos, nada pretendemos corrigir, nada queremos subverter. Aceitamos e propagamos a estampa do índio protótipo, que nos transmitiram os ancestrais. Custodiamos o tesouro do seu ensino expresso. Acobertamo-nos com uma tradição bisseccular.

Não somos nós, portanto, os confusionistas, os heréticos, os prestidigitadores. Estes vozeiam noutro acampamento, e seguem rumos bem diferentes.

Também não fomos nós que começamos a ladainha em louvor de Sepé. Foram Gomes Freire e seu secretário. Outros muitos a continuaram. Nós estamos apenas dizendo amém!

No que concerne à hipótese de um eventual apagamento do lunar de Sepé, não se preocupe o lúcido Augusto Meyer. Transformado em cruzeiro divino, conforme conta o intuitivo Simões Lopes, esse lunar há dois séculos subiu ao céu, de onde ilumina o hemisfério austral. E para ele se voltam, todas as noites, milhares de olhos. E em intenção dele ardem votivamente milhares de corações gaúchos, num rito de crescente exaltação.

Nenhuma força humana poderá jamais extingui-lo. E quem, desta província, olhar para esse emblema, acima de prevenções e contentas superadas, no mesmo instante pensará em Sepé.

TEXTO 13

O RIO GRANDE, SEPÉ E AS MISSÕES¹²

Porto Alegre, *Correio do Povo*, 27 jul. 1957

Moysés Vellinho

A sugestão terá sido bem intencionada, mas é de uma flagrante impertinência histórica. Um monumento a Sepé Tiaraju?... Mas o famoso índio das missões espanholas não se distinguiu precisamente como instrumento das forças que se encarniçaram contra a integração territorial do Rio Grande? Como transformá-lo, de repente, em símbolo da brasilidade?!... Celebrar heróis alheios como se fossem nossos não seria o cúmulo da indignação, da atonia cívica? E no caso, quando não resta menor dúvida que Sepé se fez herói a serviço de adversários contumazes, que nome se vai dar à tentativa de entronizá-lo entre os pró-homens da nossa formação?... Que fazer então com os precursores autênticos, aqueles que realmente lutaram e morreram pela construção da nacionalidade?

Tais as interrogações que se terão atropelado no espírito do titular do governo rio-grandense tão logo lhe caiu debaixo dos olhos a incrível sugestão. Não era o caso de ouvir com urgência o Instituto Histórico e Geográfico? Foi o que fez o Governador para conjurar suas perplexidades.

Consultado, o Instituto reuniu-se e aprovou o parecer que transcrevemos em “Arquivo”, ao fim deste número. Como se verá, o documento é desses que honrariam qualquer instituição congênere. Não tivesse sido seu relator um mestre do porte de Othelo Rosa, infatigável estudioso das coisas da província e cuja morte recente abre um claro impreenchível nas letras históricas do Rio Grande do Sul, às quais ele tanto serviu com o seu amor e senso de verdade! A conclusão do parecer, exatamente porque o Instituto se fechou aos acenos de um sentimentalismo equívoco, não podia deixar de ser negativa, embora com isso tenha provocado disparatadas irritações.

É triste verificar que nem todos sentem com clareza os compromissos que a tradição impõe, deixando-se ficar sorradeira ou displicentemente a duas amarras,

¹² Este texto foi publicado na revista *Província de São Pedro*, no editorial da edição 21, de 1957, nas páginas 5 a 10. Optou-se por manter também sua transcrição no Anexo N desta Tese, no qual são reunidos os editoriais da revista em questão, no intuito de se evitar lacunas nos grupos de textos que compõem os anexos deste trabalho.

um pé lá e outro cá, como se nada devesse significar para as gerações novas o duro preço que os nossos maiores tiveram que pagar ao inimigo e ao deserto antes de se fazerem donos da terra que nos legaram. Lamentavelmente ainda há os que teimam na insensatez de considerá-los intrusos!... São os últimos rebentos de uma planta grotesca: o jacobinismo indianista. Vítimas de sólida incompreensão, é gente que parece ver ainda na descoberta da América qualquer coisa de profundamente lastimável...

Mas além desses sobreviventes de um penoso quiproquó político e literário, não resta dúvida que há também os que se movem por inspirações menos inofensivas são os que se insurgem sub-repticiamente contra o primado do elemento luso-brasileiro na estratificação social rio-grandense. Seria o caso de receitar-lhes sem demora a leitura de dois trabalhos que, como se está vendo, ainda não perderam a oportunidade: “Uma cultura ameaçada”, de Gilberto Freyre, e “Conflito de Culturas”, de J. P. Coelho de Souza.

Abrindo um parêntese, já é tempo de reconhecermos o severo trabalho de clarificação histórica que vem sendo empreendido pelo nosso Instituto e no qual tanto se distinguiu o estudioso exemplar, verdadeiro professor de história, que foi Othelo Rosa. A tarefa levada a efeito com o invariável objetivo de harmonizar a história com o testemunho dos fatos e dos documentos, está visto que nem sempre concilia todas as opiniões. É de lamentar, porém, que certos votos divergentes, como no caso de Sepé, em vez de se manifestarem normalmente, durante a tramitação tempestiva da matéria, tenham vindo explodir cá fora, sob a forma de um extravagante abaixo-assinado... O que entretanto ressalta de tudo é que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul está cumprindo sua tarefa com impecável isenção e proficiência, sem outro intuito que não o de clarear os caminhos do nosso passado, a fim de podermos oferecer aos nossos filhos um roteiro sem duplicidades, que será o mesmo para os descendentes dos laboriosos colonos que um dia se incorporaram ao nosso destino e hoje formam com a velha raça dos pioneiros um só corpo. Encerrado o ciclo heroico, definidas as instituições locais rigorosamente dentro do complexo brasileiro, a história nova do Rio Grande passou a ser escrita por todos os seus filhos solidariamente, sem distinção de procedências raciais.

Mas voltemos ao índio Sepé. Sua história é bastante singela. Para começar, ninguém sabe ao certo se ele nasceu do lado de cá ou do lado de lá do rio Uruguai. Tal indagação, de resto, não tem a menor importância. Natural desta ou daquela banda, o certo é que, quando os jesuítas espanhóis o envolveram e o tomaram a serviço dos vastos planos da Companhia de Jesus, a fronteira política do mundo luso-brasileiro ainda não havia alcançado o território das reduções missioneiras. Aquilo tudo eram ainda terras de Castela, embora compreendidas dentro do raio de expansão dos portugueses. Por seu turno, mapas jesuíticos da época as incluíam dentro do desmarcado âmbito das conquistas inacianas sob a denominação genérica de “Dependências do Paraguai”. As nossas divisas foram avançando aos poucos, do litoral para o interior, rumo oeste-sul, contra o domínio espanhol, e só em 1801, não tendo vingado o Tratado de Madrid, foi o antigo feudo jesuítico, tributário da Província do Paraguai, incorporado ao Brasil, mais de quarenta anos após a mesquinha escaramuça em que Sepé caiu num buraco e recebeu o tiro que o matou.

O chefe guarani veio ao mundo, pois, dentro da alçada castelhana e, como era natural, sempre esteve de armas furiosamente voltadas contra os conquistadores luso-brasileiros. Criado nas Dependências do Paraguai, foi mobilizado militarmente pelos padres, seus chefes temporais e espirituais, para embargar a conquista dos nossos bravos e duros antepassados. É claro que o sentimento que impelia Sepé vinha do ódio de morte que aos portugueses em geral e aos paulistas em particular votavam os regulares da Companhia de Jesus, desde

a ação predatória das bandeiras, em começos do século XVII. O ressentimento dos padres, que já durava havia mais de um século, chegando a converter as antigas “doutrinas” num vasto e ativo acampamento militar, até certo ponto se explica. Mas nossa posição neste debate não é a de quem julga, não pode ser a de uma falsa e perigosa neutralidade, pois nela figuramos como partes, e partes que sofreram na própria carne a agressividade com que os jesuítas espanhóis, aliados de Castela, responderam à ação expansionista dos nossos pioneiros.

Não há como negar a importância e gravidade de uma disputa que é vã ou fútil apenas na aparência. Nem por sermos hoje, mais que bons vizinhos, amigos fraternais dos povos que nos cercam, devemos tolerar a distorção da história ao ponto de confundirmos no mesmo culto os nossos heróis de verdade e aqueles que do campo contrário os combateram como inimigos. Será mesmo que se pretende fazer da história rio-grandense, tão inteiriça, tão vigorosa nas suas afirmações, uma espécie de terra de ninguém, onde todos os contrários se acolham impunemente?...

Não nos interessa, aqui, indagar até onde os planos mal-encobertos de uma autarquia jesuítica politicamente autônoma constituía, no seu desenvolvimento ulterior, uma ameaça à integridade do próprio império espanhol. Vassalo de Castela ou instrumento do sonho político da Companhia de Jesus, o malfadado corregedor de São Miguel só não é estranho ao passado do Rio Grande porque nele entrou como inimigo. Quando homens como Francisco Pinto Bandeira, pai do fabuloso Rafael, e Cristóvão Pereira, – esses, sim, legítimos patriarcas do Continente de São Pedro, – se encontravam na tronqueira de Rio Pardo plantando os marcos do nosso crescimento, construindo com os seus homens o Rio Grande do futuro, quem foi que lhes surgiu do outro lado, do lado inimigo, para disputar-lhes a posse da terra, senão o próprio Sepé em carne e osso? E rezam os documentos de então que era o nome do rei de Castela que o índio invocava nas suas investidas...

Acaso poderia ser de outra forma? Instigado pelo vigilante ressentimento dos jesuítas espanhóis, o mesmo ressentimento com que no século anterior (1680) haviam lançado um poderoso exército contra a tentativa portuguesa de estender as terras do Brasil até a margem superior do Rio da Prata, Sepé Tiaraju estava rigorosamente no seu papel. Por isso mesmo, querer trazê-lo agora, à viva força, de seu lado para o nosso, começa por ser uma injúria à sua própria memória.

E injúria muito maior aos esplêndidos construtores do Rio Grande de São Pedro. Que diriam eles, do fundo de suas tumbas, se nos surpreendessem a escamotear o reconhecimento que lhes devemos, nós os herdeiros e beneficiários de suas proações e sacrifícios de sangue, para dividi-lo, como num assomo de colaboracionismo *a posteriori*, com aqueles cuja missão histórica não foi outra que não impedir, a ferro e fogo, a dilatação do Rio Grande até à conquista de suas fronteiras atuais? Para quebrar o caráter de uma tradição, para corrompê-la nas suas próprias fontes, nada melhor que misturar, confundir valores que as forças da história puseram em conflito. Arrastar o brioso chefe guarani para o nosso Panteon cívico, e celebrá-lo como herói nacional, a ele, que era estrangeiro e inimigo, seria qualquer coisa de absolutamente inédito até mesmo no registro dos absurdos humanos... Se fosse possível desprezar considerações mais graves, parecia estarmos diante de uma pitoresca tentativa de contrabando histórico!... Se realmente o soldado missionário está a merecer um monumento votivo, que seja ele erguido fora das nossas fronteiras, dentro do complexo político que o gerou. Aliás, o seu vulto se alça com mais relevo no âmbito generoso do mito que na história propriamente, e é certo que a rigor pertence menos à crônica das antigas colônias de Castela que a um dos capítulos mais contraditórios e controvertidos da História Geral da Companhia de Jesus.

Resta o subterfúgio do flamante argumento telúrico. Sepé teria agido em nome das forças obscuras da natureza. Seria a expressão da própria terra em suas reações elementares contra o cúpido invasor europeu. E vai o argumento por aí

além, seguindo o curso de uma dialética extemporânea e inconsequente, que nos levaria, em trôpego regresso, a um dos passos menos felizes do nosso romantismo, aquele que procurou fazer do bom selvagem convencional o paradigma da nacionalidade nos seus anseios de afirmação. Mas isto, meus Deus, foi já cento e tantos anos!... Será que vamos reabrir, nesta altura da história, a questão de saber se a descoberta da América, com todas as suas violências e devastações, com todas as suas promessas e esplendores, foi um mal irresgatável porque trouxe como consequência o desbarato das raças autóctones? Seria mesmo preferível que a história, esquecida de suas próprias leis, permitisse que o Novo Mundo continuasse bucolicamente à margem da civilização, como simples viveiro de bugres? Sem dúvida, o problema se presta a graves divagações morais ou éticas, mas diante dos cegos imperativos da evolução histórica é de um anacronismo constrangedor.

Entretanto, mesmo que aceitássemos como legítimas essas divagações regressivas, ainda assim elas não socorreriam a causa do índio Sepé. E isto porque, quando o caudilho dos padres castelhanos foi chamado a desempenhar o seu papel no drama das Missões, já tinha superado a condição de simples selvagem. Não era mais uma expressão telúrica. Pois não é verdade que um de seus fiéis já escreveu páginas e páginas para apresentá-lo como o primeiro escritor rio-grandense, visto como o nosso bugre era alfabetizado e teria chegado a garatujar pelo menos quatorze cartas?... Naturalmente que as cartas não foram escritas em português, mas isto não quer dizer nada, como também não tem a menor importância, para os que pretendem inculcá-lo como o primeiro caudilho rio-grandense, que tivesse nascido fora das nossas fronteiras históricas e atuando como tenaz inimigo dos fundadores do Rio Grande... O certo é que o chefe missioneiro já não podia ser considerado como um autêntico padrão cósmico, manifestação virgem das potências naturais. Politicamente enquadrado, desempenhava funções de responsabilidade na administração e defesa da organização jesuítica e apresentava-se ostensivamente como súdito de Castela. Vê-se então que seus surdos compromissos com a floresta e a tribo já eram muito escassos quando, menos por instinto que em cumprimento a ordens superiores, se lançou contra os exércitos de Gomes Freire e de Andonaegue. Num encontro fortuito, poucos dias antes do combate de Caiboaté, sofreu uma rodada bem pouco épica e foi atingido e morto por um tiro de pistola. Apenas isto. O resto é folclore e conversa fiada. Matou-o o governador de Montevidéu, circunstância que, como se sabe, não altera em nada o sentido antibrasileiro de suas façanhas. Se a causa que ele defendeu, que nada tinha de telúrica por ser nitidamente política, tivesse vingado, outra seria, e bem mesquinha, a configuração geográfica do Brasil meridional. Está claro que quando o debate chega aí, os adeptos da brasilidade de Sepé desconversam...

Parece que tudo ficaria mais fácil de compreender se passássemos, de uma vez para sempre, a encarar o episódio das missões jesuíticas como substancialmente estranho à formação histórica do Rio Grande. É evidente que não interfere nesta proposição nenhum juízo de valor. Por mais que respeitemos a imprudente e trágica utopia que levou os abnegados e intrépidos regulares da Companhia de Jesus a pretenderem construir o seu império dentro de uma área cobiçada e disputada por duas potências coloniais que cresciam simultaneamente uma contra a outra, segundo as leis do próprio dinamismo histórico, e por mais que do ponto de vista estritamente humano a inevitável frustração desse sonho nos confranja, há um fato que sobrepaira a quaisquer reações morais ou sentimentais, há uma lição que o exame mais ligeiro da realidade impõe: é que as relações históricas do mundo luso-brasileiro com os jesuítas que desbordaram da Província do Paraguai, no último quartel do século XVII, e se estabeleceram em terras que ainda não estavam politicamente integradas no Rio Grande, foram relações de oposição, de acesa rivalidade. O próprio Padre Serafim Leite, a quem devemos a monumental "História da Companhia de Jesus no Brasil", é o primeiro a reconhecer

o sentido antibrasileiro da expansão jesuítica sobre a área destinada à complementação geográfica do sul do Brasil. A circunstância de se tratar de um das mais ilustres figuras contemporâneas da Sociedade de Jesus não impediu que o vigoroso e arejado historiador aceitasse e proclamasse o que é apenas uma evidência histórica.

A temerária experiência dos filhos de Santo Inácio foi levada a efeito em termos de hostilidade contra o expansionismo luso-brasileiro, sendo natural, já por isso, e nas difíceis circunstâncias em que se realizou, que nada tenha transmitido, nenhum legado que culturalmente possa ser considerado como elemento ativo, àqueles que acabaram senhores do território onde uma vez haviam sido os Sete Povos. Na verdade, a anexação ulterior das antigas Dependências do Paraguai ao Rio Grande de São Pedro, em 1801, não acarretou nenhum processo vital de aculturação. É que já não havia o que assimilar. Nem sombra mais dos antigos campos de trabalho e de militarização que, ao lado do esplendor religioso, caracterizavam a clausura missioneira. Depois do colapso do incipiente império jesuítico, que se operou sob as vistas e a responsabilidade da própria Espanha, pouco sobrou da audaciosa organização além de ruínas e superstições. Passados alguns decênios sobre a expulsão dos padres, quando Borges do Canto e Santos Pedroso, num lance fulminante, rechaçaram dali as autoridades espanholas, viu-se que o decantado fastígio das Missões já pertencia ao imponderável mundo da lenda e que os aguerridos catecúmenos de outrora, esquecida a férrea disciplina em que viveram sob os padres, já iam de regresso, em marcha batida, para a sua condição de bárbaros. Eram os detritos tresmalhados de uma civilização improvisada e destituída de viabilidade. E como se o que restara já não fosse tão pouco, algum tempo depois da incorporação, Frutuoso Rivera irrompe aqui de surpresa e arrasta em dezenas de carretas quase tudo do pouco que ficara. E atrás do general, desarvorada, se foi a população autóctone, numa transmigração em massa. Fazia agora espontaneamente o que se recusara a fazer por imposição do Tratado de Madrid... Tinha-se apagado de todo a tradição jesuítica. “A incursão de Rivera, – informa Aurélio Porto, – o êxodo dos remanescentes das populações indígenas que seguem o caudilho em sua retirada, o despovoamento completo dos Sete Povos de massas dessa origem, marcam inegavelmente o fim do regime missioneiro”. Outra história, sob inspiração política antagônica, ia começar ali, em nome da estruturação definitiva do Rio Grande. Não se tratava de um processo de enxertia. Era uma planta nova que ali ia meter novas raízes. Uma civilização diferente, sob outra bandeira, sob outro signo cultural, ia nascer por cima dos destroços de uma construção utópica. Uma coisa nos ficou desse passado morto: o papel de depositários circunstanciais de algumas ruínas. Nada mais.

Não é, pois, na história das missões jesuíticas, estranha e hostil à formação rio-grandense, que iremos encontrar os nossos precursores legítimos. Ela já estava inteiramente desmantelada, sociologicamente inerte, quando a área dos Sete Povos foi incorporada ao domínio luso-brasileiro. Quanto aos nossos heróis, eles estão dentro e não fora ou à margem do nosso processo histórico. São símbolos de integração e não de desintegração nacional.

(Transcrito da *Província de São Pedro*, nº 21).

TEXTO 14**TESCHAUER, SIMÕES LOPES E AS MISSÕES****Porto Alegre, *Correio do Povo*, 30 jul. 1957****Mansueto Bernardi**

O erudito Carlos Teschauer, ao compor em 1918-1922 a sua monumental *História do Rio Grande nos dois primeiros séculos*, acentua mui judiciosamente: – “Debaixo do solo rio-grandense conhecido, há um subsolo histórico, entulhado e encoberto pelas sombras do esquecimento, esvaecido pelas injúrias dos tempos. O solo rio-grandense é consagrado pelos combates encarniçados que se feriram pelos bens supremos da humanidade: a civilização, a religião e a liberdade.

A seguir, veremos como, depois da enérgica resistência dos selvagens, que não recuam do martírio a que sacrificaram os primeiros missionários, as matas virgens do Rio Grande, onde se ouviam as cabeças e as taquaras, tocadas pelos pajés, ressoam da prédica do Evangelho; veremos como, onde se celebraram festas antropofágicas, se levantam templos ao verdadeiro Deus e em redor brotam florescentes núcleos de civilização e dos primitivos habitantes desta nossa terra, em que viveram como feras, saíram primeiro cristãos e dos cristãos a família cristã e desta as comunidades e uma grande província de índios cristãos, felizes súditos do então soberano que mandava neste país.

A agricultura, a pecuária, o comércio, a indústria, as artes se levantarão onde antes não havia senão agreste deserto. E tudo elevar-se-á a admirável prosperidade e florescência, apesar das vexações e perseguições dos aventureiros de S. Paulo.

Assistiremos à triste tragédia em que toda essa brilhante civilização desaparece como um belo sonho, de sorte que ficou esquecida e desconhecida aquela heroica história deste país, como se não tivesse existido ou foi deformada de modo que certos vultos e figuras históricas tomarão (agora) outro aspecto e aparecerão em nova luz, a própria e verdadeira (I. VI *Introdução*). E no prólogo do mesmo tomo esclarece: – “O assunto deste livro, segundo indica o título, é a narrativa documentada do antigo passado histórico do Rio Grande do Sul, a qual se estende aos dois primeiros séculos 17 e 18, dividindo-os em duas partes naturais, abraçando a primeira o tempo de 1626-1687, desde o descobrimento e primeiras explorações do país até a época de fundação das Sete Missões Orientais, e a segunda a época de 1687 a 1801, quando foram incorporadas ao governo português.

A primeira parte, que corresponde ao primeiro dos dois tomos do livro, pode-se dizer é uma página em branco, ao menos para a ciência popular e universal; a segunda é outra (página em branco) em grande parte, porquanto, embora escrita, requer, conforme o estado hodierno da historiografia, uma revisão radical”.

E foi o que, afanosa e corajosamente, fez o autor, levantando o véu que encobria os primórdios da civilização gaúcha, derrubando uma grossa muralha de preconceitos, inexatidões e prevenções, incorporando, enfim, à história rio-grandense e brasileira um dos mais brilhantes capítulos da história sul-americana e universal: as Missões Orientais do Uruguai, surgidas em solo de início estrangeiro, mas hoje incorporado ao patrimônio geográfico nacional. Ao mesmo passo que obra do lídimo pioneirismo, Carlos Teschauer fez, por conseguinte, com a sua *História*, um trabalho de restabelecimento da verdade, de reivindicação e reparação, de irrefutável e rigorosa justiça.

– Sem a ingente erudição e os vastos meios de pesquisa e análise do padre Carlos Teschauer, mas tendo sobre este as vantagens de uma intuição quase divinatória e de um conhecimento mais direto e mais íntimo da índole e da

formação do povo rio-grandense, João Simões Lopes Neto, ao esboçar a *Terra gaúcha*, de que apenas redigiu o primeiro volume, chega exatamente à mesma conclusão: o período missioneiro não pode ser excluído da nossa história e os compêndios, que o excluem, precisam ser revistos e corrigidos.

Eis, em resumo, o seu peremptório pronunciamento: – “A história do Rio Grande do Sul pode ser tracejada em uma tela de fundo cinzento-vermelho, nitidizando-se nas linhas superiores o claro promissor dos decênios próprios. Na gradação dos planos, seria o inicial a lhanura longa e longínqua, forrada em espessa malha das grammas fortes, cortada em rede pelas bandadas dos nhandus e pelos rebanhos de veados, vista de cima pelos colhereiros cor-de-rosa, de apressado espanejar, e pelos griseos taãs de vôo sereno; doutra parte, a floresta exuberante, pouso tranquilo do tapir, ramalhando a fronda engrinaldada e perfumosa, inocente do machado e do fogo.

O caboclo primitivo era caçador parco e pescador paciente; guerreiro áspero, mas sem a fereza do indígena central, não mutilava a face para o adorno disforme nem espetava o crânio do vencido, como troféu, na paliçada do agreste aldeamento: a brandura da índole temperava os arrancos da bruteza natural, concebível.

Foi nesse esfumado cenário que um dia surgiu o homem branco, que trouxe o cavalo, o boi, a arma de fogo e a pólvora.

Com os capitães entrou o padre, o jesuíta, o hábil já, abrasado da profecia profunda do seu mestre recém-morto, e que, com inigualável espírito de ordem, de previsão, de capacidade assimiladora, soube traçar os primeiros alicerces de uma fundação social que as competições futuras haviam de aluir e derrocar. E mal que o rasto do indígena incauto vinha sendo coberto pelo do espanhol, rompeu o português, a lançar aí além os padrões da sua passagem, significando posse.

E sucedeu o que devia suceder. Impelido pela sanha da cobiça, mentindo à cruz da espada e do guião, iluminando a noite com labaredas, turbando o dia com alaridos, o branco foi contra o branco, como molossos truculentos, rilhando as presas sobre a mesma vítima.

O Charrua, o Tape, o Minuano, que haviam se tornado eméritos em manejar os novos e estranhos animais, que tanto lhes apraziam, tonaram-se nervo e polpa da ambição e da disputa: o selvagem viu-se premido entre as duas garras contrárias até expirar.

Cronologicamente, sobre o nosso torrão, nos antecedentes da sua formação e integração, pode-se ter como primeiro o período que se inicia na ancoragem da frota que traz Américo Vespúcio, nas águas da Lagoa dos Patos, em 1502 e difunde-se pelos sucessos distantes, porém que direta ou indiretamente deviam projetar sobre ele a sua influência, como a entrada de Solis pelo estuário do Prata, o alargamento das Missões Jesuíticas, a fundação da Colônia do Sacramento, até a ocupação decisiva do litoral rio-grandense por Silva Paes em 1737: ciclo de 237 anos, período de bruma”.

E depois de caracterizar o segundo período, que qualifica de “vermelho” e que termina com a guerra de 1870, acrescenta e sublinha: – **“Entretanto, esse passado está para ser escrito com fidelidade, ou antes, está desfigurado nos compêndios destinados ao ensino da história rio-grandense”**. (*Terra gaúcha*, Livraria Sulina, 1955, p. 25 a 28). E por esse motivo o estudioso pelotense divide o primeiro tomo de sua *Terra gaúcha* em cinco capítulos, intitulados respectivamente *Tempos de antanho*, *Primórdio português*, *Província dos Tapes*, *As Sete Missões Orientais* e *Ocupação do litoral rio-grandense*, quer dizer, com os poucos recursos de que dispõe, ele bosqueja, com mão de mestre, o início da história integral do nosso Estado, sem desfalques sectários nem omissões intencionais e injustificáveis, em matéria de tão grande responsabilidade cultural e moral.

No rasto de Carlos Teschauer e Simões Lopes, o primeiro historiador rio-grandense que escreveu com bravura e justiça, com verdade e beleza sobre a

epopeia das Missões foi o saudoso Aurélio Porto, cuja importantíssima *História das Missões orientais do Uruguai* a Livraria Selbach reeditou, não há muito, em dois volumes, com valiosos comentários do padre Luís Gonzaga Jaeger S.J. Figura, sem favor algum, nessa *História*, entre as obras fundamentais da cultura rio-grandense, a par, dentre outras, mas cada qual no seu gênero, de *A crise do mundo moderno*, do sábio Leonel Franca, da *Divina quimera*, de Eduardo Guimaraens, dos *Gaúchos e Beduínos*, de Manoelito de Ornellas, de *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo e dos *Bandeirantes e Pioneiros*, de Viana Moog. São obras essas que deviam andar em todas as mãos, porque afirmam e enaltecem a inteligência meridional.

TEXTO 15

MÚSICA SOB O LUNAR DE SEPÉ Porto Alegre, Correio do Povo, 10 ago. 1957

Moysés Vellinho

O eixo do livrinho que o sr. Mansueto Bernardi acaba de publicar em louvor de Sepé, herói de sua confusa devoção, é uma conferência realizada há mais de um quarto de século perante um público atento e desprevenido. Assunto central — descoberta e proclamação do primeiro caudilho rio-grandense. Pano de fundo — o despejo das Missões Orientais, tramado em Madri no ano de 1750 e consubstanciado na cláusula XVI do portentoso tratado que passou a história com o nome da metrópole castelhana.

O estado de espírito do ilustre conferencista era de surda indignação. Se bem que o triste acontecimento se tivesse verificado quase duzentos anos antes, ainda assim não deixava de ser respeitável o sentimento de revolta que se atizara no coração do sr. Mansueto Bernardi. Com efeito, é difícil conceber que alguém hoje em dia possa aplaudir a dura medida, embora se saiba que, antes de aprovada, ela passou pelas mãos do confessor do rei de Espanha, que por sinal era jesuíta. Com a anuência ou não do poderoso sacerdote, o certo é que a drástica aplicação do dispositivo foi tanto mais desumana quanto tinha de absolutamente desnecessária.

Parece que tudo teria sido resolvido pelo melhor sem a tentativa de transmigração compulsória da população nativa. Aqui estamos todos de acordo. Apesar de seu nomadismo congênito, tantas vezes utilizado anteriormente pelos próprios missionários, os índios começavam agora, sob a rigorosa servidão jesuítica, a curar-se de sua imemorial vagabundagem.

Uma cousa, porém, entre outras, se ao tempo do remoto feito literário do sr. Mansueto Bernardi passou sem reparo, é agora de provocar certas reações de espanto. Refiro-me à enternecida fantasia com que o orador escondeu as arestas da realidade missioneira. Hoje, depois que o assunto se desvencilhou de arquivos incompletos ou unilaterais, e entrou a informar-se de elementos que permitem ao estudioso a revisão crítica da história dos Sete Povos, a evocação do episódio nos termos propostos pelo sr. Mansueto Bernardi só pode correr à conta de sua contumácia poética.

O ardente cantor de “Terra Convalescente” não mede os seus entusiasmos. Acredita piamente que as reduções missioneiras surgiram da selva como construções que nada ficavam a dever, no domínio da indústria, das ciências e artes, a tudo quanto as velhas civilizações haviam realizado no Velho Mundo. Tudo se passaria como num sonho paradisíaco. “O povo acordava, todas as manhãs, ao som dos sinos. Rezava, nos seus templos, cantando e executando músicas religiosas. Ia para o trabalho, e trabalhava, ao toque de tambores, flautas e charamelas. Regressava, ao planger da Ave Maria. Em síntese, nas Missões vivia-se

de fato musicalmente como aconselha Platão”. Parece que o próprio céu baixara sobre a terra!...

A música foi em verdade um elemento decisivo no processo da catequese. Mas era mais complexa do que parece ao sr. Mansueto Bernardi. Havia também o tantã pesado das caixas que ritmavam os intensos exercícios militares a que os machos eram meticulosamente submetidos por causa das prevenções contra os portugueses e da ajuda com que a cada passo as tropas missionárias socorriam os castelhanos nas suas aperturas.

Mas além dessa nota pouco virgiliana mais outra foi omitida pelo sr. Mansueto Bernardi. Esta, de natureza e efeito diverso, era produzida por um instrumento hoje pouco usado, mas cujos solos, naqueles dias distantes, deviam subir aos ares com muita frequência: era a chibata que cantava no lombo dos bugres, para escarmento da preguiça nativa e em obediência à letra expressa do Regulamento Geral das Doutrinas. Esta embaraçosa informação não se colhe em nenhum texto pombalino, mas nesse austero investigador que foi Aurélio Porto, autoridade cuja palavra o sr. Mansueto Bernardi invoca a todo o momento.

E que o açoite era usado com prodigalidade não resta a menor dúvida, pois se extrai da mesma fonte que, “na sua incurável indolência, os índios só trabalhavam pelo temor dos castigos corporais”. Mas o sr. Mansueto Bernardi não precisava recorrer a um testemunho leigo para ver completada a bucólica sinfonia que acompanhava o gentio à lavoura. Neste instante pede a palavra o P. José Cardiel, cura da redução de São Nicolau, ao tempo de Sepé: “Com tudo isto — informa o bom padre — o maior trabalho que têm os curas é obrigá-los (aos índios) que lavrem e semeiem o necessário para o sustento, todo o ano, de sua família, e é preciso com muitos usar de castigo para que o façam, por seu próprio bem”.

Não seria lícito negar o enorme contingente de benemerência e altruísmo que animou a tentativa jesuítica de reunir os índios em torno de um plano estatal que nem por trazer em si mesmo a vocação do fracasso, deixou de revelar da parte dos regulares da Assistência de Madri, além de uma assombrosa determinação moral, uma capacidade de organização verdadeiramente notável. A ninguém assiste, porém, o direito de chamar-se à ignorância dos processos de violência que a empresa pôs em prática para alcançar os seus fins. A documentação neste sentido é expressiva e de boa fonte. O sr. Mansueto Bernardi que não faça cerimônia...

Depois do prelúdio musical, o conferencista entrou nos domínios do herói dos jesuítas espanhóis, investindo-o na dignidade de caudilho e apontando-o às gerações como “o primeiro caudilho rio-grandense!... Longas páginas da mais impertérrita exaltação telúrica! Já era, embora em tom menor, a antecipação do que viria depois através das objurgatórias que o poeta vem brandindo contra o lúcido parecer com que o Instituto Histórico cometeu a ousadia de opinar contrariamente à ereção de um monumento ao índio missionário que fez suas armas em campo oposto àquele em que se bateram os construtores do Rio Grande.

E desde aquele dia sumido no tempo, sobre o qual, como vimos, já rolou mais de um quarto de século, o sr. Mansueto Bernardi passou a considerar-se o dono do índio, e leva tão a sério o seu papel que quem quiser feri-lo na própria carne experimente levantar a mais humilde suspeita quanto à legitimidade da absurda naturalização de Sepé.

Num país de lágrima fácil como o nosso, é natural que um tema, por mais infundado, desde que traga uma boa carga sentimental, vá acumulando em torno de si, com o correr do tempo, reações evasivamente solidárias, sem nenhum conteúdo dialético, como quando a gente não quer discutir — é natural que vá fazendo a sua onda, e vá ficando, a viver sorrrateiramente à sombra de si mesmo. É assim que geralmente acontece no Brasil quando alguém se aventura a lançar uma proposição, mesmo que ela não passe de um boato. Sem maior exame, por pura

omissão, a nova verdade ingressa comodamente na categoria das sentenças passadas em julgado. E é mais uma vez a morna vitória da lei do mínimo esforço.

Portanto, não foi difícil ao sr. Mansueto Bernardi encontrar certas condições de viabilidade para a silenciosa difusão da descoberta histórica que os idos de 1926 lhe propiciaram. Não foi difícil porque, afora raras exceções, como as de Jorge Salis Goulart e Rubens de Barcelos em seus ensaios sobre a formação do Rio Grande, não chegara a esboçar-se nenhuma reação crítica ao descabido enquadramento das Missões Orientais, de extração agressivamente castelhana, no processo vital da nossa elaboração histórica.

Não importa que os jesuítas da Assistência de Madri, legitimamente chamados de espanhóis pelo sentido e conteúdo de seus compromissos políticos e militares, estivessem empenhados não apenas no remédio das almas, mas ainda, e sobretudo, numa audaciosa empresa temporal, voltada, com toda a força de seus meios, contra a expansão dos luso-brasileiros que iam conquistando e construindo o Rio Grande de São Pedro.

Havia-se avançado que a nossa história começara ali, e, embora o desenvolvimento orgânico da formação rio-grandense tivesse coberto aquela área só após a desintegração total da poderosa cabeça de ponte castelhana representada pelas reduções jesuíticas, havia de estar forçosamente nas Dependências do Paraguai, quando ainda do lado de fora das nossas fronteiras históricas, o capítulo inaugural da *História do Rio Grande do Sul...* A tentativa de Aurélio Porto no sentido de estabelecer vínculos culturais entre a tradição rio-grandense e a missioneira através do gado, que aqui ficou, porque em verdade não ficou mais nada, prova apenas a ausência desses vínculos.

A verdade é que não temos com a história dos Sete Povos senão relações de oposição e de luta. A improcedência de afirmações em contrário só não salta aos olhos dos que não querem ver.

Nossa tradição, forjada nas crises da conquista, só tem compromissos consigo mesma. Não há lugar no seu tecido vital para os elementos que se opuseram ativamente à sua própria elaboração. Como reunir sob a mesma bandeira e a mesma invocação duas forças que se chocaram no plano histórico como pertencentes a imperialismos que cobiçavam a mesma presa? O antagonismo vinha de longe, era mesmo irreparável, e não somos nós que havemos de concertá-lo agora por meio de uma ilusória operação póstuma.

Com o fim de pôr cobro à confusão e duplicidade reinante em torno dessa questão, o nosso Instituto Histórico entrou a encará-la com severa objetividade e, através de pronunciamentos reiterados, firmou seu ponto de vista a respeito, fixando-se na única doutrina compatível com a sua responsabilidade.

E que pensa o Instituto através de seus pronunciamentos legítimos, em relação, ao caso de Sepé? Pensa, é claro, que não pode haver lugar em nossos altares cívicos para quem, como o mal-aventurado herói missioneiro, atuou fora das nossas fronteiras históricas e culturais, e ainda por cima na qualidade de inimigo, batendo-se ferozmente, em nome de interesses adversos, contra aqueles a quem o Rio Grande ficou devendo os alicerces de sua formação. É então que se alteia, para confusão dos que gostariam de permanecer a duas amarras, a atuação orgânica de Othelo Rosa, mestre de todos nós, investigando e esclarecendo com inteligência, galhardia e boa fé, sem outro objetivo que não o de preservar a unidade cultural da tradição rio-grandense contra interpretações deformadoras ou tendenciosas.

Quando o Instituto aprovou o parecer contrário à sugestão de um monumento ao caudilho dos jesuítas, o infeliz guerreiro que teve a desgraça de morrer na véspera do combate, em escaramuça bem pouco épica, o Sr. Mansueto Bernardi, como atingido em cheio nos seus direitos imemoriais de dono do bugre, desandou a deblaterar através de artigos, a estranhar-se com velhos amigos, a escrever cartas a todo o mundo, a cabalar votos extemporâneos, a redigir e

encaminhar abaixo-assinados — o diabo!... E como se tudo isso ainda não bastasse, mobilizou alguns generais — uns vivos, outros mortos — e se lançou de espada em riste contra o Instituto. E assim enquadrado pelos generais ele pensou que a velha casa viesse abaixo...

Pois é a coleção de toda essa fúria, apresilhada àquela remota conferência, que resultou no pequeno volume que o Sr. Mansueto Bernardi acaba de dar à luz.

O que provoca arrepios já de saída, além da candura com que o autor se volta para o passado alheio a descartar a miragem cuja visão extraordinária lhe foi violentamente interceptada por artes da fatalidade, — o que antes de mais nada arrepia é a desenvoltura com que o Sr. Mansueto Bernardi, a pretexto de uma ligeira intervenção ortopédica, se atira sobre o poema “Lunar de Sepé”, submetendo-o a abusivas alterações de forma e até de fundo. A pontuação original, tão curiosa nas suas próprias imperfeições, é refundida de alto a baixo. Versos inteiros são substituídos. Em alguns é alterada a posição das vozes. Em outros, há palavras trocadas em detrimento da intenção do cantor anônimo, ou simplesmente suprimidas.

É possível também pilhar algum acréscimo clandestino. E como se tudo isso já não fosse demais, o sr. Mansueto Bernardi cometeu a imprudência de pendurar no poema um remate de sua fabricação: uma sextilha nova! A imprudência, que aliás o autor tentou justificar, talvez merecesse desculpa se o enxerto não caísse tão mal. Como fere a graça nativa da melopeia aquele horrível “paul”! De mais a mais, por que atravancar a cabeça do índio com o peso de toda uma constelação — o Cruzeiro do Sul? Já não chegava o lunar?

Mas a intromissão do sr. Mansueto Bernardi não pára aí. O que caracteriza o poema é sua magoada expressão de dor. A injustiça sofrida revive num tom de pungente elegia. E nisto principalmente está a força e beleza da composição. Mas o sr. Mansueto Bernardi entendeu que não estava certo, que o caso não é de tristeza e sim de indignação. E aí pega um verso e incute-lhe, de contrabando, uma pequena carga de ódio: agora, onde se lia “vassalos” soa, cheia de surdo rancor, a palavra “verdugos”... Estava quebrado, pelo travo de revolta, o tom queixoso do poema.

Ora, o sr. Mansueto Bernardi sabe melhor do que ninguém que o material folclórico é intocável. Que é então que o levou a colaboração com tanta sem cerimônia com o bardo desconhecido? A resposta talvez não seja difícil, pois ele acaba de fazer uma nova descoberta acerca do herói missioneiro: sendo esta história viva, e só história, as lendas que correm em torno dele não passam de vigarices!... Se é assim, se tudo é empulhação, por que respeitar nos seus defeitos e omissões originais, e também nas suas lamúrias, o poema que é a própria encarnação da lenda? Acho que o sr. Mansueto Bernardi avançou demais. A teoria do conto do vigário é aceitável apenas em parte. Em relação ao Lunar de Sepé, me parece menos chocante admitir que estamos em presença de um “caso do Romualdo” ainda não devidamente identificado...

Mas, como ainda teremos ocasião de ver, chocar ou não chocar é o que menos preocupa o sr. Mansueto Bernardi na desabalada exaltação de seu herói de cabeceira.

ANEXO I – O INTELLECTUAL E A VIDA LITERÁRIA

POEMA DE MÁRIO QUINTANA DEDICADO A MOYSÉS VELLINHO

Soneto de número XIX

Minha Morte Nasceu...

Mário Quintana

Para Moysés Vellinho

Minha Morte nasceu quando eu nasci
 Despertou, balbuciou, cresceu comigo
 E dançamos de roda ao luar amigo
 Na pequenina rua em que vivi

Já não tem aquele jeito antigo
 De rir que, ai de mim, também perdi
 Mas inda agora a estou sentindo aqui
 grave e boa a escutar o que lhe digo

Tu que és minha doce prometida
Nem sei quando serão nossas bodas
Se hoje mesmo...ou no fim de longa vida

E as horas lá se vão loucas ou tristes
Mas é tão bom em meio as horas todas
Pensar em ti, saber que tu existes

Este soneto faz parte originalmente do livro *A rua dos cataventos*, publicado pela Editora Globo, em 1940. Ele também está publicado na revista *Província de São Pedro*, n. 10, 1947, p. 14.

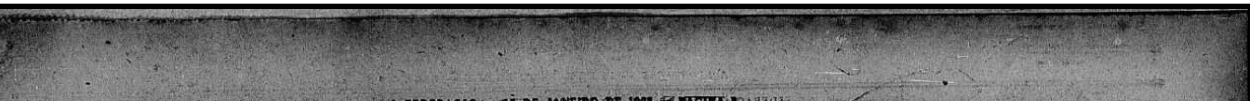
(QUINTANA, Mário. *Poesia completa*. Org. Tânia Franco Carvalhal. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005, p. 103).

A Federação. Porto Alegre: 15 jan. 1925.

REPORTAGEM - CONTRIBUIÇÃO DE PAULO ARINOS AO "ALMANAQUE RIO-GRANDENSE"

(VERSÃO DIGITALIZADA - PÁGINA NA ÍNTEGRA)

ACERVO DIGITAL DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE - Rio de Janeiro.



De bandido a gentleman
Comédia Century e Universal Jerhal
3 filmes de 15 minutos
ELEGANTE Metro

Redempção da Vida
O filme glorioso!
Sopry-New-Universal em 11 atos suprimidos com Mary
PHILBYN - A atriz KEARY - George NACKIORN
CAST. QUAVINA

A seguir: Feg do meu coração

Despedida
Requiu para São Paulo e há
muito tempo de despedida. Há
muita amizade e pacas de relações
que se mantêm em perfeita
harmonia. A despedida é, porém,
uma coisa que não se pode evitar.
Ela vem e vai, e a despedida é
uma coisa que não se pode evitar.
Ela vem e vai, e a despedida é
uma coisa que não se pode evitar.

Almanaque Rio-Grandense
Saindo das oficinas gráficas da
Livraria do Globo, em comemora-
ção do aniversário de 100 anos do
Estado Rio-Grandense, o Almanaque
Rio-Grandense, organizado que
pelos nossos companheiros Mosey
Cody Lima e Eduardo Guimarães,
nomeadamente conhecidos no
jornalismo e no publicismo gau-
chos.

Declaração
Declaro em nome da Comissão
de Inquirição, que a Comissão de
Inquirição, criada pelo Decreto
de 10 de Janeiro de 1924, para
investigar os fatos relativos ao
caso de Paulo Arinos, não encontrou
provas de que Paulo Arinos
seja culpado dos fatos que lhe
são imputados. Portanto, a
Comissão de Inquirição, criada
pelo Decreto de 10 de Janeiro
de 1924, não encontrou provas
de que Paulo Arinos seja culpado
dos fatos que lhe são imputados.

Despedida
Requiu para São Paulo e há
muito tempo de despedida. Há
muita amizade e pacas de relações
que se mantêm em perfeita
harmonia. A despedida é, porém,
uma coisa que não se pode evitar.
Ela vem e vai, e a despedida é
uma coisa que não se pode evitar.

Almanaque Rio-Grandense
Saindo das oficinas gráficas da
Livraria do Globo, em comemora-
ção do aniversário de 100 anos do
Estado Rio-Grandense, o Almanaque
Rio-Grandense, organizado que
pelos nossos companheiros Mosey
Cody Lima e Eduardo Guimarães,
nomeadamente conhecidos no
jornalismo e no publicismo gau-
chos.

Declaração
Declaro em nome da Comissão
de Inquirição, que a Comissão de
Inquirição, criada pelo Decreto
de 10 de Janeiro de 1924, para
investigar os fatos relativos ao
caso de Paulo Arinos, não encontrou
provas de que Paulo Arinos
seja culpado dos fatos que lhe
são imputados. Portanto, a
Comissão de Inquirição, criada
pelo Decreto de 10 de Janeiro
de 1924, não encontrou provas
de que Paulo Arinos seja culpado
dos fatos que lhe são imputados.

Despedida
Requiu para São Paulo e há
muito tempo de despedida. Há
muita amizade e pacas de relações
que se mantêm em perfeita
harmonia. A despedida é, porém,
uma coisa que não se pode evitar.
Ela vem e vai, e a despedida é
uma coisa que não se pode evitar.

Almanaque Rio-Grandense
Saindo das oficinas gráficas da
Livraria do Globo, em comemora-
ção do aniversário de 100 anos do
Estado Rio-Grandense, o Almanaque
Rio-Grandense, organizado que
pelos nossos companheiros Mosey
Cody Lima e Eduardo Guimarães,
nomeadamente conhecidos no
jornalismo e no publicismo gau-
chos.

Declaração
Declaro em nome da Comissão
de Inquirição, que a Comissão de
Inquirição, criada pelo Decreto
de 10 de Janeiro de 1924, para
investigar os fatos relativos ao
caso de Paulo Arinos, não encontrou
provas de que Paulo Arinos
seja culpado dos fatos que lhe
são imputados. Portanto, a
Comissão de Inquirição, criada
pelo Decreto de 10 de Janeiro
de 1924, não encontrou provas
de que Paulo Arinos seja culpado
dos fatos que lhe são imputados.

S. C. Esmeralda
De ordem do Sr. Presidente, aviso aos senhores
sociais que, durante a sessão de 17 de fevereiro, não se
levou a efeito na noite de 23 de fevereiro, nos sa-
lões da Sociedade Torres, o segundo, nos sa-
lões do palacete Rogco, na noite de 29 de março, mesmo me-
sado.

PERDEU-SE
Um bilhete de 1000, pertencente a Olavo Alves Silveira.

TERRENO
Informa-se nesta ocasião, quem
deja vender um terreno com
muitas benesses para 1000.
Basta regular o terreno, proprie-
tário e sub-terráneo, e a venda
é feita logo abundant, com um
preço muito baixo.

Registro de Imoveis
Avisa-se que o cartório do
Registro de Imoveis mudou-se
de sua antiga sede para 1925,
rua Duque de Caxias n. 222,
praca de Bragança e
praca da Misericórdia.
Porto Alegre, 8-1-925.
Siquel Salgado,
Oficial.

Club do Comercio
De ordem do sr. presidente, aviso aos senhores so-
ciais que no dia 17 de corrente, em nossa sede social,
realizar-se-á um baile, com inicio ás 21 horas e ter-
minando ás 3 horas.
O baile será smoking ou costume de brim branco.
Porto Alegre, 13 de janeiro de 1925.
ALMIRO FRANCO,
Secretario.

Teatro S. Pedro
ESTREIA - A 20 de corrente
de grande companhia de bailarros russos
MARIA OLIVEIRA
Na Livraria Americana, hoje-se
abrirá para as vendas para 1000.
Compre os regulares preços:

EMPRESA
Armando Gomes Ferreira

Almanaca Civil e Militar
Unica no Estado
Vva. A. F. Soares
429 - Rua dos Andradas - 429 - Porto Alegre

A Federação. Porto Alegre: 15 jan. 1925.

REPORTAGEM -

CONTRIBUIÇÃO DE PAULO ARINOS AO "ALMANAQUE RIO-GRANDENSE"
(VERSÃO DIGITALIZADA - TEXTO AMPLIADO)

ACERVO DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL - Rio de Janeiro.

"Almanaque Rio-Grandense" — Saliu das officinas graphicas da Livraria do Globo, em esmerada edição, o conceituado "Almanaque Rio-Grandense", organizado que é pelos nossos companheiros Moacyr Godoy Ilha e Eduardo Guimaraens, nomes vastamente conhecidos no jornalismo e no publicismo gauchos.

O volume para 1925, do Almanaque, que está no 6º anno de existencia, contem cerca de duas centenas de paginas, em todas ellas existindo — como se lê no prefacio — "materia inédita e o que não têm a marca da colaboração original, foi traduzido ou resumido para expressamente nas suas paginas figurar."

Inicia-se com uma parte astronomica, com que contem os principaes eclipses de 1925, signos do Zodiaco etc.

No tocante ao calendario, além do "perpetuo", desde sexta-feira, 15 de outubro de 1582 até domingo, 31 de dezembro de 2000, insere o do corrente anno, vindo cada dia do anno commentado com o santo correspondente, phases da lua e ephemerides nacionaes e riograndenses. Na parte literaria, figuram, firmando excellentes trabalhos em prosa e verso, os escriptores riograndenses João Pinto da Silva, Paulo Arinos, Sylvio Soares de Souza, Eduardo Guimaraens, Ruy Cirne Lima, Manoel Vargas Netto, Pedro Vergara, Dally Santos, E. Ribeiro Ilva, Alberto Ramos, Dario de Bittencourt, Manoel do Carmo, Isolino Leal, Antonio Lourenço, Armando Silveyra, etc., inserindo, tambem, lindos versos de Pedro Velho, fallecido poeta rio-grandense, Guilhermé de Almeida, Ribeiro Couto, Manoel Bandeira, Charles Luffier, afóra de outros autores estrangeiros, em excellentes versões para o Almanaque.

Finalisa com "Informações uteis", cuja serventia nunca é demais encarecer, figurando ali capitulos sobre Administração Publica, com o nome de todos os chefes e directores de repartições estaduais, federaes e municipais, consulados, dados e informes sobre navegação, movimento portuario e maritimo, novo regulamento da Viação Ferrea, tabella de fretes e preço de passagens de Porto Alegre para todas as demais estações, modo de se obter passaportes para o exterior, obrigações commerciaes, serviço postal e telegraphico, tabellas de taxas do Porto desta capital, tabellas de preços de luz e força, materia da Fiat Lux e Companhia Força e Luz, "quantum" dos emolumentos cobrados na Junta Commercial, tabellas de preço observados na Santa Casa de Misericordia para o seu cemiterio, etc etc.

Como se viu, é uma brochura indispensavel em todos os lares e estabelecimentos mercantis o "Almanaque Rio Grandense" para 1925, — que os seus organizadores nos obsequiaram, hoje, com alguns exemplares.

REPORTAGEM -

PAULO ARINOS DISSERTA SOBRE MACHADO DE ASSIS NA A.C.M.

ACERVO DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL - Rio de Janeiro.

VARIAS

Conselho de Apelação - Em sessão realizada hoje, às 14 horas, no quartel do commando geral da Brigada Militar, este conselho julgou as seguintes apelações:

Apelação Dniz Franco de Almeida, sargento da esquadra 1ª brigada repositora de Neópolis, acusado do homicídio de Franklin Theodoro da Luz, praça da mesma brigada.

No dia 21 de fevereiro de 1924, achavam-se andando à noite, em casa de Giacomo Zanetti, na Lapa Vermelha, o apelado, a vítima e outras pessoas. A vítima prostrou-se no chão inconsciente e o apelado, com um revólver, atirou na cabeça da vítima.

O Conselho de Apelação, em sessão realizada hoje, às 14 horas, no quartel do commando geral da Brigada Militar, este conselho julgou as seguintes apelações:

Apelação de Luiz Augusto de Moraes, presidente do Estado, promovido por ato de hoje, a respeito de realiação da 1ª divisão (via permanente) da Viação Ferreira e engenheiro Carlos Ferreira Guimarães.

Conselho de Apelação - Em sessão realizada hoje, às 14 horas, no quartel do commando geral da Brigada Militar, este conselho julgou as seguintes apelações:

Apelação de Luiz Augusto de Moraes, presidente do Estado, promovido por ato de hoje, a respeito de realiação da 1ª divisão (via permanente) da Viação Ferreira e engenheiro Carlos Ferreira Guimarães.

Conselho de Apelação - Em sessão realizada hoje, às 14 horas, no quartel do commando geral da Brigada Militar, este conselho julgou as seguintes apelações:

Apelação de Luiz Augusto de Moraes, presidente do Estado, promovido por ato de hoje, a respeito de realiação da 1ª divisão (via permanente) da Viação Ferreira e engenheiro Carlos Ferreira Guimarães.

Conselho de Apelação - Em sessão realizada hoje, às 14 horas, no quartel do commando geral da Brigada Militar, este conselho julgou as seguintes apelações:

Apelação de Luiz Augusto de Moraes, presidente do Estado, promovido por ato de hoje, a respeito de realiação da 1ª divisão (via permanente) da Viação Ferreira e engenheiro Carlos Ferreira Guimarães.

Conselho de Apelação - Em sessão realizada hoje, às 14 horas, no quartel do commando geral da Brigada Militar, este conselho julgou as seguintes apelações:

Apelação de Luiz Augusto de Moraes, presidente do Estado, promovido por ato de hoje, a respeito de realiação da 1ª divisão (via permanente) da Viação Ferreira e engenheiro Carlos Ferreira Guimarães.

Conselho de Apelação - Em sessão realizada hoje, às 14 horas, no quartel do commando geral da Brigada Militar, este conselho julgou as seguintes apelações:

Apelação de Luiz Augusto de Moraes, presidente do Estado, promovido por ato de hoje, a respeito de realiação da 1ª divisão (via permanente) da Viação Ferreira e engenheiro Carlos Ferreira Guimarães.

Associação Christã de Moços - E' esperado com muito interesse o sarau literario-musical que esta Associação promove para sabbado proximo.

Fará uso da palavra o notavel literato sr. Paulo Arinos, que dissertará sobre o thema: "Machado de Assis" e estudará a obra do grande romancista brasileiro, baseado em trabalhos originaes.

A parte musical constará de canto e violino, com o gentil concurso do apreciado cantora senhorita Elvira Pinheiro e do sr. E. Dieckmann. Tomará tambem parte no programma a senhorita Julia Souza Lobo, cujo talento de declamação será apreciado pela primeira vez na sede da A. C. M.

O festival de sabbado proximo conta, pois, com elementos de valor para proporcionar aos socios e suas exmas. familias uma hora de recreação e de arte.

Table with 2 columns: AMAR, DO. Lists names and numbers.

PREPARATORIOS

O prof. Fluminense Filho recebeu seu curso de preparatorios a rua General Victorino n. 45.

CONSERVAS, CAMPANAS, PRETINHOS, SALMOURAS DE TODAS AS QUALIDADES.

Casa Guarana - Andradas 371.

LOTERIA DO Estado do Rio Grande do Sul

em beneficio de Casas de Caridade e estabelecimentos Pias do Estado

Extrações feitas em globos numerados por inteiro

Table with 2 columns: Extracção em 27 de julho, Extracção em 28 de julho. Lists numbers and amounts.

Instituição pelas Mães e pelas Crianças

Terá lugar a 30 de setembro, no salão nobre da Intendencia Municipal, uma reunião de todas as quadras...

Disciplina Commercial

Com o intuito de analisar as condições de trabalho...

Plano de Invenção

O comitê da legitimação das unidades que fazem o licenciamento...

Classificação e transferência de officios

Prêmio chamado ao quartel-general

Extracto Gloria

Pela boa qualidade, O GLORIA querem usar...

Orden sobre official

Prêmio chamado ao quartel-general

Extracto Gloria

Orden sobre official

Prêmio chamado ao quartel-general

Extracto Gloria

Orden sobre official

Prêmio chamado ao quartel-general

Extracto Gloria

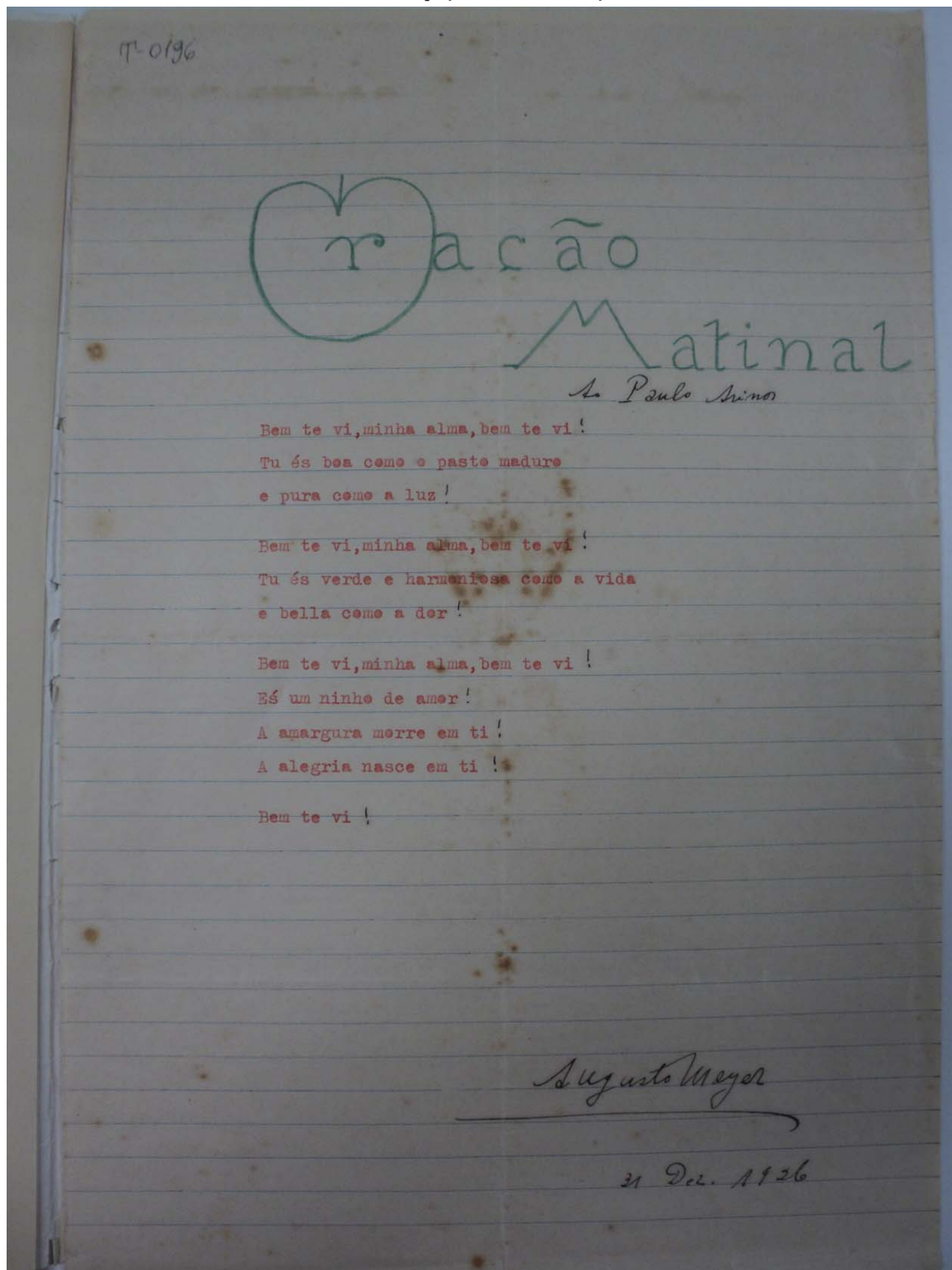
Orden sobre official

Prêmio chamado ao quartel-general

Vertical text on the right edge of the page, partially cut off.

POEMA DE AUGUSTO MEYER DEDICADO A PAULO ARINOS - II
ORAÇÃO MATINAL - 31 DE DEZEMBRO DE 1926

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS - Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.



O Globo. Rio de Janeiro: 23 mai. 1927.


REPORTAGEM – O RIO GRANDE DO SUL NA PALAVRA DE UM DOS SEUS ARTISTAS: O MOVIMENTO LITERÁRIO QUE VEM DO SUL
(VERSÃO DIGITALIZADA)

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

O Rio Grande do Sul na palavra de um de seus artistas

“O regionalismo não se impõe, apenas, como uma necessidade na terra gaúcha”

O MOVIMENTO LITERÁRIO QUE VEM DO SUL



Sr. Paulo Arinos

No Rio Grande intellectual, presentemente, o nome de Paulo Arinos é dos mais autoritários e dos de evidência mais ressaltante. Revela um critico de capacidade definida através de uma actuação continuada na imprensa rio-grandense. De passagem por nossa capital, Paulo Arinos falou-nos de sua terra e das actuaes expressões da mentalidade gaúcha, dizendo-nos:

— O Rio Grande não é apenas uma unidade politica ou administrativa, de realidade meramente constitucional. É, sobretudo, uma unidade social e moral, com os seus contornos perfeitamente definidos. Tem uma personalidade colectiva, marcada por traços bem vinculados, firmes, inconfundíveis. Seja porque a resistencia dos factores ethnicos iniciaes, de procedencia ultramarina ou autochthone, ali se haja manifestado com mais bravura, em virtude de longas e heroicas provações em guerras externas e internas; seja porque se tenha resolvido o problema immigratorio de gélto a evitar a inserção precipitada de grossa lévas adventicias, que virian quebrar o rythmo da nossa formação social, — o certo é que no Rio Grande existe, de facto, viva, ressaltante, uma alma popular, somma de todas as almas, onde cada um se revê nas suas linhas fundamentaes.

O estrangeiro que ali se fixa, em busca de fortuna, quer no aspero altiplano da Serra Geral quer nos nucleos urbanos do litoral ou da campanha, topando com esse estado de consciencia nitidamente conformado, breve se curva ás imposições do meio, confundindo-se com os seus irmãos de eleição, afeiçoando-se aos nossos habitos, adherindo ás nossas tradições, alimentando-se dos nossos sonhos. E, se chega a manifestar-se através da litteratura, e se chama Mansueto Bernardi, Augusto Meyer, Raul Bopp, André Corravoni ou Roque Collage, de tal modo está identificado com o espirito local, que, ou pela indole, ou pela intenção, ou pela forma, já não se distingue do escriptor genuíno. De certo que, se o Sr. Plínio Salgado, á vista do tumultuario amalgame de raças que é hoje São Paulo, pode corporificar a mentalidade brasileira num mosaico de alma erradica, o mesmo não lhe fóra permittido fazer, sem erro gravissimo, se tomasse o Rio Grande por ponto de referencia. Por isso mesmo, sentimo-nos virtualmente excluidos dessa symbolização caprichosa...

Está claro que um ambiente social de tal modo impositivo, producto normal de uma elaboração historica intensa, sem hiatos, e — o que mais importa no caso — autonoma, ha de actuar, declaiva, poderosamente, sobre a formação da intellectualidade gaúcha, sobre a escolha e direcção da sua cultura, exigindo-lhe, por assim dizer, severa obediencia ás suas leis e imperativos. Nem haveria razão pára recuarmos das sollicitações desse ambiente, se elle é forte e saudavel, se elle é numerozo como fonte de arte e de estudo, se elle conduz ás affirmações fecundas, á esperanza, á crença nos seus homens, nas suas cousas. Não recuamos. Pelo contrario, abrimos os sentidos ao pampa, procuramos ouvi-lo, comprehendel-o, adivinha-lo, para podermos, enfim, revelal-o, na sua totalidade multipla e complexa.

Por consequencia, se, de um lado, somos intuitivamente tentados pela redução do meio, de outro lado somos nós mesmos quem, voluntariamente, vae ao encontro das suas tentações, certos de que, guiados pela dupla força do instincto e da vontade, chegaremos aos resultados mais felizes.

Já se vê que o regionalismo, no Rio Grande — e refiro-me ao regionalismo no seu mais largo sentido — não se impõe apenas como uma necessidade. A nova geração mental riograndense, com os olhos fitos em derredor, animada de um só desejo — o de revelar a sua terra — procura o Rio Grande, busca, em tudo, a imagem do Rio Grande. Desta vez, porém, distendendo os horizontes da paisagem, tenta descobrir novas perspectivas, novos rumos. Se ainda não chegou a abranger o quadro em toda a sua extensão, para lá caminha.

E tudo indica que não está longe o dia em que, do topo da montanha, todo o Rio Grande lhe surgirá deante dos olhos — o Rio Grande lyrico e heroico, o Rio Grande do pastoreio, das sementeras e dos vinhedos, o Rio Grande rural e urbano, social e industrial, o Rio Grande, em summa, na sua capacidade guerreira, civica, economica e sentimental.

Nesse empenho, não empregamos somente a imaginação dos poetas ou a psychologia dos “conteurs”. Ao serviço da mesma causa, votou-se o espirito de observação dos criticos, dos ensaístas, dos sociologos. Assim que — para só falar dos mais novos — ao lado de Darcy Azambuja, o admiravel escriptor de “No galpão”, obra recentemente coroadada pela Academia de Letras; de Augusto Meyer, que se ergueu, de golpe, á altura dos poucos poetas que, nos ultimos tempos, o Brasil tem tido dignos de nome; de Vargas Netto, cantor crioulo de imagens audaciaes, com raro poder de movimento e representação; de Figueiredo Pinto, que compõe coplas populares de saboroso gosto local; de Ruy Cirne Lima, cujos poemas são manchas vivas, palpitanes; de Olmiro de Azevedo, o claro evocador das montanhas, onde ha mulheres de olhos azues e abelhas zumbidoras e onde o vinho é tanto que não custa nada; de Pedro Vergara, autor de um livro, ainda inédito, abundante de imagens e de tintas; de Theodomiro Tostes, poeta matinal, que parece escrever com orvalho, sob a alegria de um sol fresco e humido; ao lado de todos esses, e de outros, igualmente dados á ficção, vemos Luiz Vergara, Carlos Dante de Moraes, Eurico Rodrigues, Augusto Meyer, o mesmo autor de “Coração Verde”, os quaes, através de estudos criticos e sociologicos, procuram, na penetração e definição das cousas locais, a expressão mais comprehensiva e exacta da nossa physiologia collectiva.

Ahi estão varios nomes. Poderia citar mais. Não o fiz porque, a meu ver, estes são os que melhor representam, entre os novos, a nossa actualidade mental, nas suas tendencias e directrices predominantes. Esses é que, formando uma frente unica, servindo á mesma finalidade, constituem o bello e forte movimento litterario que actualmente succede o Rio Grande.

O Globo. Rio de Janeiro: 23 mai. 1927.

**REPORTAGEM – O RIO GRANDE DO SUL NA PALAVRA DE UM DE SEUS
ARTISTAS: O MOVIMENTO LITERÁRIO QUE VEM DO SUL**
(TEXTO DIGITADO)

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

“O regionalismo não se impõe, apenas, como uma necessidade na terra gaúcha”

Sr. Paulo Arinos

No Rio Grande intelectual, presentemente, o nome de Paulo Arinos é dos mais autorizados e dos de evidência mais ressaltante. Revela um crítico de capacidade definida através de uma atuação continuada na imprensa rio-grandense. De passagem por nossa capital, Paulo Arinos falou-nos de sua terra e das atuais expressões da mentalidade gaúcha, dizendo-nos:

– O Rio Grande não é apenas uma unidade política ou administrativa, de realidade meramente constitucional. É, sobretudo, uma unidade social e moral, com os seus contornos perfeitamente definidos. Tem uma personalidade coletiva, marcada por traços bem vinculados, firmes, inconfundíveis. Seja porque a resistência dos fatores étnicos iniciais, de procedência ultramarina ou autóctone, ali se haja manifestado com mais bravura, em virtude de longas e heroicas provações em guerras externas e internas; seja porque se tenha resolvido o problema imigratório de jeito a evitar a inserção precipitada de grossa levas adventícias, que viriam quebrar o ritmo da nossa formação social, – o certo é que no Rio Grande existe, de fato, viva, ressaltante, uma alma popular, soma de todas as almas, onde cada um se revê nas suas linhas fundamentais.

O estrangeiro que ali se fixa, em busca de fortuna, quer no aspecto alti-plano da Serra Geral, quer nos núcleos urbanos do litoral ou da campanha, topando com esse estado de consciência nitidamente conformado, breve se curva às imposições do meio, confundindo-se com os seus irmãos de eleição, afeiçoando-se aos nossos hábitos, aderindo às nossas tradições, alimentando-se dos nossos sonhos. E, se chega a manifestar-se através da literatura, e se chama Mansueto Bernardi, Augusto Meyer, Raul Bopp, André Carrazoni ou Roque Callage, de tal modo está identificado como o espírito local, que, ou pela índole, ou pela intenção, ou pela forma, já não se distingue do escritor genuíno. De certo que, se o sr. Plínio Salgado, à vista do tumultuário amálgama de raças que é hoje São Paulo, pode corporificar a mentalidade brasileira num moscovita de alma erradia, do mesmo não lhe fora permitido fazer, sem erro gravíssimo, se tomasse o Rio Grande por ponto de referência. Por isso mesmo, sentimo-nos virtualmente excluídos dessa simbolização caprichosa...

Está claro que um ambiente social de tal modo impositivo, produto normal de uma elaboração histórica intensa, sem hiatos, e – o que mais importa no caso – autônoma, há de atuar, decisiva, poderosamente, sobre a formação da intelectualidade gaúcha, sobre a escolha e direção da sua cultura, exigindo-lhe, por assim dizer, severa obediência às suas leis e imperativos. Nem haveria razão para recuarmos das solicitações desse ambiente, se ele é forte e saudável, se ele é numeroso como fonte de arte e de estudo, se ele conduz às afirmações fecundas, à esperança, à crença nos seus homens, nas suas coisas. Não recuamos. Pelo contrário, abrimos os sentidos ao pampa, procuramos ouvi-lo, compreendê-lo, adivinhá-lo, para podermos, enfim, revelá-lo, na sua totalidade múltipla e complexa.

Por consequência, se, de um lado, somos instintivamente tentados pela sedução do meio, de outro lado, somos nós mesmos quem, voluntariamente, vai ao

encontro das suas tentações, certos de que, guiados pela dupla força do instinto e da vontade, chegaremos aos resultados mais felizes.

Já se vê que o regionalismo, no Rio Grande – e refiro-me ao regionalismo no seu mais largo sentido – não se impõe apenas como uma necessidade. A nova geração mental rio-grandense, com os olhos fitos em derredor, animada de um só desejo – o de revelar a sua terra – procura o Rio Grande, busca, em tudo, a imagem do Rio Grande.

Desta vez, porém, distendendo os horizontes da paisagem, tenta descobrir novas perspectivas, novos rumos. Se ainda não chegou a abranger o quadro em toda a sua extensão, para lá caminha.

E tudo indica que não está longe o dia em que, do topo da montanha, todo o Rio Grande lhe surgirá diante dos olhos – o Rio Grande lírico e heroico, o Rio Grande do pastoreio, das sementeiras e dos vinhedos, o Rio Grande rural e urbano, social e industrial, o Rio Grande, em suma, na sua capacidade guerreira, cívica, econômica e sentimental.

Nesse empenho, não empregamos somente a imaginação dos poetas ou a psicologia dos “conteurs”. Ao serviço da mesma causa votou-se o espírito de observação dos críticos, dos ensaístas, dos sociólogos. Assim que – para só falar dos mais novos – ao lado de Darcy Azambuja, o admirável escritor de *No galpão*, obra recentemente coroada pela Academia de Letras; de Augusto Meyer, que se ergueu, de golpe, à altura dos poucos poetas que, nos últimos tempos, o Brasil tem tido dignos deste nome; de Vargas Netto, cantor crioulo de imagens audaciosas, com raro poder de movimento e representação; de Figueiredo Pinto, que compõe cópias populares de saboroso gosto local; de Ruy Cirne Lima, cujos poemas são manchas vivas, palpitantes; de Olmiro de Azevedo, o claro evocador das montanhas, onde há mulheres de olhos azuis e abelhas zumbidoras e onde o vinho é tanto que não custa nada; de Pedro Vergara, autor de um livro, ainda inédito, abundante de imagens e de tintas; de Theodomiro Tostes, poeta matinal, que parece escrever com orvalho, sob a alegria de um sol fresco e úmido; ao lado de todos esses, e de outros, igualmente dados à ficção, vemos Luiz Vergara, Carlos Dante de Moraes, Eurico Rodrigues, Augusto Meyer, o mesmo autor de *Coração verde*, os quais, através de estudos críticos e sociológicos, procuram, na penetração e definição das coisas locais, a expressão mais compreensiva e exata da nossa fisionomia coletiva.

Aí estão vários nomes. Poderia citar mais. Não o fiz porque, a meu ver, estes são os que melhor representam, entre os novos, a nossa atualidade mental, nas suas tendências e diretrizes predominantes. Esses é que, formando uma frente única, servindo à mesma finalidade, constituem o belo e forte movimento literário que atualmente sacode o Rio Grande.

REPORTAGEM - HOMENAGEM DOS INTELLECTUAIS A PEDRO VERGARA

ACERVO DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL - Rio de Janeiro.

ACTOS OFFICIAIS

HOMENAGEM DOS INTELLECTUAIS A PEDRO VERGARA

Realizar-se-á hoje no Clube do Comercio

Realizar-se-á hoje ás 20 horas, no Clube do Comercio, o banquele que os intellectuais do Rio Grande vão oferecer a Pedro Vergara, em regosio pela sua brilhante e merecida victoria no pleito do maio ultimo, donde safu ebito deputado á Constituinte.

Será Pedro Vergara saudado por Moisés Velinho e o brinde de honra no Gal. Flores da Cunha será feito pelo escritor Alcides Maia.

São os seguintes os nomes das pessoas que oferecerão a homenagem:

- Prof. Marlim Gomes, Alcides Maia, Darcy Azambuja, Demetrio Mercio Xavier, Zeferino Brasil, Moyses Velinho, Angelo Guido, Vargas Neto, Dante de Laytano, Dámaso Rocha, Augusto Meyer, Reynaldo Moura, Raul de Biltencourt, Ernani Fornari, Sylvio Soares de Souza, Athos Damasceno Ferreira, Eriço Verissimo, De Souza Junior, Clementiano Barnasque, Carlos Danle de Moraes, Paulo Corrêa Lopes, Cyrino Prunes, José Antonio Aranha, Quirino de Carvalho e Silva, Miranda Neto, João Henrique Assuero Garritano, José Coelho de Souza, Emilio Kemp, Carlos Tota Brasil, Machado Vila, Octavio Nicol de Almeida, Heitor Pirez, Paulo Azambuja, Gaston Hasslocher Mazon, Marcos Iolovithb, Pedro Nunes, Otelo Fiota, Valdemar do Couto e Silva, Rui Cirne Lima, Poli Medeiros, Egidio Hervé e Armando Silveira.

Para esta homenagem foram convidados especialmente pela comissão os senhores João Carlos Machado, prof. Marlim Gomes o Alcides Maia.

Proposito da elevação da comarca de Santa Maria para terceira entrancia.

Realizar-se-á hoje ás 20 horas, no Clube do Comercio, o banquele que os intellectuais do Rio Grande vão oferecer a Pedro Vergara, em regosio pela sua brilhante e merecida victoria no pleito do maio ultimo, donde safu ebito deputado á Constituinte.

Confederação sul americana Pró paz

Confederação sul americana Pró paz... São os seguintes os nomes das pessoas que oferecerão a homenagem...

Exportação de produtos rio grandenses

Delegacia Fiscal

Pogramas retidos

Senhoras... APOL-SARINA... ROSARIO (S. F.) Argentina

HOMENAGEM DOS INTELLECTUAIS A PEDRO VERGARA

Realizar-se-á hoje no Clube do Comercio... São os seguintes os nomes das pessoas que oferecerão a homenagem...

Indicados para a lista

Indicados para a lista... São os seguintes os nomes das pessoas que oferecerão a homenagem...

O restabelecimento da livre emigración

O campeonato dos pros fissonianos

Arvores sadias e Fructas saborosas

SULFO-CALCICO... ROSARIO (S. F.) Argentina

Desfazendo um equívoco

A respeito de uma noticia publicada ontem nos matutinos desta capital, sobre a fundação de um comitê controlador, a nomeação de Otelo Fiota, do gabinete do secretario de Interior, pedida de publicação das listas...

A POLITICA PAULISTA

Uma commissão telegraphica enviada á imprensa gaucha...

ESPORTES

FLUTEBOL

OS JOGOS DE HUNTEM

Arvores sadias e Fructas saborosas... ROSARIO (S. F.) Argentina

Meu cantinho

Meu cantinho... A vida é um sonho...

Entregra Rapida Porto Alegre

Entregra Rapida Porto Alegre... São os seguintes os nomes das pessoas que oferecerão a homenagem...

ESPORTES

FLUTEBOL

OS JOGOS DE HUNTEM

Arvores sadias e Fructas saborosas... ROSARIO (S. F.) Argentina

A Federação. Porto Alegre: 5 jul. 1933. p. 2.

**REPORTAGEM – HOMENAGEM DOS INTELLECTUAIS A PEDRO VERGARA
DISCURSO DE MOYSÉS VELLINHO**

(VERSÃO DIGITALIZADA – TEXTO AMPLIADO – PARTE 1)

ACERVO DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL – Rio de Janeiro.

A oração do dr. Moysés Vellinho

Em nome dos intellectuais que promoveram essa homenagem, o dr. Moysés Vellinho dirigindo-se ao homenageado pronunciou o seguinte discurso:

Pedro:

Seriam precisas muitas palavras para levar-te ao coração e ao espirito o sentido da homenagem que te prestam, neste instante, os intellectuais riograndenses?

Serei breve, mas não afirmaria que seja pouco o que venho dizer-te, porque em verdade, por menos abundantes que sejam as minhas palavras, elas procurarão alcançar, em toda a sua plenitude, a invulgar significação desta manifestação de apreço.

Pertencemos a uma geração que felizmente esqueceu a arte subtil e perigosa da lisonja. Não nos reuniu aqui junto a ti sinão a última necessidade, que todos sentimos por igual, de celebrarmos contigo o justo triunfo de uma das intelligencias mais ricas, mais vigorosas e integras da actual geração riograndense.

E's muito moço ainda, mas tua vida, na provação das lutas quotidianas, nos azares da actividade profissional e politica, no amavel remanso da criação e das pesquisas literarias, onde que a tenhas vivido, ganhou em profundeza e intensidade o que lhe faltaria em anos para integrares a soma das virtudes morais e intellectuais com que vens iluminando a tua geração e enriquecendo o patrimonio cultural da tua terra.

Si é verdade que a vida não cruzou indifferente por ti, tambem é exáto que nunca passaste por ela sem fita-la rosto a rosto, como quem procura, não injuria-la — o que seria inutil e banal — mas domina-la e vence-la!

Nesses atritos com a existencia é que se abriu para o mundo a tua sensibilidade e através deles foi que sentiste a necessidade de te munires dos unicos instrumentos com que o homem pode dignamente subjugar o destino — os instrumentos da cultura.

Emquanto te armavas para a luta, alargaras a tua curiosidade mental, enriquecias a tua intelligencia, conduziás o teu espirito ao exame de todas as questões.

E venceste!

De vitoria em vitoria, chegaste até esta que ora comemoramos, neste convívio intelligente e bom.

Não se explicaria que os intellectuais do Rio Grande, entre os quais avultas com a força do teu talento e a sólida organização da tua cultura, calassem, nesta grata emergencia, o seu profundo e sincero regosijo pela tua eleição á proxima constituinte.

O partido fundado por Flores da Cunha para libertar o Rio Grande do saudosismo impertinente e esteril não podia, sem injustiça, deixar de sufragar o nome daquele que tem sido na imprensa a sua arma mais temivel e mais temida.

A atuação de Pedro Vergara como diretor da "A Federação" tem sido simplesmente prodigiosa. Ela revive, sem favor, pela força da sua dialética, pelo poder de persuasão do seu raciocinio, pela intensidade da sua argumentação, os prelios memoraveis, já do dominio da historia, em que fulguraram as expressões culminantes e tutelares do jornalismo politico riograndense.

Pedro Vergara!

A Federação. Porto Alegre: 5 jul. 1933. p. 2.

**REPORTAGEM – HOMENAGEM DOS INTELLECTUAIS A PEDRO VERGARA
DISCURSO DE MOYSÉS VELLINHO**

(VERSÃO DIGITALIZADA – TEXTO AMPLIADO – PARTE 2)

ACERVO DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL – Rio de Janeiro.

Vais dentro em brève comparecer á magna assembléa, onde os delegados do povo irão discutir e votar a carta constitucional do Brasil novo, como representante de uma organização partidária.

Pois aqui estamos para alargar o teu mandato.

Não serás apenas o deputado de um partido.

Serás, por delegação nossa, no proximo congresso constitucional, o legitimo representante do Rio Grande que estuda, que pensa, que sente, que crea, do Rio Grande que vive, enfim.

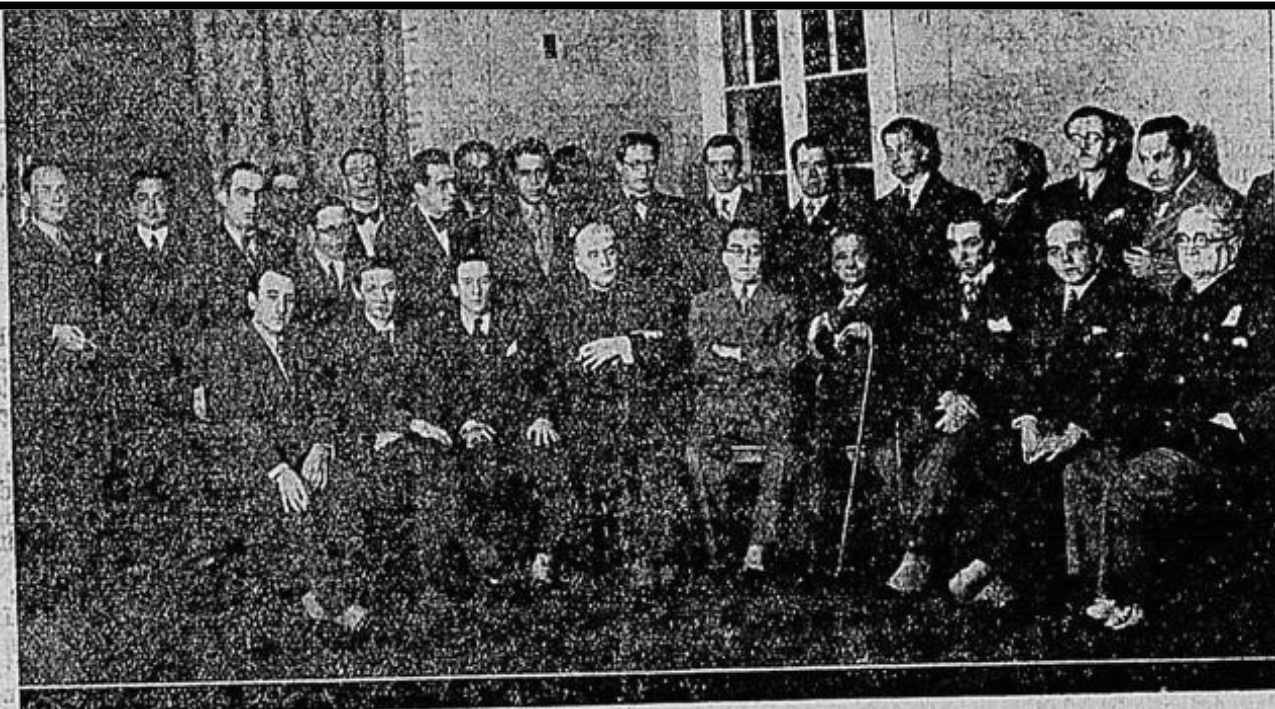
Eis a missão que te confiamos.

Vê, através dela, o calor e a antecipação do nosso aplauso aos triunfos que te esperam.

Muitas palmas se fizeram ouvir quando o dr. **Moysés Vellinho** terminou o seu brilhante discurso.

A FEDERAÇÃO — 5 de Julho de 1933 — PAGINA 2

A HOMENAGEM DOS INTELLECTUAIS AO DR. PEDRO VERGARA



Grupo fotografado após o banquete oferecido ao dr. Pedro Vergara

NOTAS DE ARTE - ANGELO GUIDO

ACERVO DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL - Rio de Janeiro.

A FEDERAÇÃO
DIÁRIO OFICIAL DO GOV.
VERNIO DO ESTADO DO
R. G. DO SUL

Órgão do Partido Repu-
blicano Liberal

Folha vespertina fundada
em 1884

Com circulação em todo
o Brasil

Responde pela direção:
Cyrino T. Franco

RUA DOS ANDRADES
No. 95-963

PORTO ALEGRE
RIO GRANDE DO SUL

Assinaturas
Ano 108000
Semestral 58000

Exterior
Ano 108000
Semestral 58000

Numero a tudo 300 reis

Numero atrasado de ano
em vigência 1007
anos anteriores 18000
por ano.

Política Internacional

A resolução agrária tomada por
alguns países europeus e alguns
Estados Unidos do presidente é
vendida de armas e munições à
Bolívia e ao Paraguai. Os dois
países, os seus interesses de
limitações são total-
mente nulos.

Insuares vezes, admitindo a
situação do Chile, firmamos o
convencido de ser adotada sua
posição, não por parte de dois
ou três países apenas, como apre-
sentamos, mas decretada pela
Bolívia e ao Paraguai.

Estreitamente quando a comissão
de representantes do
Liga das Nações a declaração
dos países, o Instituto Inter-
nacional limitou-se a declarar que
não favorecia os Estados Unidos
por ser esse convênio e não man-
dar por seu auxílio as suas de-
terminações, mas seria uma sua
resolução. Parece mesmo que o
Chile não favorece a resolução
manifestou seus sentimentos logo
que teve conhecimento do relatório
dos países americanos e sobre
o documento havido chegado ao
nosso destino. E não há dúvida que
essa foi o motivo porque o Brasil
sempre manifestou a sua oposição
aos Estados Unidos, e como estimo
a América, como também a América
do Sul, mas sem deixar de ser
um país independente e soberano.

Após isto os senhores Estados
Unidos que tomam o iniciativa da
proibição a renovação de arma-
mentos para os beligerantes, con-
cedido a Inglaterra a saber a sua
resolução.

Not-se - Não credula - que
não são dois países os acusados
de Roumagem e tem o seu sen-
tido prejudicar a neutralidade do
Chaco. Mas a realidade que vem
se apresentando mostra que o Brasil
é como estimo a América, como
também a América do Sul, mas sem
deixar de ser um país independen-
te e soberano.

Matos o irmão a tiros de
revolver!

BELO HORIZONTE 25 (A. B.)
- O profeta da totalidade da Tri-
unidade, após uma forte discus-
são com um de seus irmãos, matou-o
a tiros de revolver.

NOTAS DE ARTE

Angelo Guido

Angelo Guido é uma das personali-
dades artísticas mais definidas em
arte. Pintor admirável de paisagem,
consegue fazer ressaltar de todos os
seus trabalhos, o traço individualiza-
dor do artista que realiza. Em todos
eles pôe, com um cunho requintada-
mente artístico, a sua preferência
pelo detalhe, que mais fundamente lhe
impressiona. Este detalhe é a água.
Este pintor admirável conseguiu efel-
tos de uma felicidade rara, nos re-
flexos que pinta. Este detalhe é de
uma delicadeza extraordinária. Da vida
no quadro é íntegra, com perfeição,
a paisagem.

Outro aspecto característico da pin-
tura de Angelo Guido é a abundância
de luz, que existe em suas telas. Os
efeitos de luz são vivos, dando uma
expressão luminosa acentuada, sem
atingir ao excesso, o colorido equi-
quilibrado de seus quadros.

Quando realizou, Angelo Guido, a
sua primeira exposição em Porto Ale-
gre no ano de 1925, o delicado e exi-
gente crítico de arte do Rio Grande
Paulo Arinos, publicou uma interes-
santíssima impressão sobre os trabalhos
deste artista com o título de "Luz
e Cor". Neste artigo, acentuava, o
autorizado letrista, o equilíbrio da
paisagem dentro da luz e da cor, que
imprimia com propriedade o pintor
vitorioso.

Neste ponto é que Angelo Guido
atinge a plenitude da sua capacidade
artística. Sem se afastar do real, do
ponto fixo do verdadeiro, consegue,
este pintor privilegiado, imprimir a
sua personalidade fortemente acentua-
da nos trabalhos que executa.

Isto se observa bem na variedade
das telas que possui. Pintando no
interior do Amazonas, onde as cores
são mais fortes e mais vivas os efel-
tos, nas cidades do Baía de grandes
cazarrões sombrios e igrejas velhas ou
nos campos do Rio Grande, onde as
perspectivas se alongam numa paisa-
gem menos acentuada e mais ampla,
Angelo Guido é o mesmo artista mar-
rabilhoso das luzes e das cores, e,
por conseguinte o artista verdadeiro.

Dentro de poucos dias nos dará uma
exposição. Tivemos oportunidade de
ver algumas telas, em seu atelier do
artista de renome, onde em cada canto
há os reflexos das glórias que colheu.

Dispostas as telas sem harmonia
derram-nos o aspecto verdadeiro da pin-
tura de Angelo Guido. Variada é sem-
pre nova.

Colherá, Angelo Guido, novas glórias
em Porto Alegre, continuando assim
a sua vida de triunfos. E bem merece
esta admiração espontânea e esta
glorificação sincera, Angelo Guido é
o verdadeiro artista da luz e o poeta
maravilhoso das cores.

D. R.

de grande atração enovada

expressiva manimiro Porto

Prefeitura Municipal de
Porto Alegre
NOTAS DE ARTE

Resolução municipal assinada no
dia 28 de maio de 1934.

Do Sr. Prefeito
Mansueti Marcondes - O pro-
prio da cidade - a vida da cidade -
do Sr. Prefeito - a vida da cidade -
do Sr. Prefeito - a vida da cidade -

Angelo Guido é uma das personali-
dades artísticas mais definidas em
arte. Pintor admirável de paisagem,
consegue fazer ressaltar de todos os
seus trabalhos, o traço individualiza-
dor do artista que realiza. Em todos
eles pôe, com um cunho requintada-
mente artístico, a sua preferência
pelo detalhe, que mais fundamente lhe
impressiona. Este detalhe é a água.

Outro aspecto característico da pin-
tura de Angelo Guido é a abundância
de luz, que existe em suas telas. Os
efeitos de luz são vivos, dando uma
expressão luminosa acentuada, sem
atingir ao excesso, o colorido equi-
quilibrado de seus quadros.

Quando realizou, Angelo Guido, a
sua primeira exposição em Porto Ale-
gre no ano de 1925, o delicado e exi-
gente crítico de arte do Rio Grande
Paulo Arinos, publicou uma interes-
santíssima impressão sobre os trabalhos
deste artista com o título de "Luz
e Cor". Neste artigo, acentuava, o
autorizado letrista, o equilíbrio da
paisagem dentro da luz e da cor, que
imprimia com propriedade o pintor
vitorioso.

Neste ponto é que Angelo Guido
atinge a plenitude da sua capacidade
artística. Sem se afastar do real, do
ponto fixo do verdadeiro, consegue,
este pintor privilegiado, imprimir a
sua personalidade fortemente acentua-
da nos trabalhos que executa.

Isto se observa bem na variedade
das telas que possui. Pintando no
interior do Amazonas, onde as cores
são mais fortes e mais vivas os efel-
tos, nas cidades do Baía de grandes
cazarrões sombrios e igrejas velhas ou
nos campos do Rio Grande, onde as
perspectivas se alongam numa paisa-
gem menos acentuada e mais ampla,
Angelo Guido é o mesmo artista mar-
rabilhoso das luzes e das cores, e,
por conseguinte o artista verdadeiro.

Dentro de poucos dias nos dará uma
exposição. Tivemos oportunidade de
ver algumas telas, em seu atelier do
artista de renome, onde em cada canto
há os reflexos das glórias que colheu.

Dispostas as telas sem harmonia
derram-nos o aspecto verdadeiro da pin-
tura de Angelo Guido. Variada é sem-
pre nova.

Colherá, Angelo Guido, novas glórias
em Porto Alegre, continuando assim
a sua vida de triunfos. E bem merece
esta admiração espontânea e esta
glorificação sincera, Angelo Guido é
o verdadeiro artista da luz e o poeta
maravilhoso das cores.

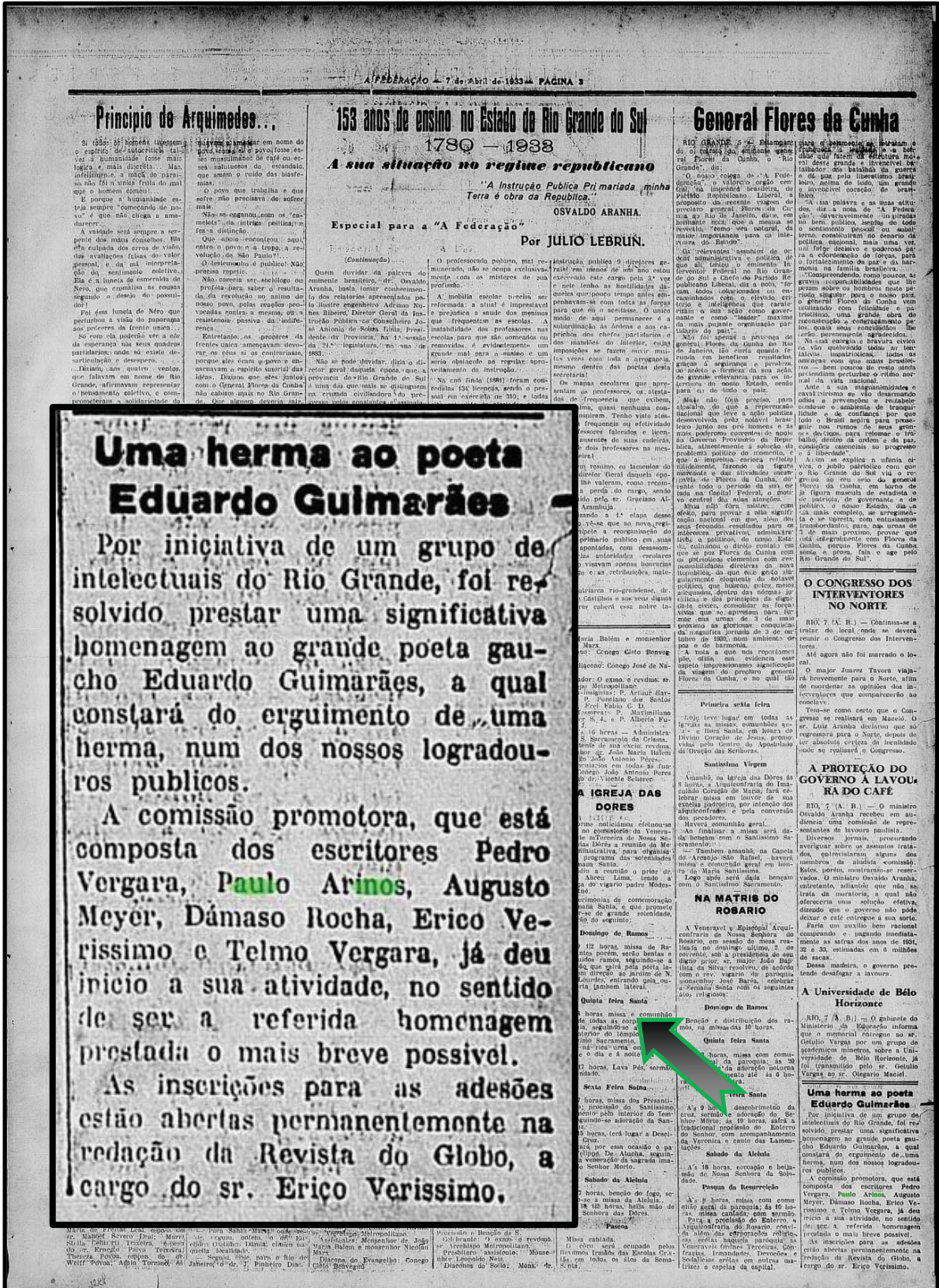
D. R.

ANEXO J - O INTELLECTUAL E A FUNDAÇÃO EDUARDO GUIMARÃES

A Federação. Porto Alegre: 7 abr. 1933. p. 3.

REPORTAGEM - UMA HERMA AO POETA EDUARDO GUIMARÃES

ACERVO DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL - Rio de Janeiro.



Princípio de Arquimedes...

Princípio de Arquimedes... A vida não é nem sempre a serenidade das mansas consoletas. Há de vez em quando as crises de violência das convulsões físicas do valor pessoal, e da má interpretação da vida, e da má interpretação da vida, e da má interpretação da vida...

153 anos de ensino no Estado de Rio Grande do Sul 1780 - 1933

A sua situação no regime republicano

Os professores públicos, nel' presente, não se ocupam exclusivamente com as misturas de sua profissão. A atual situação é imprópria e prejudicial a saúde dos mesmos que frequentam as escolas. A atual situação é imprópria e prejudicial a saúde dos mesmos que frequentam as escolas...

General Flores da Cunha

General Flores da Cunha... O general Flores da Cunha, chefe do Exército, foi eleito governador do Rio Grande do Sul. Sua administração é caracterizada por uma política de ordem e justiça...

Uma herma ao poeta Eduardo Guimarães

Por iniciativa de um grupo de intelectuais do Rio Grande, foi resolvido prestar uma significativa homenagem ao grande poeta gaúcho Eduardo Guimarães, a qual constará do erguimento de uma herma, num dos nossos logradouros públicos.

A comissão promotora, que está composta dos escritores Pedro Vergara, Paulo Arinos, Augusto Meyer, Dámaso Rocha, Erico Verissimo e Telmo Vergara, já deu início a sua atividade, no sentido de ser a referida homenagem prestada o mais breve possível.

As inscrições para as adesões estão abertas permanentemente na redação da Revista do Globo, a cargo do sr. Erico Verissimo.

O CONGRESSO DOS INTERVENTORES NO NORTE

O Congresso dos Interventores no Norte... O Congresso dos Interventores no Norte está reunido em sessão no Rio de Janeiro. Os participantes discutem as questões relativas à administração dos Estados do Norte...

A PROTEÇÃO DO GOVERNO À LAVOURA DO CAFÉ

A proteção do governo à lavoura do café... O governo está tomando medidas para proteger a lavoura do café. Isso inclui a criação de comissões de representação e a implementação de programas de assistência técnica...

A Universidade de Belo Horizonte

A Universidade de Belo Horizonte... A Universidade de Belo Horizonte está em fase de organização. O governo está tomando medidas para garantir a qualidade do ensino e a infraestrutura da instituição...

Uma herma ao poeta Eduardo Guimarães

Uma herma ao poeta Eduardo Guimarães... Este artigo resume o conteúdo principal do texto, destacando a importância da homenagem ao poeta e o papel da comissão promotora.

Small text at the bottom of the page, likely containing publication details or contact information for the newspaper.

A Federação. Porto Alegre: 22 jul. 1933. p. 1.

REPORTAGEM - FLORES DA CUNHA CONTRIBUI PARA A HERMA A EDUARDO GUIMARÃES (PÁGINA NA ÍNTEGRA)

ACERVO DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL - Rio de Janeiro.

Federação

Unidade

Diretor: Pedro Vergara
Gerente: Nabou Moura de Azevedo

DIARIO OFICIAL DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ORGÃO DO PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL

PORTO ALEGRE - SABADO, 22 DE JULHO DE 1933

Centralização -
Desmembramento

Redação, Administração e Oficinas:
RUA DOS ANDRADAS N. 951 e 953
NUM. 470

POLITICA PESSOAL

Desde que o partido republicano histórico tenha plagiado, copiado, aceito o programa do partido republicano liberal...
O partido republicano histórico, mostra palavras...
Mas, apesar disso, há um fato evidente, real, que todos aceitam...
Este é o fato mais singular e mais significativo da hora política...

Poderemos deduzir esta hipótese, como consequência de um fato, num plano meramente lógico...
Portanto, é preciso descobrir as razões desta luta feroz...
Ora, — nada é mais visível do que esta incongênia: o partido republicano histórico está de pleno acordo com as lutas do partido republicano liberal...

Está perfeitamente bem que um homem ou um grupo se coloque num ponto de vista pessoal...
Esta coisa, entretanto, não absolutamente intolerável — quando os problemas que se devem resolver e executar não pertencem a nenhum patrimônio histórico...

Quando, portanto, um partido qualquer se constitua para lutar contra um partido que não tem o poder, não por causa dos fatos, nem por causa das ideias...
Um homem público, ou um partido político, não pode, porém, hostilizar a outro homem público ou a outro partido político...

Imaginemos um povo — que fiasse uma revolução e que, ultrapassando o limite de sua responsabilidade, que é a necessidade reparadora e exemplificadora...
Não seria isto um abismo deplorável e perigoso?

Que dizer, assim, que de certo modo, nem o povo pôde personificar as questões de interesse geral...
Um ataque pessoal, de natureza política, só tem cabimento — quando visa os atos, os fatos, as ações que praticar a pessoa atacada...

Deixemos, portanto, de fazer uma crítica pessoal...
Mas, de que se accusam os homens que integram, lideram e dirigem o partido republicano liberal?...

PARA O DESENVOLVIMENTO DA EXPORTAÇÃO DE FRUTAS

RIO, 22 (A. B.) — Afim de tomar providências para a defesa dos interesses das exportadoras de frutas...
Como é do domínio público, os industriais riograndenses prestaram um atento e vivo interesse...

Harmônio desportiva

RIO, 22 (A. B.) — O sr. Luis Aranha visitou o sr. Arnaldo Gulino.

O chefe do governo da República visitará o tumbão onde jaz para todo o sempre o inseqüencial João Pessoa

RIO, 22 (A. B.) — Comemorando no dia 26 do corrente, o falecido aniversário da morte de João Pessoa...

Fabrisco de dinheiro nacional no extrangeiro

S. PAULO, 22 (A. B.) — A "Fábria", noticia nesta uma vez a notícia de que o sr. João Pessoa, ministro nacional como de meios estrangeiros...

A comitiva do sr. Juarez Tavora que irá com ele a Belo Horizonte

RIO, 22 (A. B.) — Da comitiva que acompanhará o sr. Juarez Tavora, na sua próxima viagem a Belo Horizonte...

Foram iniciadas as provas do campeonato estadual de tênis

RIO, 22 (A. B.) — Foram iniciadas as provas do campeonato estadual de tênis...

Um gesto de grande significação do illustre gal. Flores da Cunha

Como é do domínio público, os industriais riograndenses prestaram um atento e vivo interesse...

A embaixatriz de Portugal sume-se a uma intervenção cirúrgica — seu estado não permite receber visitas

RIO, 22 (A. B.) — A embaixatriz de Portugal, senhora Nobre de Melo, que foi recentemente vítima de um desastre de avião...

Para renovar a frota de nossa marinha mercante

RIO, 22 (A. B.) — O vaporista "A. Hora" afirma que o governo de 15 dias da marinha mercante...

Uma energética campanha, em São Paulo, contra os exploradores do lenocínio

S. PAULO, 22 (União) — A imprensa não registra a campanha de conscientização dos juizes...

O "Meeting" em Londres de pro-testo contra o tratamento dos judeus na Alemanha

LONDRES, 22 (União) — A organização do protesto contra o tratamento dos judeus na Alemanha...

DECRETOS ASSINADOS NA PASTA DE MARINHA — PROMOÇÕES E TRANSFERÊNCIAS

RIO, 22 (A. B.) — Na Pasta de Marinha foram assinados os seguintes decretos promovendo...

O Momento da Mocidade

RIO, 21 — O caso de S. Paulo acaba de oferecer um aspecto interessante novo e surpreendente...

RECORDAÇÕES DO BRASIL

PAREI, 22 — No segundo artigo de recordações do Brasil...

FORAM INICIADAS AS PROVAS DO CAMPEONATO ESTADUAL DE TÊNIS

RIO, 22 (A. B.) — Foram iniciadas as provas do campeonato estadual de tênis...

UMA ENERGICA CAMPANHA, EM SAO PAULO, CONTRA OS EXPLORADORES DO LENOCINIO

S. PAULO, 22 (União) — A imprensa não registra a campanha de conscientização dos juizes...

O "MEETING" EM LONDRES DE PROTESTO CONTRA O TRATAMENTO DOS JUDEUS NA ALEMANHA

LONDRES, 22 (União) — A organização do protesto contra o tratamento dos judeus na Alemanha...

RECORDAÇÕES DO BRASIL

PAREI, 22 — No segundo artigo de recordações do Brasil...